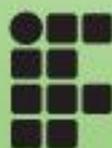


Plano de
Desenvolvimento
Institucional
2014 - 2018

PDI



INSTITUTO FEDERAL
Pernambuco



**PDI – IFPE
2014-2018**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
DO INSTITUTO FEDERAL DE PRNAMBUCO
2014 – 2018**

Aprovado pelo Conselho Superior, conforme Resolução nº 057/2015, de 15 de dezembro de
2015.

Recife 2015.

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO**

Titulares do Conselho Superior – CONSUP/IFPE

TITULAR MEC/SETEC

Ivaldo José da Silva

TITULAR das Entidades Patronais – FAEPE

Mônica Pimentel de Oliveira

TITULAR das Entidades Patronais – FIEPE

Cláudia Aparecida Leite Orvain

TITULAR da Entidade dos Trabalhadores – CREA

José Carlos Pacheco dos Santos

TITULAR das Entidades do setor público e/ou empresas estatais - SRTE-PE

Vicente de Paulo Brito de Paiva

TITULAR das Entidades do setor público e/ou empresas estatais - SFA-PE

Rogério Ferreira da Silva

TITULAR das Entidades dos Trabalhadores - CUT

Rita de Cássia Figueiras Barreto

TITULAR Egresso da área Agrícola

Não houve eleito no último pleito

TITULAR Egresso da área Industrial

Não houve eleito no último pleito

TITULAR dos servidores Aposentados

Frederico Costa de Almeida

Braga - Aposentado

TITULAR dos Diretores Gerais de *Campi*

Professor José Carlos de Sá Júnior

TITULAR dos Diretores Gerais de *Campi*

Jorge Nascimento de Carvalho

TITULAR dos Diretores Gerais de *Campi*

George Alberto Gaudêncio de Melo

TITULAR dos Diretores Gerais de *Campi*

Márcio Flávio Tenório da Costa

TITULAR dos Diretores Gerais de *Campi*

Sérgio Paulo C. D' Oleron Barreto
TITULAR dos Diretores Gerais de *Campi*
Mário Antônio alves Monteiro
TITULAR Docente
Marco Antônio de Oliveira Domingues
TITULAR Docente
Geraldo Vieira da Costa
TITULAR Docente
Mauro de Souza Leão França
TITULAR Docente
Enio Camilo Lima
TITULAR Docente
Leda Cristina Correia da Silva
TITULAR Docente
Flávio de Sá Cavalcanti Albuquerque Neto
TITULAR Técnico Administrativo
Jailson Tenorio do Nascimento
TITULAR Técnico Administrativo
André Menezes da Silva
TITULAR Técnico Administrativo
Cícero José Bezerra da Silva
TITULAR Técnico Administrativo
Givanildo Lira do Nascimento
TITULAR Técnico Administrativo
Elenildo Vasconcelos de Melo Junior
TITULAR Técnico Administrativo
José Fernando da Silva
TITULAR Discente
Maria Natália Vasconcelos Almeida
TITULAR Discente
Karla Karoline Leocádio Almeida
TITULAR Discente
Miguel Barreto da Silva Neto
TITULAR Discente

Guilherme Brandão Pinto

TITULAR Discente

José Felipe da Silva

TITULAR Discente

Rodrigo Henrique Silva dos Santos

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA - IFPE

REITORIA

Reitora: Cláudia da Silva Santos

Chefe de Gabinete: Gabriela Lins Falcão

Assessor de Comunicação: Gil Aciolly Dantas Jacinto

Assessora de Relações Institucionais: Jussara de Freitas Magalhães

Diretora de Gestão de Pessoas: Maria do Socorro Moreira de Azevedo

Diretor da Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento de Tecnologias: Marcos Antônio Eugênio Araújo

Diretora de Assistência ao Estudante: Emely Albuquerque de Souza

Diretora da Diretoria de Educação a Distância: Fernanda Maria Dornellas Câmara

Diretora do Departamento de Obras e Projetos de Engenharia: Virgínia Lúcia Gouveia e Silva

Titular da Unidade de Auditoria Interna: Paulo Marcelo Santana Barbosa

PROAD - Pró-Reitoria de Administração

Pró-Reitor: Aurino César Santiago de Souza

Diretor da Diretoria de Licitação e Contratos: Webster Silva Campelo

Diretor da Diretoria de Orçamento e Finanças: Wagner Galindo Valentin

Diretor de Avaliação e Controle Organizacional: Rozendo Amaro de França Neto

Diretor da Diretoria de Gestão de Bens e Serviços: João Antônio Fausto

PRODEN - Pró-Reitoria de Ensino

Pró-Reitora: Edilene Rocha Guimarães

Diretora da Diretoria de Políticas Pedagógicas: Rúbia Conceição Martins do Rego Barros

Diretora da Diretoria de Desenvolvimento do Ensino: Rafaella Cristine da Silva Albuquerque

PROEXT – Pró-Reitoria de Extensão

Pró-Reitora: Maria José Gonçalves de Melo

Diretora da Diretoria de Extensão: Jeane Emeli Medeiros

PROPESQ - Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

Pró-Reitora: Anália Keila Rodrigues Ribeiro

Diretor da Diretoria de Pesquisa: Márcio Vilar França Lima

PRODIN - Pró-Reitoria de Integração e Desenvolvimento Institucional

Pró-Reitor: André Menezes da Silva

Diretora da Diretoria de Planejamento: Xênia Luna Alves de Souza

Campi do IFPE

Campus AFOGADOS DA INGAZEIRA

Diretor: Márcio Flávio Tenório Costa

Campus BARREIROS

Diretor: Jorge Nascimento de Carvalho

Campus BELO JARDIM

Diretor: Francisco das Chagas Lino Lopes

Campus CARUARU

Diretor: George Alberto Gaudêncio de Melo

Campus GARANHUNS

Diretor: José Carlos de Sá Junior

Campus IPOJUCA

Diretor: Ênio Camilo de Lima

Campus PESQUEIRA

Diretor: Mário Antônio Alves Monteiro

Campus RECIFE

Diretor: Valbérico de Albuquerque Cardoso

Campus VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Diretor: Sérgio Paulo Correia D'Oleron

Campus PALMARES

Diretor: Jorge Luís Firmino de Souza

Campus CABO DE SANTO AGOSTINHO

Diretor: Daniel Costa Assunção

Campus JOBOATÃO DOS GUARARAPES

Diretor: Iran José Oliveira da Silva

Campus OLINDA

Diretora: Velda Maria Hamilton Martins

Campus PAULISTA

Diretora: Jessica Sabrina de Oliveira Menezes

Campus IGARASSU

Diretora: Ana Regina Vieira

Campus ABREU E LIMA

Diretora: Rosana Maria Teles Gomes

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL - PDI-IFPE-2014-2018**

COMISSÃO CENTRAL

André Menezes da Silva (Presidente)
Edilene Rocha Guimarães
Anália Keila Rodrigues Ribeiro
Maria José Gonçalves de Melo
Aurino César Santiago de Souza
Maria do Socorro Moreira de Azevedo
Marcos Antônio Eugênio Araújo
Xênia Luna Alves de Souza
Virginia Lucia Gouveia E Silva
Fernanda Maria Dornellas Câmara
Valbérico de Albuquerque Cardoso
José Carlos de Sá Junior
Jorge Nascimento de Carvalho

COMISSÕES TEMÁTICAS

1. Perfil Institucional

André Menezes da Silva

Adriana Félix de Oliveira
Luiz Antônio Calazans de Moura

2. Planejamento Estratégico

PRODIN – Pró Reitoria de Integração e Desenvolvimento Institucional

3. PPI- Projeto Pedagógico Institucional

Maria Isailma Barros Pereira
Roberta Mônica Alves da Silva
Rafaella Cristine da Silva Albuquerque
Anália Keila Rodrigues Ribeiro
Rozendo Amaro de França Neto
Emely Albuquerque de Souza
Igor Negromonte Marques
Maria de Fátima Neves Cabral
Raquel Costa Antas
Francisca Neide Pereira
Maria do Socorro Moreira de Azevedo
Edilene Rocha Guimarães
José Leandro Cândido
José William Nogueira da Costa
José Rodrigo Viana Monteiro
Diego Henrique Paixão de Oliveira
Cacilda Rodrigues de Brito
Tarciana Silva Ramos
João Almeida e Silva
Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes
Wênia Ventura de Farias

Verônica Maria Rodrigues da Silva
Wandernos de Melo e Silva
Rita Rovai Castellan
Jane Miranda Ventura
Aline Brandão de Siqueira
Jane Darc Feitosa de Carvalho Alves Beserra
Flávio de Sá Cavalcanti de Albuquerque Neto
Lêda Cristina Correia da Silva
João Paulo de França Ferrão Alves
Margarete Mari da Silva
Rosana Maria Teles Gomes
Simone de Melo Oliveira
Emílio Vieira de Sousa
Maristela Maria Andrade da Silva
Tiago Juliano Ribeiro Severo
Carlos Henrique Romeu Cabral
Jéssica Sabrina de Oliveira
Valdemir Mariano
Kelderlange Bezerra Alves
Maria do Rosário de Fátima de Aguiar Sá Barreto dos Santos
Moacir Martins Machado
Mauro José Araújo Campelo de Melo
Roberto Paulo Tigre de Barros Noé
Guilherme Brandão Pinto
Edízio Raimundo da Silva
José Carlos Almeida Patrício Júnior
Crala Eugênia Fonseca da Silva Marques de Nóbrega

4. Organização Didático-Pedagógica

Maria Isailma Barros Pereira
Roberta Mônica Alves da Silva
Rafaella Cristine da Silva Albuquerque
Anália Keila Rodrigues Ribeiro
Rozendo Amaro de França Neto
Emely Albuquerque de Souza
Igor Negromonte Marques
Maria de Fátima Neves Cabral
Raquel Costa Antas
Francisca Neide Pereira
Maria do Socorro Moreira de Azevedo
Edilene Rocha Guimarães
José Leandro Cândido
José William Nogueira da Costa
José Rodrigo Viana Monteiro
Diego Henrique Paixão de Oliveira
Cacilda Rodrigues de Brito
Tarciana Silva Ramos
João Almeida e Silva
Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes
Wênia Ventura de Farias
Verônica Maria Rodrigues da Silva

Wandernos de Melo e Silva
Rita Rovai Castellan
Jane Miranda Ventura
Aline Brandão de Siqueira
Jane Darc Feitosa de Carvalho Alves Beserra
Flávio de Sá Cavalcanti de Albuquerque Neto
Lêda Cristina Correia da Silva
João Paulo de França Ferrão Alves
Margarete Mari da Silva
Rosana Maria Teles Gomes
Simone de Melo Oliveira
Emílio Vieira de Sousa
Maristela Maria Andrade da Silva
Tiago Juliano Ribeiro Severo
Carlos Henrique Romeu Cabral
Jéssica Sabrina de Oliveira
Valdemir Mariano
Kelderlange Bezerra Alves
Maria do Rosário de Fátima de Aguiar Sá Barreto dos Santos
Moacir Martins Machado
Mauro José Araújo Campelo de Melo
Roberto Paulo Tigre de Barros Noé
Guilherme Brandão Pinto
Edízio Raimundo da Silva
José Carlos Almeida Patrício Júnior
Carla Eugênia Fonseca da Silva Marques de Nóbrega

5. Plano de Ofertas de Cursos e Vagas

PRODEN - Edilene Rocha Guimarães

Diretores Gerais dos Campi do IFPE

Campus AFOGADOS DA INGAZEIRA

Diretor: Márcio Flávio Tenório Costa

Campus BARREIROS

Diretor: Jorge Nascimento de Carvalho

Campus BELO JARDIM

Diretor: Francisco das Chagas Lino Lopes

Campus CARUARU

Diretor: George Alberto Gaudêncio de Melo

Campus GARANHUNS

Diretor: José Carlos de Sá Junior

Campus IPOJUCA

Diretor: Ênio Camilo de Lima

Campus PESQUEIRA

Diretor: Mário Antônio Alves Monteiro

Campus RECIFE

Diretor: Valbérico de Albuquerque Cardoso

Campus VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Diretor: Sérgio Paulo Correia D'Oleron

Campus PALMARES

Diretor: Jorge Luís Firmino de Souza

Campus CABO DE SANTO AGOSTINHO

Diretor: Daniel Costa Assunção

Campus JOBOATÃO DOS GUARARAPES

Diretor: Iran José Oliveira da Silva

Campus OLINDA

Diretora: Velda Maria Hamilton Martins

Campus PAULISTA

Diretora: Jessica Sabrina de Oliveira Menezes

Campus IGARASSU

Diretora: Ana Regina Vieira

Campus ABREU E LIMA

Diretora: Rosana Maria Teles Gomes

6. Plano Diretor de Infraestrutura Física

Virgínia Lúcia Gouveia e Silva

Wagner Felipe G. Valentim

Rozendo Amaro de França Neto

Webster Silva Campelo

Cleilton Pereira da Silva

7. Organização e Gestão de Pessoal

Maria Do Socorro Moreira

Marília Rique

Marcelo Alves

Verônica Rego

8. Políticas de Atendimento aos Discentes

Emely Albuquerque de Souza

Ana Paula Torres de Queiroz

Sandra Maria dos Santos

9. Organização Administrativa

André Menezes da Silva

Adriana Félix de Oliveira

Luiz Antônio Calazans de Moura

10. Políticas de EaD

Fernanda Maria Dornellas Câmara

Ana Flavia de Albuquerque

Clayson Pereira da Silva

Aldo Luiz da Silva Queiroz

Rosa Maria O. Teixeira de Vasconcelos

Adriano Ribeiro da Costa

11. Capacidade e Sustentabilidade financeira

Wagner Felipe G. Valentim

Rozendo Amaro de França Neto

Webster Silva Campelo

Cleilton Pereira da Silva

12. Política de Tecnologias da Informação

Marco Antonio Eugênio Araújo

Jobson Tenório do Nascimento

Jailson Tenório do Nascimento

José Fernando da Silva

José Mario de Mendonça Lemos

Anderson França Ferreira

13. Políticas de Comunicação

Carlos Augusto Domingos da Silva Sobrinho

Gil Aciolly Dantas Jacinto

Débora Duque de Almeida Braga

Patrícia Yara Silva da Rocha

Suerda Maria de Araújo

Natasha Priscila Bezerra Santos

14. Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional

Assis Leão

Edilson Gomes Oliveira

Robson Rodrigues Ribeiro

Diniz Ramos de Lima Júnior

Adenilda Ribeiro de Moura

Maristela Maria Andrade da Silva

Airlan Arnaldo Nascimento de Lima

Inaldo José Minervion da Silva

Paulo Maurício Gonçalves Júnior

Patrícia Ribeiro dos Santos

Amanda Maria Rodrigues Diniz

Dáfia Kariny de Araújo Lima

Juliana dos Santos Ferreira Costa

Emílio Vieira de Sousa

Maria do socorro Araújo Vale

Lenilton Souza Ferreira de Lima

Severino José dos Santos Júnior

José Elias dos Santos Cândido

Antônio Marcos Costa do Nascimento

Elenice Gomes de Souza

Lucas Henrique Torres Fernandes

Ítalo pereira de Melo

Rodolfo Jorge Bezerra

Gizele das Graças Farias de Andrade

Manuela Maria da Silva

Teresa Lucrecia Melos Santos

Anna Kelly Figueirêdo dos Santos

SUMÁRIO

SUMÁRIO	14
APRESENTAÇÃO	20
1. PERFIL INSTITUCIONAL	23
1.1 HISTÓRICO	24
1.2 NATUREZA DA INSTITUIÇÃO	26
1.2.1 Autonomia da Instituição em Relação à Mantenedora	27
1.2.2 Autonomia Administrativa	27
1.2.3 Autonomia Patrimonial	27
1.2.4 Autonomia Financeira	27
1.2.5 Autonomia Didático-Pedagógica e Disciplinar	28
1.3 MISSÃO	28
1.4 VISÃO	29
1.5 ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	29
1.5.1 Atuação no campo do Ensino	29
1.5.2 Atuação no campo da Pesquisa	34
1.5.3 Atuação no campo da Extensão	42
1.5.4 Comunicação: relacionamento com a sociedade	47
1.5.4.1 Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão	47
1.5.4.1.1 Ouvidoria Geral	47
1.5.4.1.2 Carta de Serviços ao Cidadão	48
1.5.4.1.3 e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão)	48
1.5.4.2 Comunicação com a comunidade acadêmica – ASCOM	50
1.5.4.3 Comissão Própria de Avaliação (CPA)	68
1.5.4.4 Comissão de Ética	69
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	70
2.1 Descrição dos Objetivos, Metas e Indicadores	71
2.1.1 Descrição dos Objetivos	71
2.1.2 Quantificação das Metas e Ações	72
2.1.3 Indicadores –Relatório de Gestão	74
3. RESPONSABILIDADE SOCIAL E INSERÇÃO REGIONAL	105
3.1 Região Metropolitana	106
3.1.1 Polo Automotivo de Goiana	108

3.2 Região Mata Sul	110
3.3 Região Agreste Central	111
3.4 Região Agreste Meridional	112
3.5 Região Sertão do Pajeú	113
4. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI	115
4.1 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS	116
4.2 FUNÇÃO SOCIAL	116
4.3 PERFIL DO EGRESSO	117
4.4 METODOLOGIAS DE ENSINO.....	117
4.4.1 Uso de recursos tecnológicos	118
4.4.2 Princípios pedagógicos integradores e metodologias ativas de ensino e aprendizagem.....	119
4.4.3 Flexibilidade dos componentes curriculares	120
4.4.5 Oportunidades diferenciadas de integração do curso	120
4.4.6 Aproveitamento de estudos e competências desenvolvidas no trabalho e outros meios.....	121
4.5 POLÍTICAS PARA O ENSINO.....	122
4.5.1. Níveis e Modalidades de Educação e Ensino	122
4.5.2. Diretrizes e princípios pedagógicos para a concepção dos PPC de todos os cursos.....	123
4.5.3 Cursos Técnicos de Nível Médio	123
4.5.4 Cursos de Especialização Técnica de Nível Médio	124
4.5.5 Cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional	124
4.5.6 Cursos de Graduação	124
4.5.7 Programas para o Ensino Técnico e de Graduação	125
4.6 CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	127
4.7 POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO	128
4.7.1. Formas de Operacionalização das Ações da Extensão	129
4.8 POLÍTICAS PARA A PESQUISA.....	131
4.8.1 Formas de operacionalização das ações da Pesquisa	131
4.9 PROCEDIMENTOS PARA ESTÍMULO À PRODUÇÃO ACADÊMICA	132
5. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	133
5.1 Plano para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas	134
5.2 Perfil do Egresso	135

5.3 Conteúdos Selecionados.....	136
5.4 Princípios Metodológicos	136
5.5 Processo de Avaliação	137
5.6 Estágios Supervisionados, Prática Profissional e Atividades Complementares	138
5.7 Práticas Inovadoras	139
5.8 Oportunidades Diferenciadas de Integralização dos Cursos.....	140
5.9 Avanços Tecnológicos	141
6. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS CURSOS (PRESENCIAL E A DISTÂNCIA)	142
6.1 QUADROS COM DETALHAMENTO DO PLANEJAMNTO DA OFERTA DE CURSOS E VAGAS E IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CURSOS, ALINHADOS ÀS METAS APRESENTADAS NA SEÇÃO 2.5 PRESENCIAS.....	143
6.1.1 Plano de oferta presencial de cursos Técnicos.....	143
6.1.2 Plano de ampliação dos cursos de Graduação.....	146
6.1.3 Plano de ampliação de cursos de Pós-Graduação.....	149
6.1.4 Plano de oferta/ampliação presencial de cursos de extensão	152
6.2 QUADROS COM DETALHAMENTO DO PLANEJAMNTO DA OFERTA DE CURSOS E VAGAS E IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CURSOS, ALINHADO ÀS METAS APRESENTADAS NA SEÇÃO 2.5 A DISTÂNCIA.....	161
6.2.1 Plano de oferta a distância de cursos Técnicos a distância	161
6.2.2 Plano de ampliação dos cursos Graduação a distância.....	162
6.2.3 Plano de ampliação de cursos de Pós-Graduação a distância.....	163
7. PLANO DIRETOR DE INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	164
7.1 Infraestrutura Atual	165
7.2 Ampliação e/ou Adequação da Infraestrutura Física	167
7.3 Diretrizes para a Acessibilidade.....	167
7.4 Expansão da Infraestrutura	168
8. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL.....	176
8.1 Políticas de Gestão de Pessoal.....	177
8.1.1 Organização e Gestão de Pessoas.....	177
8.1.2 Corpo Docente.....	178
8.1.3 Requisitos de Titulação	179
8.1.4 Critérios de Seleção e Contratação.....	179
8.1.5 Plano de Carreira e Regime de Trabalho.....	179

8.1.6 Procedimento para Substituição Eventual dos Professores do Quadro	180
8.1.7 Políticas de Qualificação.....	180
8.1.8 Cronograma de Expansão do corpo docente.....	181
8.2 Corpo Técnico-Administrativo.....	182
8.2.1 Requisitos de Titulação.....	183
8.2.2 Critérios de Seleção e Contratação.....	183
8.2.3 Plano de Carreira e Regime de Trabalho	183
8.2.4 Políticas de Qualificação.....	183
8.2.5 Cronograma de Expansão do Quadro de Técnicos-Administrativo	184
8.3 Corpo Discente.....	184
9. POLÍTICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	186
9.1 DADT - Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento de Tecnologias	186
9.2 PDTI – Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação.....	187
10. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	190
10.1 Diretrizes.....	193
10.2 Programas Específicos.....	193
10.2.1 Programa Bolsa Permanência.....	194
10.2.2 Programa de Benefício Eventual.....	194
10.2.3 Programa de Moradia E Refeitório Estudantil.....	194
10.3 Programas Universais.....	194
10.3.1 Programa de Acompanhamento Biopsicossocial e Pedagógico	195
10.3.1.1 Objetivo.....	195
10.3.1.2 Ações de educação permanente em saúde.....	195
10.3.1.3 Ações de orientação profissional e de carreiras.....	196
10.3.1.4 Ações de integração da família ao processo educativo.....	196
10.3.1.5 Ações de acompanhamento e monitoramento do desempenho acadêmico- estudantil.....	196
10.3.1.6 Promoção em saúde mental e qualidade de vida dos estudantes	197
10.3.1.7 Ações de apoio e incentivo às aprendizagens	197
10.3.1.8 Promoção da qualidade de vida com ênfase nos aspectos nutricionais.....	198
10.4 Programa de Incentivo à Arte e Cultura	198
10.4.1 Programa de incentivo ao Esporte e Lazer	198
11. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO	200

11.1. Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão	202
11.2 Organograma Institucional e Acadêmico	205
11.2.1 Reitoria	206
11.2.2 Organograma dos <i>campi</i>.....	206
11.2.2.1 <i>Campus</i> Abreu e Lima	206
11.2.2.2 <i>Campus</i> Afogados da Ingazeira.....	207
11.2.2.3 <i>Campus</i> Barreiros	209
11.2.2.4 <i>Campus</i> Belo Jardim.....	209
11.2.2.5 <i>Campus</i> Cabo de Santo Agostinho.....	210
11.2.2.6 <i>Campus</i> Caruaru.....	211
11.2.2.7 <i>Campus</i> Garanhuns.....	213
11.2.2.8 <i>Campus</i> Igarassu.....	214
11.2.2.9 <i>Campus</i> Ipojuca.....	215
11.2.2.10 <i>Campus</i> Jaboatão dos Guararapes.....	215
11.2.2.11 <i>Campus</i> Olinda.....	216
11.2.2.12 <i>Campus</i> Palmares.....	217
11.2.2.13 <i>Campus</i> Paulista.....	218
11.2.2.14 <i>Campus</i> Pesqueira.....	220
11.2.2.15 <i>Campus</i> Recife.....	220
11.2.2.16 <i>Campus</i> Vitória de Santo Antão.....	222
11.3 Órgãos Colegiados: Atribuições e Competências.....	223
11.3.1 Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes.....	223
11.3.2 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.....	225
11.3.3 Comissão Permanente de Avaliação.....	226
11.4 Órgãos Representativos.....	227
11.4.1 Comissão Permanente de Pessoal Docente	227
11.4.2 Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação.....	228
11.4.3 Comissão de Ética.....	229
11.4.4 Ouvidoria.....	229
11.4.5 Diretórios Acadêmicos e Grêmios Estudantis.....	230
11.4.6 Conselho Escolar	230
11. 5 Relações e Parcerias institucionais e Relações internacionais.....	230
11.5. 1 Relações e parcerias com instituições e comunidade.....	230

11.5.2 Relações Internacionais	231
11.5.2.1 Atribuições Da Assessoria De Relações Internacionais – ARINTER.....	233
11.5.2.2 Convênios, acordos e projetos internacionais.....	235
11.5.2.3 Cronograma de oferta de programas	235
12. POLÍTICA DE EaD	236
13. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRAS.....	242
13.1 Demonstração da sustentabilidade financeira	243
13.2 Estratégia de gestão econômico-financeira.....	244
13.3 Planos de investimentos.....	245
13.4 Previsão orçamentária e cronograma de execução.....	245
14.AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	248
14.1 Concepção e princípios de avaliação institucional	249
14.2 Objetivos e Metas da CPA do IFPE.....	253
14.3 Fundamentos e Procedimentos Metodológicos e Instrumentos.....	255
14.4 Finalidades e Competências da CPA.....	267
14.4.1 Resultados esperados e formas de utilização dos resultados das avaliações.....	268
15. POLITICAS E AÇÕES DE INCLUSÃO.....	270
15.1 Políticas de cotas.....	271
15.2 Política Institucional de atendimentos a pessoas com deficiência - Fortalecimento das ações de inclusão através dos Núcleos de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NgNE's)	271
15.3 Política Institucional de Educação Ambiental.....	272
15.4. Política institucional voltada para a igualdade das questões étnico-raciais.....	272
15.5 Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	273
16. Considerações Finais.....	276
17. Referências	279

APRESENTAÇÃO

O conhecido educador chileno, Abraham Magendzo, cunhou o conceito de ideias-força para expressar ideias e pensamentos convergentes, complexos e mobilizadores que compartilham semelhanças, mas não supõem uniformidades. Destaca, ainda, estarem enraizados no tempo histórico em que são gerados. Incorporam diferenças e diversidades. Situam-se em permanente movimento. Essa *força* está presente na própria constituição do Instituto Federal de Pernambuco. Acreditamos que, desde a sua criação, o IFPE vem impactando a vida das pessoas e transformando a realidade socioeconômica e cultural de Pernambuco.

Este documento, entregue à comunidade acadêmica, mais do que o Plano de Desenvolvimento Institucional, traz nessas páginas a construção de parâmetros sistêmicos de atuação do nosso Instituto e valores simbólicos caros aos que labutam no campo educacional. Gestado a partir de diálogos e de contribuições da comunidade, este documento norteará as ações do IFPE, nos próximos cinco anos, sem, todavia, ser um documento acabado, pois poderá ser sistematicamente revisitado, incorporando-se a ele novas contribuições, sempre embasadas nos contextos socioeconômico, cultural e educacional da sociedade em que estamos inseridos, e só essa dimensão já daria a relevância da elaboração deste Plano de Desenvolvimento Institucional.

Trata-se, portanto, de um documento- bússola, trilha e caminho para consolidar a nossa missão institucional, aberto à acolhida de novas proposições, com a escuta dos integrantes da família IFPE e, simultaneamente, permitindo o amparo às decisões das gestoras e dos gestores. Nele, está apresentada a importância do seu, do nosso trabalho em prol das causas da sociedade, da humanidade, das causas da Educação. Atuamos em uma grande Instituição e precisamos amplificar o orgulho de fazer parte de uma Casa de Educação como o Instituto Federal.

Dentre as variadas esferas de ser e estar do humano (profissional, pessoal, cultural), a Educação Republicana é imprescindível na construção do coletivo, nos aspectos de amparo destacadamente dos mais necessitados e das classes populares. É a construção de um locus ético, público, digno e inclusivo. As Instituições integrantes da centenária Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica são, por conseguinte, territórios da cidadania e vêm proporcionando Ensino de qualidade e educação gratuita a serviço da Nação. Afinal, o nosso Projeto Político- Pedagógico, parte integrante deste documento, materializa essa dimensão e valoriza a formação dos educandos de maneira integral. Estamos inseridos em um projeto de

nação, fazemos parte da chamada Pátria Educadora, inspirada no ideário do patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire, e de uma concepção de governo que compreende a educação como política social. Dessa forma, trabalhar as potencialidades da região, buscar mecanismos de acesso da comunidade aos meios produtivos, através da criação de programas educacionais que intensifiquem a Inovação, a Pesquisa Aplicada e a Extensão Tecnológica indissociáveis, promovendo a ampla inserção de nossos educandos no mundo produtivo, permitindo-lhes, juntamente às famílias, o passaporte a um mundo mais feliz, igualitário e humano, são possibilidades e sonhos realizados só com Educação, com profissionalização, com qualificação!

Neste documento, iremos, também, lembrar alguns dados sobre Pernambuco e como nos inserimos nesse contexto desenvolvimentista. Nosso Estado é localizado na região Nordeste do Brasil, com mais de sete milhões de habitantes, distribuídos em uma área territorial de 98.311 km², e uma população jovem de 1.566 mil cidadãs e cidadãos. É o maior centro de negócios do Nordeste, o segundo Polo Médico do país e também em gastronomia. Possui um acervo multicultural dos mais ricos do território nacional. Desde 2010, “a terra dos altos coqueiros” apresenta PIB (Produto Interno Bruto) maior do que a média brasileira.

No início da década, assistimos à chegada de vários empreendimentos em Pernambuco e dela participamos. Destacamos, nesse processo, os estaleiros, as montadoras de automóveis, o polo farmacológico e as empresas sistemistas. Desde a Expansão I, com o campus Ipojuca, esse conjunto vem sendo assistido pelo IFPE. As Unidades da Expansão III, da cidade de Palmares, passando pelo Cabo e Jaboatão e desembocando no Eixo Norte da RMR, os cursos foram programados, conjugando-se audiências públicas com uma pesquisa de mercado, projetando Pernambuco até 2030.

O Polo de Informática do Recife — o Porto Digital — está entre os cinco maiores do Brasil e sua participação é de 3,5% no PIB do Estado. Nele, há ofertas de cursos desde a manutenção à programação. Tudo programado para atender as necessidades dos arranjos produtivos locais – APLs. Do município de Araripina, saem 95% do gesso consumido no Brasil; e vem da cidade de Gravatá uma das maiores produções de flores temperadas do Nordeste. Este PDI destaca, também, a pujança de nossos campi agrícolas (Barreiros, Belo Jardim e Vitória) e os avanços conquistados com a transformação deles em IFPE.

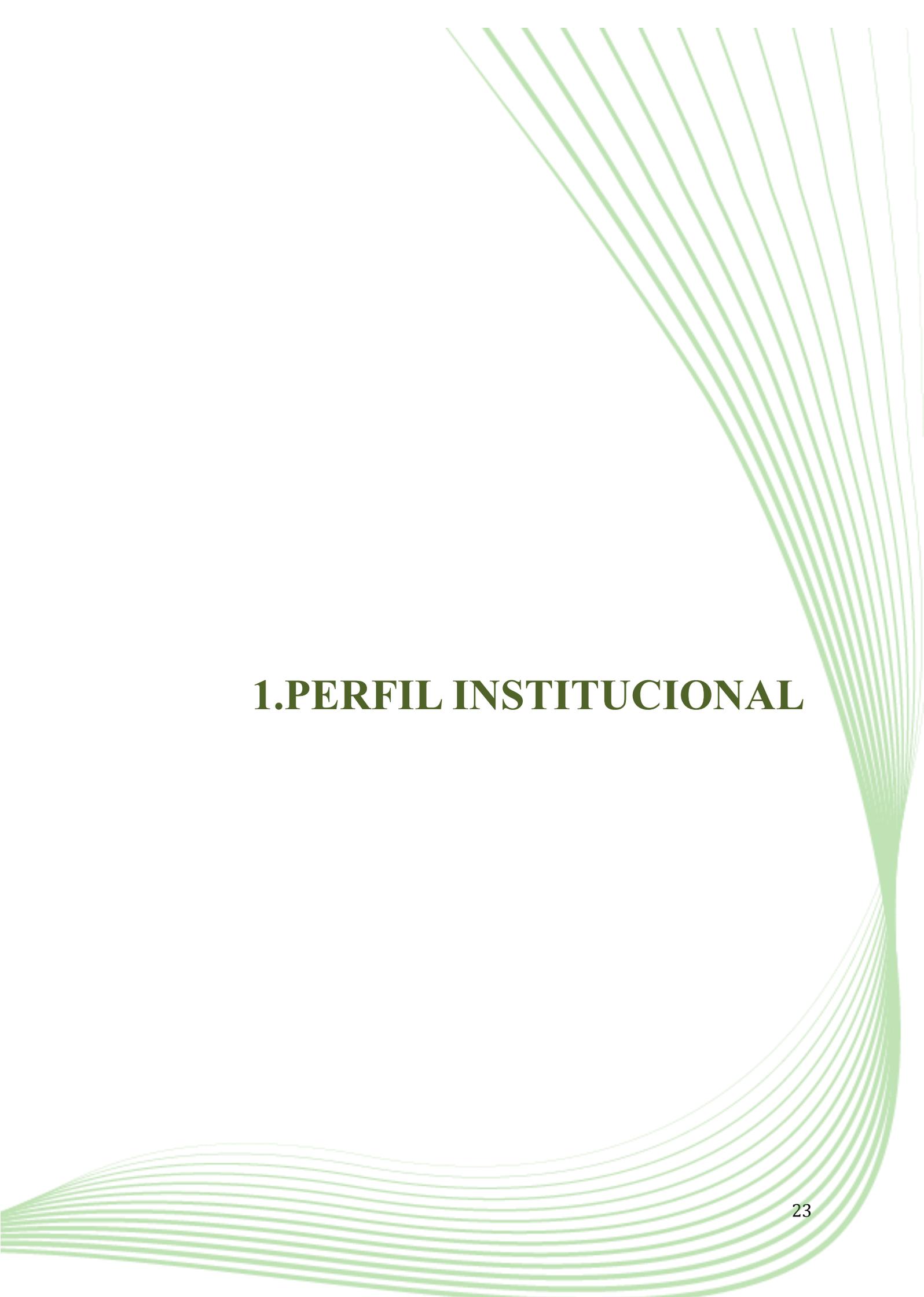
As regiões desenvolvidas em Pernambuco possuem ambivalências. Seu grande potencial produtivo, por exemplo, contrasta com a baixa escolaridade, e sua boa estrutura logística e diversificados serviços contradizem os elevados índices de pobreza, ainda, encontrados em muitas cidades. Precisa-se de mais planejamento urbano e de ações

educacionais verticalizadas que evitem o êxodo rural. Nessa perspectiva, a valorização do Ensino Agrícola é salutar e sugestiva ao diálogo entre os setores da economia, precisando se investir na agricultura familiar, na economia criativa e solidária e valorizar os aspectos do campesinato e dos movimentos em prol da terra e da sustentabilidade

O diálogo das ciências, do ensino e da aprendizagem, entre educandos e docentes, entre estudantes e técnicos administrativos, enfim, entre os educadores, para atuarem de forma trans e interdisciplinar, buscando atenuar os desafios do cotidiano escolar, da vida e das profissões materializam o conceito da felicidade do sociólogo Herbert de Souza, o querido Betinho. Assim sendo, estaremos em sintonia com as páginas escritas neste documento e com o planeta, na constante reflexão de nossas práticas, da construção de nossa identidade e subjetividade, ao nos lançarmos para o futuro sem medo de sermos felizes!

Cláudia da Silva Santos Sansil

Reitora do Instituto Federal de Pernambuco



1.PERFIL INSTITUCIONAL

1. PERFIL INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco foi criado pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, compondo a Rede a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação. Possui, dentro de suas prerrogativas, autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar, sendo uma Instituição especializada na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de Ensino, com base na conjugação de conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos, com estrutura pluricurricular e multicampi, observando, nas suas práticas pedagógicas, o princípio da indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

1.1 HISTÓRICO

Em 23 de setembro de 1909, por meio do Decreto Nº 7.566, o Presidente Nilo Peçanha criava em cada uma das capitais dos Estados do Brasil uma Escola de Aprendizes Artífices, destinadas a ministrar o ensino profissional primário e gratuito. Essas escolas tinham o objetivo de formar operários e contramestres. Os cursos nelas ministrados seriam oferecidos sob o regime de externato, funcionando das 10 às 16 horas. A Escola de Pernambuco iniciou suas atividades em 16 de fevereiro de 1910.

As Escolas de Aprendizes Artífices foram reformuladas posteriormente, em 1918 (Decreto Nº 13.064, de 12 de junho), conservando, contudo, o seu caráter de instituição destinada a meninos pobres e apresentando poucas modificações em relação ao projeto original. Em 1937, pela Lei Nº 378, de 13 de janeiro, essas escolas passaram a ser denominados Liceus Industriais.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei Nº 4.073, de 30 de janeiro de (1942) veio para modificar completamente as antigas Escolas de Aprendizes Artífices, que passaram a oferecer Ensino Médio e, aos poucos, foram se configurando como instituições abertas a todas as classes sociais. A partir de 1942, o Ensino Industrial, abrangendo dois ciclos, o básico e o técnico, foi ampliado, passando a ser reconhecido como uma necessidade imprescindível para o próprio desenvolvimento do país.

Mais adiante, em 1959, a Lei nº 3.552 deu estruturas mais amplas ao Ensino Industrial. Posteriormente, as leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961) e de Expansão e Melhoria do Ensino (Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971) também reformularam o Ensino Industrial.

Durante esse longo período, a Escola de Ensino Industrial do Recife, com as denominações sucessivas de Escola de Aprendizes Artífices, Liceu Industrial de Pernambuco, Escola Técnica do Recife e Escola Técnica Federal de Pernambuco (ETFPE), serviram à região e ao país, procurando ampliar sua missão de Centro de Educação Profissional. Até hoje, funcionou em três locais diversos: no período 1910/1923 teve como sede o antigo Mercado Delmiro Gouveia, onde funciona atualmente o Quartel da Polícia Militar de Pernambuco, no Derby; a segunda sede da escola localizou-se na parte posterior do antigo Ginásio Pernambucano, na Rua da Aurora. A partir do início do ano letivo de 1933, passou a funcionar na Rua Henrique Dias, nº 609, mais uma vez no bairro do Derby, sendo a sede oficialmente inaugurada em 18 de maio de 1934.

Uma nova mudança de endereço aconteceu em 17 de janeiro de 1983, quando a ETFPE passou a funcionar na Avenida Professor Luiz de Barros Freire, nº 500, no bairro do Curado, em instalações modernas, projetadas e construídas com o esforço conjunto de seus servidores e estudantes.

Nessa Sede, hoje, funciona o *campus* Recife do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. Em 1999, por meio do Decreto S/N de 18/01/1999, a ETFPE foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco, CEFET-PE, ampliando seu *portfólio* de cursos e passando também a atuar na Educação Superior com cursos de formação de tecnólogos. Nesse quadro contínuo de mudanças e transformações, fruto, portanto, de um processo histórico, encontrava-se inserido o CEFET-PE, cujo futuro estava à mercê dos desígnios dos sistemas político e produtivo do Brasil.

Em 2004, com a publicação do Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do Artigo 36 e os Artigos 39 a 41 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, foram criados os Cursos Técnicos na Modalidade Integrada. Já em 2005, o Decreto Nº 5.478, de 24 de junho de 2005, instituiu, no âmbito das Instituições Federais de Educação Tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Foi através do Decreto Nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, que as atuais Escolas Agrotécnicas Federais receberam a denominação de Colégios Agrícolas e passaram a oferecer os cursos Ginásiais Agrícolas e Técnico Agrícola. Em 04 de setembro de 1979, os Colégios Agrícolas passaram a se denominar Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs). Em novembro de 1993, as EAFs foram transformadas em Autarquias Federais, assim instituídas pela Lei Nº 8.731, passando a ser dotadas de autonomia administrativa, financeira, patrimonial,

didática e disciplinar.

É importante, ainda, pontuar as principais mudanças ocorridas no âmbito de atuação dos CEFETs, nas últimas três décadas, com as leis Nº 5.692/71 (Educação Profissionalizante Compulsória); Nº 7.044/82 (Educação Profissionalizante Facultativa); e Nº 8.948/94 (Criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica). Através dessas leis, o CEFET-PE expandiu seu raio de atuação com a implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas – as UNEDs. O Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina – CEFET Petrolina- foi criado a partir da Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Vilela – EAFDABV, pelo Decreto Presidencial (DOU nº. 227-A), de 26 de novembro de 1999. Esse Centro recebeu, por força do Decreto nº. 4.019, de 19 de novembro de 2001, a Unidade de Ensino Descentralizada de Petrolina, à época pertencente ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco; a Portaria Ministerial Nº 1.533/92, de 19/10/1992, criou a UNED Pesqueira, no Agreste Central, e a Portaria Ministerial Nº 851, de 03/09/2007, criou a UNED Ipojuca, na Região Metropolitana do Recife, fronteira com a região da Mata Sul do Estado.

Finalmente, com a publicação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi instituída a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO- IFPE- hoje é constituído por um total de 16 *campi*, a saber: os *campi* de Belo Jardim, Barreiros e Vitória de Santo Antão (antigas EAFs); os *campi* de Ipojuca e Pesqueira (antigas UNEDs do CEFET-PE); os *campi* de Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns implantados na Expansão II da Rede Federal de Educação Profissional; além de mais sete *campi* implantados pela Expansão III os quais estão funcionando em sedes provisórias – *Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Palmares, Paulista, Olinda e Igarassu* e o *campus* Recife (antiga sede do CEFET-PE), todos em funcionamento.

1.2 NATUREZA DA INSTITUIÇÃO

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO é uma instituição especializada na oferta de Educação Profissional e Tecnológica, nas suas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos, científicos e tecnológicos através de práticas pedagógicas contextualizadas. É regido pela Lei supracitada e pelas disposições de seu Estatuto, Regimento e Organização Acadêmica, além das legislações em vigor. As atividades desenvolvidas no Instituto são supervisionadas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do

Ministério da Educação – SETEC/MEC.

1.2.1 Autonomia da Instituição em Relação à Mantenedora

Segundo a Lei nº 11.892, de 2008. *Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Sistema Federal de Ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, e constituída pelas seguintes instituições:*

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais; II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR;

III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ, e de Minas Gerais – CEFET-MG;

IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.

Parágrafo único. As instituições mencionadas nos incisos I, II e III do caput deste artigo possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

1.2.2 Autonomia Administrativa

A autonomia administrativa do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO está condicionada ao atendimento do que prescreve o Direito Administrativo, por meio de suas diversas fontes, ou seja, a lei, a doutrina, a jurisprudência e o costume. No âmbito da lei, as mais importantes são a Constituição Federal, as Leis nº 8.666/93 e nº 8.112/90 e respectivas alterações.

1.2.3 Autonomia Patrimonial

Segundo prevê o Art. 17º, da Lei de Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o patrimônio dos Institutos Federais é composto da seguinte forma:

I – Pelos bens e direitos que compõem o patrimônio de cada uma das instituições que o integram, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas ou condições, ao novo ente;

II – Pelos bens e direitos que vierem a adquirir;

III - Pelas doações ou legados que receberem; e

IV – Por incorporações que resultem de serviços por eles realizados.

Parágrafo único: Os bens e direitos do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados a não ser nos casos e condições permitidos em lei.

1.2.4 Autonomia Financeira

No planejamento e execução da peça orçamentária, cada *campus* instituído pela Lei

nº 11.892/2008 tem autonomia para administrar seus recursos. Essa afirmativa fica elucidada no Art. 9º da referida Lei, em que se define a estrutura dos Institutos Federais como *multicampi*, com proposta orçamentária anual identificada para cada *campus* e para a Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

A proposta orçamentária anual do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, identificada para cada *campus* e Reitoria, é estabelecida mediante definição de critérios elaborados pelo Colégio de Dirigentes e o seu planejamento orçamentário deverá ser realizado através do sistema de orçamento participativo.

1.2.5 Autonomia Didático-Pedagógica e Disciplinar

A Autonomia Didático-Pedagógica e Disciplinar do IFPE está delineada na Organização Acadêmica Institucional, documento que tem como objetivo dar suporte pedagógico ao desenvolvimento das atividades de ensino e aprendizagem da Instituição. Nela, estão definidas as diretrizes para orientar e organizar a vida acadêmica dos *Campi* que o integram, em observância aos princípios comuns, advindos do Projeto Político Pedagógico Institucional, respeitando, assim, a diversidade e especificidades que singularizam o todo deste Instituto, conferindo-lhe uma sólida identidade, enquanto Instituição Educacional Pública. Assim, na tessitura deste documento, normas, procedimentos, orientações e diretrizes pertinentes à vida Acadêmica da Instituição estão delineados, promovendo a integração da Pesquisa e Extensão no processo de Ensino, e permitindo que se estabeleça um permanente diálogo com os diversos segmentos que constituem o IFPE, sem perder de vista as peculiaridades e especificidades de cada *Campus* e da Educação a Distância, tendo como premissa o desenvolvimento de um trabalho sistêmico, significativo e consequente.

A Organização Acadêmica, por conseguinte, é um marco legal que norteia e orienta as tomadas de decisão pertinentes à vida Acadêmica Institucional, dando base às ações de todos os segmentos envolvidos no processo educativo, visando ao fortalecimento da identidade Institucional.

1.3 MISSÃO

Promover a Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade.

1.4 VISÃO

Ser uma Instituição de referência nacional em formação profissional que promove educação, ciência e tecnologia de forma sustentável e sempre em benefício da sociedade.

1.5 ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

1.5.1 Atuação no campo do Ensino

As ações de Ensino do Instituto devem sedimentar a *verticalização do ensino*, abrindo espaço para o diálogo e a articulação entre os seus vários níveis e modalidades de ensino, desde a educação básica à superior, e considerar o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, assim como efetivar seu compromisso com as políticas de inclusão social, atentando para o respeito à diversidade, através das várias ações cidadãs planejadas.

Assim, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco atua nas seguintes áreas: Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Cursos Integrados Regulares e PROEJA e Subsequentes); Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores; Educação Superior: Cursos Superiores de Tecnologia, Cursos de Licenciatura, Cursos de Bacharelado, Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* de Aperfeiçoamento e Especialização e Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* de Mestrado e Doutorado.

As bases filosóficas do processo de ensino e aprendizagem do IFPE deverão expressar-se através do incentivo à Pesquisa e à Extensão, numa relação dialógica entre essas duas áreas de atuação, em todos os níveis e modalidades de Ensino, deixando claro que o conceito de ensino e aprendizagem subjacente à prática pedagógica do docente é aquele no qual ensino e aprendizagem não são considerados como dois elementos isolados, mas como integrantes de um único processo.

Neste cenário, a Pró-Reitoria de Ensino desenvolve suas ações no âmbito do Instituto, seguindo as diretrizes emanadas pelo MEC/SETEC, ofertando vagas na Educação Profissional e Tecnológica nos diferentes níveis: em Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado, Cursos Técnicos de Nível Médio PROEJA em concomitância externa, em Cursos Técnicos Subsequentes e no Nível Superior (Cursos de Tecnologia, Licenciatura e Bacharelado), na modalidade presencial e a distância, buscando atender à política de expansão de ofertas de vagas na Educação Profissional e Tecnológica, em todos os *campi*.

Ressalta-se a participação dos *campi* que hoje integram IFPE, na análise das novas demandas da Política Nacional de Educação para a criação dos Institutos Federais, incluindo as diretrizes para o Projeto Pedagógico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a oferta de Licenciaturas em EPT; a oferta de Licenciaturas em Ciências da Natureza e Matemática

(presencial e a distância); a oferta de Engenharias, dentre outros temas-

No contexto do Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco fortalece o seu papel, enquanto instituição de Educação, firmando parcerias com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais e outras Instituições de Ensino Superior, com o objetivo de criação do Arranjo Educacional Estadual, por meio de uma Comissão Estadual para elaboração do Planejamento Estratégico – PAR -, visando à Formação de Professores da Rede Estadual e Municipal de Ensino. Com essa parceria, o IFPE assume seu papel como ator na promoção da Política Nacional de Educação, colaborando com o objetivo maior do MEC de promover a melhoria da formação dos professores da Rede Estadual e Municipal e, conseqüentemente, da qualidade do Ensino Básico como um todo.

Outras ações que fazem parte das políticas de Ensino do IFPE dizem respeito à participação em diversos Fóruns nessa área, ao Termo de Acordo com o MEC/SEB, voltado à participação nas ações do PROFUNCIÁRIO no Estado de Pernambuco, colaborando, assim, com os esforços do MEC para a formação dos trabalhadores da Educação Técnica de Nível Médio, na modalidade EaD e nas várias etapas do processo preparatório da Conferência Nacional de Educação- CONAE-, contribuindo, assim, com as políticas nacionais de Educação, especificamente no que se refere ao aprimoramento e à ampliação da oferta de vagas nas Instituições de Ensino em diferentes níveis e modalidades.

Destaque-se que as Políticas de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco são emanadas do MEC, implantadas, desenvolvidas e acompanhadas pela Pró- Reitoria de Ensino- PRODEN-, em articulação com os *campi* e a Diretoria de Educação a Distância.

Neste sentido, a referida Pró- Reitoria, em conjunto com a suas Diretorias de Desenvolvimento de Ensino e de Políticas Pedagógicas, bem como com a Coordenação de Gestão Acadêmica e sua Assessoria Pedagógica, vem intensificando a articulação das ações de acompanhamento sistêmico nos *campi*, além do acompanhamento da EAD (UAB e *e-Tec*), apoiando o acompanhamento/implementação de cursos nos diversos níveis e modalidades, ou promovendo outras ações, como a avaliação das ações e programas do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), a reestruturação da Organização Acadêmica, a implementação de Programas na área de desenvolvimento do Ensino, em todos os *campi*, como Monitoria, PIBID, PROIFPE, dentre outras ações.

Uma das metas mais importantes dessa área de Ensino é a promoção de ações de integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão, evidenciada pelos trabalhos desenvolvidos,

especificamente no que concerne à regulamentação do Trabalho Docente, Projetos Pedagógicos dos Cursos, Plano de Capacitação dos Servidores, fortalecimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, além da participação em projetos integradores dessas três áreas que são os alicerces deste Instituto.

Um dos maiores desafios da PRODEN é a ampliação da oferta de Cursos de Licenciatura no IFPE, como prevê o Projeto dos Institutos Federais, atendendo às necessidades evidenciadas pelos dados estatísticos do INEP, os quais apontam para a carência de professores, principalmente, nas áreas da Ciência da Natureza, Matemática e Geografia. Deve-se considerar que essas são áreas de destaque no Instituto, sendo assim, estão sendo reunidos esforços para que os *campi* promovam a elaboração de novos Planos de Cursos de Licenciatura, nas modalidades presencial e a distância, bem como o seu fortalecimento, onde os cursos já foram implantados.

Visando à melhoria da qualidade de Ensino e atentando sempre para a Missão institucional, alguns programas na área de desenvolvimento do Ensino são implementados em articulação com os *campi*, como por exemplo o Programa de Monitoria nos Cursos Técnicos e Superiores e a Política de Cotas, no âmbito da política de inclusão prevista para os Institutos.

Além dessas ações, destacam-se às referentes ao Programa de Acesso, Permanência e Êxito do Instituto Federal de Pernambuco (PROIFPE). Este Programa se constitui em uma política institucional que visa promover formas de acesso, permanência e êxito aos estudantes oriundos de escolas públicas, possibilitando-lhes a concorrência de forma mais justa e igualitária aos cursos regulares oferecidos pela Instituição.

O objetivo geral desse Programa é contribuir para que os estudantes construam de forma autônoma, colaborativa e participativa conhecimentos, promovendo acesso, permanência e êxito nos cursos do IFPE, na perspectiva da democratização dos saberes. O PROIFPE, portanto, está organizado em três eixos principais de atuação, a saber:

Acesso: trata-se da inclusão, por meio da promoção de oportunidades, de estudantes oriundos de escolas públicas para o ingresso no Instituto. Dessa forma, promove-se o processo de ensino e aprendizagem, com o objetivo de garantir a esses estudantes a possibilidade de concorrer de forma mais justa às vagas ofertadas nos processos seletivos do IFPE, contribuindo, assim, para a formação cidadã e a construção de conhecimentos.

Permanência: constitui-se de ações de acompanhamento e contribuições ao processo de ensino e aprendizagem, a fim de atender as necessidades do estudante, dotando-o de competências humanísticas, científicas e tecnológicas. Ao lhe ser permitida a permanência com qualidade na Instituição, previnem-se e diminuem-se os índices de retenção e evasão escolar.

Êxito: constitui-se em ações multiprofissionais que possibilitam aos estudantes sistematizar as informações e conhecimentos adquiridos durante seu percurso acadêmico, tendo uma visão geral sobre o curso escolhido, construindo competências para ingressarem e manterem-se no mundo do trabalho.

Para garantir atuação contínua, monitoramento e avaliação das ações desse Programa, foi instituído o Fórum PROIFPE, espaço de debates e troca de experiências exitosas entre os *campi*, o qual promove a divulgação e o compartilhamento das ações nele empreendidas, visando reduzir a retenção e a evasão no IFPE. Tem como objetivo fortalecer essa política de acesso, permanência e êxito de forma compartilhada, a partir de experiências prévias dos *campi* da Instituição.

Além das ações do PROIFPE, outra ação objetivando reduzir os efeitos da retenção e da evasão de estudantes, por meio do monitoramento e avaliação do rendimento escolar, está sendo elaborada por uma Comissão Institucional que tem como finalidade estruturar o Plano Institucional de Monitoramento e Intervenção para Superação da Evasão e Retenção de Estudantes do IFPE.

Dentro dessa Política de Ensino, uma das ações de grande importância sob a responsabilidade da PRODEN é o acompanhamento da oferta e regulação dos Cursos Superiores, dando continuidade aos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos e a participação de estudantes no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes de Cursos Superiores (ENADE).

Nesta direção, os trabalhos da PRODEN são conduzidos, considerando-se as orientações da Política do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES -, criada em 2004, pela Lei nº 10.861. Em consonância com esta perspectiva, a Pró-Reitoria de Ensino desenvolve um conjunto de atividades junto aos Dirigentes de Ensino, Coordenadores de Cursos de Graduação, Gestores e a equipe que compõe a CPA, a fim de atender as exigências constantes no mencionado sistema. Assim, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco realiza várias ações, buscando a melhoria dos Cursos Superiores, dentre elas destacam-se a contratação de docentes qualificados, a aquisição de equipamentos e livros, os investimentos na infraestrutura, a implementação de Bolsas de Iniciação Científica e de Monitoria.

Ainda na dimensão da Avaliação da Educação Profissional, a Pró-Reitoria de Ensino instituiu a Comissão responsável pela Implantação, no IFPE, do Modelo Experimental do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional (SINAEP), utilizando como referência o Documento Base do Ministério da Educação. Esta proposta visa implantar, na

Instituição, a avaliação dos cursos da Educação Profissional, tendo, dentre outros objetivos, o de contribuir para a orientação da qualidade da oferta dos cursos, para a valorização da cultura da avaliação e para a identidade institucional.

Na área da Coordenação de Gestão Acadêmica, existe, em todos os *campi*, o Sistema de Controle Acadêmico informatizado, responsável pela implantação das matrizes de todos os cursos e pela atualização do cadastro de discentes e docentes. A Coordenação de Diplomas, ligada a essa área, realiza a certificação do Ensino Médio, por meio do ENEM, e o registro dos diplomas dos cursos superiores e diplomas estrangeiros revalidados, de acordo com as exigências da normativa interna.

Além dessas ações, a PRODEN atua, orientando a elaboração dos projetos de implantação de cursos nos vários *campi* do IFPE, contando com o assessoramento sistemático da *Assessoria Pedagógica*, no âmbito da definição das políticas educacionais (Projeto Político Pedagógico Institucional), na análise dos Projetos de Cursos, na análise de processos diversos, como também por meio da participação em Projetos Especiais, a exemplo do PROFUNCIÓNÁRIO e do PARFOR.

Com a incorporação crescente das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) ao processo educativo a distância e presencial, a utilização de tecnologias educacionais aplicadas ao Ensino a Distância e ao Ensino Presencial continuam sendo desenvolvidas e ampliadas no âmbito do IFPE, especificamente as concernentes à Educação a Distância, essa se tornando uma modalidade educacional mais extensiva em termos de público e audiência, rompendo barreiras culturais de língua, tempo e espaço geográfico, ao mesmo tempo em que dinamiza os modos de ensinar e aprender e os de realizar as interações pedagógicas que se fazem necessárias.

Essas ações fazem parte do conjunto de ações prioritárias do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Além dessas ações dentro das políticas de Ensino, a PRODEN desenvolve outras ligadas ao Sistema de Bibliotecas do IFPE - SIBI/IFPE, instituído através Resolução nº 15/2013 – CONSUP-, tendo como objetivo integrar o grupo de Bibliotecas do IFPE, sob os aspectos funcional, operacional e executivo, além de formar uma unidade harmônica das atividades educacionais, científicas, tecnológicas e culturais; apoiando o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, quanto à coleta, tratamento, armazenagem, recuperação e disseminação da informação.

A estrutura organizacional do SIBI/IFPE é formada pela Coordenação do SIBI/IFPE, pelas Bibliotecas dos *Campi* e EAD e pela Comissão de Bibliotecários do IFPE. Para acompanhar a expansão e as necessidades futuras do Sistema, pretende-se implantar a

Biblioteca da Reitoria, quando da definição das instalações de sua sede.

Estão, ainda, sob a coordenação da PRODEN, as ações do Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI- do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Este Projeto, construído de forma coletiva e democrática, é a expressão da identidade institucional, nele, os atores sociais, partícipes do processo de reconstrução das práticas sociais cotidianas, devem realizar conjuntamente a leitura da realidade em que estão imersos, definir sua filosofia educacional, a concepção de pessoa, de sociedade, currículo, planejamento, avaliação e outras concepções e princípios que devem nortear o cotidiano da instituição.

O PPPI se configura num documento que todos os membros da comunidade escolar devem consultar como referência para a tomada de decisões. Mais do que um documento, esse projeto se evidencia, efetivamente, quando posto em prática através de ações político-pedagógicas.

A comissão Institucional responsável pelo Monitoramento, Controle e Reformulação do PPPI possui, em sua composição, representantes de todos os *Campi*, Pró- Reitorias e Diretorias Sistêmicas do IFPE, e suas atividades são desenvolvidas em duas fases:

- Fase 1: Promover o monitoramento das ações propostas no PPPI, realizando avaliação das ações propostas nos *Campi*.
- Fase 2: Reformular o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), realizando a revisitação do documento.

1.5.2 Atuação no campo da pesquisa

Políticas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

A PROPESQ é o órgão do IFPE responsável pela coordenação das políticas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Para isso, institui instrumentos e processos de gestão com alcance sistêmico com vistas ao desenvolvimento de programas e ações que envolvam servidores e discentes na construção de novos saberes e na qualificação em nível de Pós-Graduação.

Sendo a Pesquisa um dos pilares da formação oferecida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, parte-se do que preconiza a Lei nº 11.892, no que concerne à Pesquisa, e, mais especificamente a aplicada, qual seja, que ela se dê em sintonia com as demandas do desenvolvimento local, regional e nacional, de modo a atender aos interesses da sociedade e contribuir para uma formação humana e cidadã dos trabalhadores brasileiros, assegurando-lhes uma permanente atualização ante os avanços e desafios sociais e tecnológicos.

Especificamente, trata-se da articulação dos saberes construídos com as necessidades dos indivíduos e da sociedade, afinal, ciência e tecnologia são produções humanas marcadas por escolhas políticas e culturais. Por isso, a Pesquisa vai além do caráter acadêmico atrelado à formação na Pós-graduação. Ela busca, entre outros aspectos, as respostas científicas e soluções tecnológicas para atender as necessidades que emergem na articulação entre os currículos desenvolvidos pela instituição educativa e os anseios da comunidade. Daí, compreende-se a Pesquisa como constituinte da educação profissional, tecnológica e científica, a partir da concepção de que ela não é apenas instrumentalizadora de pessoas para o mercado de trabalho, mas um *locus* privilegiado de produção do conhecimento e seu aporte à sociedade na direção da democratização do saber e das tecnologias dele decorrentes como fator da soberania nacional.

Em observância ao que preconiza o Estatuto do IFPE, compete à Pro-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPESQ) fomentar políticas, planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades de Pesquisa, de Inovação e de Pós-graduação no âmbito deste Instituto. No desenvolvimento de tais competências, a PROPESQ trabalha colaborativamente com os gestores de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação dos *campi*, com as Coordenações Institucionais de Programas de Iniciação Científica, Tecnológica e de Incentivo Acadêmico. Conta, ainda, com o apoio do Comitê Científico de Pesquisa, do Comitê de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (COMPITT), do Conselho Editorial da Revista de Ciências, Humanidades e Tecnologias (CIENTEC), do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, da Comissão de Ética em Pesquisa com Animais e demais Coordenações e Comissões de assessoramento.

Relação Entre Ensino, Pesquisa E Extensão

Ensino, Pesquisa e Extensão são áreas integradas e recursivas. O Ensino difunde saberes por meio de cursos que, por sua vez, reconhecem competências por meio de certificações e itinerários formativos alternativos ou complementares a essa educação formal. A Extensão equilibra o Ensino e a Pesquisa com as expectativas da comunidade em que o IFPE se insere.

A articulação entre o Ensino e a Pesquisa passa, necessariamente, pela criação de um ambiente favorável a essa articulação, o que significa dizer que as atividades docentes não devem se restringir à sala de aula e que os técnicos-administrativos não devem ficar presos às atribuições específicas de suas funções. Desta forma, todos os profissionais da instituição poderão constituir-se em pesquisadores e contribuir para o desenvolvimento da Pesquisa e do

Ensino.

Dessa forma, a Pesquisa no IFPE deve ter como foco as atividades voltadas para a produção do saber articulada ao Ensino, promovendo o envolvimento de estudantes de cursos Técnicos, Tecnológicos, Bacharelados, Licenciaturas e de Pós-graduações, objetivando o estímulo às práticas de produção científica, tecnológica, artística, filosófica e cultural. Ao articular as atividades de Ensino às de Pesquisa, o IFPE aponta na direção de projetos curriculares capazes de formar cidadãos críticos, com condições de construir conhecimentos relativos ao ser humano de forma comprometida com o desenvolvimento social, econômico, artístico e cultural da sociedade brasileira. Este mutualismo entre o Ensino e a Pesquisa promove a superação de uma visão dicotômica que supõe o Ensino de qualidade sem Pesquisa e/ou a Pesquisa de qualidade apartada do Ensino. Portanto, é importante compreender que sem Pesquisa não há alimentação do processo de Ensino e que, sem Ensino, não há razão para a Pesquisa nas instituições educacionais.

No que tange à articulação entre a Pesquisa e a Extensão, um dos requisitos primordiais para alavancar esta interação no IFPE é o estímulo à articulação com outras instituições, públicas ou privadas, para que, em parceria, somem esforços, a fim de explorar nossas potencialidades. Essas parcerias são importantes não somente para a difusão dos novos conhecimentos e tecnologias desenvolvidos, mas também para favorecer a realização de pesquisas a partir de atividades em articulação com parceiros externos.

Outra possibilidade que surge da interação entre Pesquisa e Extensão é o desenvolvimento das ideias vinculadas às atividades de Pesquisa por meio do empreendedorismo, visando à criação de valores com base em novos negócios, criativos e inovadores, que estimulem nos pesquisadores (servidores e estudantes) o espírito empreendedor e que permitam estreitar relações com os setores produtivos da sociedade.

Desenvolvimento e Organização da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Especificamente sobre a Pesquisa e a Inovação Tecnológica, com fulcro na Lei nº. 11.892/2008, os Institutos Federais deverão estimular a Pesquisa aplicada, a Inovação tecnológica, o empreendedorismo e o cooperativismo, tendo em vista apoiar processos educativos que contribuam para a inserção do discente no mundo do trabalho, possibilitando a geração de renda, em sintonia com os arranjos produtivos econômicos, sociais e culturais locais.

Diante do diapasão de oportunidades que a expressão “pesquisa aplicada” traz consigo, o IFPE considera que o desenvolvimento investigativo deva priorizar a solução dos problemas da comunidade local, regional e nacional. A atividade de pesquisa deverá estar comprometida com a formação cidadã, com o desenvolvimento regional sustentável, articulada com os arranjos produtivos, culturais e sociais, sem perder de vista a capacidade de diálogo com outros universos de pesquisa; como formadora de pessoas em diversos níveis e modalidades de ensino; e como atividade capaz de gerar conhecimentos sobre problemas do âmbito do trabalho e da produção, oferecendo alternativas tecnológicas para o desenvolvimento socioeconômico e também do ponto de vista das tecnologias sociais.

Nessa perspectiva, o IFPE é estimulado a organizar as atividades de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação de forma a dialogar com a sociedade, reafirmando seu compromisso com a construção de uma instituição pública, gratuita e de qualidade. Da mesma forma, estabelece-se o compromisso de observar, na definição das suas finalidades, no uso das metodologias, na divulgação dos resultados e na utilização das verbas públicas, os princípios éticos e epistemológicos que orientam as atividades fim desta Instituição.

- As atividades de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação são organizadas por meio dos seguintes documentos: (i) Regulamento Geral dos Grupos de Pesquisa - aprovado pela Resolução/CONSUP/IFPE nº 18 de 01/04/2014, (ii) Regulamento Geral de Projetos de Pesquisa - aprovado pela Resolução/CONSUP/IFPE nº 19 de 01/04/2014, (iii) Regulamento Geral dos Programas de Iniciação Científica, de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e de Incentivo Acadêmico - aprovado pela Resolução/CONSUP/IFPE nº 21 de 01/04/2014, (iv) Programa de Apoio à Pesquisa, Inovação e Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - aprovado pela Resolução/CONSUP/IFPE nº 31/2015 (v) Política de Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - aprovado pela Resolução/CONSUP/IFPE nº 13/2015 e Programa de Bolsas de Apoio ao Pesquisador, voltada docente e técnico-administrativos com projetos cadastrados-Resolução/CONSUP/IFPE nº 48/2015.

O Regulamento Geral dos Grupos de Pesquisa tem por finalidade normatizar as regras de criação, avaliação e supervisão de Grupos de Pesquisa no IFPE. Neste sentido, cabe à

PROPESQ o acompanhamento das atividades e produção dos Grupos de Pesquisa por meio de relatórios bienais que conterão informações sobre os projetos de pesquisa desenvolvidos pelo grupo e seus membros, e as publicações e orientações de seus pesquisadores.

No que concerne ao Regulamento Geral de Projetos de Pesquisa, esse documento estabelece critérios, padrões e procedimentos para a apresentação, julgamento, cadastro e acompanhamento dos projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito do IFPE e coordenados por servidos docentes e técnico-administrativos.

No que tange ao acompanhamento das atividades dos Projetos de Pesquisa cadastrados, bem como a avaliação dos seus resultados, inclusive da produção científica, estas ações são de competência e responsabilidade dos Gestores de Pesquisa dos *campi* e deverão ser repassados à PROPESQ, para posterior análise, deferimento e ação gestora com a finalidade de propiciar o melhor ambiente de pesquisa do ponto de vista Institucional. O acompanhamento é efetuado mediante a apresentação de relatório final, contendo os resultados alcançados na pesquisa realizada e a produtividade acadêmico-científica dos integrantes do projeto.

O Programa de Iniciação Científica, de Incentivo Acadêmico e de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, dará amparo ao conjunto dos estudantes que se vincularão à atividade de Pesquisa no Instituto. O Programa é composto por seis modalidades, a saber: (i) Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) que visa despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais em estudantes de graduação, mediante a participação em projetos de pesquisa; (ii) Programa Institucional de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) que tem por objetivo estimular os jovens do Ensino Superior para as atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação; (iii) Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-AF), voltado para estudantes ingressos no Ensino Superior do IFPE por meio de ações afirmativas; (iv) Programa Institucional de Iniciação Científica Técnica (PCTEC) que visa despertar a vocação científica e incentivar talentos em estudantes de nível técnico, mediante a participação deles em projetos de pesquisa; (v) Programa Institucional de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em nível Técnico (PITTEC), cujo objetivo é estimular os jovens do Ensino Técnico nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação; (vi) Programa de Bolsas de Incentivo Acadêmico (BIA), cujo objetivo é incentivar a adaptação à vida acadêmica e a inserção em atividades de Pesquisa e/ou Extensão de estudantes egressos da rede pública de ensino (municipal ou estadual), buscando evitar que, por carência de recursos financeiros, esses estudantes abandonem os cursos ainda no primeiro ano de estudo.

O Programa de Apoio à Pesquisa, Inovação e Extensão, denominado PAPIEX, foi instituído pelo IFPE para fomentar e estimular a Pesquisa Científica e Tecnológica relacionadas aos Programas institucionais; promover a geração de produtos, processos ou serviços inovadores que resultem em propriedade intelectual; estimular iniciativas inovadoras, bem como a formação e consolidação de Grupos de Pesquisa no IFPE; fortalecer os Projetos de Pesquisa do IFPE; incentivar a divulgação dos resultados de Pesquisa, Inovação e Extensão realizadas no âmbito do IFPE por meio da concessão de diárias e passagens; estimular os pesquisadores do IFPE a buscarem parcerias com o setor produtivo para o desenvolvimento de pesquisa aplicada; permitir que pesquisas do IFPE, com resultados passíveis de proteção intelectual, possam contar com recursos mínimos para sua efetiva conclusão; estreitar relações do Setor Produtivo com os cursos do IFPE; estimular o desenvolvimento de programas e projetos de extensão no âmbito do IFPE; Possibilitar o desenvolvimento de práticas empreendedoras a partir de projetos tecnológicos, sociais, culturais e artísticos, e serviços tecnológicos do IFPE. Caracterizando-se como uma ação conjunta da PROPESQ e da PROEXT, o PAPIEX é composto de duas linhas: **Bolsas** aos pesquisadores do IFPE e **Apoio a Projetos de Pesquisa, Inovação e Extensão**, sem, no entanto, inviabilizar outras formas de apoio promovidas pelo IFPE, quer sejam locais ou sistêmicas, através de procedimentos e/ou trâmites administrativos regulamentados para aplicação de recursos públicos e aprovados pela PROPESQ ou PROEXT e Conselho Superior (CONSUP) do IFPE.

O PROPROJETOS poderá financiar: a) Material bibliográfico; b) Equipamentos e material permanente; c) as despesas com instalações necessárias ao adequado funcionamento de equipamentos, excetuando-se reformas; d) Material de consumo, componentes e/ou peças de reposição de equipamentos, software, instalação, recuperação e manutenção de equipamentos; e) Serviços de terceiros – pagamento integral ou parcial de contratos de manutenção e serviços de terceiros, pessoa física ou jurídica, de caráter eventual. f) Despesas acessórias, especialmente as de importação e as de instalações necessárias ao adequado funcionamento dos equipamentos.

Assim, os Programas constituem formas de organização horizontal reunindo pessoas que ocupam o mesmo status na instituição; enquanto os grupos e as linhas se constituem em formas de organização vertical. Elas agregam pesquisadores experientes e iniciantes, bem como estudantes e serão constituídas de modo a consolidar as iniciativas de Pesquisa já existentes e também novas, para obter a tradição investigativa necessária, a fim de fundamentar propostas de Pós-graduação *stricto sensu*.

A Política de Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Inovação do IFPE dispõe sobre os direitos de propriedade intelectual, especificamente os decorrentes da propriedade industrial, resultantes da produção intelectual do Instituto. Essa Política tem como objetivo estabelecer as regras aplicáveis aos resultados de pesquisas realizadas no IFPE, passíveis de serem protegidos e/ou valorizados; definir os procedimentos necessários para proteção e transferência de tecnologia das Propriedades Intelectuais do IFPE; estabelecer as normas para compartilhamento de laboratórios entre o IFPE e parceiros externos e dispor sobre os critérios da divisão dos resultados financeiros líquidos resultantes da exploração das propriedades intelectuais.

A ampliação da oferta do Programa de Pós-Graduação deve se dar em consonância com a economia local, nas diferentes áreas de aplicação. Como marco, foram elaborados os documentos orientadores de novos cursos e Programas de Pós-graduação do IFPE: o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, Resolução 090/2013, e o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Resolução 091/2013.

Atualmente, os Cursos de Especialização *Lato Sensu* na modalidade EAD são os seguintes: **Especialização *Lato Sensu* em Gestão Pública, Especialização *Lato Sensu* em Ensino da Matemática para o Ensino Médio e Especialização *Lato Sensu* em Ensino das Ciências**. O Curso de **Especialização *Lato Sensu* em Gestão Pública** teve início em 2009, e agora conta com a sua quinta turma, atendendo a comunidade em geral, com ênfase no servidor público. Propicia o desenvolvimento de uma visão estratégica dos serviços públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundamento da realidade administrativa do Governo e/ou de suas Unidades Produtivas.

Em 2014, foram aprovadas mais duas especializações: **Especialização *Lato Sensu* em Ensino da Matemática para o Ensino Médio e Especialização *Lato Sensu* em Ensino das Ciências**. Todas elas foram ofertadas no ano de 2014.

Dentro da política de fomento à criação de **Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu***, em 2013 o IFPE conseguiu a aprovação do seu primeiro Mestrado na área de Ciências Ambientais, o Curso de Gestão Ambiental, Portaria 27/2013- MEC. E, neste mesmo ano, houve o Processo de Seleção da primeira turma do **Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Profissional em Gestão Ambiental**, com duas linhas de Pesquisa, que são: Gestão para a Sustentabilidade e Tecnologias e Inovações Ambientais.

Em 2014, foram elaborados 03(três) Projetos para a realização de novos **MINTERS**, e submetidos junto com a UNISINOS, para avaliação da CAPES no Edital nº 23/2014/MEC. Os

MINTERS são vinculados aos seguintes Programas: **Linguística, Comunicação e Saúde Coletiva**. Os Projetos foram aprovados e estão aguardando a sua devida implantação.

Continuando com a Política de Melhoria da Qualidade da Pós-graduação, em 2013, foi realizado o **I Fórum de Pós-Graduação**, que já vai para a sua terceira edição e tem como objetivo fomentar a discussão sobre o contexto da Pós-Graduação no Brasil e na Região Nordeste. Para a realização desse evento, há parceria com outras Instituições de Ensino Superior, a saber: UFPE, UPE e UFRPE. O **I Encontro de Pós-Graduados** teve a temática “Educação e Formação Humana”. Além disso, foram constituídos 04(quatro) grupos de trabalhos referentes às áreas de maior concentração de grupos e projetos de pesquisa cadastrados na PROPESQ, que são: Meio Ambiente, Ciências Humanas, Ciências Agrárias e Engenharias. Dessa forma, são realizadas reuniões com os pesquisadores que incentivam o cadastro de projetos na Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, e a participação de grupos de pesquisa no sentido de melhorar a qualidade da Pesquisa dos envolvidos nos Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu* e na futura implantação de Programas *Stricto Sensu*.

Em 2014, no **II Encontro de Pós-Graduados** com o tema “Meio Ambiente”, os servidores apresentaram suas pesquisas concluídas e em andamento. Ao final deste encontro, destacaram-se questões sobre o fortalecimento da Pesquisa na área ambiental no IFPE. O **III Encontro de Pós-Graduados** a ser realizado, apresentará a temática: Ciências Agrárias.

Dentro dessa dimensão, várias ações precisam ser fortalecidas, destacando-se, dentre elas, a revisita do regulamento de cadastro de grupos e projetos de pesquisa e inovação, de política de iniciação científica da Instituição e de política de Cadastro de Projetos de Pesquisa em fluxo contínuo, visando propiciar a inserção de um maior número de servidores e estudantes envolvidos em atividades de pesquisa.

O aumento da oferta de Bolsas de Iniciação Acadêmica, de Pesquisa e de Inovação para a Educação Superior é também mais uma das ações dessa área, assim como a implementação do repositório eletrônico de produção acadêmica e científica, a consolidação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), a consolidação da Pós-graduação *Lato e Stricto Sensu* no IFPE e do Programa Enxoval Pesquisador para os pesquisadores que atuam no desenvolvimento de Pesquisa no âmbito do Instituto e a requalificação da Revista Científica Institucional (Revista CIENTEC) no portal WebQualis da CAPES.

Ainda nesse âmbito, a ampliação do acesso ao Sistema FINANCIAR – sistema de busca, via web, dará maior suporte para se obterem informações sobre fontes financiadoras para projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).

A implementação e consolidação do Comitê de Ética em Pesquisa, a divulgação das pesquisas

Institucionais cadastradas na Instituição, para conhecimento da comunidade e interlocução entre seus autores, o incremento da oferta de Mestrado Institucional – ampliação da produção científica, aumento da participação de servidores pesquisadores em eventos científico-acadêmicos nacionais e internacionais são elementos importantíssimos para o fortalecimento das atividades de Pesquisa e Inovação no IFPE.

Além desses mecanismos relacionados a essa atividade finalística, são atividades a serem implementadas pelo IFPE, no período de realização deste PDI:

- Estímulo à redação de registro de patentes junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI);
- Elaboração de novas propostas de Mestrado e Doutorado Interinstitucionais (MINTER e DINTER), estabelecendo parcerias entre o IFPE e outras instituições;
- Incentivo à produção científica docente e discente nos cursos de Graduação e Pós-Graduação do IFPE;
- Incentivo à divulgação dos resultados das pesquisas científicas e tecnológicas em periódicos;
- Incentivo aos servidores para participarem de editais de fomento à pesquisa e à inovação;
- Criação de projeto para formação em pesquisa, voltado aos estudantes, composto de minicursos e oficinas organizados na forma de Jornada de Iniciação Científica;
- Interiorização e itinerância do Congresso de Iniciação Científica, possibilitando a todos os *campi* vivenciarem este evento;
- Realização de encontros de Pesquisa por áreas de conhecimento, voltados aos docentes e técnico-administrativos;
- Aquisição de sistemas de acompanhamento e visibilidade da produção científica de servidores e estudantes do IFPE (Stella Xperta e SOMOS).

1.5.3 Atuação no campo da Extensão

As atividades de Extensão, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Instituições de Ensino Superior e outros setores da sociedade.

No âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, a Extensão, pautada pelo Plano Nacional de Extensão Universitária – PNE- e pelo Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – FORPROEXT-, busca enriquecer o processo pedagógico, socializar o saber, possibilitar meios para a participação da comunidade no ambiente acadêmico e promover a transformação social por meio de um

processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável.

Nesse contexto, a Política de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, implementada pela Pró-Reitoria de Extensão, com concepções, diretrizes e princípios definidos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE-, conceitua a Extensão como atividade acadêmica articulada ao Ensino e à Pesquisa e visa atender às demandas sociais existentes, buscando intercâmbio e parcerias nas diversas áreas temáticas que atualmente constituem como prioridades estratégicas nacionais, regionais e locais para a Extensão e, assim, contribuir para a qualificação de suas atividades, para a observância à diversidade, característica da sociedade em que o IFPE está inserido, para a formação cidadã e para o Desenvolvimento Social do Nordeste do Brasil.

Condizente com essa concepção, o IFPE vem buscando desenvolver ações que reafirmam seu comprometimento com a transformação da sociedade brasileira em direção à construção da cidadania por meio da justiça, solidariedade e democracia, atendendo aos seguintes princípios:

- I. Indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão;
- II. Desenvolvimento de um processo pedagógico participativo, possibilitando um envolvimento social atrelado à prática profissional e científica, respondendo às demandas da sociedade;
- III. Compromisso social em promover o acesso da sociedade ao mundo do trabalho e à cidadania;
- IV. Desenvolvimento socioeconômico e sustentável local e regional;
- V. Produção de relações multi, inter e transdisciplinares na produção e na disseminação do conhecimento;
- VI. Desenvolvimento integral da pessoa na busca do exercício da cidadania atrelada à sua qualificação para o mundo do trabalho, apontando para práticas coletivas que sejam integrais no âmbito pessoal, mobilizadoras nas suas opções ética e cidadã e comprometidas com suas ações políticas e sociais;
- VII. Favorecimento do exercício da cidadania e a participação crítica, fortalecendo as políticas que asseguram os direitos do cidadão, bem como a construção de processos democráticos geradores de equidade social e equilíbrio ambiental.

Na prática extensionista, a disseminação do conhecimento se dá por meio das dimensões da Extensão, nas quais as ações são organizadas e classificadas como:

1. **Projetos Tecnológicos:** atividades ligadas à disseminação das inovações tecnológicas em

- parceria com instituições públicas ou privadas que tenham uma interface de aplicação;
2. **Serviços Tecnológicos:** consultoria, assessoria, prestação de serviços, laudos técnicos com agregado tecnológico para o mundo produtivo, não rotineiros e que não concorram com o mercado;
 3. **Eventos:** ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural, favorecendo a participação da comunidade externa e interna, assim especificados: campanha de difusão cultural, campeonato, ciclo de estudos, circuito, colóquio, concerto, conclave, conferência, congresso, conselho, debate, encontro, espetáculo, exibição pública, exposição, feira, festival, fórum, jornada, lançamento de publicações e produtos, mesa redonda, mostra, olimpíada, palestra, recital, semana de estudos, seminário, simpósio, torneio, entre outras manifestações.
 4. **Projetos Sociais:** projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.
 5. **Estágio e Emprego:** compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa do estágio (encaminhamento, documentação, orientação, supervisão e avaliação).
 6. **Curso de Extensão:** ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, com carga horária mínima e com critérios de avaliação definidos, de oferta não regular, podendo ser ofertados nas modalidades presencial, semipresencial e a distância.
 7. **Projetos Culturais e Artísticos:** compreende ações referentes à elaboração de atividades culturais e artísticas.
 8. **Visitas Técnicas e Gerenciais:** interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho, com o objetivo de verificar *in loco* o ambiente de trabalho, o processo produtivo e de gestão das empresas e instituições, bem como a prospecção de oportunidades de estágio e emprego.
 9. **Empreendedorismo:** compreende a inserção da disciplina de empreendedorismo no currículo e eventos de formação empreendedora (*workshops*, seminários, desafios), a criação de habitats de inovação (pré-incubadoras, incubadoras, apoio à implantação de parques tecnológicos), assim como a institucionalização das empresas juniores.
 10. **Conselhos e Fóruns:** participação dos Institutos Federais em espaços organizados para interação com a sociedade.
 11. **Egressos:** constitui-se em um conjunto de ações que visam apoiar o egresso, identificar

cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

12. Relações Internacionais: têm por finalidade o intercâmbio e a cooperação internacionais como um instrumento para a melhoria do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Atreladas às dimensões, as ações de extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco são formuladas e orientadas através das seguintes diretrizes:

I. Interação Dialógica: orienta o desenvolvimento de relações entre a Instituição e setores marcados pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais.

II. Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade: supera a dicotomia existente entre a oscilação das visões holísticas das tecnologias de intervenção social, destinadas a apreender a complexidade do todo, mas condenadas a ser generalistas, e visões especializadas, destinadas a tratar especificidades, mas caracterizadas pelo parcelamento do todo, combinando especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as ações de extensão, ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações.

III. Indissociabilidade Ensino-Pesquisa/Inovação-Extensão: reafirmar a Extensão Tecnológica como processo acadêmico. Nessa perspectiva, as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimento (pesquisa/ inovação). Assim, no âmbito da relação entre Pesquisa/Inovação e Ensino, a diretriz indissociabilidade Ensino-Pesquisa/Inovação-Extensão inaugura possibilidades importantes na trajetória acadêmica do estudante e do professor.

IV. Impacto na Formação do Estudante: constitui aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teórico e metodológico, ao mesmo tempo em que abrem espaço para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da Instituição Pública Brasileira. Neste sentido, a participação do estudante nas ações de Extensão Tecnológica deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular e integralização dos créditos;

V. Impacto e Transformação Social: reafirma a Extensão Tecnológica como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Instituição com os outros setores da

sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas.

Ainda nessa perspectiva, a implementação das dimensões da Extensão Tecnológica do IFPE, como prática orientadora para a formulação das ações extensionistas, atendem às seguintes diretrizes:

- a) Propiciar a participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil;
- b) Buscar interação sistematizada entre o IFPE com a comunidade em geral e com os setores produtivos em particular;
- c) Contribuir para o desenvolvimento da sociedade e dela buscar conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da Pesquisa e do Ensino;
- d) Integrar Ensino a Pesquisa com as demandas da sociedade, buscando o comprometimento da comunidade acadêmica com interesses e necessidades da sociedade, em todos os níveis, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico ao popular;
- e) Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política, formando profissionais-cidadãos;
- f) Participar criticamente das propostas que objetivem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural;
- g) Viabilizar oportunidades de promoção da *práxis* educativa para o educando por meio de diálogos com a sociedade.
- h) Por possuir uma vasta atuação e, conseqüentemente, criar um manancial de dados que são sistematizados, com o objetivo de dar visibilidade à contribuição da Extensão no contexto local, regional e nacional, todas as atividades de extensão são identificadas e classificadas segundo as áreas temáticas propostas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária – PNE:

a) Comunicação

b) Cultura

I. Direitos Humanos

II. Educação

III. Meio Ambiente

IV. Saúde

V. Tecnologia

VI. Trabalho.

Com tudo isso, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

possui a responsabilidade de colaborar para a reversão do atual quadro de vulnerabilidades sociais, através da oferta de Educação Profissional e Tecnológica em diversos níveis, assim como da realização de projetos voltados à construção e difusão de novas tecnologias, para favorecer a geração de trabalho, a melhoria das condições de empregabilidade e o aumento da renda dos trabalhadores rurais e urbanos e de suas famílias, sobretudo, através da realização de atividades de extensão e ações comunitárias, no sentido de colaborar para o desenvolvimento econômico e para a inclusão social, observando, nesse processo, a diversidade característica da sociedade brasileira, aprofundando o conceito de cidadania.

1.5.4 Comunicação: relacionamento com a sociedade

A Comunicação do IFPE com a sociedade é realizada por meio de diferentes canais, sendo os principais a Ouvidoria, a Carta de Serviços ao Cidadão e o Serviço de Informação ao Cidadão- e-Sic. Esses órgãos estabelecem o diálogo entre o IFPE e as comunidades interna e externa, por meio de divulgação, prestação de serviços de informações, registro de manifestações, sugestões, dúvidas e críticas, a partir de encaminhamentos e posteriores soluções de demandas, entre outras atividades.

No que se refere à comunicação social, a IFPE mantém contato com as comunidades externa e interna por meio de veículos como a página virtual institucional (www.IFPE.com.br), na qual são publicadas notícias de interesse público, editais relacionados a processos seletivos, divulgação de cursos e ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, além de informações gerais sobre a Instituição, seus setores e suas formas de acesso e contatos públicos, publicações referentes a editais de Concursos Públicos, Vestibular e Licitações, dentre outras ações de Comunicação.

A fim de tornar públicos todos os eventos pertinentes às atividades finalísticas da Instituição, como também as de apoio, existe no IFPE a Assessoria de Comunicação- ASCOM-, responsável, dentre outras ações nessa área, por estabelecer diálogos com a imprensa, regional e nacional, tanto pelo atendimento diário a repórteres e editores que buscam esse setor, quanto pela oferta de matérias a serem levadas a conhecimento público, por meio do envio semanal de releases, de coletivas de imprensa, dentre outras ações.

1.5.4.1 Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão:

1.5.4.1.1 Ouvidoria Geral

A Ouvidoria Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE - é um CANAL de comunicação que atua como instância da Reitoria, no sentido de promover a interlocução entre a Instituição e as comunidades interna e externa, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem contínua

melhoria dos serviços públicos prestados pela Instituição.

Essa instância do IFPE atua com o objetivo de contribuir para a busca da excelência dos serviços prestados pela Instituição à sociedade e tem natureza mediadora, competindo ao(a) Ouvidor(a) acompanhar, junto às instâncias pedagógicas e administrativas da Instituição, o resultado das demandas, comunicando-os aos interessados, garantindo-lhes, assim, informação e resposta em relação à demanda apresentada.

Exerce, também, um papel colaborativo junto aos demais *campi* do IFPE na busca do aperfeiçoamento dos processos de trabalho e do modelo de gestão da organização, a partir dos elementos obtidos por meio da interlocução com o seu público, tanto interno quanto externo.

A Ouvidoria vem paulatinamente conquistando a confiança e o reconhecimento das comunidades interna e externa aos *Campi*. Esse reconhecimento é observado através do aumento no número de manifestações recebidas, sendo, portanto, um canal de democratização e socialização de informações.

1.5.4.1.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão do IFPE é mais um documento disponibilizado pelo Instituto e que tem por objetivo informar o cidadão sobre os serviços prestados pela Instituição, reunindo informações, com ênfase no Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação e Extensão, representando mais um canal de comunicação com a sociedade, em atendimento ao Decreto Federal nº 6.939, de 11 de agosto de 2009.

Assim sendo, nesse instrumento de Comunicação do IFPE com a sociedade, estão delineados os serviços desenvolvidos pela Instituição e colocados à disposição dos cidadãos, corroborando o caráter de Instituição Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, com atuação na Educação Básica, Técnica e Tecnológica.

Nesta Carta, encontra-se delineada a estrutura do IFPE, que é pluricurricular, multicampi e descentralizada, ofertando educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos, sendo constituído pelas seguintes Unidades Jurisdicionadas, para os fins da legislação educacional: *Campus* Abreu e Lima(sede provisória), Afogados da Ingazeira, Barreiros, Belo Jardim, Cabo de Santo Agostinho (sede provisória), Caruaru, Garanhuns, Igarassu (sede provisória), Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes (sede provisória), Olinda (sede provisória), Palmares(sede provisória), Paulista(sede provisória), Pesqueira, Recife, Vitória de Santo Antão, além de atuar na modalidade de Educação a Distância- EaD.

Nesse documento Institucional, portanto, estão divulgados os compromissos assumidos pela Instituição junto à sociedade em que está inserida. Ao divulgar essa Carta de Serviços ao

Cidadão, o IFPE facilita e amplia o acesso aos seus serviços, possibilitando à sociedade que dele se utiliza o controle social das ações desenvolvidas, servindo também de subsídios para a melhoria da qualidade do atendimento a ela prestado.

Dessa maneira, o relacionamento entre o cidadão e a Instituição se realiza de forma transparente, visto que ela estará possibilitando à sociedade fiscalizar e controlar seus serviços por meio de avaliação periódica.

É mister destacar que nesse instrumento está informado que este Instituto possui limite de atuação territorial para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ele oferecidos, circunscritos ao Estado de Pernambuco, aplicando-se, no caso da oferta de Ensino a Distância, legislação específica.

Nessa Carta estão, também, delineadas as finalidades, características e objetivos institucionais, além da indicação do número de estudantes matriculados em cursos de formação Técnica e Tecnológica, como também nos de Licenciaturas, Bacharelados, os de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, os referentes ao Programa de Governo Mulheres Mil, Cursos de Especialização, assim como os relativos ao Mestrado Institucional em Gestão Ambiental e aos Mestrados e Doutorados Interinstitucionais para docentes e servidores técnico-administrativos da Instituição. Há referência, ainda, ao número de estudantes pertinentes ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego- PRONATEC- e a outros desenvolvidos junto a instituições públicas e privadas.

Estão indicadas, ainda, nessa Carta, a Função Social, a Missão e a Visão institucionais, bem como a estrutura organizacional do Instituto como um todo, ou seja, da Reitoria e de todos os seus *Campi*, estando nela descritas todas as competências e atribuições de cada instância que compõe o IFPE, facilitando e ampliando, por conseguinte, o acesso do cidadão aos serviços ofertados pela Instituição, estimulando, dessa forma, a participação do(a) cidadão(ã) na avaliação dos serviços prestados à sociedade.

1.5.4.1.3 e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão)

Um outro canal de Comunicação do IFPE com a sociedade é o e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão) - Lei Federal nº 12.527- sancionada em 18 de novembro de 2011, que permite a qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhar pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Esse instrumento, portanto, possibilita aos interessados entrar em contato com a Instituição IFPE, a fim de dirimir dúvidas, obter informações específicas aos serviços prestados por ela à sociedade, fazer denúncias, apresentar sugestões, elogios, ampliando e fortalecendo o processo de comunicação desta Instituição com a comunidade em geral.

A partir da utilização dessa ferramenta, o acesso às informações foi ampliado, possibilitando à Instituição traçar um diagnóstico sobre a qualidade dos serviços prestados e sua relevância para a sociedade, o que lhe possibilita ajustar procedimentos e ações, quando necessário, a fim de atender à sua missão, enquanto Instituição de Educação a serviço da coletividade.

Por meio do Sistema e-SIC, além de fazer o pedido, é possível ao (à) cidadão (ã) acompanhar o prazo correspondente à demanda apresentada, por meio do número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail; entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas. O objetivo, portanto, dessa ferramenta é facilitar a toda e qualquer pessoa o exercício do direito de acesso a informações públicas.

Assim sendo, esse instrumento tem facilitado e ampliado a comunicação das comunidades interna e externa com o IFPE, constituindo-se num elemento facilitador e balizador da qualidade dos serviços prestados, relacionados aos macros processos finalísticos e de apoio deste ente público.

1.5.4.2 Comunicação com a comunidade acadêmica – ASCOM

A Comunicação no IFPE

Desenvolver a Comunicação em uma instituição com as características do Instituto Federal de Pernambuco pressupõe, inicialmente, a observação, tanto dos preceitos constitucionais que regem o direito à comunicação no Brasil, quanto ao conceito de comunicação pública. Sem que as noções sobre estes dois pontos norteadores sejam observadas e aplicadas, a efetividade do trabalho tende a ser comprometida.

Dessa forma, cabe observar o que versa a Constituição Federal em seu artigo 5º. Os incisos IV, V, IX, X, XIV, XXXIII e XXXIV garantem, por exemplo, desde a livre manifestação do pensamento e direito de resposta, até o acesso à informação, inclusive de órgãos públicos. Complementarmente, o art. 37, inciso XXII, §1º orienta que “a publicidade dos atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos devem ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos”. Pode-se observar, portanto, que, depois de longo tempo submetida a um regime autoritário, a comunicação é entendida na Constituição Federal de 1988 como um direito.

Ainda neste sentido, temos o IFPE como uma Instituição Pública de Ensino, o que condiciona as características de suas atividades de Ensino às da Comunicação pública. Sobre este tipo de comunicação, ZEMOR (1995) afirma: “espera-se da Comunicação Pública que sua prática

contribua para alimentar o conhecimento cívico, facilitar a ação pública e garantir o debate público”. Jorge Duarte (2009) esclarece esse conceito, elencando cinco eixos para a Comunicação Pública, quais sejam: informação, acesso, transparência, interação e ouvidoria social. O autor ainda orienta que, na Comunicação Pública, o cidadão está em primeiro lugar, devendo sua participação ser estimulada e o acesso ser amplo e transparente de modo que a comunicação seja um direito social.

É importante destacar que a equipe de comunicação do IFPE trabalha tendo clareza dos diversos públicos que atinge. Essa distinção permite melhor direcionar e planejar ações de comunicação, somando aos esforços de trabalho uma visão estratégica que potencializa as atividades desenvolvidas. Dentro dessa concepção, os públicos definidos por grupo, objeto da Comunicação do IFPE, estão assim delineados:

Internos:

- a) Estudantes
- b) Servidores (docentes e técnico- administrativos em Educação)
- c) Terceirizados
- d) Estagiários e Bolsistas
- e) Colaboradores (profissionais que atuam na EAD, como Tutores presenciais e a distância).

Misto:

- f) Membros do Conselho
- g) Aposentados.

Externos:

- h) Potenciais estudantes
- i) Instituições de Ensino
- j) Poderes executivo, legislativo e judiciário
- k) Empresas
- l) Instituições parceiras
- m) Egressos
- n) Familiares dos estudantes
- o) Imprensa
- p) Fornecedores.

Em decorrência disso, pode-se afirmar que trabalhar a Comunicação Pública pressupõe assumir uma perspectiva cidadã, envolvendo temas de interesse público. E, nesses preceitos, têm sido pautadas as ações dos profissionais que compõem a equipe de Comunicação do IFPE.

Cenário Atual

A Assessoria de Comunicação (ASCOM) do IFPE, ligada ao Gabinete da Reitoria, é o setor responsável pelo planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das políticas de comunicação do Instituto Federal de Pernambuco. Suas competências estão dispostas no art. 67 do Regimento Interno da Instituição, cabendo a essa instância institucional, portanto:

I - Assessorar a Reitoria e os *Campi* do IFPE nos assuntos relativos às políticas de comunicação social do IFPE;

II - Desenvolver políticas de comunicação que visem ao pleno desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, de acordo com o Projeto Político Pedagógico Institucional e o Plano de Desenvolvimento Institucional;

III - desenvolver uma política editorial do IFPE que estabeleça a padronização visual e linguística das peças de comunicação;

IV - Gerenciar a imagem institucional na grande imprensa e entre os setores que se relacionam com a Instituição;

V - Coordenar as ações de comunicação nos Campi do IFPE;

VII - desenvolver uma comunicação integrada e estratégica, que trabalhe para o pleno desenvolvimento da missão do IFPE;

VIII - desenvolver trabalhos jornalísticos nas áreas de assessoria de imprensa, sendo eles: redação e distribuição de relises, acompanhamento de matérias, montagem e atualização de mailling e montagem e avaliação de clipagem;

IX - Desenvolver trabalhos jornalísticos nas áreas de redação para meios de Internet, sendo eles: atualização do conteúdo informativo do site, qualificação de dados sobre acesso às informações do site, avaliação sobre acessibilidade e qualidade de informação do site, redação e envio de newsletter, avaliação do feedback da mesma e monitoramento de mídias sociais;

X - Desenvolver trabalhos jornalísticos nas áreas de redação para comunicação interna, sendo eles: desenvolvimento de uma linha editorial para os veículos de comunicação interna, planejamento e redação de jornal institucional e avaliação do jornal institucional entre seus diversos públicos;

XI - consolidar, através de peças de comunicação visual, as ações, projetos e eventos do IFPE;

XII - desenvolver trabalhos em mídia eletrônica e registro de audiovisual;

XIII - executar outras atividades correlatas que lhe venham a ser atribuídas

Convém ressaltar, portanto, que as ações de Comunicação no âmbito institucional ocorrem, conforme as suas competências, de forma sistêmica, tanto no âmbito da Reitoria, quanto de forma descentralizada, através das assessorias dos *campi*, subordinados às suas respectivas diretorias, que possuem em sua estrutura um setor voltado à Comunicação. Essa estrutura,

entretanto, ainda não está implantada em algumas Unidades que formam a Instituição, todavia as ações de Comunicação nelas desenvolvidas ocorrem sob a orientação da ASCOM da Reitoria.

A equipe de Comunicação do IFPE é formada por Jornalistas, Tecnólogo em Marketing, Relações Públicas, Programadoras Visuais, Técnico em Audiovisual, além de estagiários de Jornalismo, Cinema e Design Gráfico, profissionais de Comunicação com formação em Jornalismo, lotados nos *campi* Barreiros, Caruaru, Garanhuns, Ipojuca, Vitória de Santo Antão, Recife e também na Diretoria de Educação a Distância.

Convém destacar que o Regimento Geral do IFPE não estabelece as atribuições dos setores de Comunicação dos *campi*, nem mesmo os prevê. O referido documento delega a competência aos Diretores-Gerais, conforme artigo 77, inciso XVI: “*coordenar a política de comunicação social e informação do Campus, em consonância com a política de comunicação social do Instituto*”.

Dessa forma, devido às especificidades dos *Campi* que compõem o Instituto, não há padronização na estrutura organizacional referente à área de Comunicação. Porém alguns *Campi*, em seus Regimentos Internos, estabelecem o setor de comunicação. Em outros, as competências permanecem no âmbito do gabinete dos Diretores-Gerais ou são delegadas a setores diversos, estabelecidos para objetivos institucionais específicos. Destaque-se que a equipe de programação visual da Reitoria dá suporte a todos os *campi* da Instituição, uma vez que não há profissionais com formação nessa área em nenhuma das Unidades do IFPE.

Na Reitoria, estão lotados três Jornalistas, um Tecnólogo em Marketing, uma Relações Públicas, duas Programadoras Visuais, um Técnico em Audiovisual, além de um estagiário de Jornalismo, um de Cinema e três que cursam Design Gráfico. Essa estrutura é responsável pelo atendimento aos *campi* Afogados da Ingazeira, Belo Jardim, Pesqueira, Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Palmares e Paulista, onde ainda não há profissionais ocupando cargos na área de Comunicação. Ainda é dado apoio aos *campi* que possuem jornalistas, quando esses estão em período de férias ou estão afastados por outros motivos.

Com essa estrutura, a Equipe de Comunicação do IFPE realiza:

- Alimentação do Portal institucional que, em sua estrutura, hospeda as páginas virtuais de todos os *campi* e da Diretoria de Educação a Distância, cada uma delas com áreas destinadas à publicação de notícias e a outros campos de informação.

- Edição semanal do boletim eletrônico *e-Acontece*

- Produção mensal do jornal impresso *Acontece*, com 12 páginas

- Elaboração de releases para envio à imprensa
- Atendimentos aos veículos de comunicação
- Suporte à organização dos eventos institucionais, algumas vezes com a participação nas comissões organizadoras dos referidos eventos, desde a concepção e produção de peças gráficas, passando pela divulgação, até cobertura jornalística e registro fotográfico
- Administração de contas em mídias sociais, atuando desde a produção de conteúdos até a interação com os usuários
- Edição de Jornal Mural
- Produção de material gráfico de divulgação institucional, sendo banners, folders, panfletos, cartazes e cartilhas os mais frequentes.
- Desenvolvimento de campanhas solicitadas pelas Pró-Reitorias, Diretorias e Assessorias Sistêmicas e também pelos *Campi*.
- Clipping impresso e eletrônico com as notícias veiculadas sobre a Instituição e também com aquelas de interesse institucional, com estatística de clipagem e com relatório de avaliação e tabela de clipagem.
- Concepção e acompanhamento de campanhas de divulgação dos processos seletivos, vestibulares e concursos.
- Criação e produção de documentos institucionais.
- Fiscalização e acompanhamento de contratos para produção de material gráfico de divulgação como papelaria, banners, bolsas e outras peças gráficas.
- Elaboração de slides para gestores que realizam apresentações sobre o IFPE em eventos externos e internos.
- Ações de endomarketing voltadas para servidores como a elaboração de cartões mensais de aniversariantes e eventos institucionais.
- Acompanhamento de entrevistas concedidas à imprensa em nome do IFPE.
- Gravação de áudio ou filmagem de reuniões e eventos institucionais.
- Elaboração de material audiovisual para atender às demandas específicas.

Em relação à estrutura física, a ASCOM/Reitoria conta com equipamentos adequados à realização do trabalho, como máquinas fotográficas profissionais, computadores com configurações adequadas para a produção e execução de material gráfico e audiovisual, câmeras de vídeos, gravadores e microfones, por exemplo.

Breve Diagnóstico

Uma análise sobre o cenário da comunicação no IFPE permite constatar que a diversidade de especialidades profissionais que compõe a equipe, fruto, dentre outros aspectos, de uma nova visão de gestão pública, mais moderna e multidisciplinar, pode ser considerada um importante ponto forte, ainda mais quando se imagina a complexidade de atividades e processos desenvolvidos em uma instituição que se expande como nunca antes. Certamente se tem, com a diversidade destacada, maior capacidade para o desenvolvimento de processos de comunicação integrada, correspondendo a contento às crescentes demandas institucionais.

Na mesma direção, as diferentes características e visões profissionais têm produzido um ambiente favorável a pró atividade e novas ideias surgem na medida em que os servidores podem atualizar seus conhecimentos e aliar a isso o valioso *know how* dos profissionais com mais tempo na Instituição. Estes, dotados de visão mais sistêmica dos fluxos institucionais, realizam, além do intercâmbio de conhecimento com os profissionais mais novos, o importante papel de interlocução com os profissionais lotados nos *outros campi*, o que permite ações conjuntas e trabalhos articulados importantes pontos positivos notados atualmente.

Os fatores destacados contribuem, ainda, para o crescimento quantitativo e qualitativo da comunicação institucional, especialmente nos últimos quatro anos. O quadro de pessoal, cujo número foi mais que duplicado, somado à aquisição de equipamentos necessários à realização do trabalho e ao aperfeiçoamento da contratação de serviços gráficos deram subsídios para um melhor atendimento às demandas provenientes das ações de comunicação do Instituto.

Ao longo desse período, portanto, foram criados novos produtos de comunicação, como publicações impressas e eletrônicas e os procedimentos de trabalhos foram aperfeiçoados. Destaque-se, ainda, a publicação da portaria que regulamentou os prazos e tipos de serviços solicitados por outros *campi* e setores à ASCOM/Reitoria.

Uma outra ação a ser destacada diz respeito à atuação nas redes sociais, especificamente no Facebook, o que colaborou para um crescimento constante do número de seguidores da página institucional presente nessa rede, saltando de cerca de 10 mil para aproximadamente 26 mil. Esse canal permitiu a melhoria do relacionamento da Instituição com seus públicos interno e externo, através da produção de conteúdos específicos para essa mídia e da interação, buscando responder a todos os questionamentos ali realizados. Também cresceu a presença do IFPE na imprensa, seja em veículos de televisão, rádio, jornal, ou em canais na internet.

Todas essas iniciativas colaboraram para o processo de consolidação da imagem do IFPE, ainda em andamento, num plano regional, ao mesmo tempo em que, num plano nacional, houve

esforços na apresentação à sociedade dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através de ações do Governo Federal.

Essas novas instituições, criadas em 2009, carregam uma história centenária de prestação de serviços voltados à Educação Profissional. Desde seu surgimento, receberam diferentes nomenclaturas e coube ao Governo e às próprias instituições, a missão de trabalhar sua nova marca, revelando uma nova institucionalidade, aliada às políticas públicas do Estado.

As ações de comunicação do IFPE, mesmo diante desse quadro de aprimoramento e atualização, ainda precisam ser fortalecidas em alguns dos seus *campi*, com a contratação de novos servidores, para executar as atividades específicas dessa área, e com a aquisição de equipamentos específicos às necessidades dessa área, como os já existentes na Reitoria.

Uma outra demanda desse setor diz respeito à aquisição de equipamentos para armazenar o material decorrente da alta produção de conteúdos, sendo os arquivos mais pesados os referentes às artes gráficas, áudio e vídeos. Havendo, portanto, a necessidade de se definir espaço suficiente para esse armazenamento, seja em memórias físicas como hd's externos, seja no servidor do Instituto ou em nuvens. Existe também a necessidade de se criar um sistema de catalogação desses arquivos, a fim de facilitar a localização deles, evitando-se que muitos desses registros sejam perdidos, uma vez que materializam a memória institucional.

Convém destacar que, dentro da visão de fortalecimento das ações de Comunicação do Instituto, houve um aumento significativo do quadro de profissionais específicos dessa área. Porém ainda há a necessidade de se incrementar esse quantitativo, a fim de maior e melhor atender as demandas do Instituto, principalmente em decorrência dos sete novos *Campi* ligados à Expansão III do IFPE, sendo essa uma das metas a ser atingida pela Instituição. Certamente uma equipe mais numerosa acentuaria as capacidades existentes, desafogaria alguns setores e atenderia às expectativas de forma ainda mais satisfatória.

Assim, considerando o processo de expansão do Instituto nos últimos anos e todos os desdobramentos dele decorrentes, o incremento do quadro funcional de comunicação e os novos conceitos assumidos, pautados numa lógica participativa, cooperativa e integrada, permitem vislumbrar um cenário positivo de oportunidades de atuação, sobretudo na diversificação das atividades, no alcance de um número cada vez maior de pessoas e na uniformização de processos e fluxos em todos os *Campi* onde a Instituição desenvolve atividades.

Objetivo Geral

Utilizar as ferramentas de Comunicação para auxiliar o Instituto Federal de Pernambuco na consolidação de sua imagem e identidade institucional, bem como no cumprimento de sua missão “de promover a educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e para o desenvolvimento sustentável da sociedade”.

Objetivos Específicos

1. aprimorar os fluxos de Comunicação entre o IFPE e seus diversos públicos, dando maior visibilidade às ações e serviços prestados à sociedade.
2. consolidar o relacionamento institucional com a sociedade, viabilizando canais de *feedback*, como forma de sinalizar a manutenção e ajustes das ações.
3. otimizar a gestão da Comunicação no Instituto.
4. fortalecer ações de Comunicação estratégica de forma integrada.
5. estimular a conscientização de todos os atores da Instituição quanto a suas responsabilidades na construção da imagem e da identidade organizacional.

Ações de Comunicação a serem desenvolvidas no período referente a este Planejamento Estratégico:

Objetivos Específicos Atendidos					Ações Estratégicas	Unidade de Mensuração	Período de Execução			
1	2	3	4	5			2015	2016	2017	2018
1 Aprimorar os fluxos de comunicação entre o IFPE e seus diversos públicos, dando maior visibilidade de as ações e serviços prestados à sociedade	2 Consolidar o relacionamento institucional com a sociedade, viabilizando canais de feedback, como forma de sinalizar a manutenção e ajustes das ações	3 Otimizar a gestão da comunicação no Instituto	4 Fortalecer ações de comunicação estratégica de forma integrada	5 Estimular a conscientização de todos os atores da Instituição quanto a suas responsabilidades na construção da imagem e da identidade organizacional						
					III FMEPT	Apoio à realização do evento	X			

					Mural Eletrônico	Mural instalado	X	X	X	X
					Reformulação do Portal do IFPE	Portal reformulado	X			
					Estatística de Clipagem	Relatório produzido e divulgado	X	X	X	X
					Elaboração do Portfólio do IFPE	Portfólio elaborado e divulgado	X		X	
					Desmembramento das páginas do Facebook e capacitação de pessoal para operação	Acesso às novas páginas	X			
					Adequação do canal IFPE no Youtube	Canal reformulado	X	X		
					Elaboração integrada e participativa das campanhas de vestibular	Registro de reuniões e matérias da campanha	X	X	X	X
					Reformulação da Newsletter	Nova versão disponível	X	X		
					Regularização da periodicidade do jornal Acontece	10 edições produzidas por ano	X	X		
					Renovação do Banco de Imagens	Visita realizada e banco de imagens atualizado	X		X	
					Criação de estratégias de comunicação com as comunidades rurais	Estratégias criadas	X	X	X	X

					Criação de Twitter e Instagram	Contas criadas		X		
					Criação do Manual de Redação Jornalística do IFPE	Manual criado e divulgado		X	X	
					Elaboração da Política de Comunicação	Documento elaborado e publicado		X	X	X
					Criação do Guia de Utilização da Marca do IFPE e identidade visual	Documento elaborado e publicado		X		
					Edição de Vídeo Institucional	Vídeo editado e disponibilizado		X		X
					Desenvolvimento de campanha de comunicação interna	Campanha realizada		X	X	X
					Criação de calendário de visitas guiada	Calendário criado		X	X	X
					Realização de pesquisas de opinião e avaliação	Pesquisas realizadas		X	X	X
					Criação de rotina de acompanhamento de ações	Dados coletados e relatórios produzidos		X	X	X
					Aproximação com o setor de Ouvidoria	Registro de ações conjuntas		X	X	X
					Capacitação dos comunicadores para desenvolver <i>media training</i>	Capacitação realizada		X		

					Orientação com responsáveis pela comunicação nos campi sobre programação visual	Treinamento realizado		X	X	
					Desenvolvimento de ações de marketing junto a empresas	Ação desenvolvida		X	X	X
					Estabelecimento de um banco de pautas	Banco de dados estabelecido		X	X	X
					Aquisição de equipamentos e materiais para o atendimento das demandas do setor	Equipamentos adquiridos		X	X	X

Observando as perspectivas institucionais no nível macro e tendo em vista os objetivos acima elencados, estão programadas para os quatro anos deste Planejamento Institucional as seguintes atividades:

III FMEPT

Participar, em 2015, no período de 26 a 29 de maio, da organização, mobilização, divulgação, produção de peças gráficas e cobertura, por meio de diferentes mídias, da terceira edição do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, realizada no Centro de Convenções de Pernambuco. Esse evento reuniu mais de 21 mil e quinhentos participantes interessados em debater a temática: Educação, Cidadania e Inovação.

Objetivos Específicos relacionados: 1 e 2.

Mural Eletrônico

Instalar na Reitoria do IFPE, no mês de abril, Mural Eletrônico cujo objetivo é informar servidores, estudantes e demais pessoas sobre ações importantes no âmbito institucional, por meio de notas com linguagem leve e dinâmica e com forte apelo do uso de imagens. Dentre essas notas, terão prioridade as informações sobre futuros eventos e acontecimentos relevantes já realizados, notícias relacionadas ao IFPE e à educação de modo mais amplo, resultados de

editais e outras pautas de interesse do público interno e externo da Instituição. Observando esse propósito, serão editados vídeos semanais, atualizados conforme a ocorrência de novos acontecimentos.

Objetivos Específicos Relacionados: 1, 4 e 5.

Reformulação do Portal do IFPE

Dar continuidade, em 2015, à reformulação do Portal do Instituto na Internet, iniciada em 2014. A nova interface seguirá o modelo disponibilizado pelo Poder Executivo para as suas entidades e órgãos, denominado Portal Padrão. Antes do início das modificações, a Equipe de Comunicação teve a preocupação de elaborar duas diferentes pesquisas, uma para os usuários de um modo geral e outra para os gestores de cada setor, a fim de perceber as informações mais relevantes para cada tipo de público, além de outras características de acesso que poderiam facilitar a adaptação à nova ferramenta, bem como facilitar a comunicação com o público do IFPE. A partir desses resultados, as equipes de comunicação e TI têm trabalhado para finalizar a arquitetura da informação e realizar posteriormente a alimentação do Portal, de forma que esteja disponível para uso até o fim do ano de 2015. Esta atividade envolve ainda um treinamento para a qualificação do pessoal responsável pela gestão da ferramenta em cada um dos *Campi* da Instituição, de modo que eventuais ruídos sejam suprimidos e que o novo Portal desempenhe seu papel com todo potencial que possui.

Objetivos Específicos relacionados: 1, 2, 3, 4 e 5.

Estatística de Clipagem

Mensurar, por meio de registros estatísticos, tomando como ano base 2015, a frequência com que são publicadas matérias ou notas relacionadas à Instituição, tendo o entendimento de que medir a efetividade das ações desenvolvidas é tão importante quanto a tarefa de desenvolvê-las. Com base nesse entendimento, a equipe de Comunicação do Instituto Federal de Pernambuco já está adicionando à já tradicional prática de clipagem de notícias veiculadas na mídia, a prática de realizar essa mensuração. Ressalte-se que, com o advento das estatísticas, é possível melhor direcionar esforços e gerenciar a imagem institucional, dando à equipe a capacidade de desenvolver um trabalho ainda mais efetivo.

Objetivos Específicos relacionados: 1,3, 4 e 5.

Elaboração do Portfólio do IFPE

Elaborar novo Portfólio do Instituto com o intuito de atualizar informações referentes a ações, programas, projetos desenvolvidos pela Instituição, serviços e cursos oferecidos, bem como outros dados institucionais, disponibilizando-os à sociedade. A equipe de comunicação tem trabalhado na elaboração do Portfólio do Instituto. Essa publicação permitirá, por exemplo,

que potenciais estudantes saibam mais sobre cursos disponíveis no IFPE, e também que empresas e entidades conheçam melhor as possibilidades de atuação junto à Instituição, estimulando-as, dentre outras ações, ao estabelecimento de parceiras.

Esse documento, que será impresso e distribuído amplamente, trará maiores detalhes sobre a estrutura curricular e os potenciais campos de atuação para o profissional formado em cada um dos cursos ofertados pelos *campi* do Instituto, assim como infográficos, imagens e conteúdos escritos que detalharão melhor projetos relevantes desenvolvidos pelo IFPE. Em 2015, já foi dado início a esse trabalho, com a realização de registros fotográficos em todos os *campi* da Instituição para ilustrar o Portfólio, bem como com a coleta e elaboração de material textual, para a alimentação do conteúdo, o que certamente renderá frutos por muitos anos. Em 2017, a equipe pretende renovar o documento, adaptando-o às novas características dos cursos e da Instituição.

Objetivos Específicos relacionados: 1, 2, 4 e 5.

Desmembramento das páginas do Facebook e capacitação de pessoal para operação

Fortalecer as ações já desenvolvidas há vários anos pela Instituição, no que se refere à utilização do Facebook pelo IFPE, como importante fator de interação com o público. No momento em que foi consolidado o modelo de Instituto Federal, a opção estratégica da Instituição foi por unificar a página, canalizando todas as postagens relacionadas aos diversos *campi*, como forma de fortalecer a imagem institucional, uma vez que mais de uma Instituição havia se tornado IFPE. Passado o tempo, entretanto, observou-se a necessidade de desmembramento das páginas, dando maior autonomia e flexibilidade a cada um *dos campi* e à Reitoria, atingindo-se mais efetivamente cada um dos públicos desejados, tais como estudantes e servidores de determinadas localidades. Somado a isso, a comunicação desenvolve atualmente um esforço para realizar uma capacitação na área de mídias sociais, a fim de proporcionar aos responsáveis pela gestão dessa ferramenta, melhor capacidade de geri-la.

Objetivos Específicos relacionados: 1, 2, 3 e 5.

Adequação do canal IFPE no Youtube

Adequar o canal do IFPE no Youtube, ação iniciada em 2015, com vistas a um melhor cenário nos anos subsequentes. Esse canal, já existente, será operacionalizado por servidores que passarão por treinamento específico e, semanalmente, também receberá novos materiais audiovisuais. O referido canal terá constante interação com o Novo Portal, já que faz parte da formatação do site promover destaque para material audiovisual, estimulando, assim, sua produção e publicidade.

Objetivos Específicos relacionados: 1, 2 e 5.

Elaboração integrada e participativa das campanhas de vestibular

Definir novas estratégias de ação, objetivando conceber as campanhas do vestibular institucional, utilizando nesse processo dinâmicas de trabalho participativo, envolvendo todos os *Campi*, tendo em mente uma perspectiva integrada e democrática de trabalho, levando em consideração as potencialidades de todos os profissionais envolvidos na comunicação do IFPE. Essa demanda surgiu por parte dos profissionais lotados nos *campi*, ao sentirem que poderiam dar mais contribuições ao processo e torná-lo mais próximo à realidade de suas respectivas localidades de trabalho.

Objetivos Específicos relacionados: 1, 2, 3, 4 e 5.

Reformulação da Newsletter

A **Newsletter**, ferramenta de comunicação com edições semanais, possui grande importância no processo de interação do IFPE com seus servidores. Seu formato digital permite um alcance rápido e ágil, e o formato de suas notas possibilita a transmissão de informações em um curto espaço de tempo. Em 2015, busca-se a inserção de hiperlinks que permitirão a relação com outras fontes, visando complementar as informações repassadas. Para o próximo ano, a equipe pretende ampliar o alcance dessa ferramenta.

Objetivos Específicos relacionados: 1, 3 e 4.

Regularização da periodicidade do Jornal Acontece

Regularizar a periodicidade do Jornal ACONTECE, produzido pelo IFPE desde o ano 2004. Esse canal de comunicação Institucional passou por notórias modificações em seu formato, tendo incorporado novas tendências, tanto no visual, como na disposição das matérias. Sua edição obedece a uma periodicidade mensal, com exceção dos meses de janeiro e julho, quando as atividades letivas estão em período de recesso. Entretanto, devido a problemas operacionais, houve descontinuidade na periodicidade desse jornal. Para solucionar este problema, a equipe de comunicação redobrá esforços no sentido de garantir a correta periodicidade para as próximas edições do jornal.

Objetivos Específicos relacionados: 1, 3 e 4.

Renovação de Banco de Imagens -

Renovar, periodicamente, o Banco de Imagens do IFPE. Esta atividade possui estreita relação com a elaboração do Manual de Cursos e com a reformulação do site da Instituição. Desde maio de 2015, a equipe de comunicação da Reitoria realiza visitas aos *campi*, sobretudo aos que não possuem comunicadores, para realizar registros fotográficos a serem utilizados no Novo Portal, no Catálogo de Cursos e para a atualização do Banco de Imagens da Instituição. Essa ação é importantíssima, a fim de que a realidade *dos campi* seja retratada com maior

fidelidade e para que as notícias a serem publicadas em um futuro próximo possam estar cada vez melhor ilustradas, com imagens atuais e relacionadas aos assuntos tratados. Esse trabalho deverá ser realizado novamente em 2017.

Objetivos Específicos relacionados: 1, 3, 4 e 5.

Criação de estratégias de comunicação junto a comunidades rurais

Criar estratégias de comunicação junto a comunidades rurais, realizando reuniões e encontros específicos com conselhos municipais, visando obter novas informações pertinentes a essas comunidades, produzindo materiais impressos específicos, para atender às peculiaridades desse público. Ressalte-se que o IFPE possui três *campi* com características predominantemente agrícolas: Vitória de Santo Antão, Barreiros e Belo Jardim. Nestes *campi*, a maior parte dos cursos ofertados tem relação com as atividades desenvolvidas nesse tipo de ambiente específico.

Objetivos Específicos relacionados: 1, 2, 3 e 4.

Criação de Twitter e Instagram

Criar Twitter e Instagram, a fim de ampliar ainda mais o alcance das ações de comunicação do IFPE, observando as possibilidades oferecidas por estas duas redes sociais criando contas para a Instituição nesses dois formatos. Os servidores responsáveis por gerenciar essas contas também serão submetidos a treinamento para dar melhor fluidez ao trabalho.

Objetivos Específicos relacionados: 1, 2, 3 e 5.

Criação do Manual de Redação Jornalística do IFPE

Criar Manual de Redação Jornalística do IFPE, visando dar maior dinamicidade aos processos de criação e edição de conteúdo jornalístico pelos profissionais da instituição. Esse Manual conterà orientações básicas para as publicações, de modo a deixá-las homogêneas. Esta ação tende a beneficiar, inclusive, novos profissionais que venham a ingressar no Instituto, dando-lhes melhores subsídios para a boa escrita e formatação.

Objetivos Específicos relacionados: 1, 3 e 5.

Elaboração da Política de Comunicação

Elaborar a Política de Comunicação do IFPE, em conjunto com todos os profissionais da área, lotados na Instituição, constituindo-se, para essa finalidade, Comissão específica, objetivando-se, com essa ação, construir documento norteador das ações de Comunicação institucional, tornando-o público.

Objetivos Específicos relacionados: 1, 2, 3, 4 e 5.

Criação do Guia de Utilização da Marca do IFPE e identidade visual

Criar o Guia de Utilização da Marca do IFPE e identidade visual, em consonância com a elaboração da Política de Comunicação e do Manual de Redação do IFPE, visando estabelecer padrões para o uso da marca institucional, de modo a manter a uniformidade do modelo estabelecido, obedecendo às regras pré-determinadas no referido documento. Essa ação terá impacto positivo no estabelecimento da imagem institucional e dará melhor fluidez e dinamicidade à atividade profissional dos programadores visuais do Instituto.

Objetivos Específicos relacionados: 1, 2, 3, 4 e 5.

Edição bianual de Vídeo Institucional

Editar, com periodicidade mínima de dois anos, um vídeo institucional, a ser disponibilizado, tanto no canal do Youtube, quanto no novo portal e nas redes sociais utilizadas pelo IFPE. Esse material certamente auxiliará na comunicação da Instituição com o público a que se destina, que hoje opta por estratégias diferentes de comunicação e é cativado por propostas audiovisuais com linguagens acessíveis e direcionadas.

Objetivos Específicos relacionados: 1, 2, 4 e 5.

Desenvolvimento de campanha de comunicação interna

Desenvolver campanha de comunicação interna, pautada no dia-a-dia dos servidores e nas contribuições que eles têm a dar sobre aspectos gerais e específicos das dinâmicas internas da Instituição. Essa atividade tem como objetivo perceber os aspectos que direcionam e motivam os trabalhos dos servidores do Instituto, bem como suas eventuais críticas e sugestões, no sentido de melhorar o ambiente interno de trabalho.

Objetivos Específicos relacionados: 1, 3 e 5.

Criação de calendário de visitas guiadas

Criar, nos próximos cinco anos, calendário de visitas guiadas ao Instituto, trazendo para as dependências da Instituição um público potencial, turmas de estudantes, mostrando-lhes que o IFPE poderá ser seu próximo ambiente acadêmico, sendo essa uma excelente estratégia para ambientar futuros estudantes e aguçar seu desejo em fazer parte da Instituição. Para esta atividade, será de grande importância o relacionamento com outras instituições de ensino, sobretudo as de Ensino Fundamental e Médio.

Objetivos Específicos Relacionados: 1, 2 e 5.

Realização de pesquisas de opinião e avaliação

Realizar pesquisas de opinião e avaliação, a fim de obter informações sobre a percepção e expectativas do público em relação ao IFPE. Essa pesquisa é uma ferramenta indispensável na implementação das ações de comunicação estratégica planejadas, uma vez que a investigação proporciona uma melhor avaliação sobre o resultado das ações propostas e subsidia a tomada

de decisões. Para os próximos anos, a intenção é instituir uma cultura de pesquisas para avaliação de ações realizadas, bem como para embasamento de novas atividades.

Objetivos Específicos relacionados: 1, 2, 3 e 4.

Criação de rotina de acompanhamento de ações

Criar rotina de acompanhamento das ações de Comunicação do IFPE, visando estabelecer mecanismos de monitoramento das mais variadas atividades relacionadas a essa área, bem como para melhor direcionar e gerenciar os fluxos de todas as ações de Comunicação do Instituto, a exemplo da experiência exitosa realizada, referente à clipagem das informações. Dentro ainda dessa ação, o levantamento de dados deverá ser praticado para os próximos anos.

Objetivos Específicos relacionados: 1, 2, 3 e 4.

Aproximação com o setor de Ouvidoria

Criar mecanismos de aproximação com o setor de Ouvidoria do Instituto, importante ferramenta para o entendimento dos anseios da sociedade em relação às atividades desenvolvidas pela instituição, definindo estratégias de ação, a fim de trabalhar em parceria com essa instância do IFPE, objetivando desenvolver relatórios para avaliação da comunicação e assessoramento na solução de demandas institucionais que influenciem na posição da instituição perante a opinião pública.

Objetivos Específicos relacionados: 1, 2, 3, 4 e 5.

Capacitação dos comunicadores para desenvolver *media training*

Capacitar os comunicadores da Instituição, para desenvolverem, junto aos gestores do IFPE, um trabalho de *media training*, preparando-os para se comunicarem diretamente com a imprensa, gerando um incremento positivo na manutenção positiva da imagem institucional.

Objetivos Específicos relacionados: 1, 2, 3, 4 e 5.

Orientação sobre programação visual aos responsáveis pela comunicação nos *campi*

Orientar os responsáveis pela comunicação nos *campi* sobre programação visual, visando realizar, nos próximos anos, orientações junto aos responsáveis pela Comunicação nos *campi*, sobre noções básicas de programação visual, de modo a lhes fornecer subsídios para a realização de pequenas demandas, desafogando a alta quantidade de pedidos que chega à Reitoria e dando maior padronização aos diferentes trabalhos desenvolvidos pela Instituição nesta área.

Objetivos Específicos relacionados: 3, 4 e 5.

Desenvolvimento de ações de marketing junto a empresas da área.

Desenvolver **ações de marketing junto a empresas dessa área**, objetivando estreitar a relação entre elas e o Instituto, principalmente no que diz respeito a possibilidades de estágio e

oportunidades de emprego para os estudantes egressos. Essa atividade prevê a realização de visitas às empresas e elaboração de material direcionado, com o intuito de promover aos estudantes e às futuras parceiras, ganhos múltiplos que certamente refletirão positivamente no IFPE como um todo.

Objetivos Específicos relacionados: 1, 2 e 4.

Estabelecimento de um banco de pautas

Criar um banco de pautas, a fim de manter sempre atualizado o fluxo de informações nos espaços destinados à comunicação interna e externa do IFPE com seus diferentes públicos, utilizando as várias ferramentas de comunicação de que dispõe, tendo em vista a diversidade de mídias e redes sociais a serem exploradas pela Instituição nos próximos anos.

O intuito da atividade é não deixar que eventuais ausências de matérias ou quaisquer outras motivações que dificultem a imediata realização do trabalho prejudiquem a atualização dos espaços destinados à comunicação com os diferentes públicos.

Tendo em vista a diversidade de mídias e redes sociais a serem exploradas pelo IFPE nos próximos anos, a equipe de comunicação terá a preocupação de manter um banco de pautas para atualização constante das ferramentas de comunicação. O intuito da atividade é não deixar que eventuais ausências de matérias ou quaisquer outras motivações que dificultem a imediata realização do trabalho prejudiquem a atualização dos espaços destinados à comunicação com os diferentes públicos.

Objetivos Específicos relacionados: 1, 3 e 4.

Aquisição de equipamentos e materiais para o atendimento das demandas do setor.

Adquirir equipamentos e materiais para o atendimento das demandas do setor de Comunicação do IFPE, a fim de desenvolver, com maior eficiência e eficácia, as atividades próprias desse setor, tendo em vista que, com a inserção dos sete novos *Campi ao Instituto*, houve um acréscimo no volume de ações a serem desenvolvidas pela ASCOM/Reitoria.

Dado o elevado volume de ações desempenhadas pela ASCOM/Reitoria, acentuado pela inauguração dos novos campi da Instituição, os equipamentos e materiais necessários à realização dos trabalhos da comunicação do IFPE necessitam de incremento constante. Inicialmente, seriam necessários equipamentos como nobreaks, hd's externos para armazenamento de fotografias, vídeos e outros arquivos, assim como uma impressora colorida com função copiadora e novos computadores que correspondessem às necessidades, principalmente, de programação visual e audiovisual. Máquinas de gráfica, como uma guilhotina de pequeno porte, por exemplo, e aparelhos para auxílio do trabalho audiovisual, como fones de ouvidos, também são aquisições que devem ser pleiteadas pela ASCOM.

1.5.4.3 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A avaliação, atualmente, é um dos temas que mais adquiriu destaque no âmbito das políticas educacionais, uma vez que a sociedade em seu conjunto está cada vez mais ciente de sua relevância e de suas repercussões no tocante à necessidade de alcançar melhores perspectivas de qualidade educacional. Esse aspecto indica um cenário de transformação na maneira como a sociedade concebe e aplica a avaliação, apresentando relevantes e numerosas transformações na concepção e prática da avaliação no âmbito do campo das instituições educacionais.

Nesse contexto, a avaliação institucional apresenta-se como uma prática avaliativa caracterizada por um processo contínuo, através do qual uma instituição gera mecanismos capazes de identificar e construir conhecimentos que lhe permitam aperfeiçoar a sua gestão acadêmica e administrativa, bem como sua identidade institucional, conhecendo sua própria realidade; buscando compreender as variáveis e os indicadores relacionados ao seu desempenho e finalidades institucionais. Além disso, promove na Instituição a ampliação do alcance dos processos (valores) de democratização das tomadas de decisões, circunscrevendo-as ao limiar dos critérios da transparência e da qualidade demandada pela sociedade

A Comissão Própria de Avaliação do IFPE, portanto, é uma instância que desenvolve ações de acompanhamento avaliativo das dimensões institucionais, e a institucionalização dessas práticas de avaliação colaborará com a Gestão, no sentido de aprimorar as análises de resultados obtidos e as decisões a serem tomadas, para promover a melhoria e consolidação da Educação Superior no Instituto.

É importante destacar que a avaliação institucional interna, realizada por essa Comissão, possibilita à Instituição conhecer os seus pontos fortes, além de fomentar análises e estratégias de gestão acadêmica e administrativa, sendo um importante instrumento para perceber os limites e as perspectivas da ação institucional, constituindo-se como mais um instrumento que propicia à Instituição a possibilidade de rever concepções, práticas, projetos acadêmicos e formas de gestão, sendo realizada por meio de um processo sistemático de observação, acompanhamento e interpretação do desenvolvimento institucional, pela comunidade e equipe gestora, associado à ampla divulgação dos resultados obtidos e das decisões tomadas, atendendo ao que está disposto na Lei do SINAES.

Com base nesse pressuposto e, fundamentado na referenciada Lei do SINAES (Lei nº 10.861/04), a Comissão Própria de Avaliação do IFPE (CPA) propõe-se, por meio das ações de avaliação institucional interna, desenvolver novas estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior no Instituto Federal de Educação de

Pernambuco (IFPE, postando, anualmente no Sistema e-MEC , o Relatório Final da Avaliação realizada.

1.5.4.4 Comissão de Ética

A Comissão de Ética do IFPE é uma instância instituída pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, e tem como finalidade zelar pela aplicação do Código de Ética Profissional do Servidor Público, devendo apurar, mediante denúncia ou de ofício, condutas em desacordo com as normas éticas estabelecidas, além de recomendar, acompanhar e avaliar, no âmbito da instituição, o desenvolvimento de ações que vissem à disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas e comportamento ético próprios do servidor público, uma vez que os agentes públicos devem observar, na sua conduta, os princípios norteadores do Código de Ética Profissional do Servidor Público, dentre os quais destacam-se compromisso com a justiça social, equidade, diversidade, cidadania, ética, sustentabilidade, transparência e gestão democrática.

Essa Comissão está integrada ao Sistema de Gestão de Ética do Poder Executivo Federal, sendo vinculada à Comissão de Ética Pública da Presidência da República, gozando de plena autonomia em relação aos dirigentes da Instituição.

Os trabalhos dessa Comissão são desenvolvidos, observando os preceitos legais, atentando para a agilidade nos trâmites, atuando com independência e imparcialidade na apuração dos fatos e resguardando a proteção da honra e da imagem da pessoa investigada e a identidade do denunciante.



2.PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

As instituições em geral necessitam estabelecer objetivos e metas com a finalidade de se planejar e trabalhar, almejando alcançar o que determinaram como prioridade. As instituições educacionais não fogem a essa regra e requerem, também, um trabalho planejado e estruturado, principalmente se levarmos em conta que o processo de ensino e aprendizagem mostra-se complexo e diversificado, em virtude das novas demandas, principalmente as tecnológicas, relacionadas ao contexto socioeconômico da contemporaneidade.

Dentro desse contexto, a importância de uma boa gestão educacional, que atue de forma compartilhada e busque soluções para suprir as aspirações dos vários segmentos desta Instituição de educação, integrando-os às necessidades do mundo de trabalho e da sociedade, torna-se uma prerrogativa de suma importância, pois não basta apenas conduzir um trabalho gerencial de forma solitária, mas articular um trabalho coletivo e respaldado nas necessidades locais, atentando para a diversidade que permeia a sociedade brasileira, garantido, assim, uma postura cidadã em suas ações .

Dessa forma, as propostas da comunidade escolar, das diretorias, dos departamentos, das coordenações e dos demais setores acadêmicos e administrativos dos diversos *campi*, articuladas aos planos das Pró-Reitorias, constituem, de forma democrática e participativa, as propostas de base deste Plano de Desenvolvimento Institucional, conforme determina a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

2.1 Descrição dos Objetivos, Metas e Indicadores

2.1.1 Descrição dos Objetivos:

- Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do Ensino Fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos;
- Ministrar cursos de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores (FICs), objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Realizar pesquisas científicas e aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- Desenvolver atividades de Extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- Ministrar cursos em nível de educação superior, a saber:

- a) Cursos Superiores de Tecnologia que visem à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) Cursos de Licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências (Química, Física, Biologia e Matemática), e para a educação profissional;
- c) Cursos de Bacharelado, sobretudo as Engenharias, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e Especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e) Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* de Mestrado e Doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

2.1.2 Quantificação das Metas e Ações

A partir de um diagnóstico preliminar, foram definidas as áreas estratégicas para a elaboração das políticas e objetivos institucionais. Assim, as áreas estratégicas para a consecução da Missão e da Visão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco são as diretrizes norteadoras deste PDI e foram assim definidas: Ensino, Pesquisa e Inovação, Extensão, Assistência Estudantil, Comunicação, Tecnologia da Informação, Administração, Recursos Humanos, Corpos Docente e Discente, Aspectos Financeiros e Orçamentários e, finalmente, Infraestrutura. Cada uma dessas diretrizes foi subdividida em objetivos e estes desmembrados em metas.

OBJETIVOS	METAS				
	2014	2015	2016	2017	2018
1. Fortalecer as ações de integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão	X	X	X	X	X
2. Aprimorar a educação profissional de nível técnico.	X	X	X	X	X
3. Fortalecer o Ensino de Graduação	X	X	X	X	X
4. Consolidar e fortalecer o Ensino de Pós-Graduação.	X	X	X	X	X
5. Fortalecer a Educação a distância	X	X	X	X	X
6. Assessorar Pedagogicamente os Campi nas Ações de Ensino	X	X	X	X	X
7. Fortalecer as Ações de Ensino do IFPE nos seus diversos níveis e modalidades	X	X	X	X	X
8. Promover novas formas de acesso de estudantes ao IFPE.	X	X	X	X	X
9. Subsidiar as ações de expansão do IFPE, no tocante à oferta de cursos, tomando como referência pesquisa de empregabilidade.	X	X	X	X	X
10. Aprimorar os Serviços de Biblioteca do IFPE	X	X	X	X	X
11. Fortalecer as ações voltadas à Gestão Acadêmica	X	X	X	X	X
12. Fortalecer as ações voltadas a tecnologias educacionais	X	X	X	X	X
13. Consolidar e fortalecer as ações de Pesquisa e Inovação					
14. Criar o Núcleo de Inovação Tecnológica	X	X	X	X	X
15. Aumentar e expandir o <i>qualis</i> da Revista CIENTEC	X	X	X	X	X
16. Construir documentos norteadores de Pesquisa e Inovação	X	X	X	X	X
17. Consolidar as ações de pedidos de Proteção de Propriedade Intelectual	X	X	X	X	X
18. Criar mecanismos de estímulo à Inovação Tecnológica e Pesquisa Aplicada	X	X	X	X	X
19. Consolidar e fortalecer as ações de Extensão	X	X	X	X	X
20. Realizar ações de Extensão e Relações Comunitárias	X	X	X	X	X

OBJETIVOS	METAS				
	2014	2015	2016	2017	2018
21. Consolidar e ampliar as relações interinstitucionais: nacionais e internacionais.	X	X	X	X	X
22. Ampliar o atendimento a pessoas com necessidades específicas	X	X	X	X	X
23. Aprimorar a formação continuada de servidores-	X	X	X	X	X
24. Ampliar o corpo de servidores	X	X	X	X	X
25. Aprimorar a formação inicial e continuada dos servidores	X	X	X	X	X
26. Melhorar as condições de trabalho e saúde dos servidores	X	X	X	X	X
27. Consolidar ações de permanência e êxito dos discentes	X	X	X	X	X
28. Aprimorar os processos de gestão	X	X	X	X	X
29. Realizar ações de avaliação institucional permanente	X	X	X	X	X
30. Ampliar, melhorar e readequar infraestrutura física	X	X	X	X	X
31. Aprimorar e fortalecer os processos de informação e comunicação	X	X	X	X	X
32. Consolidar e fortalecer as ações de expansão do Instituto Federal de Pernambuco	X	X	X	X	X

2.1.3 Indicadores de Desempenho

Os indicadores de desempenho utilizados pelo IFPE, nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005, são os disponibilizados pelo SISTEC/MEC, quais sejam:

- **Indicadores de Efetividade**

“Um resultado é efetivo quando os impactos da atuação da Unidade dão cumprimento às suas responsabilidades institucionais, às diretrizes e aos objetivos estratégicos da Unidade”.

- **Relação Candidato / Vaga**

Identifica o interesse da clientela escolar no ensino do IFPE, bem como a capacidade de oferta de vagas da Instituição frente à esta demanda.

- **Relação Alunos Ingressantes / Matriculados**

Identifica a capacidade de oferta de vagas da Instituição, em relação ao total de alunos matriculados.

- **Indicadores de Eficiência**

“A eficiência estabelece a relação das cargas de trabalho com os recursos empregados, ou seja, a relação entre os resultados obtidos e recursos empregados”.

- **Gastos Correntes por Aluno Matriculado**

Reflete o desempenho em relação aos aspectos da ação educativa com a aplicação dos recursos públicos por aluno atendido.

- **Relação Alunos / Docente Tempo Integral**

Quantifica a relação quantidade de alunos por cada professor em exercício, exclusivamente em atividade acadêmica.

- **Indicadores de Eficácia**

“Um resultado é eficaz quando a Instituição está atingindo seus objetivos ou metas, a partir da comparação entre o volume de desempenho real, com o montante do resultado desejado, independentemente dos custos implicados”.

- **Índice de Titulação do Corpo Docente**

Demonstra a evolução da titulação dos docentes efetivos e temporários e regime de trabalho.

- **Relação Concluintes / alunos matriculados**

Reflete, através da relação entre o número de concluintes e o total de alunos matriculados, a eficácia do desempenho das ações educativas da Instituição.

- **Relação Alunos Concluintes / Ingressantes**

Mede a eficácia do desempenho das ações educativas da Instituição, através da relação entre o número de concluintes e o total de alunos ingressantes.

- **Índice de Retenção do Fluxo Escolar**

Reflete o desempenho em relação aos aspectos da ação educativa na eficácia escolar.

Adequação do Orçamento Atribuído à Instituição

- **Percentual de Gastos com Pessoal**

Demonstra o percentual dos gastos totais da Instituição com a folha de pagamento de pessoal, composto de ativos, inativos, sentenças judiciais e precatórios.

- **Percentual de Gastos com Outros Custeios**

Demonstra o percentual dos gastos totais da Instituição com os gastos com custeios.

- **Percentual de Gastos com Investimentos**

Demonstra o percentual dos gastos totais da Instituição com os gastos com investimentos.

2.1.3.1 Resultados dos Indicadores do IFPE

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2014	2013	2012	2011	2010
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas Ofertadas}}$	5,01	5,24	4,76	11,79	5,31
	Relação Ingressos/Aluno(%)	$\frac{\text{Número de ingressos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	20,07	31,09	30,2	34,95	43,08
	Relação Concluintes/Aluno (%)	$\frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	8,08	11,42	7,8	6,13	5,48
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (%)	$\frac{\sum n^{\circ} \text{ de concluintes}}{\sum n^{\circ} \text{ de todas as situações finais}} \times 100$	57,58	59,16	59,0	17,54	12,71
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar (%)	$\frac{\text{Número de alunos retidos}}{\text{Alunos matriculados}}$	59,89	54,52	52,7	29,00	32,34
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{Número de alunos matriculados}}{\text{Número de docentes}}$	30,56	35,98	27,76	18,14	20,41
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\frac{\text{Total de gastos}}{\text{Alunos matriculados}}$	8130,78	8192,75	7.047,88	6.392,63	9.014,73
	Percentual de Gastos com Pessoal (%)	$\frac{\text{Total de gastos com pessoal}}{\text{Gastos totais}}$	70,44	72,37	72,81	72,75	68,55

	Percentual de Gastos com outros Custeios (%)	$\frac{\text{Total de gastos com outros custeios}}{\text{Gastos totais}}$	15,3	14,45	14,65	14,79	12,65
	Percentual de Gastos com Investimentos (%)	$\frac{\text{Total de gastos com investimentos e inversões financeiras}}{\text{Gastos totais}}$	10,35	8,78	8,20	11,71	9,67
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar*	-	***	-	-	-	-
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$	3,6	3,70	3,50	3,25	3,44

Fonte: MEC - Planilha SISTEC/SIAFI/SIAPE

Renda per capita familiar (S. M.)	Número de Alunos
0 < RFP <= 0,5 SM	1068
0,5 < RFP <= 1 SM	2254
1 < RFP <= 1,5 SM	2522
1,5 < RFP <= 2,5 SM	1259
2,5 < RFP <= 3 SM	536
RFP > 3 SM	532

Não Responderam

1939

2.1.3.2 CAMPI

CAMPUS AFOGADOS DA INGAZEIRA

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercício
			2014
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas Ofertadas}}$	1,78
	Relação Ingressos/Aluno(%)	$\frac{\text{Número de ingressos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	25,83
	Relação Concluintes/Aluno (%)	$\frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	37,92
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (%)	$\frac{\sum n^{\circ} \text{ de concluintes}}{\sum n^{\circ} \text{ de todas as situações finais}} \times 100$	62,33
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar (%)	$\frac{\text{Número de alunos retidos}}{\text{Alunos matriculados}}$	49,92
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{Número de alunos matriculados}}{\text{Número de docentes}}$	28,92
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\frac{\text{Total de gastos}}{\text{Alunos matriculados}}$	**
	Percentual de Gastos com Pessoal (%)	$\frac{\text{Total de gastos com pessoal}}{\text{Gastos totais}}$	**
	Percentual de Gastos com outros Custeios (%)	$\frac{\text{Total de gastos com outros custeios}}{\text{Gastos totais}}$	**

	Percentual de Gastos com Investimentos (%)	$\frac{\text{Total de gastos com investimentos e inversões financeiras}}{\text{Gastos totais}}$	**
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar*	-	***
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$	3,05

Fonte: MEC - Planilha SISTEC/SIAFI/SIAPE

Renda per capita familiar (S. M.)	Número de Alunos
0 < RFP <= 0,5 SM	66
0,5 < RFP <= 1 SM	101
1 < RFP <= 1,5 SM	85
1,5 < RFP <= 2,5 SM	32
2,5 < RFP <= 3 SM	9
RFP > 3 SM	5
Não Responderam	269

CAMPUS BARREIROS

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercício
			2014
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{Inscrições}}{\text{VagasOfertadas}}$	3,90
	Relação Ingressos/Aluno(%)	$\frac{\text{Número de ingressos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	48,99
	Relação Concluintes/Aluno (%)	$\frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	28,31
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (%)	$\frac{\sum n^{\circ} \text{ de concluintes}}{\sum n^{\circ} \text{ de todas as situações finais}} \times 100$	58,17
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar (%)	$\frac{\text{Número de alunos retidos}}{\text{Alunos matriculados}}$	43,49
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{Número de alunos matriculados}}{\text{Número de docentes}}$	20,99
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\frac{\text{Total de gastos}}{\text{Alunos matriculados}}$	**
	Percentual de Gastos com Pessoal (%)	$\frac{\text{Total de gastos com pessoal}}{\text{Gastos totais}}$	**
	Percentual de Gastos com outros Custeios (%)	$\frac{\text{Total de gastos com outros custeios}}{\text{Gastos totais}}$	**
	Percentual de Gastos com Investimentos (%)	$\frac{\text{Total de gastos com investimentos e inversões financeiras}}{\text{Gastos totais}}$	**
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar*	-	***
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$	3,63

Fonte: MEC - Planilha SISTEC/SIAFI/SIAPE

Renda per capita familiar (S. M.)	Número de Alunos
0 < RFP <= 0,5 SM	24
0,5 < RFP <= 1 SM	41
1 < RFP <= 1,5 SM	41
1,5 < RFP <= 2,5 SM	15
2,5 < RFP <= 3 SM	8
RFP > 3 SM	3
Não Responderam	285

CAMPUS BELO JARDIM

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercício
			2014
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{Inscrições}}{\text{VagasOfertadas}}$	3,52
	Relação Ingressos/Aluno(%)	$\frac{\text{Número de ingressos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	21,95

	Relação Concluintes/Aluno (%)	$\frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	12,28
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (%)	$\frac{\sum n^{\circ} \text{ de concluintes}}{\sum n^{\circ} \text{ de todas as situações finais}} \times 100$	49,70
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar (%)	$\frac{\text{Número de alunos retidos}}{\text{Alunos matriculados}}$	52,08
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{Número de alunos matriculados}}{\text{Número de docentes}}$	15,63
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\frac{\text{Total de gastos}}{\text{Alunos matriculados}}$	**
	Percentual de Gastos com Pessoal (%)	$\frac{\text{Total de gastos com pessoal}}{\text{Gastos totais}}$	**
	Percentual de Gastos com outros Custeios (%)	$\frac{\text{Total de gastos com outros custeios}}{\text{Gastos totais}}$	**
	Percentual de Gastos com Investimentos (%)	$\frac{\text{Total de gastos com investimentos e inversões financeiras}}{\text{Gastos totais}}$	**
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar*	-	***
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$	3,47

Fonte: MEC - Planilha SISTEC/SIAFI/SIAPE

Renda per capita familiar (S. M.)	Número de Alunos
0 < RFP <= 0,5 SM	65
0,5 < RFP <= 1 SM	98

1 < RFP <= 1,5 SM	97
1,5 < RFP <= 2,5 SM	33
2,5 < RFP <= 3 SM	11
RFP > 3 SM	2
Não Responderam	47

CAMPUS CABO DE SANTO AGOSTINHO

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercício
			2014
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas Ofertadas}}$	4,58
	Relação Ingressos/Aluno(%)	$\frac{\text{Número de ingressos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	88,41
	Relação Concluintes/Aluno (%)	$\frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	0,00
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (%)	$\frac{\sum n^{\circ} \text{ de concluintes}}{\sum n^{\circ} \text{ de todas as situações finais}} \times 100$	0,00
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar (%)	$\frac{\text{Número de alunos retidos}}{\text{Alunos matriculados}}$	0,00
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{Número de alunos matriculados}}{\text{Número de docentes}}$	9,2
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\frac{\text{Total de gastos}}{\text{Alunos matriculados}}$	**

	Percentual de Gastos com Pessoal (%)	$\frac{\text{Totaldegastoscompessoal}}{\text{Gastostotais}}$	**
	Percentual de Gastos com outros Custeios (%)	$\frac{\text{Totaldegastoscomoutroscusteios}}{\text{Gastostotais}}$	**
	Percentual de Gastos com Investimentos (%)	$\frac{\text{Totaldegastoscominvestimentos einversõesfinanceiras}}{\text{Gastostotais}}$	**
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar*	-	***
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$	3,79

Fonte: MEC - Planilha SISTEC/SIAFI/SIAPE

** No casos dos indicadores acadêmicos, a planilha enviada pela Coordenadoria Geral de Planejamento e Gestão contempla essas informações de maneira geral para todo o instituto.

*** Este item será apresentado em tabela própria, abaixo, pela impossibilidade de apresentação das informações no formato sugerido.

Renda per capita familiar (S. M.)	Número de Alunos
0 < RFP <= 0,5 SM	2
0,5 < RFP <= 1 SM	1
1 < RFP <= 1,5 SM	7
1,5 < RFP <= 2,5 SM	1

2,5 < RFP <= 3 SM	0
RFP > 3 SM	2
Não Responderam	10

Fonte: MEC - Planilha SISTEC/SIAFI/SIAPE

** No casos dos indicadores acadêmicos, a planilha enviada pela Coordenadoria Geral de Planejamento e Gestão contempla essas informações de maneira geral para todo o instituto.

*** Este item será apresentado em tabela própria, abaixo, pela impossibilidade de apresentação das informações no formato sugerido.

Renda per capita familiar (S. M.)	Número de Alunos
0 < RFP <= 0,5 SM	2
0,5 < RFP <= 1 SM	1
1 < RFP <= 1,5 SM	7
1,5 < RFP <= 2,5 SM	1
2,5 < RFP <= 3 SM	0
RFP > 3 SM	2
Não Responderam	10

CAMPUS CARUARU

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercício
			2014
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{Inscrições}}{\text{VagasOfertadas}}$	1,00
	Relação Ingressos/Aluno(%)	$\frac{\text{Número de ingressos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	3,50
	Relação Concluintes/Aluno (%)	$\frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	2,93
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (%)	$\frac{\sum n^{\circ} \text{ de concluintes}}{\sum n^{\circ} \text{ de todas as situações finais}} \times 100$	26,72
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar (%)	$\frac{\text{Número de alunos retidos}}{\text{Alunos matriculados}}$	43,57
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{Número de alunos matriculados}}{\text{Número de docentes}}$	18,56
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\frac{\text{Total de gastos}}{\text{Alunos matriculados}}$	**
	Percentual de Gastos com Pessoal (%)	$\frac{\text{Total de gastos com pessoal}}{\text{Gastos totais}}$	**
	Percentual de Gastos com outros Custeios (%)	$\frac{\text{Total de gastos com outros custeios}}{\text{Gastos totais}}$	**
	Percentual de Gastos com Investimentos (%)	$\frac{\text{Total de gastos com investimentos e inversões financeiras}}{\text{Gastos totais}}$	**
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar*	-	***
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$	3,64

Fonte: MEC - Planilha SISTEC/SIAFI/SIAPE

** No casos dos indicadores acadêmicos, a planilha enviada pela Coordenadoria Geral de Planejamento e Gestão contempla essas informações de maneira geral para todo o instituto.

*** Este item será apresentado em tabela própria, abaixo, pela impossibilidade de apresentação das informações no formato sugerido.

Renda per capita familiar (S. M.)	Número de Alunos
0 < RFP <= 0,5 SM	70
0,5 < RFP <= 1 SM	188
1 < RFP <= 1,5 SM	175
1,5 < RFP <= 2,5 SM	90
2,5 < RFP <= 3 SM	22
RFP > 3 SM	15
Não Responderam	77

CAMPUS GARANHUNS

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercício
			2014
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{Inscrições}}{\text{VagasOfertadas}}$	1,45
	Relação Ingressos/Aluno(%)	$\frac{\text{Número de ingressos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	43,07
	Relação Concluintes/Aluno (%)	$\frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	10,93
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (%)	$\frac{\sum n^{\circ} \text{ de concluintes}}{\sum n^{\circ} \text{ de todas as situações finais}} \times 100$	68,75
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar (%)	$\frac{\text{Número de alunos retidos}}{\text{Alunos matriculados}}$	65,87
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{Número de alunos matriculados}}{\text{Número de docentes}}$	32,59
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\frac{\text{Total de gastos}}{\text{Alunos matriculados}}$	**
	Percentual de Gastos com Pessoal (%)	$\frac{\text{Total de gastos com pessoal}}{\text{Gastos totais}}$	**
	Percentual de Gastos com outros Custeios (%)	$\frac{\text{Total de gastos com outros custeios}}{\text{Gastos totais}}$	**
	Percentual de Gastos com Investimentos (%)	$\frac{\text{Total de gastos com investimentos e inversões financeiras}}{\text{Gastos totais}}$	**
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar*	-	***
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5}{G + A + E + M + D}$	3,46

Fonte: MEC - Planilha SISTEC/SIAFI/SIAPE

** No casos dos indicadores acadêmicos, a planilha enviada pela Coordenadoria Geral de Planejamento e Gestão contempla essas informações de maneira geral para todo o instituto.

*** Este item será apresentado em tabela própria, abaixo, pela impossibilidade de apresentação das informações no formato sugerido.

Renda per capita familiar (S. M.)	Número de Alunos
0 < RFP <= 0,5 SM	56
0,5 < RFP <= 1 SM	108
1 < RFP <= 1,5 SM	101
1,5 < RFP <= 2,5 SM	44
2,5 < RFP <= 3 SM	9
RFP > 3 SM	9
Não Responderam	72

CAMPUS IGARASSU

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercício
			2014
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas Ofertadas}}$	0,92
	Relação Ingressos/Aluno(%)	$\frac{\text{Número de ingressos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	0,00
	Relação Concluintes/Aluno (%)	$\frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	0,00
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (%)	$\frac{\sum n^{\circ} \text{ de concluintes}}{\sum n^{\circ} \text{ de todas as situações finais}} \times 100$	0,00
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar (%)	$\frac{\text{Número de alunos retidos}}{\text{Alunos matriculados}}$	0,00
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{Número de alunos matriculados}}{\text{Número de docentes}}$	0,00
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\frac{\text{Total de gastos}}{\text{Alunos matriculados}}$	**
	Percentual de Gastos com Pessoal (%)	$\frac{\text{Total de gastos com pessoal}}{\text{Gastos totais}}$	**
	Percentual de Gastos com outros Custeios (%)	$\frac{\text{Total de gastos com outros custeios}}{\text{Gastos totais}}$	**
	Percentual de Gastos com Investimentos (%)	$\frac{\text{Total de gastos com investimentos e inversões financeiras}}{\text{Gastos totais}}$	**
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar*	-	-
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$	3,43

Fonte: MEC - Planilha SISTEC/SIAFI/SIAPE

** No casos dos indicadores acadêmicos, a planilha enviada pela Coordenadoria Geral de Planejamento e Gestão contempla essas informações de maneira geral para todo o instituto.

CAMPUS IPOJUCA

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercício
			2014
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas Ofertadas}}$	2,60
	Relação Ingressos/Aluno(%)	$\frac{\text{Número de ingressos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	16,04
	Relação Concluintes/Aluno (%)	$\frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	5,83
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (%)	$\frac{\sum n^{\circ} \text{de concluintes}}{\sum n^{\circ} \text{de todas as situações finais}} \times 100$	36,49
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar (%)	$\frac{\text{Número de alunos retidos}}{\text{Alunos matriculados}}$	56,70
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{Número de alunos matriculados}}{\text{Número de docentes}}$	31,01
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\frac{\text{Total de gastos}}{\text{Alunos matriculados}}$	**
	Percentual de Gastos com Pessoal (%)	$\frac{\text{Total de gastos com pessoal}}{\text{Gastos totais}}$	**
	Percentual de Gastos com outros Custeios (%)	$\frac{\text{Total de gastos com outros custeios}}{\text{Gastos totais}}$	**

	Percentual de Gastos com Investimentos (%)	$\frac{\text{Total de gastos com investimentos e inversões financeiras}}{\text{Gastos totais}}$	**
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar*	-	***
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$	3,78

Fonte: MEC - Planilha SISTEC/SIAFI/SIAPE

** No casos dos indicadores acadêmicos, a planilha enviada pela Coordenadoria Geral de Planejamento e Gestão contempla essas informações de maneira geral para todo o instituto.

*** Este item será apresentado em tabela própria, abaixo, pela impossibilidade de apresentação das informações no formato sugerido.

Renda per capita familiar (S. M.)	Número de Alunos
0 < RFP <= 0,5 SM	50
0,5 < RFP <= 1 SM	168
1 < RFP <= 1,5 SM	231
1,5 < RFP <= 2,5 SM	113
2,5 < RFP <= 3 SM	47
RFP > 3 SM	29
Não Responderam	173

CAMPUS JABOATÃO DOS GUARARAPES

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercício
			2014
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{Inscrições}}{\text{VagasOfertadas}}$	5,58
	Relação Ingressos/Aluno(%)	$\frac{\text{Número de ingressos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	100
	Relação Concluintes/Aluno (%)	$\frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	*
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (%)	$\frac{\sum n^{\circ} \text{ de concluintes}}{\sum n^{\circ} \text{ de todas as situações finais}} \times 100$	*
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar (%)	$\frac{\text{Número de alunos retidos}}{\text{Alunos matriculados}}$	*
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{Número de alunos matriculados}}{\text{Número de docentes}}$	*
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\frac{\text{Total de gastos}}{\text{Alunos matriculados}}$	**
	Percentual de Gastos com Pessoal (%)	$\frac{\text{Total de gastos com pessoal}}{\text{Gastos totais}}$	**
	Percentual de Gastos com outros Custeios (%)	$\frac{\text{Total de gastos com outros custeios}}{\text{Gastos totais}}$	**
	Percentual de Gastos com Investimentos (%)	$\frac{\text{Total de gastos com investimentos e inversões financeiras}}{\text{Gastos totais}}$	**
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar*	-	-
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$	2,93

Fonte: Q-Acadêmico-IFPE

* Por se tratar de um Campus da Expansão III, recentemente inaugurado, não há dados a serem informados.

** No casos dos indicadores acadêmicos, a planilha enviada pela Coordenadoria Geral de Planejamento e Gestão contempla essas informações de maneira geral para todo o instituto.

CAMPUS OLINDA

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercício
			2014
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas Ofertadas}}$	3,38
	Relação Ingressos/Aluno(%)	$\frac{\text{Número de ingressos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	100
	Relação Concluintes/Aluno (%)	$\frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	*
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (%)	$\frac{\sum n^{\circ} \text{ de concluintes}}{\sum n^{\circ} \text{ de todas as situações finais}} \times 100$	*
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar (%)	$\frac{\text{Número de alunos retidos}}{\text{Alunos matriculados}}$	*
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{Número de alunos matriculados}}{\text{Número de docentes}}$	*
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\frac{\text{Total de gastos}}{\text{Alunos matriculados}}$	**
	Percentual de Gastos com Pessoal (%)	$\frac{\text{Total de gastos com pessoal}}{\text{Gastos totais}}$	**
	Percentual de Gastos com outros Custeios (%)	$\frac{\text{Total de gastos com outros custeios}}{\text{Gastos totais}}$	**

	Percentual de Gastos com Investimentos (%)	$\frac{\text{Total de gastos com investimentos e inversões financeiras}}{\text{Gastos totais}}$	**
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar*	-	-
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$	3,38

Fonte: Q-Acadêmico-IFPE

* Por se tratar de um Campus recentemente inaugurado, não existem tais informações.

** No casos dos indicadores acadêmicos, a planilha enviada pela Coordenadoria Geral de Planejamento e Gestão contempla essas informações de maneira geral para todo o instituto.

CAMPUS PALMARES

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercício
			2014
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas Ofertadas}}$	0,88
	Relação Ingressos/Aluno(%)	$\frac{\text{Número de ingressos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	100
	Relação Concluintes/Aluno (%)	$\frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	*
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (%)	$\frac{\sum n^{\circ} \text{ de concluintes}}{\sum n^{\circ} \text{ de todas as situações finais}} \times 100$	*
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar (%)	$\frac{\text{Número de alunos retidos}}{\text{Alunos matriculados}}$	*
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{Número de alunos matriculados}}{\text{Número de docentes}}$	*

Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\frac{\text{Total de gastos}}{\text{Alunos matriculados}}$	**
	Percentual de Gastos com Pessoal (%)	$\frac{\text{Total de gastos com pessoal}}{\text{Gastos totais}}$	**
	Percentual de Gastos com outros Custeios (%)	$\frac{\text{Total de gastos com outros custeios}}{\text{Gastos totais}}$	**
	Percentual de Gastos com Investimentos (%)	$\frac{\text{Total de gastos com investimentos e inversões financeiras}}{\text{Gastos totais}}$	**
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar*	-	-
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$	2,42

Q-Acadêmico-IFPE

* Por se tratar de um Campus recentemente inaugurado, não existem tais informações.

** No casos dos indicadores acadêmicos, a planilha enviada pela Coordenadoria Geral de Planejamento e Gestão contempla essas informações de maneira geral para todo o instituto.

CAMPUS PAULISTA

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercício
			2014
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas Ofertadas}}$	1,00
	Relação Ingressos/Aluno(%)	$\frac{\text{Número de ingressos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	0,00
	Relação Concluintes/Aluno (%)	$\frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	0,00
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (%)	$\frac{\sum n^{\circ} \text{ de concluintes}}{\sum n^{\circ} \text{ de todas as situações finais}} \times 100$	0,00

	Índice de Retenção do Fluxo Escolar (%)	$\frac{\text{Número de alunos retidos}}{\text{Alunos matriculados}}$	0,00
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{Número de alunos matriculados}}{\text{Número de docentes}}$	0,00
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\frac{\text{Total de gastos}}{\text{Alunos matriculados}}$	**
	Percentual de Gastos com Pessoal (%)	$\frac{\text{Total de gastos com pessoal}}{\text{Gastos totais}}$	**
	Percentual de Gastos com outros Custeios (%)	$\frac{\text{Total de gastos com outros custeios}}{\text{Gastos totais}}$	**
	Percentual de Gastos com Investimentos (%)	$\frac{\text{Total de gastos com investimentos e inversões financeiras}}{\text{Gastos totais}}$	**
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar*	-	-
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$	3,53

Fonte: MEC - Planilha SISTEC/SIAFI/SIAPE

** No casos dos indicadores acadêmicos, a planilha enviada pela Coordenadoria Geral de Planejamento e Gestão contempla essas informações de maneira geral para todo o instituto.

CAMPUS PESQUEIRA

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercício
			2014
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas Ofertadas}}$	2,68
	Relação Ingressos/Aluno(%)	$\frac{\text{Número de ingressos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	37,16

	Relação Concluintes/Aluno (%)	$\frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	9,52
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (%)	$\frac{\sum n^{\circ} \text{ de concluintes}}{\sum n^{\circ} \text{ de todas as situações finais}} \times 100$	65,49
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar (%)	$\frac{\text{Número de alunos retidos}}{\text{Alunos matriculados}}$	53,07
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{Número de alunos matriculados}}{\text{Número de docentes}}$	38,17
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\frac{\text{Total de gastos}}{\text{Alunos matriculados}}$	**
	Percentual de Gastos com Pessoal (%)	$\frac{\text{Total de gastos com pessoal}}{\text{Gastos totais}}$	**
	Percentual de Gastos com outros Custeios (%)	$\frac{\text{Total de gastos com outros custeios}}{\text{Gastos totais}}$	**
	Percentual de Gastos com Investimentos (%)	$\frac{\text{Total de gastos com investimentos e inversões financeiras}}{\text{Gastos totais}}$	**
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar*	-	***
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$	3,18

Fonte: MEC - Planilha SISTEC/SIAFI/SIAPE

** No casos dos indicadores acadêmicos, a planilha enviada pela Coordenadoria Geral de Planejamento e Gestão contempla essas informações de maneira geral para todo o instituto.

*** Este item será apresentado em tabela própria, abaixo, pela impossibilidade de apresentação das informações no formato sugerido.

Renda per capita familiar (S. M.)	Número de Alunos
0 < RFP <= 0,5 SM	163
0,5 < RFP <= 1 SM	341
1 < RFP <= 1,5 SM	256
1,5 < RFP <= 2,5 SM	83
2,5 < RFP <= 3 SM	29
RFP > 3 SM	22
Não Responderam	343

CAMPUS RECIFE

	Indicadores	Fórmula de Cálculo	Exercício
			2014
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas Ofertadas}}$	8,57
	Relação Ingressos/Aluno(%)	$\frac{\text{Número de ingressos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	14,04
	Relação Concluintes/Aluno (%)	$\frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	3,53
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (%)	$\frac{\sum n^{\circ} \text{ de concluintes}}{\sum n^{\circ} \text{ de todas as situações finais}} \times 100$	54,59

	Índice de Retenção do Fluxo Escolar (%)	$\frac{\text{Número de alunos retidos}}{\text{Alunos matriculados}}$	62,56
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{Número de alunos matriculados}}{\text{Número de docentes}}$	42,40
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\frac{\text{Total de gastos}}{\text{Alunos matriculados}}$	**
	Percentual de Gastos com Pessoal (%)	$\frac{\text{Total de gastos com pessoal}}{\text{Gastos totais}}$	**
	Percentual de Gastos com outros Custeios (%)	$\frac{\text{Total de gastos com outros custeios}}{\text{Gastos totais}}$	**
	Percentual de Gastos com Investimentos (%)	$\frac{\text{Total de gastos com investimentos e inversões financeiras}}{\text{Gastos totais}}$	**
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar*	-	***
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$	3,76

Fonte: MEC - Planilha SISTEC/SIAFI/SIAPE

** No casos dos indicadores acadêmicos, a planilha enviada pela Coordenadoria Geral de Planejamento e Gestão contempla essas informações de maneira geral para todo o instituto.

*** Este item será apresentado em tabela própria, abaixo, pela impossibilidade de apresentação das informações no formato sugerido.

Renda per capita familiar (S. M.)	Número de Alunos
0 < RFP <= 0,5 SM	529

0,5 < RFP <= 1 SM	1135
1 < RFP <= 1,5 SM	1474
1,5 < RFP <= 2,5 SM	833
2,5 < RFP <= 3 SM	339
RFP > 3 SM	442
Não Responderam	485

CAMPUS VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercício
			2014
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{Inscrições}}{\text{VagasOfertadas}}$	0,00
	Relação Ingressos/Aluno(%)	$\frac{\text{Númerodeingressos}}{\text{Alunosmatriculados}} \times 100$	0,00
	Relação Concluintes/Aluno (%)	$\frac{\text{Númerodeconcluintes}}{\text{Alunosmatriculados}} \times 100$	5,22
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (%)	$\frac{\sum n^{\circ} \text{deconcluintes}}{\sum n^{\circ} \text{de todas as situações finais}} \times 100$	100,00
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar (%)	$\frac{\text{Númerodealunosretidos}}{\text{Alunosmatriculados}}$	82,96
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{Númerodealunosmatriculados}}{\text{Númerodedocentes}}$	28,10

Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\frac{\text{Totaldegastos}}{\text{Alunosmatriculados}}$	**
	Percentual de Gastos com Pessoal (%)	$\frac{\text{Totaldegastoscompessoal}}{\text{Gastostotais}}$	**
	Percentual de Gastos com outros Custeios (%)	$\frac{\text{Totaldegastoscomoutroscusteios}}{\text{Gastostotais}}$	**
	Percentual de Gastos com Investimentos (%)	$\frac{\text{Totaldegastoscominvestimentoseseinversõesfinanceiras}}{\text{Gastostotais}}$	**
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar*	-	***
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$	3,88

Fonte: MEC - Planilha SISTEC/SIAFI/SIAPE

** No casos dos indicadores acadêmicos, a planilha enviada pela Coordenadoria Geral de Planejamento e Gestão contempla essas informações de maneira geral para todo o instituto.

*** Este item será apresentado em tabela própria, abaixo, pela impossibilidade de apresentação das informações no formato sugerido.

Renda per capita familiar (S. M.)	Número de Alunos
0 < RFP <= 0,5 SM	43
0,5 < RFP <= 1 SM	73
1 < RFP <= 1,5 SM	73

1,5 < RFP <= 2,5 SM	15
2,5 < RFP <= 3 SM	62
RFP > 3 SM	3
Não Responderam	178



3. RESPONSABILIDADE SOCIAL E INSERÇÃO REGIONAL

3. RESPONSABILIDADE SOCIAL E INSERÇÃO REGIONAL

A constituição dos diversos *campi* do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO foi realizada a partir da base territorial de atuação e caracterização das regiões de desenvolvimento onde eles estão situados. O IFPE é uma instituição de educação profissional e tecnológica com 1.100 professores, 945 servidores administrativos e 16.500 estudantes, distribuídos em dezesseis Unidades de Ensino situadas em municípios distintos do Estado de Pernambuco. Os referidos *campi* estão localizados em cinco Regiões de Desenvolvimento do Estado, a saber: Região Metropolitana do Recife (RMR), Região da Mata Sul (RMS) e nas Regiões do Agreste Central (RAC), Agreste Meridional (RAM) e Sertão do Pajeú (RSP).

3.1 Região Metropolitana

- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – ***Campus Abreu e Lima***
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – ***Campus Cabo de Santo Agostinho***
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – ***Campus Igarassu***
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – ***Campus Ipojuca***
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – ***Campus Jaboatão dos Guararapes***
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – ***Campus Olinda***
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – ***Campus Paulista***
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – ***Recife***

A Região Metropolitana do Recife é a 6ª mais populosa do país, com 3.743.854 habitantes. Os dados são do IBGE de 31/08/2012. A Região Metropolitana da capital

pernambucana fica atrás das de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Distrito Federal e entorno. As regiões metropolitanas de Fortaleza, Salvador, Curitiba e Campinas completam a lista das dez mais populosas.

Localizada no estado de Pernambuco, a região é formada por catorze municípios: Araçoiaba, **Abreu e Lima**, **Cabo de Santo Agostinho**, Camaragibe, **Igarassu**, **Ipojuca**, Ilha de Itamaracá, Itapissuma, **Jaboatão dos Guararapes**, Moreno, **Olinda**, **Paulista**, São Lourenço da Mata e o município-sede, **Recife**. A região ocupa uma área territorial de 2.768 km² e conta com uma população de 3.688.428 habitantes. Na economia, destacam-se o comércio e a prestação de serviços.

A Região Metropolitana do Recife é principal região de desenvolvimento do Estado de Pernambuco e integra dezoito municípios, dentre os quais se destacam a capital Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Ipojuca, responsáveis por 76% da renda ponderada do estado. Ocupando uma área de 2.766 km² (2% da extensão territorial do Estado) e situada na parte mais oriental da região do Nordeste Brasileiro, possui localização privilegiada em relação aos mercados da União Europeia, da África e Ásia, a RMR é o ponto natural de escoamento da produção nordestina para o exterior. Para isso, contribui a sua infraestrutura logística, que conta com o Porto de Suape, o Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes e as malhas rodoviárias e ferroviárias.

Sua economia diversificada apresenta cadeias produtivas consolidadas, destacando-se os setores de turismo, ensino superior e pesquisas, intermediação financeira e varejo moderno, além do polo médico (segundo maior do País) e de tecnologia da informação (TI), primeiro melhor do Brasil. Também fazem parte das cadeias produtivas os setores de alimentos e bebidas, produtos têxteis e vestuário, movelaria, indústrias sucroalcooleiras, indústria de transformação e avicultura. Na RMR está também localizado o Complexo Industrial Portuário de Suape, especificamente nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, que foi idealizado e criado há 30 (trinta) anos e passou a abrigar grandes empreendimentos, como o Estaleiro Atlântico Sul e a Refinaria Abreu e Lima, entre as mais de 70 (setenta) indústrias já implantadas ou em fase de implantação.

Ipojuca está situada na Região Metropolitana de Recife, compreendendo o maior território dessa região (527,32 km²) e sua maior faixa litorânea, e uma população de 83.862 pessoas (dados do IBGE 2009), registrando crescimento elevado de 2,42% ao ano (2000-2007). O município possui uma dependência demográfica (população

inativa/ativa) de 63,56% e uma população jovem de 34,7% da população total.

O PIB (Produto Interno Bruto) de Ipojuca é de R\$ 4.307,57 milhões (2006). Apesar de ter o maior PIB *per capita* de Pernambuco, os indicadores sociais de Ipojuca são, quase sempre, piores que a média do estado, excetuando a expectativa de vida, que é de 68,7 anos (IBGE 2000). O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do município foi de 0,657, em 2003. A taxa de analfabetismo é de 30%, com 4 anos médios de estudo (IBGE 2000) e a taxa de mortalidade infantil é de 11,6% (DATASUS 2006).

No município de Ipojuca, encontra-se o Complexo Industrial Portuário de Suape, um dos Portos mais importantes do país, devido à sua localização estratégica e por ser um Porto de concentração de cargas. Com a construção da refinaria e do estaleiro, muitas indústrias de suporte desses empreendimentos serão atraídas para o município de Ipojuca e arredores, aumentando ainda mais as necessidades de capacitação profissional. A indústria tem um papel destacado na economia municipal, representando 19,0% do VAB (Valor Adicionado Bruto), com peso destacado da indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, da indústria química e de minerais não metálicos. A agropecuária tem participação de 1,1% no VAB, liderada pela produção de cana-de-açúcar, ocupando 18,6% do emprego (formal e informal). Já o setor de serviços contribui com 79,9% do VAB, com destaque para o comércio varejista e os serviços de alojamento, alimentação, reparação e manutenção.

3.1.1 Polo Automotivo de Goiana

Localizada a 63 km ao norte de Recife, Goiana está formando um dos mais recentes e prósperos polos empresariais do Estado de Pernambuco e de todo o Brasil. Para confirmar esta percepção, basta citar que o município abriga duas grandes indústrias, que vão movimentar essa região e promover a atração de muitas outras empresas para o local: a Fiat Chrysler e a Hemobrás. Os principais negócios industriais na cidade pernambucana se concentram nos setores farmacoquímico e automotivo.

De acordo com a Prefeitura local, Goiana hoje é a cidade de seu porte (com pouco menos de 80 mil habitantes em 2013, segundo projeção do IBGE) que mais recebe investimentos no continente.

A Prefeitura local estima que, junto com a Fiat e a Hemobrás, cerca de 100 novas empresas, chamadas de sistemistas, estão em processo de implantação em Goiana. Os

empreendimentos interessados em ali se instalar recebem incentivos fiscais e tributários do governo estadual, além de terem acesso a facilidades logísticas com a duplicação já concluída da BR-101, que corta o município. Próximos à cidade de Goiana, estão os *Campi* de Abreu e Lima, Paulista e Igarassu.

Segundo o Censo Demográfico 2014, divulgado pelo IBGE, a população de Abreu e Lima é de 98.201 habitantes. O [produto interno bruto](#) dos municípios, divulgado pelo [IBGE](#) referente ao ano de [2011](#), aponta que a soma das riquezas produzidos no município é a [12ª maior do Estado](#), sendo o setor de serviços o mais representativo na economia desse município, somando 487.958 milhões. Já os setores industrial e da agricultura representam 286.618 milhões e 8.142 milhões, respectivamente. O PIB per capita do município é de 9.589,60 mil [reais \(20º maior do Estado\)](#).

No município de Paulista, predominam atividades ligadas ao setor de [serviços](#), [comércio](#) e [indústria](#). O [turismo](#) também é responsável por atrair empreendimentos para o município, com a implantação de [hotéis](#), [restaurantes](#), [pontos comerciais](#) e [marinas](#).

Em Paulista, está localizado também o Parque Industrial de Paratibe, que abriga empresas de diversos setores, dinamizando a economia da região e gerando emprego para a população.

A cidade de Igarassu, localizada a apenas 36 km de Recife, guarda importantes construções históricas, entre as quais se destaca a Igreja de São Cosme e Damião e sua economia gira em torno do turismo, da agropecuária, do comércio e da indústria. A população é de aproximadamente 100 mil habitantes.

Quanto ao Município de Olinda, é importante destacar que foi fundado em 1535 por Duarte Coelho Pereira, primeiro donatário da capitania, em um sítio elevado que favorecia a defesa da povoação e controle da região, tornando-se capital e um importante polo econômico no fim do século XVI, enriquecida com a cana-de-açúcar.

Atualmente, Olinda é um município essencialmente habitacional, comercial e turístico, com área territorial de 41,681 km² e população de 388,821 habitantes, possuindo um **Centro Histórico** de grande relevância, também chamado de **Cidade Alta**, que abrange a área histórica do município.

Destaque-se que quase um terço da área total desse município é tombado. Nos últimos anos, a administração municipal, o IPHAN e o Programa Monumental têm realizado muitas obras de conservação, restauro e revitalização de estruturas e espaços, com preocupação com a acessibilidade e a circulação, a organização dos artesãos e

comerciantes locais e o aproveitamento das vistas panorâmicas que podem ser desfrutadas de cima das colinas do centro histórico.

Grande parte do interesse que Olinda desperta vem de suas manifestações da cultura popular, sendo conhecida pela sua cerâmica e sua talha artesanal, pelo seu carnaval e outras festas típicas da região, onde se dança o frevo e o maracatu.

A Olinda moderna ostenta quatro títulos, todos a ela atribuídos em virtude de sua exuberante beleza natural, de seu valioso patrimônio em pedra e cal, e da cultura de seu povo, destacando-se dentre eles o título de Patrimônio da Humanidade, concedido pela Unesco em 1982.

Apesar de todo esse potencial, a RMR apresenta problemas socioeconômicos, sendo o principal deles a distribuição de renda desigual. Necessário se faz, portanto, que as ações do IFPE se desenvolvam, no sentido de contribuir para alterar esse cenário pelo viés da Educação, formando profissionais capazes de transitar no mundo do trabalho, com condições de modificar essa realidade por meio de seu fazer profissional e de sua consciência cidadã, observando a diversidade característica do meio econômico, político e social em que estão inseridos, enquanto agentes de formação e de transformação.

3.2 Região Mata Sul

- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – **Campus Barreiros**
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – *Campus Vitória de Santo Antão*
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – *Campus Palmares*

A Mata Sul localiza-se na mesorregião da Mata Pernambucana e compreende uma área de 5.208,6 km² (5,26% do território estadual). Sua população, que era de 665.846 habitantes, em 2000 – a maioria urbana –, apresenta baixa taxa de crescimento, devido ao fluxo migratório em direção aos grandes centros urbanos, onde se acomodam na periferia em habitações precárias e na sua maioria subnormais.

Sua economia é predominantemente agrícola, tendo como base a produção de cana-de-açúcar e produtos derivados, como o açúcar, o álcool, o melaço e a aguardente. O bagaço da cana é fonte natural de energia, e seus resíduos, de fertilizante natural.

Dentre os municípios da Mata Sul, destaca-se o de Vitória de Santo Antão, por ser o mais populoso e por apresentar, junto com Palmares e Barreiros, tendência à

diversificação de atividades econômicas, com destaque para a fruticultura, o plantio de seringueiras, a pecuária, a indústria de transformação, o comércio varejista e a prestação de serviços.

A região geográfica na qual está inserido o município de Vitória de Santo Antão destaca-se, do ponto de vista econômico, pelas atividades agrícolas, industriais (bebidas e álcool combustível) e produtivas nos segmentos canavieiros e hortifrutigranjeiros, além das atividades de beneficiamento e aproveitamento de culturas temporárias, voltadas não apenas para o atendimento ao mercado local, mas também para o abastecimento comercial da RMR e outras capitais e grandes cidades do Nordeste. A cidade de Vitória de Santo Antão tem uma agricultura desenvolvida principalmente em hortaliças folhosas. Seu comércio diversificado abastece também várias cidades de menor porte que ficam no seu entorno, e funciona, ainda, como um polo de serviços na área de saúde para a população menos favorecida de outras cidades.

Já o município de Barreiros tem como economia básica o cultivo da cana-de-açúcar, além de outras culturas que são desenvolvidas na região, como hortaliças e coco. Duas usinas produtoras de açúcar e álcool também contribuem para o desenvolvimento da região. Barreiros é um polo comercial que atende, também, a municípios circunvizinhos, principalmente os do norte de Alagoas. Situado numa região próxima ao litoral, tem no turismo um elemento de solidificação de sua economia.

3.3 Região Agreste Central

· INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – **Campus Belo Jardim**

· INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – **Campus Pesqueira**

· INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – **Campus Caruaru**

O Agreste Central é parte da mesorregião do Agreste Pernambucano. Sua população é de 881.422 habitantes (12% da população estadual), dos quais 596.744 residem na zona urbana. Caruaru é sua principal cidade, sendo também um centro de conexão, pois está localizada na interseção das rodovias BR 232 e BR 104, por onde

circulam praticamente toda a produção e abastecimento da Região. Caruaru e Belo Jardim são os únicos municípios do Agreste Central a possuírem aeroporto. A cidade de Pesqueira está localizada na mesorregião do Agreste Setentrional de Pernambuco, a 214 km da capital Recife. Tem uma área de cerca de 1000 km² e população de aproximadamente 60.000 habitantes, PIB de R\$162.850.000, PIB per capita de R\$ 2.819,00 e IDH de 0,632 (PNUD/2000). Sua altitude é de 654m e a densidade demográfica de 60,5 habitantes por km² (dados do Censo 2004).

Como principais atividades econômicas do Agreste Central, destacam-se o ramo de confecção (vestuário e têxteis), as pecuárias leiteiras e de corte, que se desenvolvem junto com o tradicional cultivo de milho, arroz, feijão, mandioca e algodão, a avicultura e o turismo de lazer, religioso e rural. Também são significativos os setores de comércio e de serviços, além de importante polo moveleiro.

O Sertão constitui a parte do semiárido pernambucano de condições climáticas mais adversas ao desenvolvimento da agropecuária tradicional e de cultivo com base no regime de chuvas. As culturas mais expressivas — de milho e de feijão — são de alto risco climático para as condições de clima e tempo predominantes. A atividade pecuária, tanto bovina como de caprinos e ovinos, sempre é desenvolvida de forma extensiva, à base de pastos naturais, cultivo da palma forrageira e com pouca tecnologia de manejo.

O Agreste se caracteriza pelo predomínio da policultura com uso intensivo da mão-de-obra familiar, incipiente uso da tecnologia e de emprego de insumos, o que resulta em baixa produtividade e precariedade das condições de vida da população das pequenas propriedades rurais. Em Pernambuco, existem mais de 260 mil propriedades agrícolas, das quais cerca de 235 mil enquadram-se na categoria de agricultura familiar.

3.4 Região Agreste Meridional

· INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – **Campus Garanhuns**

O município de Garanhuns faz parte da Região de Desenvolvimento do Agreste Meridional, localizada na mesorregião do Agreste Pernambucano, com uma área de 10.828,0 km², representando 10,96% do território estadual.

Nessa Região, estão localizados mais de 25 municípios: Águas Belas, Angelim, Bom Conselho, Brejão, Buíque, Caetés, Calçado, Canhotinho, Capoeiras, Correntes, Iati, Itaíba, Jucati, Jupi, Jurema, Lagoa do Ouro, Lajedo, Palmeirina, Paranatama, Pedra, Saloá, São João, Terezinha, Tupanatinga e Venturosa. A maior e mais expressiva atividade

econômica do Agreste Meridional é a pecuária leiteira e de corte.

Garanhuns é o maior Centro de captação de leite do Estado, responsável pelo processamento de 70% da produção da bacia leiteira de Pernambuco, destacando-se na produção artesanal, semi-artesanal e industrial de laticínios. Atualmente, essa indústria é abastecida por 400 produtores de leite da região, o que dinamiza a economia local e contribui para que Pernambuco amplie o seu percentual de arrecadação de ICMS.

Além da pecuária, a cultura de subsistência é desenvolvida na região, principalmente com o cultivo de feijão, milho e mandioca; nas áreas de brejo, aparecem a cafeicultura, a fruticultura e o plantio de hortaliças. A olericultura e a floricultura também representam algumas das atividades do Agreste Meridional. O comércio da região é significativo, sobretudo nos municípios de Garanhuns e Lajedo. Além de sua importância comercial, Garanhuns desenvolve atividades ligadas à hospitalidade e lazer, em função do seu clima de baixas temperaturas.

3.5 Região Sertão do Pajeú

· INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – **Campus Afogados da Ingazeira**

A cidade de Afogados da Ingazeira caracteriza-se como sendo polo do Sertão do Pajeú, destacando-se por ser o segundo principal centro comercial do [Vale do Pajeú](#). É a única cidade pernambucana com menos de 50.000 habitantes classificada pelo IBGE como Centro Sub regional B, devido à sua rede de influência. Possui o terceiro maior IDH da região, somente atrás de Triunfo e Serra Talhada, e está situado a 386 km de distância da capital, [Recife](#).

É uma das cidades da região mais prósperas na área de serviços, comércio e lazer. Historicamente, sempre teve como base a pecuária de corte (bovinocultura e caprinocultura) e a pequena agricultura, com o cultivo de milho, mandioca e frutas. Além disso a avicultura introduzida no município ganhou destaque.

Possui um forte comércio nos setores automobilísticos, de vestuários e de materiais de construção. As principais indústrias de móveis do Estado transformam Afogados em um importante polo na fabricação de móveis, existindo nesse município o Polo Moveleiro, além de indústrias de Metal-Mecânica.

Ressalte-se que a Região do Sertão do Pajeú participa com 1,8% no PIB de Pernambuco e seus arranjos produtivos se concentram na caprinovinocultura, na pecuária de corte, na prestação de serviços, atuando também na indústria de doces e na apicultura.

Convém acrescentar que o setor de serviços tem o maior peso na economia local e, principalmente nos municípios de maior PIB da região, como Serra Talhada.

O município de Afogados da Ingazeira destaca-se, ainda, no setor de vestuário que responde por cerca de 4% dos postos de emprego (fonte: CONDEPE/ FIDEM/2006).



4. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI

4. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI:

4.1 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

Os princípios pedagógicos são eixos estruturadores do ensino-aprendizagem que possibilitam a materialização do desempenho do futuro profissional, capaz de vincular a educação à prática social e ao mundo do trabalho, relacionar teoria e prática, estar preparado para o exercício da cidadania, explicar adequadamente os processos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, apresentar autonomia intelectual e pensamento crítico e ser flexível frente a novas condições de ocupação no mundo do trabalho.

Para tanto, o ambiente mais favorável à aprendizagem é o interdisciplinar, considerando que as práticas interdisciplinares contribuem para a formação simultânea do estudante nos aspectos técnico e prático, pluralista e crítico, implicando uma qualidade social e política, pois, por INTERDISCIPLINARIDADE, enquanto princípio pedagógico, compreende-se que todo conhecimento é construído em um processo dialógico permanente com outros conhecimentos que se completam, apontando para a necessidade do seu domínio, com vistas a que essas conexões entre si se efetivem.

Outro princípio pedagógico é a CONTEXTUALIZAÇÃO enquanto transposição didática, em que o professor relaciona o conhecimento científico às experiências do estudante, ou seja, transforma essa vivência em conhecimento e transfere o aprendido a novas vivências.

O contexto da lei de criação dos institutos aponta para outro princípio pedagógico, a INDISSOCIABILIDADE entre ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO, para fortalecer, dentro e fora do ambiente escolar, a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como as diversas formas de práticas profissionais e a participação em atividades de extensão, as quais permitirão ao futuro profissional possibilidades de superar os desafios de renovadas condições do exercício profissional e de produção do conhecimento.

Com essa compreensão, o IFPE se propõe a adotar esses princípios pedagógicos, amplamente contemplados na LDB (Lei nº 9.394/1996) e nas legislações específicas, a partir de uma visão dinâmica e inovadora, aberta às mudanças e às transformações do mundo contemporâneo.

4.2 FUNÇÃO SOCIAL

A função social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco é promover uma educação pública de qualidade, gratuita e transformadora, que atenda às

demandas sociais e que impulse o desenvolvimento socioeconômico da região, considerando a formação para o trabalho a partir de uma relação sustentável com o meio ambiente. Para tanto, deve proporcionar condições igualitárias de êxito a todos os cidadãos que constituem a comunidade do IFPE, visando à inserção qualitativa no mundo socioambiental e profissional, fundamentado em valores que respeitem a formação, a ética, a diversidade, a dignidade humana e a cultura de paz.

4.3 PERFIL DO EGRESSO

O Perfil do Egresso considera as competências profissionais (gerais e específicas da formação) a serem desenvolvidas e o campo de atuação, considerando o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Superiores de Tecnologia e o disposto na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). As competências gerais estão relacionadas às questões pertinentes a temas que transversalizam o currículo e que são comuns ao Eixo Tecnológico (Cursos Técnicos e Superiores de Tecnologia) ou área do conhecimento (Bacharelados e Licenciaturas), tais como: cidadania, meio ambiente, ética, segurança no trabalho, relações interpessoais, trabalho em equipe e empreendedorismo, entre outros.

4.4 Metodologias de Ensino

As metodologias de Ensino vão assegurar a construção das competências previstas no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), incluindo a forma como foi pensada, fundamentada nos princípios da contextualização, da interdisciplinaridade e da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, assegurando a construção das competências gerais, devidamente contextualizadas para o curso, bem como as competências específicas identificadas pela Instituição, a partir de estudos do processo produtivo ao qual o curso se refere e dos requisitos para o exercício da cidadania. As estratégias pedagógicas deverão obrigatoriamente apresentar com clareza as técnicas e os métodos de ensino utilizados em todas as atividades acadêmicas, a distribuição equilibrada dos conteúdos programáticos de forma a proporcionar o desenvolvimento de atividades interdisciplinares, além da proposta de revisão periódica dos conteúdos e atualização das bibliografias.

As atividades de Pesquisa e Extensão ligadas ao curso devem ser descritas no PPC, especificando os projetos em andamento, bem como os docentes e alunos participantes. O mesmo deve ser feito em relação às atividades de monitoria.

4.4.1 Uso de recursos tecnológicos

A incorporação crescente das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) ao processo educativo presencial e a distância vem tornando a oferta educacional mais extensiva em termos de público e audiência, rompendo barreiras culturais de língua, tempo e espaço geográfico, ao mesmo tempo em que dinamiza os modos de ensinar e aprender e os de realizar as interações pedagógicas que se fazem necessárias.

Assim, o IFPE vem desenvolvendo ações de educação presencial e a distância, com utilização de tecnologias educacionais aplicadas à prática pedagógica. Ressalta-se que essas ações fazem parte da Política de Tecnologias Educacionais do IFPE.

O IFPE tem sido impulsionado a investir nas estruturas de tecnologias de informação e comunicação – TIC -, para que as mesmas disponibilizem pessoas e tecnologias necessárias para o desenvolvimento das ações pedagógicas capazes de gerar novos conhecimentos para os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

O desafio é prover a organização das novas tecnologias ao processo de ensino e aprendizagem, de modo que elas possam dar as condições para que os atores envolvidos neste processo possam desenvolver suas atividades de forma satisfatória, gerando conhecimento e mudança de postura deles.

As tecnologias educacionais, a partir da utilização de ferramentas, tanto ligadas aos hardwares (equipamentos como tablets, lousa, notebook, celular), como ao uso das ferramentas de colaboração *on line*, como blogs, microblogs, podcasting, redes sociais, jogos digitais e o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), demandam novas posturas e ações no processo de ensino e de aprendizagem que solicitam dos docentes novas competências que propiciem um maior diálogo com a nova geração de estudantes, que veem no uso destas ferramentas uma forma de adquirir novos conhecimentos e saberes.

Ao se considerar a questão da inclusão social, não se pode negligenciar a acessibilidade digital e o seu tema mais atual, o da tecnologia assistiva.

Dentre as categorias de tecnologia assistiva, estão os recursos de acessibilidade ao computador que têm o propósito de permitir que as pessoas com deficiência tenham à disposição equipamentos, auxílios alternativos de acesso, teclados modificados ou alternativos, softwares especiais que permitem as pessoas com deficiência, seja ela física, visual, auditiva, mental ou múltipla, a utilizarem o computador.

4.4.2 Princípios pedagógicos integradores e metodologias ativas de ensino e aprendizagem

O currículo integrado vem sendo proposto como tentativa de contemplar uma compreensão global do conhecimento e de promover maiores parcelas de interdisciplinaridade na sua construção, contribuindo para a superação da fragmentação do Ensino, tendo em vista a formação integral dos estudantes.

As dimensões da formação integral são sustentadas nos princípios da solidariedade, ética, pluralidade cultural e sustentabilidade, que estão imbricados em complexas relações socioambientais, as quais promovem inter-relações entre trabalho, ciência, cultura e meio ambiente, objetivando o exercício de uma cidadania ativa, numa concepção de educação que visa ao desenvolvimento social e emocional do homem. Com essa compreensão, constituem-se os princípios pedagógicos integradores para a construção dos currículos:

- Compreensão da complexidade da relação entre política e prática curricular e, nela, a construção do conhecimento escolar;
- Compreensão da cidadania como o centro do processo educativo;
- Concepção de homem como ser histórico, social e ecológico, capaz de transformar a realidade em que vive;
- Concepção de educação em direitos humanos, visando ao desenvolvimento social e emocional do homem;
- Concepção de trabalho como princípio educativo, permitindo a compreensão do significado econômico, social, ambiental, histórico, político e cultural das ciências, das tecnologias e das artes;
- Contextualização dos saberes escolares na articulação entre os saberes científicos e os saberes cotidianos;
- Abordagem interdisciplinar que considera a prática profissional como eixo integrador da relação conhecimentos gerais e específicos;
- Priorização dos fundamentos das diferentes tecnologias que caracterizam os processos produtivos;
- Integração entre ensino, pesquisa e extensão, tendo como eixos integradores o trabalho, a ciência, a cultura e o meio ambiente, numa perspectiva socioambiental.

Outro aspecto a ser considerado refere-se à abordagem metodológica, que considere as metodologias ativas de ensino e aprendizagem, proposta pelo curso, inclusive a definição das atividades práticas. Podem ser indicados procedimentos que envolvam pesquisa,

extensão, solução de problemas, estudos de caso, visitas técnicas, simulações, oficinas, entre outros que mobilizem conhecimentos, capacidade analítica e habilidades requeridas pelo perfil profissional definido no PPC e que favoreçam o desenvolvimento do espírito crítico e a prática profissional. Também pode ser prevista a participação em eventos internos e externos que sejam compatíveis com o perfil do egresso, inclusive a definição das atividades teórico-práticas, como projeto interdisciplinares e integradores, que promovam a pesquisa como princípio educativo e pedagógico e a curricularização da extensão, promovendo a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

4.4.3 Flexibilidade dos componentes curriculares

É importante que a organização curricular considere os princípios que fundamentam o curso e as estratégias pedagógicas previstas. Nessa direção, a legislação orienta que os currículos devem adotar os princípios da flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização, observando aspectos referentes à compatibilidade da carga horária total, articulação da teoria com a prática de forma reflexiva, articulando o campo de formação e a atuação profissional e, nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com essa modalidade.

A estrutura curricular dos Cursos Técnicos e Superiores (Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia) do IFPE obedece ao disposto na legislação vigente, sendo importante definir as características em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

A estrutura curricular também contempla conteúdos voltados para temáticas, obrigatórias, em todos os níveis e modalidades da educação brasileira, por força da legislação em vigor, tais como: relações étnico- raciais, Direitos Humanos, meio ambiente, direitos do idoso, acessibilidade, educação ambiental, entre outros. Tratadas transversalmente no currículo, essas temáticas estão presentes, naquilo que é pertinente e possível de estabelecer uma relação flexível com os componentes curriculares do curso. Destaca-se ainda a inclusão de Componentes Curriculares Optativos e Eletivos que flexibilizam a estrutura curricular dos cursos.

4.4.5 Oportunidades diferenciadas de integração do curso

Propõe-se uma integração curricular que organiza o currículo por unidades didáticas integradas, desenvolvidas no período de um ano letivo ou um módulo. Para um curso com duração de quatro anos, por exemplo, teremos quatro unidades didáticas integradas que terão a prática profissional como eixo integrador da relação teoria e prática ao longo da

formação. Assim, propõe-se que a prática profissional perpassa todo o desenvolvimento das unidades didáticas integradas, sob os eixos do trabalho, da ciência, da cultura e do meio ambiente, permitindo a contextualização dos saberes acadêmicos na articulação entre os saberes científicos e os saberes empíricos cotidianos “comunitários”, “organizacionais” e da “produção material”, sustentado pelos princípios da formação integral.

4.4.6 Aproveitamento de estudos e competências desenvolvidas no trabalho e outros meios

O aproveitamento de estudos equivalentes para efeito de isenção de componentes curriculares será facultado ao estudante dos Cursos Superiores e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em todas as suas modalidades de ensino.

Poderão ser considerados, para aproveitamento de estudos equivalentes, aqueles componentes que tenham sido desenvolvidos em cursos de mesmo nível ou superior. Excepcionalmente, nos Cursos Superiores de Tecnologia, poderão ser aproveitados estudos realizados em Cursos Técnicos de Nível Médio, à luz do perfil profissional do curso.

O aproveitamento dos estudos equivalentes será efetivado por meio da concessão de equivalência, para efeito de isenção dos componentes curriculares cursados anteriormente, todos constantes no Histórico, sendo-lhes atribuídas as notas e conceitos correspondentes, obtidos na Instituição de origem.

Quanto à validação de conhecimentos e experiências anteriores, o estudante deverá estar devidamente vinculado ao IFPE para requerer o aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores e dar-se-á por avaliação teórica e/ou prática. A certificação, a ser conferida através da avaliação de conhecimentos e experiências anteriores, obedecerá às diretrizes estabelecidas pela legislação pertinente.

As competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive no mundo do trabalho, poderão ser objeto de avaliação, reconhecimento, certificação e diplomação para efeito de prosseguimento ou conclusão de estudos, sendo instituída, para essa finalidade, uma Comissão indicada pelo Departamento Acadêmico/Coordenação de cada Curso.

Os estudantes do IFPE que tenham realizado, no trabalho ou fora dele, cursos e programas de treinamentos e desenvolvimento pessoal, compatíveis com o perfil de conclusão do curso pretendido, poderão requerer validação de conhecimentos e experiências anteriores, desde que comprovem, através de documentos (históricos, certificações, declarações,

atividades profissionais registradas e portfólios), ter adquirido as competências profissionais correspondentes à certificação pretendida.

4.5 POLÍTICAS PARA O ENSINO

As políticas para o Ensino têm-se estruturado a partir da construção do conhecimento na perspectiva de uma formação integral para a cidadania, que considere os seguintes aspectos:

- O trabalho como princípio educativo, permitindo a compreensão do significado econômico, biopsicossocial, ambiental, histórico, político e cultural das ciências, das tecnologias e das artes.
- A abordagem interdisciplinar.
- A prática profissional como eixo integrador entre conhecimentos gerais e específicos, de forma a garantir os fundamentos das diferentes tecnologias que caracterizam o setor produtivo.

A Construção das Políticas para o Ensino tem se dado de forma participativa através dos Fóruns Permanentes do IFPE, com membros representantes de todos os *Campi* e da Educação a Distância, abrigados na Pró-Reitoria de Ensino – PRODEN.

4.5.1. Níveis e Modalidades de Educação e Ensino

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco-IFPE-, em observância à Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, nas modalidades presencial ou a distância, poderá:

I - ministrar Educação Profissional Técnica de Nível Médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do Ensino Fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos;

II - ministrar cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização, a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da Educação Profissional e Tecnológica;

III – ministrar, em nível de Educação Superior:

- a) cursos Superiores de Tecnologia;
- b) cursos de Licenciatura e Programas de Formação Pedagógica;

- c) cursos de Bacharelado, inclusive as Engenharias;
- d) cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* de Aperfeiçoamento e Especialização;
- e) cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de Mestrado e Doutorado.

A Educação a Distância caracteriza-se como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos e organiza-se com metodologia, gestão e avaliação peculiares, para os quais deverão estar previstos, obrigatoriamente, momentos presenciais.

4.5.2. Diretrizes e princípios pedagógicos para a concepção dos PPC de todos os cursos

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deve ter por princípios a interdisciplinaridade, a contextualização e a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, no sentido de promover a educação profissional, científica e tecnológica, contribuindo para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Ressalta-se, ainda, que na concepção do Projeto Pedagógico devem-se expor os princípios norteadores do curso proposto, as formas de oferta, a organização curricular, a duração dos cursos, as formas de avaliação, aproveitamento de conhecimentos anteriores e certificação na formação pretendida.

4.5.3 Cursos Técnicos de Nível Médio

O Ensino Técnico de Nível Médio será destinado à formação profissional do educando, ofertado pelo IFPE nas modalidades presencial e a distância, tendo como objetivo proporcionar habilitação profissional nas formas de articulação integrada e subsequente, conforme definido na LDB - Lei nº 9.394/1996.

O Ensino Técnico de Nível Médio, em todas as modalidades ofertadas, terá os currículos estruturados por componentes curriculares, podendo ser agrupados sob a forma de módulos, períodos ou séries. No caso de o currículo estar organizado em módulos, esses poderão ter caráter de terminalidade para efeito de qualificação profissional, com exceção do Módulo Introdutório, quando houver.

4.5.4 Cursos de Especialização Técnica de Nível Médio

Os Cursos de Especialização Técnica de Nível Médio contemplam o aprofundamento de estudos ou complementação de uma determinada habilitação profissional, em nível técnico, e sua oferta é definida em Regulamento específico, aprovado por Resolução do Conselho Superior do IFPE, estando sempre vinculado a uma habilitação profissional do Eixo Tecnológico correlato.

O Curso de Especialização Técnica de Nível Médio terá duração igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) e igual ou inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da carga horária mínima do curso de nível técnico ao qual se vincula.

O IFPE expedirá Certificado de Especialização Técnica de Nível Médio, explicitando o título da ocupação certificada, ou, para aqueles que não concluíram totalmente o curso, a declaração de estudos parciais de acordo com a Proposta Pedagógica de cada curso.

4.5.5 Cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional

Com base no Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004, em seu Art. 3º, incluem-se, entre os Cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, aqueles de capacitação, de atualização, de aperfeiçoamento e de especialização, em todos os níveis de escolaridade, ofertados pelo IFPE nas modalidades presencial e a distância, segundo itinerários formativos definidos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

Os itinerários formativos são compreendidos como conjuntos de etapas que compõem a organização da Educação Profissional e Tecnológica em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.

Os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional se articulam, preferencialmente, com os cursos direcionados ao público da Educação de Jovens e Adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus a certificados de conclusão.

4.5.6 Cursos de Graduação

Os Cursos de Graduação ofertados pelo IFPE compreenderão os cursos Superiores de Tecnologia, Bacharelados, Licenciaturas e Programas Especiais de Formação Pedagógica.

Os Cursos Superiores de Tecnologia de Bacharelado têm por objetivo formar os egressos do Ensino Médio e/ou Técnico de Nível Médio, visando à formação de profissionais nas tecnologias específicas para as diferentes demandas dos arranjos produtivos locais, em seus fatores econômicos, sociais, políticos e culturais.

Os Cursos de Licenciatura e os Programas Especiais de Formação Pedagógica têm por objetivo formar professores para a Educação Básica e para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Os Cursos de Graduação serão estruturados, no que concerne aos objetivos, características e organização, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Os Cursos de Graduação serão estruturados por componentes curriculares que poderão ser agrupados em períodos ou módulos, cuja duração não deverá ultrapassar um semestre letivo.

A duração e a carga horária dos cursos oferecidos serão compatíveis com as exigências dos perfis profissionais delineados nos respectivos Projetos Pedagógicos dos Cursos, observando-se as diretrizes curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e demais marcos legais em vigor. Todos os Cursos de Graduação organizar-se-ão, no que concerne aos objetivos, características e organização, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

4.5.7 Programas para o Ensino Técnico e de Graduação

Os Programas de Ensino têm por objetivo promover a integração da Pesquisa e da Extensão no processo de Ensino, visando à articulação entre os saberes pedagógicos, científicos e cotidianos.

PROIFPE - Programa de Acesso, Permanência e Êxito

Objetivo: Contribuir para que os estudantes construam de forma autônoma, colaborativa e participativa o conhecimento, promovendo o acesso, a permanência e o êxito.

PROGRAMA DE BOLSAS DE MONITORIA

Objetivo: Contribuir para a melhoria do ensino técnico e graduação, colaborando com o docente no estabelecimento de melhoria e/ou de novas práticas e experiências pedagógicas.

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO PREVENTIVA

Objetivo: Desenvolver a avaliação preventiva dos Cursos Superiores do IFPE à luz da Política Nacional de Avaliação da Educação Superior, a fim de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino dos Cursos Superiores.

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO

Objetivo: Implantar a proposta de avaliação para os cursos técnicos no IFPE, por meio da Comissão responsável pelo modelo Experimental do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional (SINAEP)

PROGRAMA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Objetivo: Possibilitar a interação das TICs, especificamente o *tablet*, a lousa digital e a biblioteca virtual, com as atividades pedagógicas docentes e discentes, a fim de contribuir com a função social do IFPE relativa à Inclusão Digital.

PROGRAMA DE ESTUDO ANALÍTICO SOBRE EVASÃO E RETENÇÃO

Objetivo: Construir um Plano Estratégico Institucional para permanência e êxito dos estudantes, que contemple o diagnóstico das causas de evasão e retenção e a implementação de políticas e ações administrativas e pedagógicas de modo a ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo educativo no IFPE.

PROGRAMA DE FOMENTO À FORMAÇÃO DOCENTE

Objetivo: Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de Licenciatura, promovendo a integração entre Educação Superior e Educação Básica, contribuindo para a articulação entre teoria e prática.

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE

Objetivo: Ofertar um conjunto de ações e atividades formativas para os professores do IFPE, podendo ser oferecidas por meio de: cursos temáticos; grupos de estudos e reflexão; fóruns de discussão coletiva; seminários e encontro pedagógicos com socialização de experiências; participação em eventos, cursos de complementação pedagógica; cursos de Pós-Graduação.

PROGRAMA DE BOLSA PERMANÊNCIA

Objetivo: Visa contribuir para a permanência dos estudantes, através de apoio financeiro, com vistas ao atendimento prioritário ao transporte, à alimentação, à moradia e à creche.

4.6 CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Os Programas de Pós-Graduação compreendem *cursos Lato Sensu e Stricto Sensu*.

Os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* constituem-se de cursos de Especialização e cursos designados como MBA (*Master Business Administration*) ou equivalentes, com carga horária mínima de 360 horas, podendo ser ofertados na modalidade presencial ou a distância.

Os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IFPE são destinados a profissionais graduados em nível superior e têm o objetivo de complementar, ampliar, aprofundar e atualizar o nível de conhecimento nas áreas do saber, proporcionando o aprimoramento profissional acadêmico, científico e cultural.

Os cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* constituem-se de cursos regulares em segmento à Graduação, sistematicamente organizados, visando desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da Graduação e conduzindo à obtenção de grau acadêmico.

Os cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* dividem-se em dois ciclos, Mestrado (acadêmico e profissional) e Doutorado e ambos compreendem a definição de Pós-Graduação *Stricto Sensu* com a diferença no grau de profundidade dedicado ao estudo do objeto de pesquisa.

Os cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no IFPE tem por objetivo a qualificação de profissionais para o mercado acadêmico e não acadêmico, respeitando os critérios de qualidade estabelecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), nas diferentes áreas do conhecimento.

Os cursos de Mestrado (profissional ou acadêmico) e Doutorado, apresentam as seguintes características:

I - Mestrado Profissional é o aprofundamento dos conhecimentos científicos, sociais, culturais, artísticos e/ou tecnológicos adquiridos na Graduação, propondo soluções para problemas relativos ao meio produtivo e ao mundo do trabalho, por meio da análise e do desenvolvimento de novos processos ou produtos tecnológicos, que revele a capacidade tanto de sistematização e domínio do tema, quanto da metodologia científica pertinente.

II - No Mestrado profissional, o Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser apresentado em diferentes formatos, tais como dissertação, revisão sistemática e aprofundada da

literatura, artigo, patente, registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, publicações tecnológicas; desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de mídia, editoria, composições, concertos, relatórios finais de pesquisa, softwares, estudos de caso, relatório técnico com regras de sigilo, manual de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação em serviços, proposta de intervenção em procedimentos clínicos ou de serviço pertinente, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, projetos de inovação tecnológica, produção artística; sem prejuízo de outros formatos, de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, desde que previamente propostos e aprovados pela CAPES.

III - Mestrado Acadêmico é o aprofundamento dos conhecimentos científicos, sociais, culturais, artísticos e/ou tecnológicos por meio de um estudo teórico, empírico, prático ou metodológico, com base em um referencial teórico, tendo como finalidade a elaboração e apresentação de uma dissertação que revele a capacidade, tanto de sistematização e domínio do tema, quanto da metodologia pertinente.

IV - Doutorado é a produção de novos conhecimentos científicos, sociais, culturais, artísticos e/ou tecnológicos por meio de um estudo teórico, empírico, prático ou metodológico, com base em um referencial teórico, tendo como finalidade a elaboração e a apresentação de uma tese acadêmica, contendo contribuição original e inédita para a área de conhecimento pertinente, que revele a capacidade, tanto de sistematização e domínio do tema, quanto da metodologia científica pertinente.

4.7 POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO

Entende-se por Extensão o processo educativo, científico e cultural integrado ao Ensino e à Pesquisa de forma indissociável, que viabilize a relação transformadora entre o Instituto e outros setores da sociedade, assegurando a troca de saberes sistematizados - acadêmico e popular - e permitindo a produção do conhecimento a partir do confronto com a realidade, de forma a democratizar o conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Instituição.

A Extensão é compreendida como o espaço em que as instituições promovem a articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região, visando à articulação entre Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como perspectiva o desenvolvimento local e regional, possibilitando a imbricação/interação necessária à vida acadêmica.

A Extensão tem como missão enriquecer o processo pedagógico, socializar o saber, possibilitar meios para a participação da comunidade no ambiente acadêmico e promover a transformação social, por meio de um processo educativo, cultural e científico integrado ao Ensino e à Pesquisa de forma indissociável.

São diretrizes das ações de Extensão:

I - Propiciar a participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil;

II - Buscar interação sistematizada do IFPE com a comunidade em geral e com os setores produtivos em particular;

III - Contribuir para o desenvolvimento da sociedade e dela buscar conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da Pesquisa e do Ensino;

IV - Integrar Ensino e a Pesquisa com as demandas da sociedade, buscando o comprometimento da comunidade acadêmica com interesses e necessidades da sociedade, em todos os níveis, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico ao popular;

V - Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política, formando profissionais cidadãos;

VI - Participar criticamente das propostas que objetivem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural;

VII - Articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional, estabelecendo mecanismo de inclusão.

4.7.1. Formas de Operacionalização das Ações da Extensão

As ações da Extensão são organizadas, considerando que podem ser implementadas através de programas, projetos (vinculados ou não a programas), cursos, eventos ou prestação de serviços, definidos classificadas nas seguintes dimensões:

I - Projetos Tecnológicos - atividades ligadas à disseminação das inovações tecnológicas em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham uma interface de aplicação;

II - Serviços Tecnológicos: consultoria, assessoria, prestação de serviços, laudos técnicos com agregado tecnológico para o mundo produtivo, não-rotineiros, e que não concorram com o mercado;

III - Eventos - ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural, favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna, assim especificados: campanha de difusão cultural, campeonato, ciclo de estudos, circuito, colóquio, concerto, conclave, conferência, congresso, conselho, debate, encontro, espetáculo, exibição

pública, exposição, feira, festival, fórum, jornada, lançamento de publicações e produtos, mesa redonda, mostra, olimpíada, palestra, recital, semana de estudos, seminário, simpósio, torneio, entre outras manifestações;

IV - Projetos Sociais - projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida;

V - Estágio e Emprego - compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades e de estágio/emprego e a operacionalização administrativa do estágio (encaminhamento, documentação, orientação, supervisão e avaliação);

VI - Curso de Extensão - ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, com carga horária mínima e com critérios de avaliação definidos, de oferta não regular, podendo ser ofertados nas modalidades presencial, semipresencial e a distância;

VII - Projetos Culturais Artísticos e Esportivos - compreende ações referentes à elaboração de atividades culturais, artísticas e esportivas;

VIII - Visitas Técnicas Gerenciais - interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho, com o objetivo de verificar in loco o ambiente de trabalho, o processo produtivo e de gestão das empresas e instituições, bem como a prospecção de oportunidades de estágio e emprego;

IX - Empreendedorismo - apoio à formação empreendedora por meio de programas institucionais, como: eventos de formação empreendedora (workshops, seminários, desafios), a criação de habitats de inovação (pré-incubadoras, incubadoras, apoio à implantação de parques tecnológicos), assim como a institucionalização das empresas juniores;

X - Conselhos e Fóruns - participação dos Institutos Federais em espaços organizados para interação com a sociedade;

XI - Egressos - constitui-se em um conjunto de ações que visam apoiar o egresso, identificar cenários juntos ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão;

XII - Relações Internacionais - têm por finalidade o intercâmbio e a cooperação internacionais como um instrumento para a melhoria do Ensino, da Pesquisa, da Extensão e da Gestão.

São considerados Cursos de Extensão aqueles livres, abertos e de curta duração, nas modalidades de iniciação, atualização, qualificação e capacitação, observando-se:

I - a carga horária mínima de 16h e máxima de 160h;

II - os recursos humanos, materiais e didáticos existentes no IFPE, por iniciativa própria ou por meio de convênios/parcerias em nível local, regional ou federal;

III - as necessidades de atualização na área educacional e do mundo do trabalho, tanto da comunidade interna, como da externa;

IV - as diferentes demandas dos arranjos produtivos locais, em seus fatores econômicos, sociais, políticos e culturais.

São considerados minicursos de Extensão as oficinas livres, abertas e de curta duração com carga horária mínima de 4h (quatro horas) e máxima de 15h (quinze horas).

O Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) do IFPE tem por objetivo propiciar condições para que a comunidade acadêmica (estudantes e servidores - docentes e técnico-administrativos de nível superior) do IFPE desenvolva projetos, preferencialmente, integrados ao Ensino e à Pesquisa, com foco nas temáticas previstas no Plano Nacional de Extensão e nas áreas programáticas definidas pela Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT.

4.8 POLÍTICAS PARA A PESQUISA

A realização de Pesquisa constitui-se em uma das atividades básicas do exercício profissional dos docentes ativos do IFPE, de modo a promover o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas para os problemas e questões apontadas pela sociedade. As atividades dos Projetos de Pesquisa compreendem ações que visam ao desenvolvimento cultural, social, científico e tecnológico e à inovação a partir da produção de conhecimentos científicos básicos, aplicados e tecnológicos.

São considerados pesquisadores do IFPE os servidores efetivos do quadro pessoal permanente da instituição que participem de Grupo de Pesquisa cadastrado no diretório de grupos do CNPq e certificados pela Instituição (IFPE), bem como integrem Projetos de Pesquisa cadastrados no banco de dados de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PROPESQ.

4.8.1 Formas de operacionalização das ações da Pesquisa

Os grupos de pesquisa têm como objetivo geral desenvolver atividades de caráter científico, técnico, tecnológico, inovador, filosófico, artístico, cultural, didático-pedagógico e de interação com a sociedade.

Os grupos de Pesquisa são definidos como um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente em torno de uma ou, eventualmente, duas lideranças, que possuem

linhas de pesquisas agrupadas sob uma temática ampla e afim, e neles são desenvolvidos diferentes programas e projetos de pesquisa e/ou inovação, cuja finalidade é a de geração contínua de conhecimentos básicos e aplicados, de modo a contribuir com os distintos segmentos da sociedade.

Os Programas de Iniciação Científica, de incentivo acadêmico e de iniciação ao desenvolvimento tecnológico e inovação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) são voltados ao desenvolvimento do pensamento científico/tecnológico e à iniciação à pesquisa de estudantes dos cursos regulares do IFPE. O Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT - é o órgão instituído através da lei nº 10.973, também conhecida como lei de inovação, tendo como função básica gerir as políticas de propriedade intelectual nas Instituições de Ciência e Tecnologia – ICT's. O NIT-IFPE foi criado em 24/08/2010 através da Portaria N° 994/2010. Programas de IC&T:

Educação Superior

- Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)
- Programa de Bolsas de Iniciação Científica - Ações Afirmativas (PIBIC-AF)
- Programa de Bolsas de Inovação Tecnológica (PIBITI)
- Programa de Bolsas de Incentivo Acadêmico (BIA)
- Educação Profissional Técnica de Nível Médio
- Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC Técnico)
- Programa de Bolsas de Inovação Tecnológica (PIBITI Técnico)

4.9 PROCEDIMENTOS PARA ESTÍMULO À PRODUÇÃO ACADÊMICA

A normatização das atividades do trabalho dos docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), que atuam no Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico de que trata a Lei nº 12.772/2012, com base na Lei nº 11.892/2008 e no artigo 67 da Lei nº 9.394/1996 (LDB), define a carga horária semanal do pessoal docente, segundo os respectivos regimes de trabalho e o acompanhamento e o controle das atividades desempenhadas pelos docentes nas atividades de Ensino, Administrativo pedagógicas, Institucionais, Pesquisa e Inovação, Extensão, Estudos, Planejamento e Avaliação.

Com o objetivo de organizar a distribuição da carga horária de aulas, o docente indicará o grupo ao qual pertence, de acordo com as atividades desempenhadas na Instituição, garantindo carga horária semanal para a Produção Acadêmica no que se refere à indissociabilidade ente Ensino, Pesquisa e Extensão.



5. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

5. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

5.1 Plano para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas

As diretrizes que norteiam as ações acadêmicas no âmbito do IFPE emergem de sua própria concepção, dos princípios que formam a base de sua instituição como Política Pública e como Rede Social, estreitamente relacionados com o desenvolvimento local e regional, para ofertar educação superior, básica e profissional em estrutura *multicampi*, especializando-se na educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades.

Como já mencionado anteriormente, as ações de Ensino do Instituto devem sedimentar a verticalização do Ensino, abrindo espaço para o diálogo e a articulação entre os vários níveis e modalidades de Ensino, desde a educação básica à superior, e considerar, ainda, o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Em sua ação acadêmica, o IFPE priorizará a oferta de cursos técnicos de nível médio, uma vez que este nível de ensino tem, garantida na Lei nº 11.892, a reserva de, no mínimo, 50% das vagas disponíveis a cada período letivo. A oferta de Educação Básica deve, pois, focalizar, principalmente, a Educação Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio, atendendo tanto aos alunos que concluíram o Ensino Fundamental, egressos do Ensino Médio que busquem uma formação técnica profissional na modalidade subsequente, como também ao público da educação de jovens e adultos (PROEJA).

Os cursos de nível superior, por sua vez, devem ser, prioritariamente: de Tecnologia, destinados a formar profissionais que vão suprir as demandas dos arranjos produtivos locais; de Licenciatura, nas áreas de Ciências da Natureza e Matemática, destinados a reforçar a formação de quadros docentes para a Educação Básica e para a Educação Profissional; de Bacharelado, em áreas nas quais ciência e tecnologias são elementos centrais, principalmente as engenharias, para formar profissionais especializados em áreas diversas do conhecimento e para atuar nos setores produtivos.

A oferta de Programas de Pós-Graduação *Lato sensu e Stricto sensu*, neste cenário, amplia ainda mais o grau de abrangência do Instituto e vai garantir a formação de especialistas e, principalmente, de Mestres e Doutores que contribuirão para fortalecer as bases do Instituto com objetivo de favorecer o desenvolvimento do processo de geração e inovação tecnológica.

Finalmente, não se pode perder de vista a importância de se oferecer educação inicial e continuada de trabalhadores, buscando atingir todos os níveis de escolaridade,

para capacitar, aperfeiçoar, formar especialistas e promover a atualização profissional no âmbito da Educação Técnica e Tecnológica.

Para garantir o atendimento às diretrizes que subsidiam a proposta político-pedagógica dos Institutos Federais, diretrizes essas subjacentes às finalidades, características e objetivos definidos na própria Lei que criou esses Institutos, a organização do Ensino, no caso particular do IFPE, deve pautar-se por critérios gerais na determinação clara:

- a) do perfil desejado para o egresso;
- b) dos conteúdos selecionados;
- c) dos princípios metodológicos que vão nortear as práticas pedagógicas;
- d) do processo de avaliação do discente;
- e) das atividades complementares ao Ensino a serem propostas; e, finalmente, f) da atividade prática profissional e de estágios.

5.2 Perfil do Egresso

O Perfil do Egresso é apenas um dos componentes de um projeto pedagógico, mas cumpre o papel central de articular todos os demais, e a sua definição é primordial para o sucesso de qualquer projeto. A proposta do IFPE é a de que sejam delineadas no Perfil do Egresso de todos os seus cursos:

- a) as áreas de atuação profissional;
- b) as atividades específicas que o egresso pode desenvolver nessas áreas;
- c) as competências necessárias ao desenvolvimento dessas atividades.

As competências devem ser especificadas em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes que o estudante terá a oportunidade de desenvolver durante o curso e que, já como egresso, poderá aperfeiçoar ao longo de sua vida profissional. Além das competências técnicas, cognitivas, interpessoais e motivacionais relativas ao desempenho de suas atividades profissionais, o egresso deve ser preparado para enfrentar uma nova ordem econômica, um mundo que se move em ritmo veloz à base da informação, do conhecimento, da competição e dos avanços tecnológicos, respeitando a sustentabilidade do ambiente.

O perfil do egresso deve, pois, ser também definido com base nas noções de formação continuada e de empregabilidade, considerando a necessidade de formar profissionais proativos que possam assumir responsabilidades e tomar iniciativas, potencialmente capazes de comunicar-se apropriadamente, gerenciar tarefas, gerenciar pessoas (inclusive a si próprio) e agir para a inovação e a mudança.

5.3 Conteúdos Selecionados

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco não dispensará no desenho curricular dos diversos cursos ofertados o estabelecimento de nexos internos e a promoção da multi e interdisciplinaridade, por entender que os saberes, além dos muros da Instituição, não pairam isolados, desconectados uns dos outros ou indiferentes às demandas sociais, econômicas e culturais.

Assim, os conteúdos contemplados na organização dos currículos precisam:

- a) ser definidos no projeto pedagógico do curso, consoante com seus objetivos e o perfil já delineado para o egresso;
- b) revelar relações com a realidade local, regional, nacional e internacional, dentro de uma perspectiva histórica e contextualizada;
- c) ser materializados nas ementas, na carga horária a ser cumprida, na bibliografia de referência, na forma e critérios de avaliação, na metodologia de ensino, nos planos de aula – para se ter a garantia de operacionalização; d) ser periodicamente revisados e/ou reestruturados, com vistas a sua atualização e à melhoria da formação dos alunos.

Em suma, os conteúdos selecionados devem contemplar os requisitos exigidos pelo mundo do trabalho, nos campos de atuação do profissional daquele nível e modalidade de Ensino, valorizando as múltiplas dimensões da formação humana como a ética, a cultura, a estética, a política, a econômica, a social e a emocional, na perspectiva da formação *omnilateral*, observando atentamente as diretrizes do projeto pedagógico do curso, em particular, e do Instituto, de uma maneira geral, no que diz respeito aos compromissos de formação que levem ao desenvolvimento do homem e da sociedade.

5.4 Princípios Metodológicos

As bases filosóficas do processo de ensino e aprendizagem do Instituto deverão expressar-se através da relação dialógica e do incentivo à pesquisa em todos os níveis e modalidades de Ensino, deixando claro que o conceito de ensino e aprendizagem subjacente à prática pedagógica do docente é aquele no qual ensino e aprendizagem não são considerados como dois elementos isolados, mas como um único processo.

Cabe, pois, ao docente não apenas a responsabilidade de ensinar, “dar aulas”, mas a de promover o aprendizado e garantir a sua consolidação, mediando sempre com diligência e respeito os diferentes ritmos e modos de aprender dos alunos. Cabe por outro lado, ao discente, buscar a aprendizagem, envolver-se emocionalmente no processo, participar das atividades propostas e não se restringir à sala de aula – tudo isso para garantir que novos conteúdos se transformem em conhecimento para toda a vida.

Os princípios metodológicos devem estar expressos nos projetos pedagógicos dos cursos ofertados pelo Instituto, considerando o perfil do egresso, os objetivos e conteúdo de cada curso, de forma a garantir a sua operacionalização. Vale ressaltar, pois, que se faz mister promover a integração dos projetos políticos pedagógicos dos *campi*, permitindo a elaboração de um único projeto político pedagógico.

O trabalho docente deve sempre partir dos conhecimentos prévios dos alunos, privilegiar estratégias que evoquem memórias a respeito do conteúdo em questão, “provocando” os estudantes e levando-os à ação. O estudante que suscita questões, levanta hipóteses, busca soluções, pesquisa, propõe caminhos etc. terá mais chances de desenvolver competências e expressá-las através do seu desempenho frente às situações profissionais do dia-a-dia.

Ao promover a reflexão e a criatividade, o Ensino estará a serviço da construção da autonomia do estudante. Também é importante garantir uma formação profissional e tecnológica contextualizada, na qual os conhecimentos técnicos e científicos façam sentido para o estudante, o que pode ser feito ao se estabelecerem conexões entre o tópico discutido em sala e a realidade.

É compromisso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco promover a integração entre os setores pedagógicos dos *campi*, de outros Institutos Federais e de outras instituições de ensino nacionais e/ou internacionais, com vistas à realização de ações em parcerias.

5.5 Processo de Avaliação

A concepção de avaliação do ensino e aprendizagem que deve nortear o sistema de avaliação do IFPE é a de uma *avaliação formativa e diagnóstica*, deixando de ter função apenas de verificação de apreensão de conteúdo. Isso permitirá ao docente uma ampla visão de como está se dando o processo de ensino e aprendizagem, em cada etapa e componente curricular, para que, a partir daí, possa planejar ou rever planejamentos sempre que se fizer necessário. A avaliação deve ser vivenciada, portanto, como um processo permanente.

A sistemática de avaliação deverá ser regulamentada por normas aprovadas em instância pertinente, mas se recomenda que se dê como *processo*, através de um rigoroso acompanhamento individual do desenvolvimento das competências dos alunos e dos objetivos específicos de cada componente curricular, observando critérios claros e pré-estabelecidos. Tais critérios estabelecerão o registro do acompanhamento do rendimento da aprendizagem do estudante, de modo que os aspectos qualitativos se sobreponham aos

aspectos quantitativos.

O desenvolvimento dessas ações sistêmicas da Pró-Reitoria de Ensino promovem a melhoria da qualidade da formação no IFPE, contribuindo para a definição da expansão da sua oferta, para o aumento permanente da sua eficácia institucional, na área de Ensino, e para a efetividade acadêmica e social, especialmente para a promoção e aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais, e fortalecimento da formação integral no processo de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, corroborando com a Missão institucional.

5.6 Estágios Supervisionados, Prática Profissional e Atividades Complementares

A prática profissional constitui e organiza o currículo, devendo ser a ele incorporada no Projeto Pedagógico do Curso. Pode ser desenvolvida mediante estudos de caso, pesquisas individuais ou coletivas, projetos específicos, prática em laboratório e atividades de monitoria, dentre outras possibilidades previstas na legislação em vigor e nas normas internas da Instituição. Inclui, quando necessário, o estágio supervisionado realizado em empresas ou em outras instituições.

As situações ou modalidades e o tempo da prática profissional deverão ser previstos e incluídos pela Instituição de Ensino na organização curricular e, no caso do Estágio Profissional Supervisionado, acrescido ao mínimo estabelecido para o curso.

A Instituição de Ensino, ainda que contextualizada e comprometida com o mundo produtivo real, não deixa de ser um ambiente laboratorial, onde se pretende proporcionar ao aluno vivências que modifiquem o seu modo de pensar, conceber, entender e agir, de modo a fazê-lo construir competências profissionais que o habilitem a se integrar no mundo produtivo. A vivência em situações reais (não laboratoriais e ativas), no entanto, proporcionam ao estudante a oportunidade de ser sujeito ativo de vivências de modo paralelo aos estudos formais e com a devida orientação técnica no desenvolvimento do Estágio.

As atividades desenvolvidas durante o Estágio devem viabilizar uma aproximação maior com a realidade do mundo do trabalho na área específica de formação. Seu objetivo é oportunizar o contato com o ambiente de trabalho possibilitando a aquisição de conhecimentos teórico-práticos, valores, atitudes e habilidades presentes nas relações de trabalho, constituindo-se em uma síntese das práticas profissionais desenvolvidas ao longo do curso.

A sistemática do estágio supervisionado deverá estar explicitada no plano de funcionamento de curso, assim como no Projeto Político Pedagógico. Os estagiários

deverão ser estudantes regularmente matriculados e estar frequentando um curso compatível com a modalidade de estágio a que estejam vinculados.

O estágio supervisionado, tanto no Ensino Profissional como no nível superior, poderá ser vivenciado na própria Instituição ou em empresas de direito público ou privado, desde que ofereçam as condições de proporcionar uma experiência prática efetiva na área de formação do estudante.

Para a culminância da formação técnica e/ou superior, podem ser desenvolvidas, por exemplo, atividades como o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), estudo de caso, projetos de desenvolvimento de instrumentos e protótipos, de monografia, entre outros, de acordo com as especificidades da área de atuação e do curso em questão, com carga horária adicional à mínima prevista para a prática profissional no Plano do Curso.

Com base nas concepções filosóficas e diretrizes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, o TCC é componente curricular obrigatório para os Cursos Superiores, para que o aluno tenha a oportunidade de planejar, desenvolver e defender um projeto de pesquisa fundamentado nos conceitos e teorias que estudou durante o curso. Para tal, o aluno deve ser acompanhado por um professor orientador designado pela coordenação do curso ou chefia acadêmica e observar as normas que regulam o TCC, a serem definidas e aprovadas pelas instâncias competentes.

As Atividades Complementares, acadêmico-científico culturais, constituem-se de experiências e oportunidades de enriquecimento curricular, que visam potencializar a qualidade da ação educativa e favorecer a ampliação do universo cultural dos estudantes. Os currículos dos Cursos Superiores de Licenciatura e Bacharelado contemplarão obrigatoriamente atividades complementares, conforme legislação específica de cada curso, e essas se constituem requisito indispensável para a integralização dos cursos, devendo a carga horária destinada a elas ser definida no Projeto Pedagógico do Curso, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com outros marcos legais pertinentes à matéria.

5.7 Práticas Inovadoras

As práticas pedagógicas privilegiarão a adoção da Pedagogia de Projetos como procedimento metodológico compatível com uma prática formativa, contínua e processual, na sua forma de instigar seus sujeitos a procederem com investigações, observações, confrontos e outros procedimentos decorrentes das situações-problema

propostas e encaminhadas. A perspectiva é de consolidação da cultura de Pesquisa, individual e coletiva, como parte integrante da construção do ensino e aprendizagem.

Visando à plena realização dessa abordagem metodológica, a prática docente deve desenvolver os componentes curriculares de forma inovadora, para além da tradicional exposição de conteúdo, apoiada por materiais didáticos e equipamentos adequados à formação pretendida.

As práticas pedagógicas inovadoras devem ser amplamente discutidas com a equipe pedagógica (Diretor Geral, Diretor de Ensino, Coordenadores de Curso, pedagogos e docentes) de cada curso, segundo as atribuições definidas no Estatuto deste Instituto e nos Regimentos, pois já se percebe, no início do século XXI, que o ensino não pode ser utilizado como objeto de reprodução do conhecimento, mas que o aluno deve aprender a aprender e não apenas ser um receptor passivo de informações unilaterais, sendo necessária uma nova ação docente.

Tais instâncias de discussão são também responsáveis pela divulgação dessas informações no âmbito do próprio curso e por compartilhar essa experiência com seus pares no contexto dos demais cursos oferecidos pelo Instituto. As práticas pedagógicas inovadoras devem ser identificadas como tal e registradas no Projeto/Plano de cada curso, concebendo-as como um grande desafio para todo o colegiado acadêmico, já que pressupõe a criação de novas metodologias que venham a satisfazer as necessidades da atualidade em consonância com novos conhecimentos, informações e posicionamento ético.

5.8 Oportunidades Diferenciadas de Integralização dos Cursos

A integralização dos cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco obedece aos princípios legais do Ministério da Educação e Cultura e estão expressos nos Projetos Pedagógicos de cada curso, respeitando-se a carga horária estabelecida para os componentes curriculares, bem como para os Estágios, Atividades Práticas e Complementares. Como oportunidades diferenciadas de integralização de cursos, a Instituição pode oferecer aos seus acadêmicos, em regime de dependência ou de adaptação curricular, por exemplo, cursos de férias, componentes curriculares realizados em dia de sábado (matutino e vespertino), plano de estudos individuais com aulas presenciais ou EAD e com aplicação de recursos audiovisuais e utilização dos laboratórios de multimídia. O ensino deverá ser organizado a partir de uma metodologia que favoreça a realização de atividades de aprendizagem individual e coletiva, bem como de estudos teóricos e práticos.

Para os estudantes transferidos de outras instituições de ensino, procede-se ao aproveitamento dos componentes curriculares cursados em estudos anteriores com aprovação e com carga horária equivalente ou superior aos componentes dos cursos do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO.

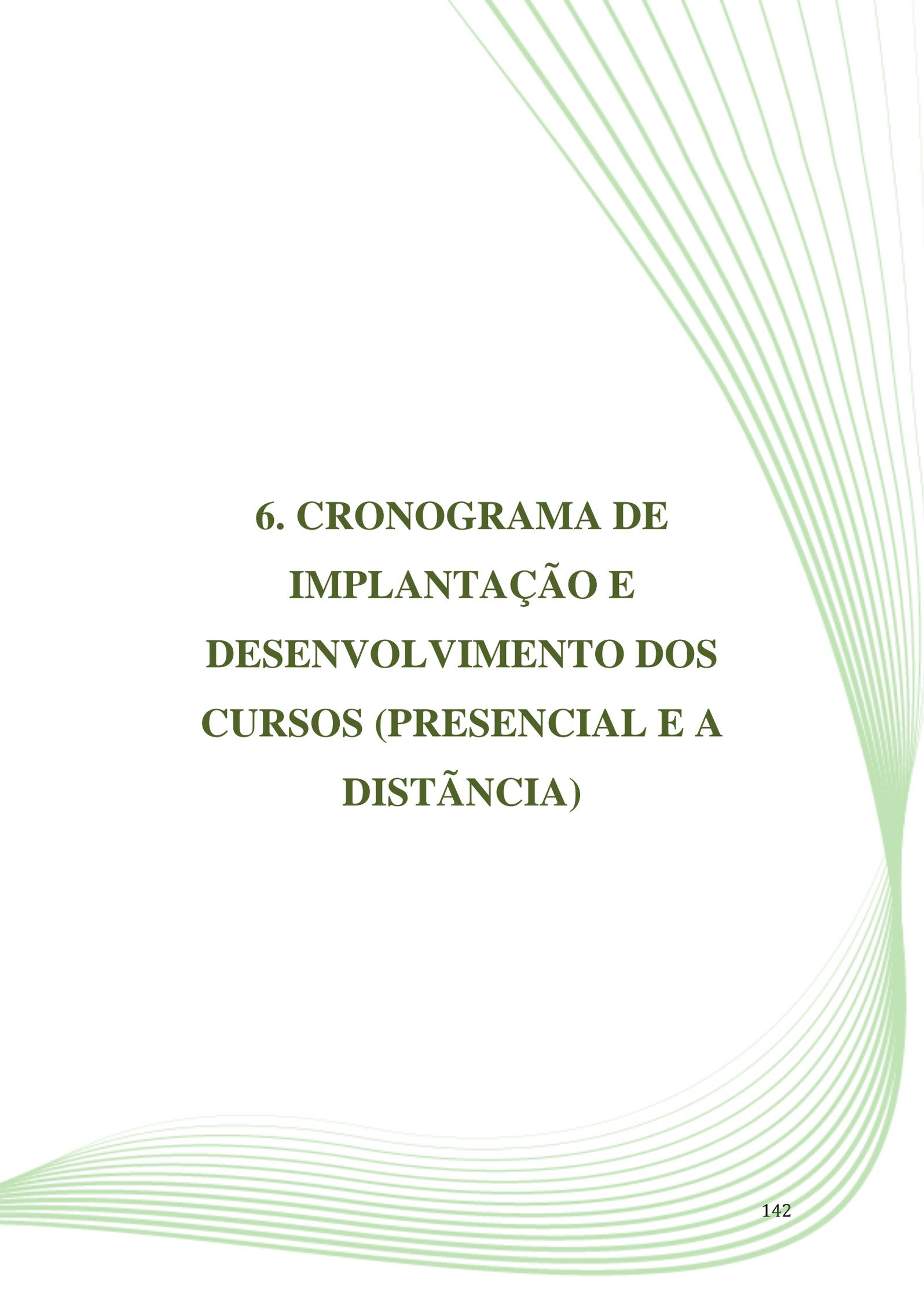
Os acadêmicos dos cursos de Licenciatura que exercem o Magistério terão aproveitadas suas atividades profissionais para fins de integralização da prática pedagógica, nos termos do parágrafo único do Art. 1º da Resolução CNE/CP 02, de 19 de fevereiro de 2002, que estabelece o seguinte: “Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas”. Assim sendo, as atividades de docência desenvolvidas na Educação Infantil, na Educação Básica, na Educação Profissional e nos Processos de Gestão, devidamente comprovadas, poderão resultar em redução da carga horária dos componentes curriculares pertinentes a Estágios Supervisionados e Prática Pedagógica.

Em consonância com a LDB (Art. 47, § 2º), o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO poderá oferecer aos seus acadêmicos que demonstrarem extraordinário aproveitamento em componentes curriculares específicos, a possibilidade de abreviarem a integralização de seus cursos, mediante a realização de avaliação em banca examinadora, de acordo com normas próprias.

5.9 Avanços Tecnológicos

A percepção da tecnologia como produto social – e não como autônoma por si só, ou como ideologia – permite pensá-la como instrumento que pode viabilizar a formação de um número maior de profissionais e de forma mais situada, segundo as necessidades locais, sem, no entanto, perder de vista o contexto global mais amplo.

Trata-se de colocar a tecnologia e as novas tecnologias da informação e comunicação a serviço da formação integral do sujeito, considerando a construção de valores inerentes ao ser humano, ao desempenho ético, crítico e técnico de uma profissão e a percepção da capacidade transformadora do ser humano.



**6. CRONOGRAMA DE
IMPLANTAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DOS
CURSOS (PRESENCIAL E A
DISTÂNCIA)**

6. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS CURSOS (PRESENCIAL E A DISTÂNCIA)

6.1 QUADROS COM DETALHAMENTO DO PLANEJAMENTO DA OFERTA DE CURSOS E VAGAS E IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CURSOS, ALINHADO ÀS METAS APRESENTADAS NA SEÇÃO 2.5

6.1.1 Plano de oferta presencial de Cursos Técnicos

Nome do Curso	Eixo Tecnológico	Modalidade	Nº de alunos/ turma	Nº turmas	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para implantação
Qualidade	Gestão e Negócios	Subsequente	36	02	Manhã e Tarde	<i>Campus</i> Abreu e Lima	2016.2
Segurança do Trabalho	Segurança	Subsequente	36	02	Manhã e Tarde	<i>Campus</i> Abreu e Lima	2016.2
Mecânica	Controle e Processos Industriais	Subsequente	36	02	Manhã e Tarde	<i>Campus</i> Abreu e Lima	2019
Alimentos	Produção Alimentícia	Integrado	40	02	Integral (Diurno)	<i>Campus</i> Barreiros	2016.1
Guia de Turismo	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Integrado	40	01	Integral (Diurno)	Campus Barreiros	2017.1
Química	Controle e Processos Industriais	Integrado	36	01	Manhã/Tarde	Campus Belo Jardim	2018.1
Hospedagem	Turismo,	Subsequente	36	01	Manhã/Tarde	<i>Campus</i>	2016.2

	Hospitalidade e Lazer					Cabo de Santo Agostinho	
Cozinha	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Subsequente	30	01	Manhã/Tarde	<i>Campus</i> Cabo de Santo Agostinho	2016.2
Logística	Gestão de Negócios	Integrado	36	01	Tarde	<i>Campus</i> Cabo de Santo Agostinho	2018.1
Meio Ambiente	Ambiente e Saúde	Integrado	36	01	Tarde	<i>Campus</i> Cabo de Santo Agostinho	2018.1
Química	Controle e Processos Industriais	Subsequente	40	01	Noite	<i>Campus</i> Caruaru	2017.1
Química	Controle e Processos Industriais	Subsequente	36	01	Manhã/Tarde	<i>Campus</i> Igarassu	2018.1
Processos Industriais	Controle e Processos Industriais	Subsequente	36	01	Tarde	<i>Campus</i> Ipojuca	2017.2
Soldagem	Controle e Processos Industriais	Subsequente	30	02	Manhã e Noite	<i>Campus</i> Jaboatão dos Guararapes	2017
Processos de Fabricação	Controle e Processos	Subsequente	30	02	Manhã e Noite	<i>Campus</i> Jaboatão dos Guararapes	2018

Mecânica	Industriais						
Artes Visuais	Produção Cultural e Design	Integrado	36	02	Integral (Diurno)	<i>Campus Olinda</i>	2017
Computação Gráfica	Informação e Comunicação	Integrado	36	02	Integral (Diurno)	<i>Campus Olinda</i>	2017
Edificações	Infraestrutura	Integrado	40	01	Manhã	Campus Palmares	2017
Edificações	Infraestrutura	Subsequente	40	01	Noite	Campus Palmares	2017
Eletroeletrônica	Controle e Processos Industriais	Integrado	40	01	Tarde	Campus Palmares	2017
Eletroeletrônica	Controle e Processos Industriais	Subsequente	40	01	Noite	Campus Palmares	2017
Informática para Internet	Informação e Comunicação	Integrado	40	02	Manhã e Tarde	Campus Palmares	2018
Informática para Internet	Informação e Comunicação	Subsequente	40	01	Noite	Campus Palmares	2018
Automação Industrial	Controle e Processos Industriais	Integrado	36	02	Manhã e Tarde	<i>Campus Paulista</i>	2018.1
Mecânica	Controle e Processos Industriais	Integrado	36	02	Manhã e Tarde	<i>Campus Paulista</i>	2018.1

Sistema de Energia Renovável	Controle e Processos Industriais	Subsequente	36	01	Noite	<i>Campus</i> Pesqueira	2017
Administração	Gestão de Negócios	Subsequente	36	01	Noite	<i>Campus</i> Pesqueira	2017
Guia de Turismo	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Subsequente	36	01	Noite	<i>Campus</i> Pesqueira	2018
Aquicultura	Recursos Naturais	Subsequente	40	01	Manhã	<i>Campus</i> Vitória	2017.1
Alimentos	Produção Alimentícia	Subsequente	40	01	Noite	<i>Campus</i> Vitória	2017.1

6.1.2 Plano de ampliação dos Cursos de Graduação

Nome do Curso	Graduação	Modalidade	Nº de alunos/ turma	Nº turmas	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para Implantação	Carga Horária Mínima	Periodicidade para Integralização
Alimentos	Tecnologia	Presencial	40	01	Manhã - Tarde	<i>Campus</i> Afogados da Ingazeira	2017.1	2.400 horas	3 anos

Saneamento Ambiental	Tecnologia	Presencial	40	01	Manhã - Tarde	Campus Afogados da Ingazeira	2017.1	1.600 horas	2 anos
Licenciatura Informática	Licenciatura	Presencial	40	01	Noite	Campus Afogados da Ingazeira	2018.1	3.200 horas	4 anos
Biologia	Licenciatura	Presencial	40	1	Noite	Campus Barreiros	2017.1	3.200 horas	4 anos
Física	Licenciatura	Presencial	40	1	Noite	Campus Barreiros	2017.1	3.200 horas	4 anos
Matemática	Licenciatura	Presencial	40	1	Noite	Campus Barreiros	2017.1	3.200 horas	4 anos
Zootecnia	Bacharelado	Presencial	40	1	Tarde	Campus Barreiros	2018.1	3.600 horas	5 anos
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnologia	Presencial	36	02	Noite	Campus Belo Jardim	2017.1	2.000 horas	2,5 anos
Química	Licenciatura	Presencial	40	02	Noite	Campus Belo Jardim	2018.1	3.200 horas	4 anos
Engenharia de Alimentos	Bacharelado	Presencial	40	01	Integral/Diurno	Campus Belo Jardim	2019.1	3.600 horas	5 anos
Zootecnia	Bacharelado	Presencial	40	01	Manhã	Campus Belo Jardim	2018.1	3.600 horas	5 anos
Gestão Portuária	Tecnologia	Presencial	36	01	Noite	Campus Cabo	2017.2	1.600 horas	2 anos

						de Santo Agostinho		horas	
Hotelaria	Tecnologia	Presencial	36	01	Noite	<i>Campus</i> Cabo de Santo Agostinho	2017.2	1.600 horas	2 anos
Engenharia Ambiental	Bacharelado	Presencial	36	01	Noite	<i>Campus</i> Cabo de Santo Agostinho	2018.1	3.600 horas	5 anos
Engenharia Elétrica	Bacharelado	Presencial	40	01	Integral/Diurno	Campus Caruaru	2018.2	3.600 horas	5 anos
Engenharia Elétrica	Bacharelado	Presencial	40	01	Integral/Diurno	<i>Campus Garanhuns</i>	2017.1	3.600 horas	5 anos
Química	Licenciatura	Presencial	40	01	Noite	<i>Campus Garanhuns</i>	2017.1	3.200 horas	4 anos
Engenharia Ambiental	Bacharelado	Presencial	40	01	Integral/Diurno	<i>Campus Garanhuns</i>	2018.1	3.600 horas	5 anos
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnologia	Presencial	40	01	Noite	<i>Campus Garanhuns</i>	2018.1	2.000 horas	2,5 anos
Gestão da Qualidade	Tecnologia	Presencial	36	01	Manhã/Tarde	<i>Campus Igarassu</i>	2017.1	2.400 horas	3 anos
Engenharia Industrial	Bacharelado	Presencial	36	01	Noite	<i>Campus Ipojuca</i>	2017.2	3.600 horas	5 anos

Artes Visuais	Licenciatura	Presencial	36	01	Manhã	<i>Campus</i> Olinda	2018.1	3.200 horas	4 anos
Design Digital	Bacharelado	Presencial	36	01	Manhã	<i>Campus</i> Olinda	2018.1	3.200 horas	4 anos
Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	Presencial	40	01	Integral/Diurno	Campus Pesqueira	2018.1	3.600 horas	5 anos
Engenharia Elétrica	Bacharelado	Presencial	40	01	Integral/Diurno	Campus Pesqueira	2017.1	3.600 horas	5 anos
Engenharia Mecânica	Bacharelado	Presencial	35	01	Integral/Diurno	<i>Campus</i> Recife	2017.1	3.600 horas	5 anos
Engenharia de Alimentos	Bacharelado	Presencial	40	01	Integral/Diurno	<i>Campus</i> Vitória de Santo Antão	2017.1	3.600 horas	5 anos

6.1.3 Plano de ampliação de Cursos de Pós-Graduação

Nome do Curso	Modalidade	N° de alunos / turma	N° turmas	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para a solicitação	Carga Horária Mínima	Periodicidade para integralização
Mestrado Profissional em Gestão Ambiental (MPGA)	Presencial	20 (a depender da disponibilidade de orientadores)	1 turma / ano	Tarde / Noite	Recife	2013 (sendo oferecido regularmente através de edital específico)		
Mestrado Acadêmico	Presencial	20 (a depender da	1 turma / ano	Manha / Tarde	Recife	2017 (a depender da		

em Dosimetria das Radiações Ionizantes		disponibilidade de orientadores)				avaliação do APCN / CAPES)		
Mestrado Profissional em Ciências do Campo	Presencial	20 (a depender da disponibilidade de orientadores)	1 turma / ano	-	Intercampi	2018 (a depender da avaliação do APCN / CAPES)		
Mestrado Profissional em Educação Profissional	Semipresencia 1	20 (a depender da disponibilidade de orientadores)	1 turma / ano	-	Em Rede com outros IFs	2015 (a depender da avaliação do APCN / CAPES)		
Especialização em Ensino da Matemática para o Ensino Médio	EAD	30 (para cada polo presencial, totalizando 180 no total)	1 turma / ano / polo	-	Águas Belas, Carpina, Palmares, Pesqueira, Santa Cruz do Capibaribe e Santana do Ipanema (AL)	2014 (sendo oferecido regularmente através de edital específico)		
Especialização em Ensino de Ciências	EAD	30 (para cada polo presencial, totalizando 180 no total)	1 turma / ano / polo	-	Águas Belas, Carpina, Palmares, Pesqueira, Santa Cruz do Capibaribe e Santana do Ipanema (AL)	2014 (sendo oferecido regularmente através de edital específico)		
Especialização em	EAD	50 (para cada polo	1 turma / ano	-	Surubim, Pesqueira	2014 (sendo		

Gestão Pública		presencial, totalizando 150 no total)	/polo		e Santa Cruz do Capibaribe	oferecido regularmente através de edital específico)		
Especialização em Educação Profissional integrada a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Especialização e Aperfeiçoamento Projeja	EAD	50 (para cada polo presencial, totalizando 200 no total)	1 turma / ano / polo	-	Barreiros, Belo Jardim, Pesqueira e Vitória de Santo Antão	2013 (sendo oferecido regularmente através de edital específico)		
Especialização em Ensino de Ciências	Presencial	20 (a depender da disponibilidade de orientadores)	1 turma / ano	Noite	Pesqueira	2018 (sendo oferecido regularmente através de edital específico)		
Especialização em Inovação e Desenvolvimento de Software para Web e Dispositivos Móveis	Presencial	20 (a depender da disponibilidade de orientadores)	1 turma / ano	Manha / Tarde / Noite	Garanhuns	2015 (sendo oferecido regularmente através de edital específico)		
Especialização em	Presencial	20 (a depender da	1 turma / ano	Tarde	Jaboatão dos	2015 (sendo		

Gestão e Qualidade em Tecnologia da Informação e Comunicação		disponibilidade de orientadores)			Guararapes	oferecido regularmente através de edital específico)		
--	--	----------------------------------	--	--	------------	--	--	--

6.1.4 Plano de oferta/ampliação de Cursos de Extensão

Curso	Modalidade	Ano	Nº de vagas	Carga Horária	Turno	Periodicidade de Integralização
Iniciação ao Badminton	Presencial	2014		30 h	Matutino/Noturno	Trimestral
Saúde do Servidor	Presencial	2014		14 h	Matutino/Noturno	Trimestral
Produtor de frutas e hortaliças processadas pelo uso de calor	Presencial	2014	20	200 h	Vespertino/Noturno	Anual
Agente de observação de segurança	Presencial	2014	20	240 h	Vespertino/Noturno	Anual
Agente de desenvolvimento socioambiental	Presencial	2014	20	160 h	Vespertino/Noturno	Anual
Espanhol Básico	Presencial	2014	20	160 h	Vespertino/Noturno	Anual
Instalador e reparador de redes de computadores	Presencial	2014	20	200 h	Vespertino/Noturno	Anual
Agricultor orgânico	Presencial	2014	20	160 h	Vespertino/Noturno	Anual
Produtor de embutidos e defumados	Presencial	2014	20	160 h	Vespertino/Noturno	Anual
Avicultor	Presencial	2014	20	200 h	Vespertino/Noturno	Anual

Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) – Básico	Presencial	2014	20	160 h	Vespertino/Noturno	Anual
Almoxarife	Presencial	2014	20	160 h	Vespertino/Noturno	Anual
Montador e reparador de computadores	Presencial	2014	20	160 h	Vespertino/Noturno	Anual
Operador de máquinas e implementos agrícolas	Presencial	2014	20	160 h	Vespertino/Noturno	Anual
Condutor cultural local	Presencial	2014	20	200 h	Vespertino/Noturno	Anual
Agente de projetos sociais	Presencial	2014	20	160 h	Vespertino/Noturno	Anual
Auxiliar de recursos humanos	Presencial	2014	20	160 h	Vespertino/Noturno	Anual
Regente de coral	Presencial	2014	20	200 h	Vespertino/Noturno	Anual
Regente de banda	Presencial	2014	30	200 h	Vespertino/Noturno	Anual
Espanhol aplicado a serviços turísticos	Presencial	2014	25	180 h	Vespertino/Noturno	Anual
Auxiliar de recursos humanos	Presencial	2014	20	200 h	Vespertino/Noturno	Anual
Cuidador infantil	Presencial	2014	20	200 h	Vespertino/Noturno	Anual
Cuidador de Idoso	Presencial	2014	20	200 h	Vespertino/Noturno	Anual
Curso de violão	Presencial	2014	06	14 h	Vespertino	Trimestral
Curso de Contrabaixo	Presencial	2014	06	14 h	Vespertino	Trimestral
Curso de Libras	Presencial	2014	34	34 h	Vespertino	Trimestral
Curso de Autocad	Presencial	2014	23	30 h	Vespertino	Trimestral
Curso básico de xadrez	Presencial	2014	07	13 h	Vespertino	Trimestral
Curso de harmonia popular	Presencial	2014	05	15 h	Vespertino	Trimestral

Técnica vocal e canto coral	Presencial	2014	72	90 h	Matutino/Vespertino/Noturno	Trimestral
Programa de aperfeiçoamento de professores de matemática do ensino médio	Presencial	2014	39	40 h	Matutino/Vespertino/Noturno	Trimestral
Língua portuguesa em concursos e vestibulares	Presencial	2014	49	30 h	Matutino/Vespertino/Noturno	Trimestral
Literatura para o ENEM	Presencial	2014	19	30 h	Matutino/Vespertino/Noturno	Trimestral
Chaves de pronúncias	Presencial	2014	18	30 h	Matutino/Vespertino/Noturno	Trimestral
Intermediário de Espanhol	Presencial	2014	20	30 h	Matutino/Vespertino/Noturno	Trimestral
Básico de Libras	Presencial	2014	89	125 h	Matutino/Vespertino/Noturno	Trimestral
Programa de aperfeiçoamento de professores de matemática do ensino médio	Presencial	2014	72	80 h	Matutino/Vespertino/Noturno	Trimestral
Plantas petroquímicas e de bioetanol: noções de processos e equipamentos	Presencial	2014	41	10 h	Matutino/Vespertino	Mensal
Teologia Bíblica	Presencial	2014	08	140 h	Matutino/Vespertino	Anual
Desenho e pintura	Presencial	2014	50	90 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
Teoria musical aplicada ao instrumento	Presencial	2014	20	64 h	Matutino/Vespertino	Trimestral

Treinamento no software de desenho solidsworks	Presencial	2014	20	20 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
A humanização dos futuros profissionais da saúde pública	Presencial	2014	80	48 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
Curso básico em Zootecnia	Presencial	2014	10	40 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
Libras – Módulo I	Presencial	2014	40	20 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
Libras – Módulo II	Presencial	2014	30	20 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
Desenho arquitetônico no AutoCad	Presencial	2014	20	44 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
Lógica matemática	Presencial	2014	20	20 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
Operador de equipamento topográfico	Presencial	2014	20	40 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
Inglês Básico	Presencial	2014	20	40 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
CineFilo	Presencial	2014	15	60 h	Matutino/Vespertino	Trimestral

Curso	Modalidade	Ano	Nº de vagas	Carga Horária	Turno	Periodicidade de Integralização
Espanhol	Presencial	2015	60	40 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
Inglês	Presencial	2015	180	60 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
Português para surdos	Presencial	2015	25	20 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
LIBRAS	Presencial	2015	150	40 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
Português II para surdos	Presencial	2015	20	20 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
História I para surdos	Presencial	2015	20	20 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
Matemática I para surdos	Presencial	2015	20	20 h	Matutino/Vespertino	Trimestral

Químicas I para surdos	Presencial	2015	20	20 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
Física I para surdos	Presencial	2015	20	20 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
Curso Básico de Pronúncia da Língua Inglesa	Presencial	2015	20	10 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
Pernambuco y la influencia del español: bienvenidos a la cultura de los pueblos Hispanoahablantes	Presencial	2015	12	12 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
Planilhas Eletrônicas com o LibreOffice Calc	Presencial	2015	8	30 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
Curso de Cálculo Diferencial e Integral.	Presencial	2015	30	51 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
Técnicas e Orientações para Condução de grupos Musicais em Espaços Litúrgicos.	Presencial	2015	18	21 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
Curso preparatório para OBMEP.	Presencial	2015	41	36 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
Introdução à Psicologia: educação e juventude	Presencial	2015	20	12 h	Matutino/Vespertino	Quadrimestral
Curso teórico de Zoologia em nível médio	Presencial	2015	40	36 h	Matutino/Vespertino	Trimestre

Instalações Elétricas Residenciais	Presencial	2015	25	30 h	Matutino/Vespertino	Trimestre
Prepara Biologia	Presencial		28	36 h	Matutino/Vespertino	Trimestre
Teoria da Literatura: conceitos básicos	Presencial	2015	22	10 h	Matutino/Vespertino	Trimestre
Gêneros literários	Presencial	2015	20	10 h	Matutino/Vespertino	Mensal
Períodos Literários: uma introdução	Presencial	2015	20	10 h	Matutino/Vespertino	Mensal
Gramática de Língua Inglesa: estrutura e função	Presencial	2015	20	10 h	Matutino/Vespertino	Mensal
Ferramentas e tecnologias para desenvolvimento de Pesquisa	Presencial	2015	20	10 h	Matutino/Vespertino	Mensal
Oficina de trabalho com gêneros textuais	Presencial	2015	20	20 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
Curso de Liderança e Aperfeiçoamento em Inglês	Presencial	2015	20	20 h	Matutino/Vespertino	Trimestral

Cine Espanglês ???	Presencial	2015	16	30 h	Matutino/Vespertino/Notur no	Trimestral
Compreensão de Textos	Presencial	2015	65	36 h	Matutino/Vespertino/Notur no	Trimestral
Francês Elementar I	Presencial	2015	27	30 h	Matutino/Vespertino/Notur no	Trimestral
Informatizando os mestres	Presencial	2015	9	36 h	Matutino/Vespertino/Notur no	Trimestral
Inspeção e Manutenção de Estruturas de Concreto Armado	Presencial	2015	36	24 h	Matutino/Vespertino/Notur no	Trimestral
Introdução ao Desenho Técnico	Presencial	2015	34	18 h	Matutino/Vespertino/Notur no	Trimestral
Introdução ao Geogebra ???	Presencial	2015	26	56 h	Matutino/Vespertino/Notur no	Trimestral
Leitura e Produção de Textos - Redação para o ENEM (2 turmas)	Presencial	2015	65	30 h	Matutino/Vespertino/Notur no	Trimestral
Língua Espanhola- Nível 1 (2 turmas)	Presencial	2015	45	30 h	Matutino/Vespertino/Notur no	Trimestral
Marketing Pessoal, Comportamento e Postura Profissional	Presencial	2015	27	30 h	Matutino/Vespertino/Notur no	Trimestral

Micologia Médica	Presencial	2015	38	55 h	Matutino/Vespertino/Noturno	Trimestral
Programa de Aperfeiçoamento de Professores de Matemática do Ensino Médio - PAPMEM	Presencial	2015	17	40 h	Matutino/Vespertino/Noturno	Trimestral
Programa de Intervenção Inicial com Estudantes da Licenciatura de Matemática	Presencial	2015	9	60 h	Matutino/Vespertino/Noturno	Trimestral
Relações Interpessoais no Ambiente de Trabalho	Presencial	2015	39	20 h	Matutino/Vespertino/Noturno	Trimestral
Reprodução Humana	Presencial	2015	40	18 h	Matutino/Vespertino/Noturno	Trimestral
Técnica Vocal e as Diversas Modalidades do Canto Responsorial	Presencial	2015	35	60 h	Matutino/Vespertino/Noturno	Trimestral
Trigonometria Plana	Presencial	2015	30	48 h	Matutino/Vespertino/Noturno	Trimestral
Teoria dos Jogos	Presencial	2015	20	400 h	Matutino/Vespertino	Anual
Espanhol básico	Presencial	2015	20	40 h	Matutino/Vespertino	Anual

Curso preparatório para a OBI2015 – Olimpíada Brasileira de Informática	Presencial	2015	60	160 h	Matutino/Vespertino	Anual
Ubuntu Linux	Presencial	2015	40	30 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
LibreOffice	Presencial	2015	40	30 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
Planilhas eletrônicas	Presencial	2015	40	30 h	Matutino/Vespertino	Trimestral
Curso de Segurança da Informação	Presencial	2015	11	20 h	Matutino/Vespertino	Trimestral

6.2 QUADROS COM DETALHAMENTO DO PLANEJAMENTO DA OFERTA DE CURSOS E VAGAS E IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CURSOS, ALINHADO ÀS METAS APRESENTADAS NA SEÇÃO 2.5 A DISTÂNCIA.

6.2.1 Plano de oferta a distância de Cursos Técnicos

Nome do Curso	Eixo Tecnológico	Modalidade	Nº de alunos/turma	Nº turmas	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para implantação
Manutenção e Suporte em Informática	Informação e Comunicação	Subsequente	50	3	Noite	<i>Goiana, Recife e Surubim</i>	2016.2 2017.1 2018.1
Informática para Internet	Informação e Comunicação	Subsequente	38	4	Noite	Arcoverde, Caruaru, Recife e Surubim	2016.2 2017.1 2018.1
Sistema de Energia Renovável	Controle e Processos Industriais	Subsequente	40	1	Noite	<i>Recife</i>	2016.2 2017.1 2018.1
Manutenção Automotiva	Controle e Processos Industriais	Subsequente	35	4	Noite	Caruaru, Goiana, Recife e Surubim	2016.2 2017.1 2018.1
Oferta dos Cursos Técnicos para 2016, aguardando o financiamento por parte da Educação Profissional e Tecnológica /SETEC							
Manutenção e Suporte em Informática							

Informática para Internet
 Manutenção Automotiva
 Sistemas Energia Renovável

6.2.2 Plano de ampliação dos Cursos a Distância de Graduação

Nome do Curso	Eixo Tecnológico	Modalidade	Nº de alunos/turma	Nº turmas	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para implantação
Tecnologia em Gestão Ambiental	Saúde e Ambiente	A distância	32	5	Principalmente aos sábados Manhã e Tarde	Palmares, Pesqueira, Santa Cruz do Capibaribe e Surubim	2016.2 2017.1 2018.1
Licenciatura em Matemática		A distância	62	5	Principalmente aos sábados Manhã e Tarde	Palmares, Santa Cruz do Capibaribe, Sertânia, Dias D'Ávila, Limoeiro	2016.2 2017.1 2018.1
Licenciatura em Geografia		A distância	50	4	Principalmente aos sábados Manhã e Tarde	Limoeiro, Águas Belas, Sertânia, Dias D'Ávila	2016.2 2017.1 2018.1

Oferta dos cursos superiores para 2016 aguardando a provação da CAPES

Tecnologia em Gestão Ambiental 160

Licenciatura em Matemática 308

Licenciatura em Geografia 200

6.2.3 Plano de ampliação de Cursos a Distância de Pós-Graduação

Nome do Curso	Modalidade	Nº de alunos/turma	Nº turmas	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para implantação
Especialização em Gestão Pública	A distância	50	7	Principalmente aos sábados Manhã e Tarde	Surubim, Pesqueira Santa Cruz do Capibaribe, Sertânia, Palmares Águas Belas, Recife	2016.2 2017.1 2018.1
Especialização em Ensino das Ciências	A distância	26	5	Principalmente aos sábados Manhã e Tarde	Pesqueira, Santa Cruz do Capibaribe Palmares Águas Belas, Santana do Ipanema	2016.1 2017.1 2018.1
Especialização em Ensino da Matemática para o Ensino Médio	A distância	20	7	Principalmente aos sábados Manhã e Tarde	Pesqueira, Santa Cruz do Capibaribe Palmares Águas Belas, Santana do Ipanema, Carpina.	2017.1 2017.1 2018.1
Oferta dos cursos superiores para 2016 aguardando a provação da CAPES						
Especialização em Gestão Pública 350						

Especialização em Ensino das Ciências 130

Especialização em Ensino da Matemática para o Ensino Médio 140



7. PLANO DIRETOR DE INFRAESTRUTURA FÍSICA

7. PLANO DIRETOR DE INFRAESTRUTURA FÍSICA

7.1 Infraestrutura Atual

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO possui dezesseis *Campi* situados nas cidades de Afogados da Ingazeira, Abreu e Lima, Barreiros, Belo Jardim, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Igarassu, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Palmares, Paulista, Pesqueira, Recife e Vitória de Santo Antão, ou seja, da Zona da Mata ao Sertão do Estado, onde desenvolvem suas atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão, desporto, lazer e cultura.

Dentre esses dezesseis *Campi*, 07 integram o elenco da Expansão III: Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Palmares, Paulista que, juntos, somam cerca de 34.200 Ha, onde serão construídas as sedes definitivas com aproximadamente 77.670,00 m² de área projetada. Somente o *campus* Cabo de Santo Agostinho tem área a ser construída na ordem de 12.650,00 m² e está em fase de construção, cuja entrega da obra está prevista para meados de 2016.

Atualmente, os 07 *Campi* da Expansão III estão em pleno funcionamento em sedes provisórias, devidamente adequadas para o padrão IFPE, cedidas pela Prefeitura de cada município contemplado com essa Expansão

Uma das grandes prioridades do IFPE é buscar meios necessários para garantir a todos os *seus campi* infraestrutura física e tecnológica adequadas às ofertas de cursos e vagas, tais como: salas de aula, laboratórios, biblioteca, auditório, espaço de convivência, espaço para a prática de esportes, espaço para práticas culturais e infraestrutura administrativa, observando as Normas Regulamentadoras, as Normas Técnicas, em especial às que versam sobre acessibilidade, sustentabilidade e meio ambiente.

Atualmente, tendo em vista a ampliação da oferta de vagas, os *Campi* investiram na montagem de unidades modulares, com exceção do *campus* Recife e dos *Campi* da Expansão III, salvo o *campus* Cabo de Santo Agostinho. Esses espaços modulares representaram um ganho significativo de novos ambientes em curto espaço de tempo, tendo em vista a celeridade que essa tecnologia apresenta e a facilidade na montagem, acrescentando, assim, novos espaços para salas de aula, laboratórios, bibliotecas, auditórios, área de convivência e ainda salas administrativas.

Dentre os 09 *Campi* já construídos, os três da expansão II ainda não dispõem de espaços suficientes para atender plenamente às suas especificidades; e outros mais antigos precisam de manutenção e de novos ambientes. Diante disso, foram planejadas ações para suprir essas demandas, estando algumas em fase de execução e outras em processo de implantação, conforme quadro abaixo:

<i>Campus</i>	Faltando ainda	Situação atual
Afogados da Ingazeira	Biblioteca, auditório, área de convivência e área para a prática de esporte e cultura	Licitação prevista para o ano de 2015
Caruaru	Biblioteca, auditório, área para a prática de esporte e cultura	Projetos licitados, aguardando contratação.
	Área de convivência.	Aguardando retomada da obra
	Acessibilidade	Projeto concluído. Falta licitar-previsão 2015.2
Garanhuns	Biblioteca, auditório, área de convivência e área para a prática de esporte e cultura	Projetos licitados, aguardando contratação.
	Salas de aula	Elaboração do processo licitatório
Ipojuca	Biblioteca, auditório,	Projetos em fase de ajustes
	Área de convivência e área para a prática de esporte e cultura	Projetos licitados, aguardando contratação.
Pesqueira	Ampliação do Auditório e Biblioteca; construção do refeitório.	Projetos licitados, aguardando contratação.
	Reforma do Ginásio Poliesportivo	Elaboração de projeto
Recife	Construção de Laboratórios e salas de aula e Refeitório	Projetos licitados, aguardando contratação.
	Ampliação de auditório e Biblioteca	Projetos em fase de ajustes

7.2 Ampliação e/ou Adequação da Infraestrutura Física

O IFPE, com base na sua vocação, e tendo em vista as finalidades e objetivos previstos na lei de criação dos Institutos Federais, propõe diretrizes para ampliação e adequação de sua infraestrutura física, tomando como referência alguns instrumentos legais, quais sejam:

- Lei nº 10.861/2004 que criou o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e estabelece, entre outros, os requisitos de infraestrutura física para a oferta de cursos de Graduação;
- Decreto nº 5.773/2006 que estabelece em seu artigo 16, item VII, a infraestrutura física para as instalações acadêmicas;
- Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta a Lei nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Nesse contexto, o IFPE tem como premissa:

- Atender às normas municipais referentes à taxa de ocupação do terreno, áreas de circulação e o Plano Diretor dos municípios onde tem sede;
- Atender com qualidade aos indicadores estabelecidos nos instrumentos de avaliação institucional e de curso, possibilitando entre outros a infraestrutura para pessoas com dificuldade de locomoção, audição e/ou visão;
- Apresentar correlação pedagógica entre as instalações dos laboratórios, seus equipamentos e os cursos e programas previstos, bem como os recursos de informática disponibilizados, para atender ao avanço das tecnologias existentes;
- Atender a toda a comunidade, incluindo o atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete de Libras;
- Priorizar as obras de acordo com as prioridades estabelecidas pelos *Campi* e pelo Departamento de Obras e Projetos do IFPE, que está elaborando estudos preliminares para e estabelecendo critérios para a criação do Plano Diretor de Obras e Engenharia do Instituto.

7.3 Diretrizes para a Acessibilidade

A Constituição Federal de 1988 traz em seu bojo a garantia do direito à igualdade para todos os cidadãos brasileiros, sem qualquer discriminação. Essa prioridade teve como motivação o número bastante acentuado de brasileiros e brasileiras e os naturalizados brasileiros que são acometidos

por algum tipo de deficiência física, sendo algumas delas um óbice para a sua mobilidade, ou para sua comunicação, impedindo-lhe de alguma forma o acesso às informações e aos serviços públicos. Mais de 45,6 milhões de brasileiros declararam ter alguma deficiência, segundo dados do Censo Demográfico 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O número representa 23,9% da população do país.

Diante desse cenário, baseado na Lei 10.098:2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, o IFPE, com a assessoria do Departamento de Obras e Projetos, juntamente à gestão dos *Campi*, tem licitado os projetos de novas edificações e de adaptação dos espaços físicos e reformas das edificações existentes, sempre procurando promover a acessibilidade. Esta Instituição atua nas quatro frentes básicas que compõem a acessibilidade espacial, ou seja, orientação espacial, comunicação, deslocamento e uso.

Dentre as atividades relacionadas com vista à prática da acessibilidade, está a exigência de que os projetos sejam elaborados com base na ABNT NBR 9050:2004 em todas as licitações de obras e serviços de engenharia.

Ressalta-se, também, que, na concepção de novos projetos arquitetônico, existe a preocupação voltada para o conceito de Desenho Universal, com vistas à criação de ambientes, espaços e objetos que reduzam significativamente as dificuldades de realização de qualquer atividade e melhorem a eficiência dos meios, mecanismos e recursos disponibilizados às pessoas com necessidades específicas. Essa forma de pensar e trabalhar busca evitar a elaboração de projetos especiais e ou de adaptação para atender às pessoas com deficiências físicas diversas.

7.4 Expansão da Infraestrutura

A expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica tem contribuído sobremaneira para o crescimento dos Institutos Federais, não sendo diferente com o IFPE. O aumento da quantidade de *Campi* fez com que crescessem as demandas de infraestrutura física, desde a necessidade de pequenas adaptações e/ou reformas nas sedes provisórias, até a ampliação de áreas em grandes proporções, e construção de novos *Campi*, bem como a manutenção/ reforma da infraestrutura existente. Para o atendimento dessas demandas, que só aumentam a cada dia, o Departamento de Obras e Projetos, junto com a gestão dos *Campi* estabeleceu um planejamento, cuja primeira ação foi a licitação de projetos a serem contratados ainda. Para a elaboração desse Plano de Trabalho, foram considerados, sobretudo, a disponibilidade orçamentária, a situação do processo (projeto concluído ou a ser elaborado, continuidade de obras paradas, etc.), irregularidades junto aos órgãos fiscalizadores (Prefeitura, Bombeiros, Vigilância Sanitária, Ibama), *status quo* da

infraestrutura existente (com foco na manutenção da segurança do usuário), verificação da situação de regularidade do terreno para construção, segundo o tipo de obra (demolição, reforma, construção).

Nesse contexto, nos próximos anos, os *Campi* do IFPE terão suas demandas atendidas, segundo as informações abaixo:

CAMPUS ABREU E LIMA					
AÇÕES COM VISTAS À EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA					
Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Adequação das instalações da sede provisória	X				
Construção do bloco de laboratórios		X	X		
Construção do bloco de salas de aula		X	X		
Construção do bloco administrativa		X	X		
Construção de biblioteca		X	X		
Construção de auditório		X	X		
Construção do bloco de banheiros		X	X		
Construção do bloco de rampas		X	X		
Construção do bloco de passarela		X	X		
Construção do bloco de convivência		X	X		
Construção de agenciamento e redes externas		X	X		
Construção de edificações complementares		X	X		
CAMPUS AFOGADOS DA INGAZEIRA					
AÇÕES COM VISTAS À EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA					
Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Construção do bloco de laboratórios de cursos básicos		X	X		
Construção do bloco de ensino		X	X		
Construção de biblioteca		X	X		
Construção de auditório		X	X		
Construção de agenciamento e redes externas		X	X		
Construção de Ginásio de Esportes			X	X	
Construção de Refeitório			X		
CAMPUS BARREIROS					
AÇÕES COM VISTAS À EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA					

Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Construção do bloco de laboratórios de cursos básicos		X	X	X	
Construção do bloco de ensino superior		X	X	X	
Adequação e reforma da biblioteca		X	X		
Adequação e reforma do auditório		X	X		
Construção de agenciamento e redes externas		X	X	X	
Adequação e reforma do Ginásio de Esportes			X	X	
Adequação e manutenção da rede elétrica		X	X		
Adequação e manutenção da rede de drenagem e esgotamento sanitário		X	X	X	
Construção da estação de tratamento de água para consumo		X	X		
Projeto e execução de obras de acessibilidade	X	X	X	X	
CAMPUS BELO JARDIM					
AÇÕES COM VISTAS À EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA					
Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Construção do bloco de laboratórios de cursos básicos		X	X	X	
Construção do bloco de ensino superior		X	X	X	
Projeto e execução de obras de acessibilidade	X	X	X	X	
Adequação e manutenção da rede de drenagem e esgotamento sanitário		X	X	X	
Construção de agenciamento e redes externas		X	X	X	
Adequação e manutenção da rede elétrica		X	X		
CAMPUS CABO					
AÇÕES COM VISTAS À EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA					
Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Construção do bloco de salas de aula		X	X		
Construção do bloco de laboratórios		X	X		
Construção do bloco administrativa		X	X		
Construção de biblioteca		X	X		

Construção de auditório		X	X		
Construção do bloco de banheiros		X	X		
Construção do bloco de rampas		X	X		
Construção do bloco de passarela		X	X		
Construção do bloco de convivência		X	X		
Construção do bloco creche		X	X		
Construção do bloco Ginásio		X	X		
Construção do Bloco Campo de Futebol		X	X		
CAMPUS CARUARU					
AÇÕES COM VISTAS À EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA					
Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Projeto e construção da área de convivência	X	X	X		
Projeto e execução de obras de acessibilidade	X	X	X		
Projeto e construção do bloco de laboratórios de cursos técnico e de bacharelado	X	X	X	X	X
Projeto e construção de Refeitório	X	X	X		
Projeto e construção de agenciamento e redes externas		X	X	X	X
Projeto e construção de Biblioteca		X	X	X	
Projeto e construção de Auditório		X	X	X	
Projeto e construção de agenciamento e redes externas		X	X		
Projeto construção do Ginásio de Esportes		X	X	X	X
Projeto e construção da área de convivência	X	X	X		
Projeto e execução de obras de acessibilidade	X	X	X		
CAMPUS GARANHUNS					
AÇÕES COM VISTAS À EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA					
Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Construção do bloco de laboratórios de cursos técnicos		X	X		
Construção do bloco de sala de aula		X	X		
Construção de biblioteca		X	X		
Construção de auditório		X	X		
Construção de agenciamento e redes externas		X	X		
Construção de Ginásio de Esportes			X	X	
Construção de Refeitório		X	X		

CAMPUS IGARASSU					
AÇÕES COM VISTAS À EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA					
Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Adequação das instalações da sede provisória	X				
Construção do bloco de laboratórios		X	X		
Construção do bloco de salas de aula		X	X		
Construção do bloco administrativa		X	X		
Construção de biblioteca		X	X		
Construção de auditório		X	X		
Construção do bloco de banheiros		X	X		
Construção do bloco de rampas		X	X		
Construção do bloco de passarela		X	X		
Construção do bloco de convivência		X	X		
Construção de agenciamento e redes externas		X	X		
Construção de edificações complementares		X	X		
CAMPUS IPOJUCA					
AÇÕES COM VISTAS À EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA					
Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Construção do bloco de laboratórios de cursos técnico e superior		X	X	X	X
Construção da área de convivência		X	X		
Construção de biblioteca		X	X		
Construção de auditório		X	X		
Construção de agenciamento e redes externas		X	X		
Construção de Ginásio de Esportes			X	X	
Construção de Refeitório		X	X		
CAMPUS JABOATÃO					
AÇÕES COM VISTAS À EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA					
Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Adequação das instalações da sede provisória	X				
Construção do bloco de laboratórios		X	X		
Construção do bloco de salas de aula		X	X		
Construção do bloco administrativa		X	X		
Construção de biblioteca		X	X		
Construção de auditório		X	X		
Construção do bloco de banheiros		X	X		

Construção do bloco de rampas		X	X		
Construção do bloco de passarela		X	X		
Construção do bloco de convivência		X	X		
Construção de agenciamento e redes externas		X	X		
Construção de edificações complementares		X	X		
CAMPUS OLINDA					
AÇÕES COM VISTAS À EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA					
Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Adequação das instalações da sede provisória	X				
Construção do bloco de laboratórios			X	X	
Construção do bloco de salas de aula			X	X	
Construção do bloco administrativa			X	X	
Construção de biblioteca			X	X	
Construção de auditório			X	X	
Construção do bloco de banheiros			X	X	
Construção do bloco de rampas			X	X	
Construção do bloco de passarela			X	X	
Construção do bloco de convivência			X	X	
Construção de agenciamento e redes externas			X	X	
Construção de edificações complementares			X	X	
CAMPUS PALMARES					
AÇÕES COM VISTAS À EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA					
Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Adequação das instalações da sede provisória	X				
Construção do bloco de laboratórios		X	X		
Construção do bloco de salas de aula		X	X		
Construção do bloco administrativa		X	X		
Construção de biblioteca		X	X		
Construção de auditório		X	X		
Construção do bloco de banheiros		X	X		
Construção do bloco de rampas		X	X		
Construção do bloco de passarela		X	X		
Construção do bloco de convivência		X	X		
Construção de agenciamento e redes externas		X	X		
CAMPUS PAULISTA					
AÇÕES COM VISTAS À EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA					

Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Adequação das instalações da sede provisória	X				
Construção do bloco de laboratórios		X	X		
Construção do bloco de salas de aula		X	X		
Construção do bloco administrativa		X	X		
Construção de biblioteca		X	X		
Construção de auditório		X	X		
Construção do bloco de banheiros		X	X		
Construção do bloco de rampas		X	X		
Construção do bloco de passarela		X	X		
Construção do bloco de convivência		X	X		
Construção de agenciamento e redes externas		X	X		
Construção de edificações complementares		X	X		
CAMPUS PESQUEIRA					
AÇÕES COM VISTAS À EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA					
Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Construção do bloco de laboratórios de cursos técnico e superior		X	X	X	X
Projeto e construção da área de convivência		X	X		
Projeto e construção do Reservatório de Águas Pluviais	X	X	X		
Projeto e execução de Reforma da Cantina	X	X	X		
Projeto e execução de Demolição do Reservatório Superior em ruína	X	X	X		
Projeto e construção do Reservatório Superior	X	X	X		
Projeto e execução de Reforma de Ginásio de Esportes	X		X	X	
Projeto e construção de Refeitório	X	X	X		
Construção de agenciamento e redes externas		X	X	X	
Projeto e execução de obras de acessibilidade		X	X	X	
CAMPUS RECIFE					
AÇÕES COM VISTAS À EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA					
Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Construção do bloco de laboratórios		X	X	X	X

Projeto e construção do Centro de Pesquisa	X	X	X		
Projeto e execução de obras de acessibilidade	X	X	X		
Projeto e execução de Reforma da Cantina	X	X	X		
Projeto e construção de Refeitório	X	X	X		
Projeto e construção de agenciamento e redes externas		X	X	X	
CAMPUS VITÓRIA					
AÇÕES COM VISTAS À EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA					
Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Construção do bloco de laboratórios e salas de aula	X	X			
Projeto e construção de agenciamento e redes externas		X	X	X	x
Projeto e execução de obras de acessibilidade	X	X	X		



8. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

8. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

8.1 Políticas de Gestão de Pessoal

8.1.1 Organização e Gestão de Pessoas

O conceito de *gestão de pessoas* evoluiu muito ao longo do tempo. Inicialmente, o chamado *Departamento Pessoal centralizava* suas ações em atividades tecnicistas, mas, a partir da necessidade de se observar também o indivíduo e suas relações, e, conseqüentemente, atuar sobre ele, surgiu o conceito de Recursos *Humanos* (RH). Com o desenvolvimento tecnológico das últimas décadas, o conhecimento passou a ser o diferencial entre as instituições e, como são as pessoas que se apropriam do conhecimento, a gestão de pessoas passou a ter um enfoque mais estratégico.

A Carta de Brasília da Gestão Pública, assinada em maio de 2008 pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Administração, registra as principais preocupações e diretrizes que devem orientar as estratégias e as ações em prol da construção de um pacto para melhorar a gestão pública. Nela, um dos tópicos que merece destaque é a *Gestão de Pessoas*, por ser este um elemento estruturador da gestão.

Nesta perspectiva, a implantação de políticas de Qualidade de Vida do Trabalhador (QVT) que concretizem o conceito de Gestão “com pessoas”, defendido pela Carta de Brasília, é um compromisso deste Instituto. O Programa de Quite um exemplo desse compromisso, uma vez que abrange, por exemplo, a implantação e melhoria da assistência à saúde dos servidores. A implantação do SIASS, por conseguinte, com a contratação de profissionais da área de saúde para integrar a constituição de uma equipe multidisciplinar, composta por Psicólogos, Assistentes Sociais, Nutricionistas e Engenheiros de Segurança do Trabalho, é uma das ações desse Programa, visando à assistência suplementar ao bem-estar dos servidores.

Vale salientar a realização de ações de melhoria da qualidade das relações interpessoais, envolvendo, por exemplo, a prática de atividades esportivas em equipe; a realização de jogos *Inter campi*; realizações de eventos festivos nas datas comemorativas, além da promoção de atividades especializadas, como prevenção de estresse ocupacional através de ginástica laboral, exercícios físicos, palestras, assim como a promoção de atividades integradoras de servidor x família dentro da instituição, todas essas atividades planejadas para serem consolidadas e fortalecidas nos anos de execução deste Plano de Desenvolvimento Institucional.

Uma vez que a Carta de Brasília norteia essas novas políticas que buscam a excelência gerencial, faz-se necessário garantir neste PDI que as estratégias e políticas na área de

organização e gestão de pessoas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco sejam convergentes com essa perspectiva.

8.1.2 Corpo Docente

O quadro de docentes efetivos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco é, hoje, formado por 1100 servidores, distribuídos nos 16 (dezesesseis) campi em funcionamento, segundo o perfil apresentado nas Tabelas 01 e 02, a seguir.

Tabela 01: Professores Efetivos por Titulação

	Médio/Técnico	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Percentual	0,45%	6,90%	19,64%	55,00%	18,00%
Nº de Docentes	05	76	216	605	198

Médio / Técnico Graduação Especialização Mestrado Doutorado

Tabela 02: Professores Efetivos por Regime de Trabalho

	20 horas	40 horas	Dedicação Exclusiva
Percentual	8,55%	11,00%	80,45%
Nº de Docentes	94	121	885

Já o quadro de professores substitutos é de 70 professores, que atuam nos 16 (Dezesesseis) *campi* já em funcionamento, como mostra a Tabela 03, a seguir.

Tabela 03: Professores Substitutos por Regime de Trabalho

	20 horas	40 horas
Percentual	4,29%	95,71%
Nº de Docentes	03	67

Tabela 04: Professores que atuam na Educação Superior

	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
Percentual	1%	18%	58%	23%	100%
Nº de Docentes	07	91	289	113	500

*Dados do e-MEC

Graduação Especialização Mestrado Doutorado

8.1.3 Requisitos de Titulação

Conforme dispõe o Art. 10, da Lei nº 12.772/2012, que trata da Carreira de Magistério Federal, no seu parágrafo primeiro, o requisito de escolaridade para ingresso no cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é o diploma de curso superior em nível de graduação.

No caso do cargo isolado de Professor Titular-livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, o requisito é ser detentor do título de Doutor e ter 10 (dez) anos de experiência ou de obtenção do título de Doutor, ambos na área de conhecimento exigida no concurso.

8.1.4 Critérios de Seleção e Contratação

De acordo com a legislação supracitada, exigir-se-á para a investidura nos cargos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico aprovação em concurso público de provas e títulos, que constará de prova objetiva ou escrita, prova de desempenho didático e prova de títulos. A comissão organizadora deve, ao planejar o concurso, buscar selecionar profissionais que detenham as competências gerais, técnicas e/ou científicas e didáticas necessárias à atuação docente de qualidade na respectiva área, e definir uma banca examinadora majoritariamente constituída por membros externos, ou seja, por docentes e pedagogos (as) lotados em outros *campi*, diferentes daquele em que se realiza o concurso e no qual os candidatos aprovados ficarão lotados.

8.1.5 Plano de Carreira e Regime de Trabalho

Os docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco estão enquadrados na Carreira de Magistério Federal, criada a partir Lei nº 12.772/2012.

Quanto ao regime de trabalho docente, o Art. 20 da referida Lei estabelece 02 (dois) tipos de regimes, a saber:

I - 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão institucional; ou

II - Tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

Excepcionalmente, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir-se-á a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

8.1.6 Procedimento para Substituição Eventual dos Professores do Quadro

Para atender à necessidade temporária de pessoal docente, a Lei nº 8.745/1993 possibilita a contratação de professor substituto, cujo contrato é por tempo determinado de até 01 ano, sendo passível de prorrogação uma única vez.

O recrutamento e a seleção de professores substitutos devem ser feitos através de processo seletivo simplificado, constituído de uma prova de desempenho didático e de prova de títulos, de modo a garantir a seleção docentes com competências técnicas e didáticas necessárias para uma atuação de qualidade na área específica.

8.1.7 Políticas de Qualificação

Os Institutos Federais foram criados para fortalecer a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, propondo uma nova concepção de formação que se configura na oferta, desde os cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, cursos técnicos e/ou integrados ao Ensino Médio, Graduação, Pós-Graduações até o Doutorado, conforme preconiza a legislação de criação dos Institutos Federais. Para que essa nova política tenha resultado, faz-se necessário estruturar um plano de qualificação diferenciado para os docentes. Nesse sentido, o IFPE proporciona ações e financiamento de atividades formativas, dispostos no Plano de Capacitação Institucional – PIC-, aprovado pela Resolução Nº 49/2010 CONSUP/IFPE, o que contribui para o processo de capacitação e desenvolvimento profissional dos docentes.

Com a nova Política Nacional de Desenvolvimento Pessoal, instituída pelo Decreto nº 5.707/2006, o Ministério do Planejamento vem incentivando os órgãos a adotarem, na sua gestão de capacitação, o *Sistema de Gestão por Competências*, que é orientado para o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessário ao bom desempenho da função do servidor, visando ao alcance dos objetivos da Instituição.

A Lei nº 11.892/2008, em seu Artigo 7º, traz os objetivos a serem alcançados pelos Institutos Federais, os quais, analisados sob a ótica da gestão por competências, permitem que sejam elencadas algumas *Competências Institucionais* necessárias à consecução desses objetivos:

- I. Ser capaz de ministrar educação profissional técnica de nível médio nas modalidades educação integrada ao ensino médio e educação de jovens e adultos;
- II. Ser capaz de ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores

- nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. Ser capaz de realizar pesquisas aplicadas ao desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas;
 - IV. Ser capaz de desenvolver atividades de Extensão em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais;
 - V. Ser capaz de estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda;
 - VI. Ser capaz de ministrar cursos superiores de graduação em tecnologia, licenciatura e engenharia;
 - VII. Ser capaz de ministrar cursos de pós-graduação *lato sensu*;
 - VIII. Ser capaz de ministrar cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* de Mestrado e Doutorado.

Neste sentido, com vistas à atualização contínua do plano de capacitação dos docentes, os gestores identificaram as competências que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco já possui e apontam as lacunas existentes, ou seja, as competências que ainda precisam ser aprimoradas, que contemplem, dentre outros aspectos, a criação de um programa de inclusão digital. O Plano é construído com base nas instruções da Portaria Normativa SRH/MP nº 03, de 06 de junho de 2008.

8.1.8 Cronograma de Expansão do corpo docente

O quadro de docentes do IFPE é, atualmente, composto de 1100 docentes, lotados entre a Reitoria e 16 *Campi* em funcionamento. A previsão de expansão do quadro entre 2014 e 2018 é de 6% a 10%, considerando a disponibilidade de vagas no banco de equivalências. Seu corpo docente é altamente qualificado, pois mais da metade dos professores (70%) são Mestres e Doutores, e mais de 30% são Especialistas. Os editais de seleção são elaborados de modo a atender às necessidades da Instituição e apresentam, obrigatoriamente, os critérios e as condições de realização para o certame. Nesse processo de seleção, são realizadas três etapas, prova de conhecimentos, desempenho didático e títulos. Sendo as duas primeiras provas eliminatórias e a última apenas classificatória.

8.2 Corpo Técnico-Administrativo

O quadro de servidores técnico-administrativos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco é formado, hoje, por 945 servidores, distribuídos nos 16 *Campi*, segundo perfil a seguir:

Tabela 5: Servidores Técnico-administrativos por Titulação

	Fundamental	Médio/Técnico	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Percentual	2,43%	29,52%	36,19%	24,87%	6,35%	0,63%
Servidores	23	279	342	235	60	06

Tabela 6: Servidores Técnico-administrativos por Regime de Trabalho

	20 horas	25 horas	30 horas	40 horas
Percentual	0,53%	1,16%	2,01%	96,30%
Servidores	05	11	19	910

Tabela 6: Servidores Técnico-administrativos por Nível de Classificação*:

Nível	A	B	C	D	E
Percentual	1,59%	5,31%	17,04%	46,88%	29,21%
Servidores	15	50	161	443	276

* Conforme a Lei nº11.091/2005, sobre o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE).

8.2.1 Requisitos de Titulação

No caso dos servidores técnico-administrativos, o requisito para ingresso nos cargos segue o disposto no Anexo II, da Lei 11.091/2005, redação dada pela Lei 11.233/2005 (alterada pela Lei nº 11.233/2005), que trata do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE).

8.2.2 Critérios de Seleção e Contratação

Conforme dispõe o Artigo 9º do PCCTAE, o ingresso em cargos da carreira técnico-administrativa dar-se-á mediante concurso público de provas ou provas e títulos, obedecendo ao disposto nos parágrafos do referido artigo. O Edital do Concurso de Seleção deve ser organizado de modo a buscar profissionais que detenham determinadas competências gerais e técnicas.

8.2.3 Plano de Carreira e Regime de Trabalho

Os servidores técnico-administrativos são enquadrados no PCCTAE, instituído pela Lei nº 11.091/2005. Quanto ao Regime de Trabalho, deverão ser aplicadas 40 horas semanais, exceto nos cargos dispostos em leis específicas, sendo facultado ao servidor requerer, nos termos da Medida Provisória nº 2.174-28/2001, no seu Art. 5º, a redução da jornada de trabalho de 08 horas diárias e 40 horas semanais, para 06 ou 04 horas diárias e 30 ou 20 horas semanais, respectivamente, com remuneração proporcional, calculada sobre a totalidade da remuneração. Para a concessão da redução, deverá ser observado o interesse da gestão.

8.2.4 Políticas de Qualificação

Também para o corpo técnico-administrativo, deverá ser adotada a metodologia da gestão por competências, da forma como foi descrita no item 3.2.1.5.

A partir da análise da Lei nº 11.892/2008 e da Carta de Brasília sobre Gestão Pública, foram levantadas as Competências Institucionais necessárias ao desenvolvimento das atividades acadêmico-administrativas no âmbito dos Institutos Federais, atendendo, assim, às novas políticas de melhoria da gestão pública. São elas:

- I. Ser capaz de simplificar e melhorar os processos de trabalho, diminuindo o excesso de regras e controles e atendendo a todos os aspectos legais;
- II. Ser capaz de orientar sua atuação para resultados e avaliar o seu desempenho;
- III. Ser capaz de atuar de forma a articular planejamento e orçamento;
- IV. Ser capaz de utilizar a tecnologia da informação para estabelecer Sistemas de informações e ferramentas de gestão eficientes;
- V. Ser capaz de gerir pessoas com uma perspectiva estratégica;
- VI. Ser capaz de exercer suas atividades de forma transparente.

Deverão, pois, ser identificadas as competências técnico-administrativas que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco já possui, buscando suprir as eventuais lacunas através do diagnóstico das necessidades de aprendizagem dos seus servidores, para, a partir de aí dar início à atualização do *Plano Anual de Capacitação*. Esse Plano é criado à luz das instruções da Portaria Normativa SRH/MP nº 03, de 06 de junho de 2008, contemplando, entre outros aspectos, as normas e critérios de liberação de servidor para capacitação e estudos de Pós-Graduação e de acompanhamento desses servidores durante o período de liberação e, finalmente, a ampla divulgação dessas resoluções.

8.2.5 Cronograma de Expansão do Quadro de Técnicos-Administrativo

O quadro de docentes do IFPE é, atualmente, composto de 921 servidores, lotados entre a Reitoria e 16 *Campi* em funcionamento. A previsão de expansão do quadro entre 2014 e 2018 é de 8%, considerando a disponibilidade de vagas. Os servidores desse quadro apresentam um perfil de qualificado, tendo em vista que 10% são Mestres e Doutores, 30% são Especialistas e 30% possuem Graduação. Os editais de seleção são elaborados de modo a atender às necessidades da Instituição, e apresentam, obrigatoriamente, os critérios e as condições de realização para o certame.

8.3 Corpo Discente

Na Política de Atendimento aos Discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, destacam-se os estímulos ao acesso, à permanência

e ao êxito, concretizados por programas, projetos e ações que contribuem para a sustentação de cinco (5) eixos:

- I. Democratização do acesso de estudantes de baixa renda, de pessoas com necessidades especiais e de segmentos sociais excluídos da escola Pública e gratuita, através de medidas e programas que estimulem e garantam esse acesso;
- II. Permanência do estudante na escola e a conclusão de sua formação com qualidade, por meio de apoiosocioeconômico, psicossocial e educacional;
- III. Melhoria da qualidade do ensino, por meio de programas socioeducativos e de assessoramentos a professores, dirigentes, órgãos colegiados, educandos, que contribuam para a formação integral dos estudantes;
- IV. Democratização da educação e dos programas sociais, fomentando a participação da comunidade escolar nas proposições, execuções e avaliações, com a necessária transparência na utilização dos recursos e nos critérios de atendimento;
- V. Promoção e ampliação da formação criativa, valorizando as atividades e os intercâmbios culturais, desportivos, artísticos, científicos e tecnológicos.

O público oriundo das camadas sociais desfavorecidas constitui clientela predominante e prioritária, a quem se destina a grande maioria das ações desenvolvidas no Instituto. Todavia, as atividades de caráter educativo são dirigidas a todos os estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, podendo alcançar também os demais segmentos da comunidade escolar, independentemente da sua origem socioeconômica.

Com base no exposto, determinadas ações de gestão são propostas e devem ser prioritariamente desenvolvidas.



9. POLÍTICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9. POLÍTICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 DADT - Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento de Tecnologias

A Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento de Tecnologias (DADT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) é a diretoria responsável pela tecnologia da informação e comunicação (TIC), como suporte às atividades acadêmicas e administrativas. O objetivo principal da TIC é a efetiva utilização da informação como suporte às práticas organizacionais. Além disso, a DADT apoia os diversos departamentos da Instituição, visando melhorar a eficiência, agilidade, flexibilidade, dando suporte à inovação.

No contexto acadêmico, servem como instrumentos para dá suporte às tecnologias educacionais, buscando ferramentas que auxiliam o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

No contexto administrativo, auxilia construindo ferramentas e serviços para melhorar a gestão de recursos (planejamento, acompanhamento, avaliação e controle) e maior qualidade na prestação de serviços ao cidadão.

9.2 PDTI – Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação

OBJETIVO 01: Implantar o sistema integrado de gestão administrativa e acadêmica na Instituição.						
Metas	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Indicadores
Melhorar os processos administrativos e acadêmicos, tornando-os mais eficientes através de sistemas informacionais.	20%	40%	60%	80%	100%	Quantidade de processos mapeados

OBJETIVO 02: Padronizar os processos internos, as aquisições e contratações de tecnologia da informação e comunicação.						
Metas	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Indicadores
Padronização e adequação da infraestrutura de data center nos <i>campi</i> .	30%	50%	80%	100%	100%	Percentual de equipamentos implantados
Documentação dos procedimentos internos e externos da TI.	20%	40%	60%	80%	100%	Percentual de processos mapeados
Criar metodologia dos processos de aquisição de equipamentos de TI.	50%	100%	100%	100%	100%	Percentual de processos mapeados

OBJETIVO 03: Adotar políticas voltadas à sustentabilidade, acessibilidade e governança.						
Metas	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Indicadores
Desenvolvimento da norma de descarte de equipamentos de TI dentro da Política de Segurança da Informação (PSI).	50%	100%	100%	100%	100%	Documento norteador para descartes de material de TI
Desenvolvimento da norma de utilização dos laboratórios de computadores no IFPE.	20%	50%	100%	100%	100%	Documento com a Política de Uso dos Laboratórios com dispositivos de ti
Desenvolver a Política de Segurança da informação no IFPE.	50%	100%	100%	100%	100%	Palestra e capacitação sobre a Política de Segurança da informação

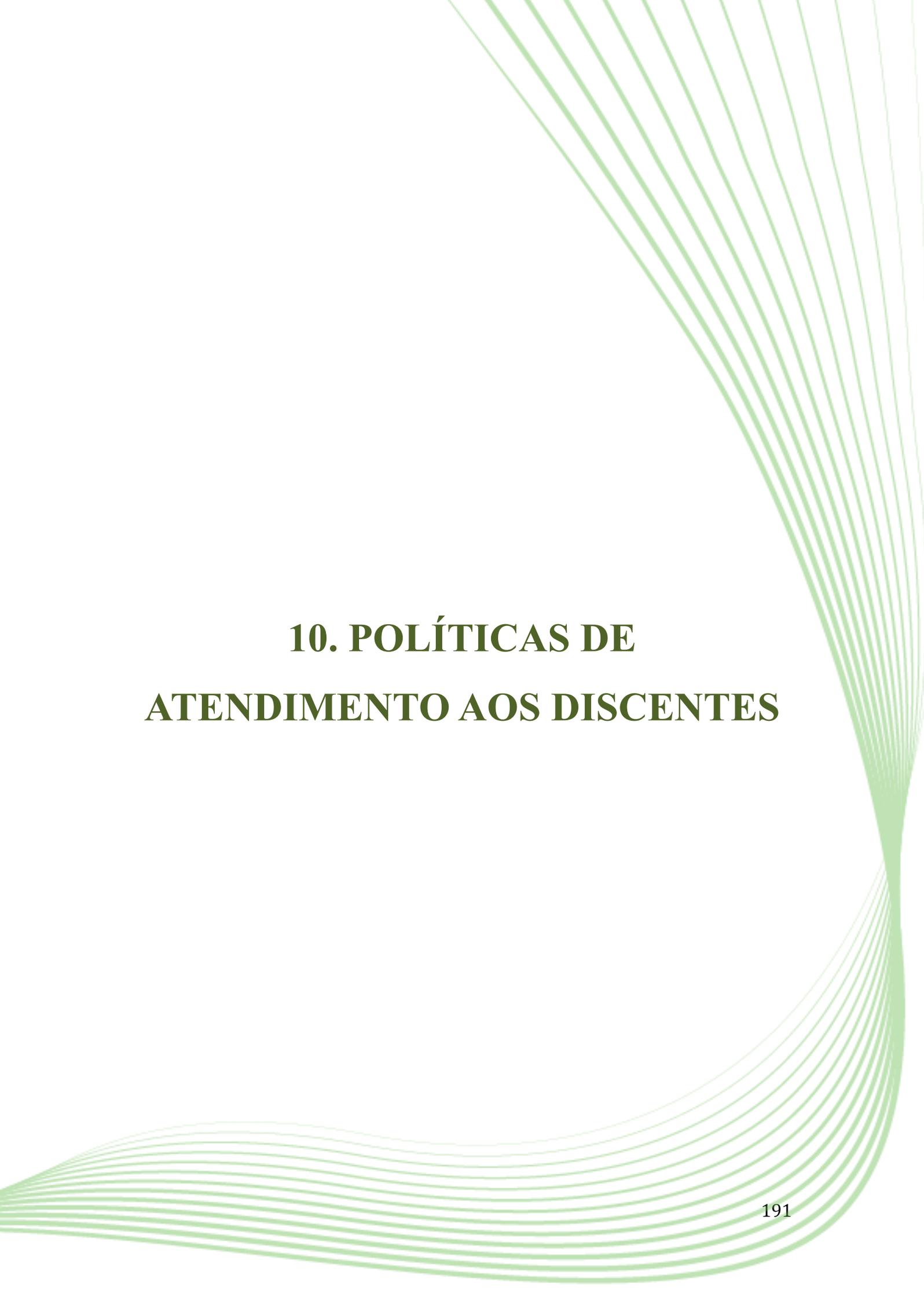
OBJETIVO 04: Criar uma política de capacitação continuada no uso da Tecnologia da Informação e Comunicação.						
Metas	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Indicadores
Melhoria da capacitação dos servidores da área de TI.	20%	40%	60%	100%	100%	Percentual de capacitação realizada

OBJETIVO 05: Contribuir para a melhoria da prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação no IFPE.						
Metas	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Indicadores
Criar, aperfeiçoar e manter os sistemas de informação utilizados no IFPE.	20%	40%	50%	70%	100%	Criação de novos módulos e funcionalidades
Atualização tecnológica de hardwares e softwares.						Percentual de atualização
Melhoria da qualidade, disponibilidade e velocidade dos links de conectividade.	15%	30%	50%	70%	100%	Aquisição/melhoria de SLA e aumento de capacidade
Melhoria da qualidade da infraestrutura interna da rede de dados e voz.	20%	40%	70%	90%	100%	Quantidade de campi atendidos
Aperfeiçoamento dos serviços de TI ofertados pela DADT.	25%	50%	100%	100%	100%	Criação de novas funcionalidades nos

						sistemas informacionais
Adequação quantitativa do quadro de colaboradores de TI nos Campi e na Reitoria.	30%	40%	60%	80%	100%	Percentual de novos servidores
Avaliar a escolha de uma solução do correio eletrônico.	100%	100%	100%	100%	100%	Números de tecnologias/soluções atendidas pela legislação vigente

OBJETIVO 06: Promover a segurança da Informação e Comunicação.

Metas	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Indicadores
Garantia de segurança, integridade e confiabilidade das bases de dados dos sistemas informacionais do IFPE.	30%	50%	100%	100%	100%	Percentual de serviços com autenticação única.
Criar, aprovar e publicar as normas específicas de TI dentro da Política de Segurança da Informação (PSI)	100%	100%	100%	100%	100%	A Política de Segurança da Informação Institucional



10. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

10. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

Em consonância com o PNAES, o IFPE delinea sua Política de Assistência Estudantil no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), como mais um dos instrumentos a serem desenvolvidos junto aos discentes, considerando a Missão Institucional e o papel das políticas educacionais, no que diz respeito à formação integral do ser humano.

Entendendo, nesse processo, que o conhecimento socializado, no âmbito das instituições de ensino, desempenha papel fundamental para a formação da cidadania, através de uma intervenção educativa multidimensional, que ultrapassa os limites do mundo do trabalho. A formação cidadã, assim percebida, contribui para que o sujeito construa sua própria trajetória de vida, numa perspectiva crítica, autônoma e criativa, adquirida através do saber sistematizado.

No tocante às Políticas Públicas legitimadas em nível nacional, voltadas à educação e que tratam da garantia de acesso, permanência e êxito, o Estado interveio, por meio do Ministério da Educação, instituindo a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 e posteriormente o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que tratam do Programa Nacional da Assistência Estudantil – PNAES.

No atual contexto, o PNAES prioriza ações que visam à permanência e ao êxito do estudante, as quais estão expressas no Art. 2º do referenciado Programa:

Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

Reduzir as taxas de retenção e evasão, e;

Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Nesse mesmo documento, no Art. 3º, § 1º, estão definidas as linhas de ação de assistência estudantil, as quais deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

- I. Moradia estudantil;
- II. Alimentação;
- III. Transporte;
- IV. Atenção à saúde biopsicossocial;
- V. Inclusão digital;
- VI. Cultura;
- VII. Desporto E Lazer;

VIII. Creche;

IX. Apoio Didático-Pedagógico

X. Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Em observância ao que está definido no PNAES, portanto, o IFPE define sua Política de Assistência Estudantil, visando:

- assegurar o caráter público e gratuito da Instituição, trabalhar a inclusão educacional e social, pautada na igualdade de condições, para acesso e permanência com êxito do estudante no seu percurso educacional.
- atender o educando, respeitando aspectos socioeconômicos, culturais, étnicos e ambientais.
- trabalhar a convivência, com base no respeito e na solidariedade, observando preceitos éticos.
- preparar o estudante para intervir de forma consciente, crítica e criativa na sociedade, respeitando as diversidades culturais, as diferenças individuais e coletivas, como agente de formação e de transformação dessa mesma sociedade.
- vincular a educação ao trabalho e às práticas sociais.
- desenvolver a educação como pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

É nesse sentido que a Política da Assistência Estudantil do IFPE apresenta-se como um instrumento que visa contribuir com o processo de criação, ampliação e consolidação de programas, projetos e ações que propiciem a permanência do estudante na Instituição. Ou seja, é uma política que tem como finalidade prover os recursos necessários para o estudante superar os entraves do seu desempenho acadêmico, sendo, ainda, um instrumento de fortalecimento de uma formação voltada para o exercício da cidadania.

No âmbito do IFPE, o desenvolvimento de políticas de permanência é viabilizado pela Direção de Assistência ao Estudante (DAE), em conjunto com as Coordenações de Assistência Estudantil dos *campi* ou instâncias equivalentes. A equipe multiprofissional a ela ligada é constituída de Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo, Nutricionista, Assistentes de Alunos, dentre outros profissionais de saúde, que, em conjunto com a equipe gestora de cada *campus*, procede com o planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação dos Programas da Assistência Estudantil nos *Campi*. Nesse processo, ressaltamos a importância da DAE, enquanto órgão gestor e articulador das ações a serem desenvolvidas no âmbito da Política de Assistência Estudantil.

10.1 DIRETRIZES

- Atendimento às necessidades socioeconômicas, culturais e pedagógicas dos estudantes;
- Ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos da Assistência Estudantil, bem como dos recursos oferecidos pela Instituição e dos critérios para seu acesso;
- Descentralização das ações da Assistência Estudantil desenvolvidas no IFPE, respeitando-se a autonomia dos *campi*;
- Estímulo à participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica do IFPE, no que diz respeito às questões relativas à Assistência Estudantil, nos espaços deliberativos deste Instituto.

10.2 PROGRAMAS ESPECÍFICOS

Os Programas próprios da Assistência Estudantil do IFPE caracterizam-se por prover condições mínimas sociais, prioritariamente aos estudantes em situação de vulnerabilidade social e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, de forma a contribuir com a equidade da experiência da educação, respeitando a inclusão de grupos específicos, considerando-se a “necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (Parágrafo Único do Art. 4, Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010).

Compreende-se, nessa Política, que “vulnerabilidade social é um processo de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua capacidade de reação, como situação decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social e territorial (discriminações etárias, étnicas, de gênero, ou por deficiência, dentre outros) e/ou em risco social decorrente de violações de direitos”. (BRASIL, Política Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, 2004, p. 19).

10.2.1 PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA

O Programa Bolsa Permanência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco é um programa que contribui para a permanência do estudante, através do apoio financeiro, com vistas ao atendimento prioritário ao transporte, à alimentação, à moradia e à creche. O valor da bolsa recebido por estudante é estipulado de acordo com a análise de seu perfil socioeconômico, realizado pelo Serviço Social da instituição.

Desde a sua implantação, esse Programa tem abrangido um número cada vez maior de estudantes, sendo um instrumento fortalecedor e importante estratégia contra a evasão e retenção. A regulamentação do referenciado Programa está sob avaliação, para possível reformulação acerca de normas e critérios de acesso e permanência, a fim de qualificar todo o processo junto a discentes e profissionais envolvidos.

10.2.2 PROGRAMA DE BENEFÍCIO EVENTUAL

Esse Programa concede benefício financeiro eventual ao estudante para suprir necessidades temporárias de materiais de apoio ao desenvolvimento das atividades educacionais, tais como: equipamento de proteção individual, fardamento profissional, óculos, aparelho auditivo, entre outros.

Este Programa também é concedido nos casos em que o Serviço Social identificar necessidades provenientes de nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

10.2.3 PROGRAMA DE MORADIA E REFEITÓRIO ESTUDANTIL

Trata-se de um Programa de Moradia, destinado aos estudantes com dificuldades em manter residência/moradia com recursos próprios, especialmente aqueles que residem fora da cidade em que o *campus* se localiza. O referido Programa tem, ainda, a finalidade de oferecer refeições no âmbito de restaurantes dos *Campi*.

10.3 PROGRAMAS UNIVERSAIS

Os Programas Universais abrangem todos os estudantes matriculados nos cursos regulares do IFPE, que são/serão acompanhados pela equipe multiprofissional. Entretanto, em caso de concessão de auxílio financeiro, considerar-se-ão os critérios de vulnerabilidade social, os quais serão identificados por meio de análise socioeconômica desenvolvida pelo Serviço Social de cada *Campus*.

Em se tratando de estudantes com necessidades educacionais específicas, estes também são/serão acompanhados pelo NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas).

10.3.1 Programa de Acompanhamento Biopsicossocial e Pedagógico

Este Programa compreende ações de orientação e acompanhamento psicológico, pedagógico e social, campanhas educativas, atendimento ambulatorial, assistência médico-odontológica, serviços de enfermagem, educação física e orientação nutricional aos estudantes.

É importante salientar que os *campi* que não possuem esses serviços poderão articular-se entre si e com as redes estadual e municipal de saúde para atender a essas especificidades. Nas situações que demandem atendimento prolongado, os estudantes deverão ser encaminhados à rede de atendimento de referência do Estado.

As ações que compõem este Programa são destinadas a todos os estudantes do IFPE, a qualquer momento do ano letivo.

10.3.1.1 Objetivo:

Desenvolver ações de prevenção, promoção e atenção biopsicossocial e pedagógica.

10.3.1.2 Ações de Educação Permanente em Saúde

Implantar e ou fortalecer projetos de prevenção e promoção em saúde a partir de temas transversais, tais como:

- uso e abuso de substâncias psicoativas;
- obesidade e transtornos alimentares;
- vulnerabilidade a doenças sexualmente transmissíveis e/ou AIDS, métodos contraceptivos e gravidez precoce;
- sexualidade, homoafetividade;
- violência;
- nutrição;
- saúde bucal
- outros

10.3.1.3 Ações de Orientação Profissional e de Carreiras

Promover ações e intervenções no campo da Orientação Profissional e Planejamento e Desenvolvimento de Carreira, contemplando:

- acompanhamento do itinerário formativo do estudante¹;
- processo de escolha profissional;
- trabalho e seus sentidos históricos e sociais;
- conhecimentos, competências, habilidades e atitudes relativas à inserção profissional e ao desenvolvimento da carreira dos estudantes.

10.3.1.4 Ações de Integração da Família ao Processo Educativo

- Incentivar a participação familiar na educação escolar dos estudantes;
- Contatar e atender as famílias, quando tal procedimento for necessário ao acompanhamento do estudante;
- Realizar visitas domiciliares, para fins específicos, juntamente a profissionais de outras categorias.

10.3.1.5 Ações de Acompanhamento e Monitoramento do Desempenho Acadêmico Estudantil

- Traçar o perfil do estudante a partir de seu ingresso na instituição, no que se refere aos aspectos biopsicossociais e pedagógicos;
- Desenvolver ações que contribuam para a trajetória acadêmica do estudante no que se refere à permanência e êxito no âmbito do IFPE;
- Promover ações que visem à integração dos estudantes à Instituição;
- Mapear as causas de retenção e evasão utilizando-se de estratégias interventivas que visem à sua prevenção e minimização;
- Acompanhar a trajetória de estudantes com necessidades educacionais específicas;
- Acompanhar e orientar estudantes que apresentem dificuldades no processo de ensino-aprendizagem.

¹De acordo com o Decreto 5.154/2004, “considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos” (Art. 3º, §1º).

10.3.1.6 Promoção em Saúde Mental e Qualidade de Vida dos Estudantes

- Acompanhar no âmbito institucional aqueles estudantes que apresentem transtornos mentais, cognitivos e comportamentais, realizando orientações, encaminhamento à rede de saúde e assistência, e discussões com equipe multiprofissional, sempre que necessário;
- Realizar atendimento junto aos estudantes, individualmente ou em grupos, visando à promoção em saúde mental e à qualidade de vida destes;
- Promover ações de orientação voltadas à qualidade de vida e à prática de hábitos saudáveis, em conjunto com outros profissionais, enfocando os aspectos psicológicos;
- Promover o intercâmbio e ou fluxo de informação com os profissionais de saúde de referência² do estudante, visando ao seu atendimento integral;
- Identificar, compreender e acolher os sofrimentos psíquicos (tais como aqueles decorrentes de doenças orgânicas graves, rupturas no ciclo vital e perdas) que possam interferir na vida acadêmica do estudante;
- Promover esclarecimentos junto à comunidade acadêmica acerca de demandas de saúde mental dos discentes.

10.3.1.7 Ações de Apoio e Incentivo às Aprendizagens

- Garantir espaços de orientações e socializações acadêmicas, em que os estudantes possam relatar suas vivências em projetos, construir relações de cooperação, fortalecer a autoconfiança, relatar aprendizagens e expressar expectativas ligadas à formação profissional;
- Possibilitar a ampliação dos espaços de aprendizagem com vistas à melhoria do rendimento acadêmico dos estudantes.
- Estimular a interação entre docentes e discentes, em parceria com as demais instâncias pedagógicas, contribuindo para a construção de uma prática pedagógica dialógica, que tenha por princípio o respeito à diversidade;
- Acompanhar os estudantes com necessidades educacionais específicas, a fim de estimular habilidades cognitivas, a interação com os demais estudantes e a participação nas atividades acadêmicas;
- Desenvolver e coordenar projetos com a finalidade de orientar a rotina de estudos, sobretudo para os estudantes que apresentam baixo rendimento acadêmico.

² No presente texto, consideramos como profissionais de saúde de referência aqueles que, na rede de saúde (âmbito externo ao IFPE), acompanham o estudante de forma próxima e singular por meio de intervenções próprias, pautadas, por exemplo, em um projeto terapêutico individual.

10.3.1.8 Promoção da Qualidade de Vida com Ênfase nos Aspectos Nutricionais

- Assistir indivíduos e grupos sadios e portadores de patologias específicas que necessitem de orientação nutricional e, de acordo com a gravidade, realizar os encaminhamentos necessários à rede de saúde pública ou privada, com intermédio da Coordenação de Assistência ao Estudante do *Campus* ou instância equivalente;
- Elaborar, promover e avaliar ações e serviços de Educação Alimentar e Nutricional, de forma a contribuir para a prática da alimentação saudável e segura;
- Promover ações de orientação voltadas à qualidade de vida e à prática de hábitos alimentares saudáveis, junto a equipe multidisciplinar, enfocando os aspectos nutricionais;
- Estimular e acompanhar a utilização de recursos e solidificação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no âmbito dos Campi que possuem refeitório.

10.4 Programa de Incentivo à Arte e Cultura

O Programa visa estimular a prática artística e cultural dos estudantes do IFPE, seja através da linha de concessão de *Benefício financeiro para os discentes envolvidos em Projetos Institucionais*, como participantes ou como agentes culturais, ou linha de *Ajuda de custo para a participação dos estudantes em atividades artísticas e culturais*, tais como: cinema, teatro, museus, mostras, concertos, feiras, dentre outros. Essa participação está atrelada aos componentes curriculares dos cursos do IFPE, aos quais, o estudante está vinculado, ou a Projetos Institucionais, desenvolvidos por servidores do IFPE.

Objetivo:

Proporcionar ao corpo discente do IFPE a vivência da cidadania através da arte e da cultura.

10.4.1 Programa de Incentivo ao Esporte e Lazer

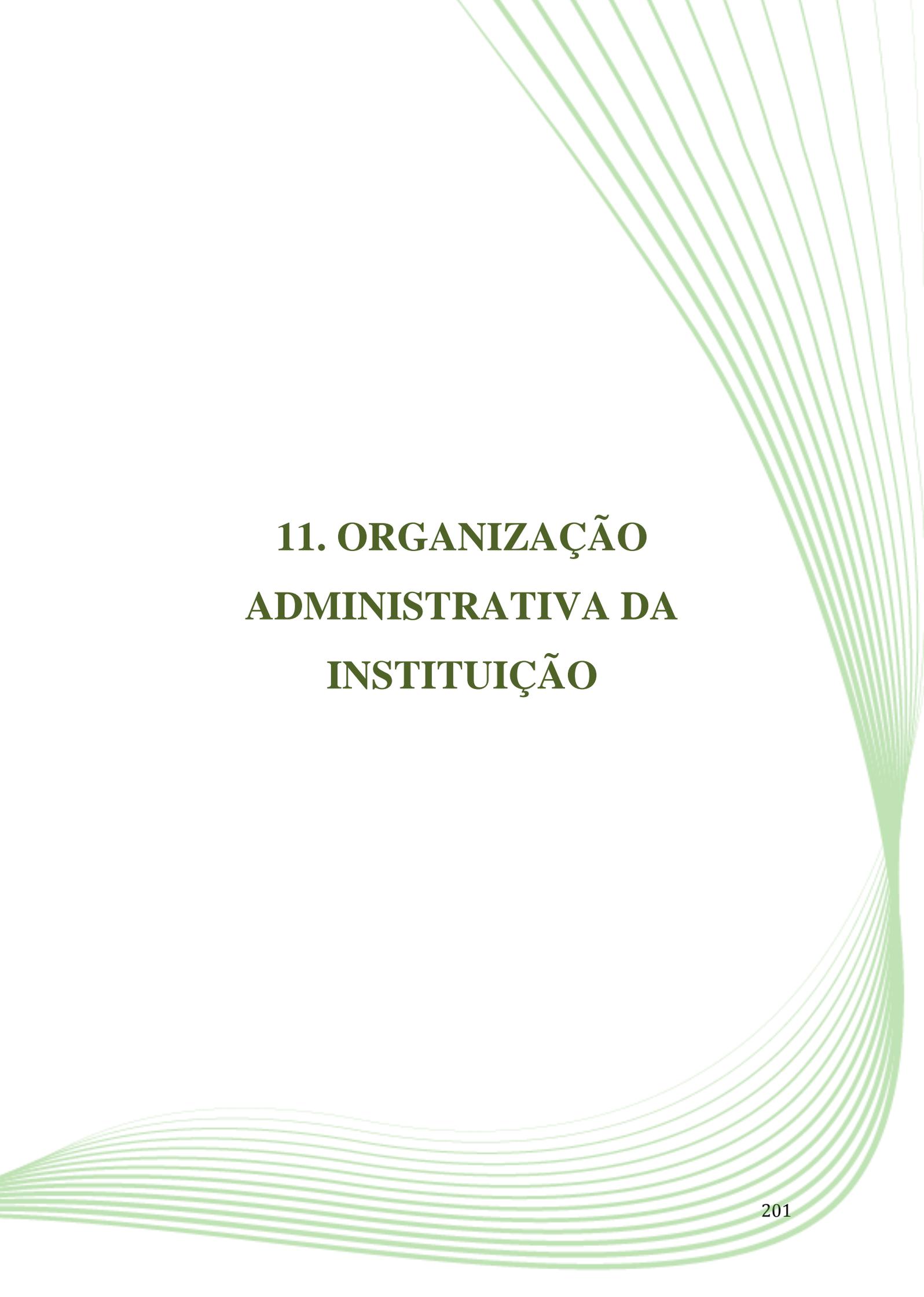
O Programa de Esporte e Lazer compreende um conjunto de ações que visam contribuir para o exercício da cidadania, através de práticas esportivas e de lazer. Destacam-se o *Auxílio ao Estudante-Atleta*, oferecendo benefício financeiro para que os estudantes se dediquem ao treinamento esportivo e possam participar de competições nos âmbitos municipal, estadual, nacional e internacional, permitindo o seu pleno

desenvolvimento, e o *Auxílio na Participação em Atividades de Esporte e Lazer*, oferecendo benefício financeiro para que os estudantes participem de atividades de lazer.

Objetivo:

Proporcionar ao corpo discente do IFPE a vivência da cidadania através do Esporte e Lazer.

É mister salientar que a atual Política de Assistência Estudantil do IFPE encontra-se em processo de reformulação de acordo com a Portaria nº 1.969/2014- GR, portanto, alguns dos programas discriminados acima estão em processo de inserção e reformulação.



11. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO

11. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO

A Estrutura Organizacional do IFPE, no que se refere ao seu Organograma, às competências das Unidades Administrativas e às atribuições dos respectivos dirigentes estão estabelecidas no Regimento Geral da Instituição que disciplina a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, técnicas, administrativas e acadêmicas do Instituto, com o objetivo de complementar e normatizar as disposições estatutárias, no que concerne à Reitoria, às Pró-Reitorias e aos *campi*, cujos Regimentos Internos estabelecem uma estrutura semelhante à da Reitoria, porém no âmbito de cada Unidade de Ensino.

A administração do Instituto Federal de Pernambuco é exercida pela Reitoria, por seus órgãos colegiados e pela Direção Geral *dos Campi*, com apoio em uma estrutura organizacional que define a integração e a articulação dos diversos órgãos situados em cada nível, conforme apresentado no Organograma Geral da Instituição.

A Reitoria do IFPE, dirigida pelo (a) Reitor(a), é o órgão executivo da administração superior que planeja, coordena, supervisiona e controla todas as atividades do Instituto e seu Reitor(a) estabelece as diretrizes sistêmicas que serão seguidas por todos os *Campi*, polos e pelas Pró-Reitorias, por meio de seus atos normativos e das resoluções e deliberações dos fóruns colegiados.

Compete à Reitoria:

- A administração geral do IFPE, bem como a supervisão da execução das políticas de gestão educacional, de pessoal, orçamentária, financeira e patrimonial, visando ao aperfeiçoamento, ao desenvolvimento e à excelência das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.
- Formular as propostas orçamentárias, encaminhando-as para aprovação dos órgãos competentes.
- Planejar as estratégias de desenvolvimento da Instituição;
- Coordenar e supervisionar a execução dos planos aprovados, adotando medidas para seu cumprimento e avaliação dos resultados.
- Promover o relacionamento e o permanente intercâmbio com as instituições congêneres;
- Promover o planejamento, a integração e a cooperação mútua entre as unidades organizacionais que compõem o IFPE.

À Reitoria competirão as funções de definição de políticas, supervisão e controle.

Para tanto, é necessária uma estruturação que congregue um gabinete e órgãos de assessoramento para assistência imediata ao Reitor (a), além de unidades administrativas que deverão trabalhar matricialmente vinculadas aos órgãos afins dos *Campi*.

A estrutura da Reitoria compreende as cinco Pró-Reitorias previstas na legislação, cujas atuações são requeridas para as principais áreas de estrutura e funcionamento da instituição, a saber: Ensino (denominação própria em função da especificidade da oferta verticalizada de Ensino, que vai da educação continuada à Pós-Graduação, associada à Pesquisa e Extensão em todo o trajeto da formação acadêmica); Pesquisa e Inovação; Extensão e Integração Instituto-Sociedade; Integração e Desenvolvimento Institucional; e de Administração.

Conta com cinco diretorias de atuação sistêmica, conforme seguem: Diretoria de Assistência ao Estudante (ação assumida como instrumento de inclusão, acompanhamento e manutenção dos estudantes na escola); Gestão de Tecnologia da Informação, Gestão de Pessoas, Diretoria de Obras e Engenharia e Diretoria de Educação a Distância.

Os *campi*, enquanto Unidades de Execução da Ação Educacional, são os responsáveis pelo cumprimento dos objetivos finalísticos do IFPE, apresentam uma estrutura administrativa que viabiliza o diálogo e a interação das estruturas (departamentos da área acadêmica ou instâncias equivalentes com as unidades operacionais dos departamentos das áreas de administração, orçamento e finanças, de apoio ao Ensino, de Extensão e Integração Instituto-Sociedade, de Pesquisa e Inovação e de Gestão de Unidade Produtiva) por meio de uma forma de articulação sistêmica entre tais Unidades, integrando, sistemicamente, por meio da Reitoria, os diversos *campi* situados no Estado de Pernambuco. Nessa realidade de enfoque sistêmico, o IFPE passa a ser um conjunto de Unidades de Ensino com gestão interdependente entre os *Campi* e a Reitoria.

11.1. Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO implementa sua gestão administrativa a partir de uma estrutura organizacional que compreende três níveis hierárquicos:

No plano estratégico, as políticas, as diretrizes e o planejamento multicampi não sujeitos às deliberações do Conselho Superior, são definidos pelas Reitoria, Pró-Reitorias e Direções Gerais dos *Campi*.

No plano tático, a implantação das decisões estabelecidas no nível estratégico e

que afetam diretamente o *campus* está sob a responsabilidade da Diretoria Geral do *Campus* e das suas Diretorias e Departamentos. A Diretoria Geral do *Campus* possui autonomia na gestão dos seus recursos financeiros e materiais, observados os limites da legislação pertinente.

No plano operacional, a execução e o acompanhamento, tanto das políticas gerais do Instituto, quanto das diretrizes de cada *campus* estão sob a responsabilidade dos Departamentos ou instâncias equivalentes e dos seus setores de apoio, de acordo com o organograma simplificado dos *campi* do Instituto.

Para administrar seu quadro de pessoal e sua infraestrutura, o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO conta atualmente com as seguintes instâncias de decisão:

I - Órgãos Colegiados:

- a) Conselho Superior
- b) Colégio de Dirigentes
- c) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
- d) CPA (Comissão Permanente de Avaliação)

II - Órgãos Executivos:

- a) Reitoria
- b) 5(cinco) Pró-Reitorias:
- c) 16 (dezesseis) *Campi* (sete funcionando em sede provisória)
- d) 3(três) Diretorias Sistêmicas
- e) 1(um) Departamento Sistêmico – DOPE

III – Órgão de Controle:

- a) Auditoria Interna

IV – Órgãos Representativos:

- a) CPPD (Comissão Permanente de Pessoal Docente)
- b) CIS/PCCTAE (Comissão Interna de Supervisão/Plano de Carreira dos Cargos (Técnico-Administrativos em Educação)
- c) Comissão de Ética
- d) Ouvidoria
- e) Diretórios Acadêmicos (DAs) e Grêmios Estudantil (Ensino Médio)
- f) Conselho Escolar.

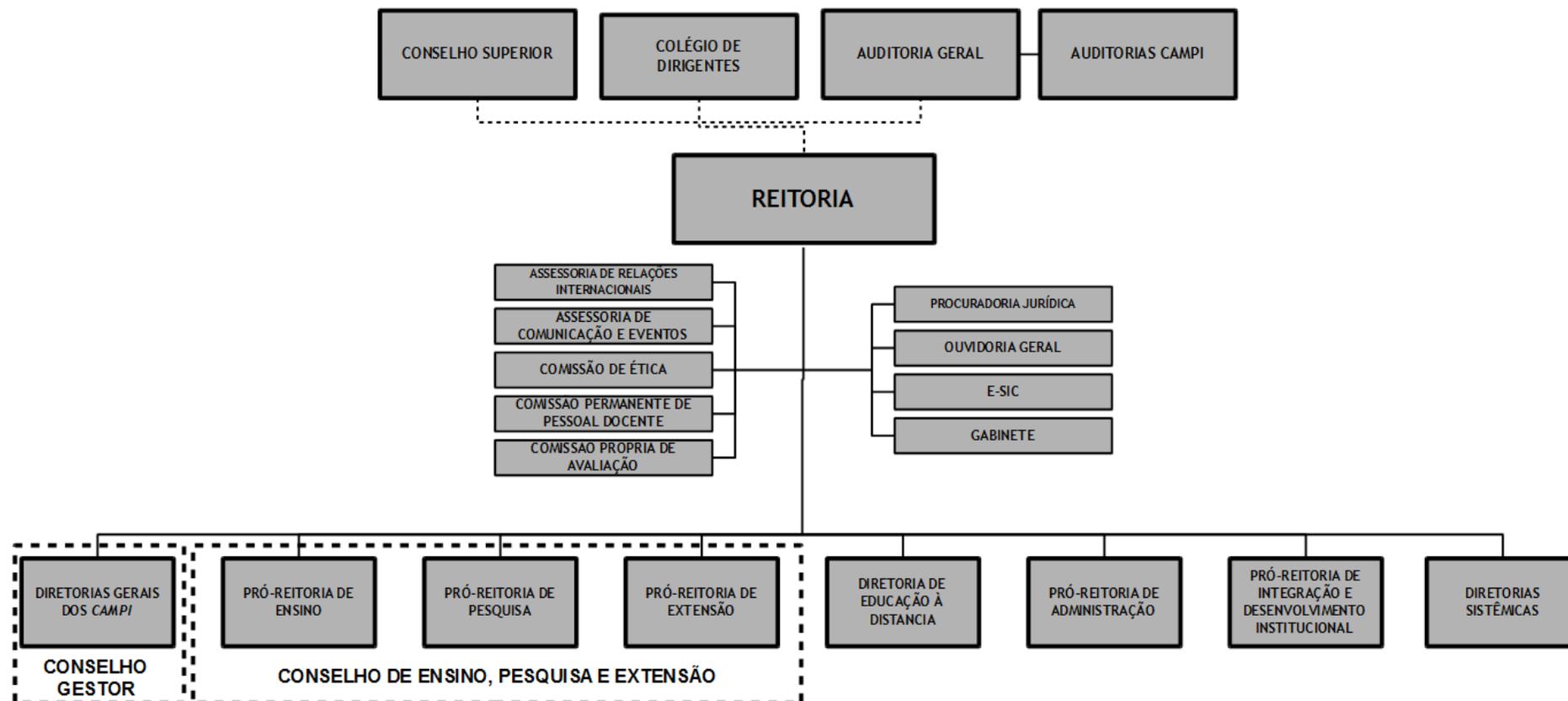
A partir dessa estrutura organizacional, a Instituição pode organizar certa quantidade de estruturas complementares para alcançar seus objetivos e cumprir suas

metas, de acordo com o quantitativo definido pelo Governo Federal. Assim, a Instituição criou os Departamentos, as Divisões, as Coordenações necessárias, as quais se articulam com as Diretorias e, conseqüentemente, com as Pró-Reitorias.

Destaque-se, na estrutura organizacional do IFPE, as instâncias de decisão, especificamente as dos órgãos Colegiados, quais sejam: Conselho Superior, Colégio de Dirigentes, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e na Comissão Permanente de Avaliação- CPA. Nessas instâncias, há, de forma significativa, representação dos docentes e dos estudantes nas deliberações concernentes às questões acadêmicas, atividades finalísticas desta Instituição.

11.2 Organograma Institucional e Acadêmico

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO IFPE



11.2.1 Reitoria

Os órgãos executivos da Reitoria do IFPE, distribuídos pelos níveis de sua estrutura, são os seguintes:

I - Gabinete

II - Auditoria Interna

III - Procuradoria Federal

IV - Ouvidoria Geral

V - Pró-Reitorias:

a) -Pró-Reitoria de Ensino

b) - Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

c) - Pró-Reitoria de Extensão

d) -Pró-Reitoria de Administração

e) - Pró-Reitoria de Integração e Desenvolvimento Institucional

VI - Diretorias Sistêmicas;

VII - Departamento de Obras e Projetos de Engenharia

VIII - Assessorias

IX - Direção Geral dos Campi.

11.2.2 Organograma dos *campi*

11.2.2.1 *Campus* Abreu e Lima

Conselho Gestor (CGEST) – AG (*)

Auditoria Interna (AUDI) – AG (*)

Direção Geral do Campus Abreu e Lima (DGCABL) – CD-02

Gabinete da Direção Geral (GDCABL) – FG-01

Coordenação de Comunicação e de Informações Institucionais (CCII) – FG-02

Coordenação de Gestão de Pessoas (CGPE) – FG-02

Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) – FG-02

Ouvidoria (OUVI) – AG (*)

Diretoria de Administração e Planejamento (DAP) – CD-04

Divisão de Compras, Licitações e Contratos (DCLC) – FG-01

Coordenadoria de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos (CFAC) – AG(*)

Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (CEOF) – FG-02

Coordenadoria de Contabilidade (CCONT) – AG (*)

Coordenação de Material, Patrimônio e Serviços Gerais (CMPSG) – FG-02

Coordenadoria de Protocolo e Arquivo Geral (CPAG) – AG (*)
Coordenadoria de Transportes (CTRA) – AG (*)
Coordenadoria de Planejamento (CPLAN) – AG (*)
Diretoria de Ensino (DEN) – CD-04
Divisão de Apoio ao Ensino e ao Estudante (DAEE) – FG-01
Coordenadoria Pedagógica (CPED) – AG (*)
Coordenadoria de Psicologia (CPSIC) – AG (*)
Coordenadoria de Serviço Social (CSESO) – AG (*)
Coordenadoria de Turnos (CTUR) – AG (*)
Coordenação do Curso Técnico em Redes de Computadores (CREC) – FCC-01
Coordenação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho (CSET) – FCC-01
Coordenadoria da Área de Formação Geral (CFOG) – AG (*)
Coordenação de Biblioteca e Multimeios (CBIM) – FG-02
Coordenação de Registros Acadêmicos e Diplomação (CRAD) – FG-02
Divisão de Pesquisa e Extensão (DPEX) – FG-01
Coordenação de Relações Empresariais, Estágios e Egressos (CREE) – FG-02
Coordenadoria do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) – AG (*)
Coordenadoria do PRONATEC (PRONATEC) – AG (*)

(*) Apoio à Gestão.

11.2.2.2 *Campus Afogados da Ingazeira*

I - Conselho Gestor do Campus

II – Outros órgãos colegiados instituídos pelo Campus:

Conselho de Classe

Colegiado dos Cursos Superiores*

* Órgão ainda não instituído, pois o Campus não oferta curso de nível Superior.

III – Direção-Geral, tendo como órgãos vinculados:

a) Órgãos de apoio:

Gabinete;

Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação

Coordenação de Gestão de Pessoas

Núcleo de Assistência a Pessoas com Necessidades Especiais

Assessoria de Comunicação e Eventos

Coordenação de Pesquisa Institucional

Auditoria Interna do Campus

Assessoria da Direção Geral

b) Diretoria de Administração e Planejamento, composta por:

Assessoria de Administração

Divisão de Execução Orçamentária e Financeira integrada por:

Coordenação de Contabilidade

Setor de Execução Orçamentária e Financeira

Coordenação de Compras e Licitações e

Setor de Contratos

Coordenação de Administração

Setor de Transportes

Setor de Patrimônio

Setor de Almoxarifado

Setor de Manutenção

c) Diretoria de Ensino, composta por:

Assessoria Pedagógica

Assessoria da Direção de Ensino

Divisão de Ensino, integrada por:

Coordenação de Turnos; ou órgão equivalente

Coordenação de Registro Acadêmico e Diplomação

Coordenação de Formação Geral

Coordenações dos Cursos

Coordenação de Apoio ao Ensino e ao Estudante, integrada por:

Setor de Biblioteca e Multimeios

Serviço Social e Psicologia.

Coordenação de Pesquisa

Coordenação de Extensão

IV - Subcomissões da Reitoria:

Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD do Campus

Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação - CIS/PCCTAE - do Campus

V - Outras Comissões:

a) CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CASO HAJA).

11.2.2.3 *Campus Barreiros*

I. Órgãos Colegiados:

Conselho Gestor

Conselho de Classe

Colegiado dos Cursos Superiores / outros Conselhos.

II. Órgãos Executivos:

Direção Geral do Campus

Chefia de Gabinete da Direção Geral do Campus

Procuradoria Institucional

Departamento de Desenvolvimento Educacional

Coordenação Geral de Ensino

Coordenação Geral de Assistência Estudantil

Coordenação Geral de Produção

Coordenação de Pesquisa

Coordenação de Extensão

Seção de Registro Acadêmico

Departamento de Administração e Planejamento

Coordenação Geral de Administração e Finanças

Coordenação de Gestão de Pessoas

Coordenadoria de Gestão de Tecnologia da Informação

III. Órgãos de Assessorias e Suplementares.

Assessoria de Comunicação

Auditoria Interna

Assessoria Pedagógica

11.2.2.4 *Campus Belo Jardim*

Órgãos Colegiados;

Conselho Gestor

Conselho de Classe

Colegiado dos Cursos Superiores / outros Conselhos

II Órgãos Executivos;

Direção Geral do Campus

Chefia de Gabinete da Direção Geral do Campus

Diretoria de Ensino ou Instância equivalente
Coordenação Geral de Ensino ou Instância Equivalente
Coordenação de Área ou Instância Equivalente
Coordenação de Registro Acadêmico ou Instância Equivalente
Coordenação de Pesquisa Institucional ou Instância Equivalente
Coordenação de Assistência Estudantil ou Instância Equivalente
Direção de Pesquisa ou Instância Equivalente
Direção de Extensão ou Instância equivalente
Coordenação de Políticas Inclusivas ou Instância Equivalente
Coordenação Geral de Produção e Pesquisa
Direção de Administração e Planejamento ou Instância Equivalente
Coordenação de Orçamento e Finanças ou Instância Equivalente
Coordenação de Gestão de Pessoas ou Instância Equivalente
Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação ou Instância Equivalente

III Órgãos de Suplementares:

Coordenação de Comunicação e Eventos ou Instância Equivalente
Auditoria Interna

11.2.2.5 Campus Cabo de Santo Agostinho

Conselho Gestor (CGEST) – AG (*)
Auditoria Interna (AUDI) – AG (*)
Direção Geral do Campus Cabo de Santo Agostinho (DGCABL) – CD-02
Gabinete da Direção Geral (GDCABL) – FG-01
Coordenação de Comunicação e de Informações Institucionais (CCII) – FG-02
Coordenação de Gestão de Pessoas (CGPE) – FG-02
Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) – FG-02
Ouvidoria (OUVI) – AG (*)
Diretoria de Administração e Planejamento (DAP) – CD-04
Divisão de Compras, Licitações e Contratos (DCLC) – FG-01
Coordenadoria de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos (CFAC) – AG(*)
Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (CEOF) – FG-02
Coordenadoria de Contabilidade (CCONT) – AG (*)
Coordenação de Material, Patrimônio e Serviços Gerais (CMPSG) – FG-02
Coordenadoria de Protocolo e Arquivo Geral (CPAG) – AG (*)

Coordenadoria de Transportes (CTRA) – AG (*)
Coordenadoria de Planejamento (CPLAN) – AG (*)
Diretoria de Ensino (DEN) – CD-04
Divisão de Apoio ao Ensino e ao Estudante (DAEE) – FG-01
Coordenadoria Pedagógica (CPED) – AG (*)
Coordenadoria de Psicologia (CPSIC) – AG (*)
Coordenadoria de Serviço Social (CSESO) – AG (*)
Coordenadoria de Turnos (CTUR) – AG (*)
Coordenação do Curso Técnico em Redes de Computadores (CREC) – FCC-01
Coordenação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho (CSET) – FCC-01
Coordenadoria da Área de Formação Geral (CFOG) – AG (*)
Coordenação de Biblioteca e Multimeios (CBIM) – FG-02
Coordenação de Registros Acadêmicos e Diplomação (CRAD) – FG-02
Divisão de Pesquisa e Extensão (DPEX) – FG-01
Coordenação de Relações Empresariais, Estágios e Egressos (CREE) – FG-02
Coordenadoria do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) – AG (*)
Coordenadoria do PRONATEC (PRONATEC) – AG (*)
(*) Apoio à Gestão.

11.2.2.6 Campus Caruaru

I - Conselho Gestor do Campus/

II – Outros órgãos colegiados instituídos pelo Campus:

Conselho de Classe

Colegiado dos Cursos Superiores*

* Órgão ainda não instituído, pois o Campus não oferta curso de nível Superior.

III – Direção-Geral, tendo como órgãos vinculados:

a) Órgãos de apoio:

Gabinete

Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação

Coordenação de Gestão de Pessoas

Núcleo de Assistência a Pessoas com Necessidades Especiais

Assessoria de Comunicação e Eventos

Coordenação de Pesquisa Institucional

Auditoria Interna do Campus

Assessoria da Direção Geral

b) Diretoria de Administração e Planejamento, composta por:

Assessoria de Administração

Divisão de Execução Orçamentária e Financeira integrada por:

Coordenação de Contabilidade

Setor de Execução Orçamentária e Financeira

Coordenação de Compras e Licitações e

Setor de Contratos

Coordenação de Administração

Setor de Transportes

Setor de Patrimônio

Setor de Almoxarifado

Setor de Manutenção

c) Diretoria de Ensino, composta por:

Assessoria Pedagógica;

Assessoria da Direção de Ensino

Divisão de Ensino, integrada por:

Coordenação de Turnos; ou órgão equivalente

Coordenação de Registro Acadêmico e Diplomação

Coordenação de Formação Geral

Coordenações dos Cursos

Coordenação de Apoio ao Ensino e ao Estudante, integrada por:

Setor de Biblioteca e Multimeios

Serviço Social e

Psicologia

Coordenação de Pesquisa

Coordenação de Extensão

IV - Subcomissões da Reitoria:

Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD do Campus

Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação - CIS/PCCTAE - do Campus

V - Outras Comissões:

CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CASO HAJA)

11.2.2.7 *Campus* Garanhuns

I. Órgãos Colegiados:

Conselho Gestor

Conselho de Classe

II. Órgãos Executivos:

Direção Geral do *Campus* Garanhuns (DGCG)

Gabinete da Direção-geral do *Campus* Garanhuns (GDCG)

Coordenação de Gestão de Pessoas (CGPE)

Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (CGTI)

Coordenação de Pesquisa Institucional (COPI)

Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE)

Diretoria de Ensino (DEN):

Assessoria Pedagógica (ASPE)

Coordenação de apoio ao Ensino e ao Estudante (CAEE)

Coordenação de Biblioteca e Multimeios(CBIM)

Setor de Psicologia (PSIC)

Setor de Serviço Social (SESO)

Divisão de Ensino (DIVEN)

Coordenação de Curso Técnico em Eletroeletrônica (CCTE)

Coordenação de Curso Técnico em Informática (CCTI),

Coordenação de Curso Técnico em Meio Ambiente (CCTMA)

Coordenação de Formação Geral (CFOG),

Coordenação de Registro Acadêmicos e Diplomação (CRAD)

Coordenação de Turnos (CTUR)

Divisão de Pesquisa (DPESQ)

Divisão de Extensão (DIEX):

Coordenação de Estágio e Egressos (CEEG)

Diretoria de Administração e Planejamento (DAP):

Divisão de Execução Orçamentária e Financeira (DEOF)

Assessoria Contábil (ACONT)

Coordenação de Compras e Licitações (CCLI)

Coordenação de Contratos (CCON)

Assessoria de Administração (AADM)

Coordenação de Material e Patrimônio (CMPA):
Coordenação de Almoxarifado (CALM) e
Coordenação de Transporte e Manutenção (CTMA).

III Órgãos Suplementares:

Assessoria de Comunicação e Eventos
Auditoria Interna

11.2.2.8 Campus Igarassu

Conselho Gestor (CGEST) – AG (*)
Auditoria Interna (AUDI) – AG (*)
Direção Geral do Campus Igarassu (DGCIG) – CD-02
Gabinete da Direção Geral (GDCABL) – FG-01
Coordenação de Comunicação e de Informações Institucionais (CCII) – FG-02
Coordenação de Gestão de Pessoas (CGPE) – FG-02
Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) – FG-02
Ouvidoria (OUVI) – AG (*)
Diretoria de Administração e Planejamento (DAP) – CD-04
Divisão de Compras, Licitações e Contratos (DCLC) – FG-01
Coordenadoria de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos (CFAC) – AG(*)
Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (CEOF) – FG-02
Coordenadoria de Contabilidade (CCONT) – AG (*)
Coordenação de Material, Patrimônio e Serviços Gerais (CMPSG) – FG-02
Coordenadoria de Protocolo e Arquivo Geral (CPAG) – AG (*)
Coordenadoria de Transportes (CTRA) – AG (*)
Coordenadoria de Planejamento (CPLAN) – AG (*)
Diretoria de Ensino (DEN) – CD-04
Divisão de Apoio ao Ensino e ao Estudante (DAEE) – FG-01
Coordenadoria Pedagógica (CPED) – AG (*)
Coordenadoria de Psicologia (CPSIC) – AG (*)
Coordenadoria de Serviço Social (CSESO) – AG (*)
Coordenadoria de Turnos (CTUR) – AG (*)
Coordenação do Curso Técnico em Redes de Computadores (CREC) – FCC-01
Coordenação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho (CSET) – FCC-01
Coordenadoria da Área de Formação Geral (CFOG) – AG (*)
Coordenação de Biblioteca e Mídias (CBIM) – FG-02

Coordenação de Registros Acadêmicos e Diplomação (CRAD) – FG-02
Divisão de Pesquisa e Extensão (DPEX) – FG-01
Coordenação de Relações Empresariais, Estágios e Egressos (CREE) – FG-02
Coordenadoria do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) –
AG (*)
Coordenadoria do PRONATEC (PRONATEC) – AG (*)
(*) Apoio à Gestão.

11.2.2.9 Campus Ipojuca

Direção Geral do Campus

Gabinete da Direção

Coordenadoria de Gestão de Tecnologia da Informação

Departamento Acadêmico Assessoria Pedagógica Coordenação de Gestão Acadêmica

Coordenação de Laboratórios

Coordenadoria de Registros Acadêmicos

Coordenadoria de Turnos

Divisão de Pesquisa e Extensão

Departamento de Administração e Planejamento

Coordenação de Orçamento e Finanças

Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos

Coordenadoria de Compras

Coordenadoria de Gestão Patrimonial e Almoxarifado

Coordenadoria de Gestão de Manutenção

11.2.2.10 Campus Jaboatão dos Guararapes

Conselho Gestor (CGEST) – AG (*)

Auditoria Interna (AUDI) – AG (*)

Direção Geral do Campus Jaboatão dos Guararapes (DGCJG) – CD-02

Gabinete da Direção Geral (GDCABL) – FG-01

Coordenação de Comunicação e de Informações Institucionais (CCII) – FG-02

Coordenação de Gestão de Pessoas (CGPE) – FG-02

Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) – FG-02

Ouvidoria (OUVI) – AG (*)

Diretoria de Administração e Planejamento (DAP) – CD-04

Divisão de Compras, Licitações e Contratos (DCLC) – FG-01
Coordenadoria de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos (CFAC) – AG(*)
Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (CEOF) – FG-02
Coordenadoria de Contabilidade (CCONT) – AG (*)
Coordenação de Material, Patrimônio e Serviços Gerais (CMPSG) – FG-02
Coordenadoria de Protocolo e Arquivo Geral (CPAG) – AG (*)
Coordenadoria de Transportes (CTRA) – AG (*)
Coordenadoria de Planejamento (CPLAN) – AG (*)
Diretoria de Ensino (DEN) – CD-04
Divisão de Apoio ao Ensino e ao Estudante (DAEE) – FG-01
Coordenadoria Pedagógica (CPED) – AG (*)
Coordenadoria de Psicologia (CPSIC) – AG (*)
Coordenadoria de Serviço Social (CSESO) – AG (*)
Coordenadoria de Turnos (CTUR) – AG (*)
Coordenação do Curso Técnico em Redes de Computadores (CREC) – FCC-01
Coordenação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho (CSET) – FCC-01
Coordenadoria da Área de Formação Geral (CFOG) – AG (*)
Coordenação de Biblioteca e Multimeios (CBIM) – FG-02
Coordenação de Registros Acadêmicos e Diplomação (CRAD) – FG-02
Divisão de Pesquisa e Extensão (DPEX) – FG-01
Coordenação de Relações Empresariais, Estágios e Egressos (CREE) – FG-02
Coordenadoria do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) – AG (*)
Coordenadoria do PRONATEC (PRONATEC) – AG (*)
(*) Apoio à Gestão.

11.2.2.11 *Campus Olinda*

Conselho Gestor (CGEST) – AG (*)
Auditoria Interna (AUDI) – AG (*)
Direção Geral do Campus Olinda (DGCO) – CD-02
Gabinete da Direção Geral (GDCABL) – FG-01
Coordenação de Comunicação e de Informações Institucionais (CCII) – FG-02
Coordenação de Gestão de Pessoas (CGPE) – FG-02
Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) – FG-02

Ouvidoria (OUVI) – AG (*)

Diretoria de Administração e Planejamento (DAP) – CD-04

Divisão de Compras, Licitações e Contratos (DCLC) – FG-01

Coordenadoria de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos (CFAC) – AG(*)

Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (CEOF) – FG-02

Coordenadoria de Contabilidade (CCONT) – AG (*)

Coordenação de Material, Patrimônio e Serviços Gerais (CMPSG) – FG-02

Coordenadoria de Protocolo e Arquivo Geral (CPAG) – AG (*)

Coordenadoria de Transportes (CTRA) – AG (*)

Coordenadoria de Planejamento (CPLAN) – AG (*)

Diretoria de Ensino (DEN) – CD-04

Divisão de Apoio ao Ensino e ao Estudante (DAEE) – FG-01

Coordenadoria Pedagógica (CPED) – AG (*)

Coordenadoria de Psicologia (CPSIC) – AG (*)

Coordenadoria de Serviço Social (CSESO) – AG (*)

Coordenadoria de Turnos (CTUR) – AG (*)

Coordenação do Curso Técnico em Redes de Computadores (CREC) – FCC-01

Coordenação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho (CSET) – FCC-01

Coordenadoria da Área de Formação Geral (CFOG) – AG (*)

Coordenação de Biblioteca e Mídias (CBIM) – FG-02

Coordenação de Registros Acadêmicos e Diplomação (CRAD) – FG-02

Divisão de Pesquisa e Extensão (DPEX) – FG-01

Coordenação de Relações Empresariais, Estágios e Egressos (CREE) – FG-02

Coordenadoria do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) – AG (*)

Coordenadoria do PRONATEC (PRONATEC) – AG (*)

(*) Apoio à Gestão.

11.2.2.12 *Campus* Palmares

Conselho Gestor (CGEST) – AG (*)

Auditoria Interna (AUDI) – AG (*)

Direção Geral do Campus Palmares (DGCPAL) – CD-02

Gabinete da Direção Geral (GDCABL) – FG-01

Coordenação de Comunicação e de Informações Institucionais (CCII) – FG-02

Coordenação de Gestão de Pessoas (CGPE) – FG-02
Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) – FG-02
Ouvidoria (OUVI) – AG (*)
Diretoria de Administração e Planejamento (DAP) – CD-04
Divisão de Compras, Licitações e Contratos (DCLC) – FG-01
Coordenadoria de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos (CFAC) – AG(*)
Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (CEOF) – FG-02
Coordenadoria de Contabilidade (CCONT) – AG (*)
Coordenação de Material, Patrimônio e Serviços Gerais (CMPSG) – FG-02
Coordenadoria de Protocolo e Arquivo Geral (CPAG) – AG (*)
Coordenadoria de Transportes (CTRA) – AG (*)
Coordenadoria de Planejamento (CPLAN) – AG (*)
Diretoria de Ensino (DEN) – CD-04
Divisão de Apoio ao Ensino e ao Estudante (DAEE) – FG-01
Coordenadoria Pedagógica (CPED) – AG (*)
Coordenadoria de Psicologia (CPSIC) – AG (*)
Coordenadoria de Serviço Social (CSESO) – AG (*)
Coordenadoria de Turnos (CTUR) – AG (*)
Coordenação do Curso Técnico em Redes de Computadores (CREC) – FCC-01
Coordenação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho (CSET) – FCC-01
Coordenadoria da Área de Formação Geral (CFOG) – AG (*)
Coordenação de Biblioteca e Multimeios (CBIM) – FG-02
Coordenação de Registros Acadêmicos e Diplomação (CRAD) – FG-02
Divisão de Pesquisa e Extensão (DPEX) – FG-01
Coordenação de Relações Empresariais, Estágios e Egressos (CREE) – FG-02
Coordenadoria do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) –
AG
Coordenadoria do PRONATEC (PRONATEC) – AG (*)
(*) Apoio à Gestão.

11.2.2.13 Campus Paulista

Conselho Gestor (CGEST) – AG (*)
Auditoria Interna (AUDI) – AG (*)
Direção Geral do Campus Paulista (DGCPAU) – CD-02

Gabinete da Direção Geral (GDCABL) – FG-01
Coordenação de Comunicação e de Informações Institucionais (CCII) – FG-02
Coordenação de Gestão de Pessoas (CGPE) – FG-02
Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) – FG-02
Ouvidoria (OUVI) – AG (*)
Diretoria de Administração e Planejamento (DAP) – CD-04
Divisão de Compras, Licitações e Contratos (DCLC) – FG-01
Coordenadoria de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos (CFAC) – AG(*)
Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (CEOF) – FG-02
Coordenadoria de Contabilidade (CCONT) – AG (*)
Coordenação de Material, Patrimônio e Serviços Gerais (CMPSG) – FG-02
Coordenadoria de Protocolo e Arquivo Geral (CPAG) – AG (*)
Coordenadoria de Transportes (CTRA) – AG (*)
Coordenadoria de Planejamento (CPLAN) – AG (*)
Diretoria de Ensino (DEN) – CD-04
Divisão de Apoio ao Ensino e ao Estudante (DAEE) – FG-01
Coordenadoria Pedagógica (CPED) – AG (*)
Coordenadoria de Psicologia (CPSIC) – AG (*)
Coordenadoria de Serviço Social (CSESO) – AG (*)
Coordenadoria de Turnos (CTUR) – AG (*)
Coordenação do Curso Técnico em Redes de Computadores (CREC) – FCC-01
Coordenação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho (CSET) – FCC-01
Coordenadoria da Área de Formação Geral (CFOG) – AG (*)
Coordenação de Biblioteca e Multimeios (CBIM) – FG-02
Coordenação de Registros Acadêmicos e Diplomação (CRAD) – FG-02
Divisão de Pesquisa e Extensão (DPEX) – FG-01
Coordenação de Relações Empresariais, Estágios e Egressos (CREE) – FG-02
Coordenadoria do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) –
AG (*)
Coordenadoria do PRONATEC (PRONATEC) – AG (*)

(*) Apoio à Gestão.

11.2.2.14 *Campus* Pesqueira

Direção Geral do *Campus*

Gabinete

Departamento de Ensino

Divisão de Suporte Acadêmico

Coordenadoria de Ensino Superior e Pesquisa Coordenação de Registro Escolar

Coordenadoria da Área Industrial Coordenadoria da Área de Saúde

Coordenadoria da Área de Construção Civil Coordenadoria da Educação de Jovens e Adultos

Coordenadoria de Formação Geral

Assessoria Pedagógica

Coordenadoria de Assistência ao estudante

Coordenadoria de Biblioteca e Multimeios

Coordenação de Turnos

Departamento de Administração e Planejamento

Coordenadoria de Almoxarifado Coordenação de Patrimônio Coordenadoria de Recursos Gráficos Coordenadoria de Compras

Coordenação de Serviços Gerais e Manutenção

Coordenadoria de Comunicação Social e Eventos

Coordenação de Recursos Humanos Coordenação de Tecnologia da Informação Divisão de Extensão

Coordenadoria de Estágios e Egressos

Coordenadoria de Projetos e Relações Comunitárias

11.2.2.15 *Campus* Recife

Direção Geral do *Campus*

Gabinete da Direção Geral

Coordenação de Controle de Informações Institucionais

Diretoria de Ensino

Assessoria Pedagógica

Coordenação de Gestão do Sistema Acadêmico

Coordenação de Projetos Educacionais

Coordenadoria de Registro Acadêmico E Diplomação

Coordenadoria de Políticas de Inclusão

Coordenadoria de Apoio Administrativo

Diretoria de Pesquisa e Extensão

Coordenação de Relações Empresariais e Comunitárias (Apoio à Gestão)

Coordenação de Contratos e Convênios (Apoio à Gestão)

Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Coordenação de Pesquisa

Coordenadoria Administrativa

Diretoria de Administração e Planejamento

Assistente da Diretoria de Administração e Planejamento (Apoio à Gestão)

Departamento de Administração, Orçamento e Finanças, Assistente do Departamento de Administração, Orçamento e Finanças (Apoio à Gestão)

Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira

Coordenação de Contabilidade

Coordenação de Contratos

Coordenadoria de Controle e Fiscalização de Contratos

Coordenação de Planejamento e Orçamento

Coordenação de Almoxarifado Coordenação de Patrimônio Coordenação de Compras e Licitação Coordenadoria Administrativa

Departamento de Recursos Humanos

Coordenação de Cadastro e Benefício

Coordenação de Assistência Ao Servidor

Departamento de Gestão de Tecnologia da Informação Coordenação de Redes de Comunicação de Dados

Coordenadoria Administrativa

Departamento Acadêmico

Coordenação Administrativa

Coordenação de Atividades Acadêmicas

Coordenação de Ciências Humanas e Línguas

Coordenação de Ciências da Natureza e Matemática

Coordenação de Curso (Apoio à Gestão) Conselho de Classe (Órgão Colegiado) Conselho Departamental (Órgão Colegiado)

Departamento de Assistência ao Estudante

Coordenação de Disciplina

Coordenadoria de Apoio Disciplinar

Coordenadoria Administrativa do Departamento de Assistência ao Aluno

Coordenadoria Médico-Odontológica

Coordenadoria de Serviço Social e Psicologia

Divisão de Extensão

Coordenadoria de Projetos e Relações Comunitárias

Coordenação de Estágios e Egressos

Divisão de Apoio ao Ensino

Coordenadoria de Recursos Didáticos

Coordenação de Biblioteca

Coordenadoria de Turnos

Coordenadoria de Esportes e Lazer

Divisão de Administração

Coordenadoria de Transportes

Coordenadoria de Manutenção do Imóvel

Coordenadoria de Segurança Patrimonial

Coordenadoria de Manutenção de Materiais e Equipamentos

Coordenadoria de Manutenção de Veículos

11.2.2.16 *Campus* Vitória de Santo Antão

Direção Geral do *Campus*

Gabinete

Assessoria

Secretaria do Gabinete

Pesquisador Institucional

Unidade de Processamento de Dados

Departamento de Desenvolvimento Educacional

Coordenação Geral de Ensino

Coordenação de Supervisão Pedagógica

Coordenação de Integração Escola-Comunidade

Seção de Cursos Técnicos Especiais

Setor de Registros Escolares

Setor de Biblioteca

Coordenação de Projetos

Coordenação Geral de Produção e Pesquisa

Seção de Zootecnia

Seção de Agricultura
Seção de Agroindústria
Coordenação Geral de Atendimento ao Educando
Seção de Acompanhamento ao Educando
Setor de Alimentação e Nutrição
Setor de Orientação Educacional
Setor de Esportes, Lazer e Artes

Departamento de Administração e Planejamento

Coordenação Geral de Administração e Finanças
Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
Coordenação de Serviços de Apoio
Setor de Patrimônio
Setor de Almoxarifado
Setor de Transporte e Vigilância
Setor de Compras
Coordenação Geral de Recursos Humanos
Setor de Cadastro e Pagamento
Setor de Capacitação de Recursos Humanos

11.3 Órgãos Colegiados: Atribuições e Competências

O Estatuto do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO prevê que os órgãos colegiados são dois: o Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes.

11.3.1 Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da Instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto, assegurando-se, assim, a representação paritária dos segmentos e dos *campi* que compõem a comunidade acadêmica. Tem como função aprovar as políticas institucionais, nos campos administrativo, econômico, financeiro, de Ensino, de Pesquisa e de Extensão, além de aprovar as contas e deliberar sobre a aplicação dos recursos institucionais e demais assuntos de interesse que sejam levados à sua apreciação.

Assegura o Estatuto que o *Colégio de Dirigentes*, de caráter consultivo, é composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor Geral de cada um dos *campi* que integram o Instituto.

11.3.1.1 Competências do Conselho Superior:

- I. Aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal e zelar pela execução de sua política educacional;
- II. Aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para a escolha do Reitor do Instituto Federal e dos Diretores Gerais dos *campi*, em consonância com o estabelecido nos Arts. 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008;
- III. Aprovar os Planos de Desenvolvimento Institucional e de Ação, e apreciar a proposta orçamentária anual;
- IV. Aprovar o Projeto Político-Pedagógico, a Organização Didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
- V. Aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VI. Autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- VII. Apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros;
- VIII. Deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal;
- IX. Autorizar a criação e alteração de currículos, a extinção de cursos, no âmbito do Instituto Federal, bem como o registro de diplomas;
- X. Aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do Instituto Federal, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e a legislação específica;
- XI. Deliberar sobre outras questões submetidas a sua apreciação;
- XII. Apreciar a proposta pedagógica do período letivo subsequente de cada *campus*; XIII. Elaborar e aprovar o seu próprio Regulamento Interno;
- XIV. Apreciar a proposta pedagógica de cada *campus* para o período letivo subsequente.

11.3.1.2 Competência do Colégio de Dirigentes

- I. Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;
- II. Apreciar e recomendar normas para a celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para a elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- III. Apresentar a criação e alteração de funções e de órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de

Pernambuco;

IV. Apreciar e recomendar o calendário de referência anual;

V. Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; e

VI. Apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco a ele submetido.

11.3.2 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFPE – CEPE – é um órgão consultivo e normativo em matérias acadêmicas, de assessoramento da Reitoria no que tange às políticas institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão, tendo a seguinte estrutura e composição:

Estrutura:

Presidente Secretário(a)

Câmara de Ensino

Câmara de Pesquisa

Câmara de Extensão.

Da constituição:

Membros Natos:

Pró-Reitores(as) de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Demais Membros Oriundos das Câmaras:

-03(três) Dirigentes Máximos de Ensino

-03(três) Dirigentes Máximos de Pesquisa

-03(três) Dirigentes Máximos de Extensão

-03(três) Docentes por Campus do IFPE

-01(um) Discente por Campus do IFPE

-01(um) Representante Técnico-Administrativo por *Campus* do IFPE.

São competências do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFPE – CEPE:

I - Analisar e emitir parecer sobre diretrizes gerais de Programas e Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão.

II - Analisar e emitir parecer sobre a estruturação, reestruturação e extinção de cursos de Educação Profissional e Tecnológica, de nível médio, de Graduação e Pós-graduação *Lato sensu e Stricto sensu* e de Formação Inicial e Continuada do Trabalhador – FIC-, atendendo às exigências do desenvolvimento tecnológico, cultural, socioeconômico e ambiental da região.

- III - Analisar e emitir parecer quanto ao Programa de Concessão de Bolsas aos Estudantes, para atividades pertinentes ao Ensino, Pesquisa e Extensão de interesse da Instituição.
- IV - Analisar e emitir parecer quanto ao Programa de Concessão de Bolsas aos Docentes, para participação em atividades relacionadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão de interesse da Instituição.
- V - Analisar e emitir parecer sobre as Normas e Regulamentações de funcionamento das Câmaras de Ensino, Pesquisa e Extensão.
- VI - Analisar, propor e emitir pareceres pertinentes a Normas e Regulamentos Institucionais de Ensino, Pesquisa, Extensão e as modificações desses instrumentos normativos.
- VII - Analisar e emitir parecer sobre estabelecimento de Convênios de Cooperação com entidades congêneres e empresas, relativos à melhoria do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, quando solicitado.
- VIII - Propor modificações no seu Regimento, para homologação pelo Conselho Superior.
- IX - Analisar e emitir parecer sobre o Perfil Profissional e Formas de Seleção na elaboração de editais de concurso público para a contratação de pessoal docente.
- X - Propor a constituição de Comissões de Assessorias permanentes ou transitórias, apresentando suas atribuições.
- XI - Opinar sobre matéria de Ensino, Pesquisa e Extensão, submetida à sua apreciação.
- XII - Acompanhar os encaminhamentos dos seus atos.

11.3.3 Comissão Permanente de Avaliação

A Comissão Permanente de Avaliação (CPA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco foi constituída, visando atender ao que preceitua a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), configurando-se como uma Comissão Própria de Avaliação Interna, com autonomia em relação aos Conselhos e demais órgãos colegiados existentes no Instituto, responsável pelo processo de auto-avaliação institucional.

O IFPE entende o papel da CPA, como sendo uma instância cuja prática é construída coletivamente, orientada para a melhoria institucional, focalizando a produtividade, eficiência, controle e desempenho institucionais, frente a um padrão estabelecido, propiciando, também, à Instituição, um ponto de inflexão entre a regulação e a avaliação educativa, sendo todo esse processo permeado por um compartilhamento

coletivo, que possibilitará, no decorrer do tempo, vez ser um processo relativamente novo, tornar-se um instrumento de uma cultura de avaliação com a qual a comunidade se identifique.

O objetivo dessa instância avaliativa é promover um processo de auto avaliação que propicie a melhoria e o desenvolvimento da qualidade acadêmica de todas as suas áreas de conhecimento e atuação e, por conseguinte, a ampliação do seu compromisso social, enquanto ente público a serviço da sociedade.

Ao promover a avaliação interna da Instituição, a Comissão Permanente de Avaliação deverá observar as diretrizes definidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, utilizar procedimentos e instrumentos diversificados, respeitando as especificidades de suas atividades, e assegurar:

- I. A análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromissos sociais, atividades, finalidades e responsabilidades sociais de seus órgãos;
- II. O respeito à identidade e à diversidade de seus Órgãos;
- III. A participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo do Instituto, bem como da sociedade civil organizada, por meio de suas representações.

11.4 Órgãos Representativos

11.4.1 Comissão Permanente de Pessoal Docente

À Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), prevista na carreira de Magistério Federal, instituída pela Lei nº 12.772/2012, vinculada à Administração Superior, caberá prestar assessoramento ao colegiado competente ou dirigente máximo na instituição de ensino, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente, no que diz respeito a:

I - Dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas;

II - Contratação e admissão de professores efetivos e substitutos;

III - Alteração do regime de trabalho docente;

IV - Avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional;

V - Solicitação de afastamento de docentes para aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado ou Pós-doutorado; e

VI - Liberação de professores para programas de cooperação com outras instituições, universitárias ou não.

As demais atribuições e forma de funcionamento da CPPD estão previstos no Regulamento Interno da CPPD, aprovado pelo Conselho Superior.

A CPPD local é constituída por docentes, sendo 03 (três) representantes titulares e 02 (dois) suplentes de cada *campus*, cujos mandatos são de 02 (dois) anos, sendo permitida a recondução. A titularidade caberá aos professores mais votados e a suplência ao quarto e quinto docentes mais votados, escolhidos da mesma forma e na mesma época que os titulares da representação.

A CPPD Geral, representante do Instituto Federal de Pernambuco, é constituída por todos os membros titulares das CPPD's locais, cuja coordenação é escolhida entre os membros.

11.4.2 Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação

A Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Técnicos-Administrativo em Educação, prevista no § 3º, do Art. 22, da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, será novamente instituída no IFPE. Esta comissão é composta por servidores integrantes do Plano de Carreira e tem a finalidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a implantação do PCCTAE, no âmbito do Instituto, e de propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para seu aprimoramento.

A Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, vinculada à administração central do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, será constituída por: dois membros titulares e dois membros suplentes do *Campus* cuja quantidade de servidores seja composta de dez a cem servidores; ao *Campus* cuja quantidade de servidores seja maior do que cem servidores, para cada fração de cinquenta servidores, acrescentar-se-á mais um membro na composição, e o *Campus* cuja quantidade de servidores seja inferior a dez servidores, terá a sua demanda avaliativa, no que diz respeito às progressões em suas diversas formas, analisadas pela Comissão do *Campus* imediatamente mais próximo daquela Unidade de Ensino.

As atribuições das comissões serão estabelecidas em regulamento a ser elaborado pela comissão eleita e aprovado pelo Conselho Superior.

11.4.3 Comissão de Ética

O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994) elenca os principais deveres do servidor público e as condutas que a ele são proibidas. Além deste Código, outros instrumentos legais também tratam da ética e de suas implicações, dentre eles: a Lei nº 8.429/1992 (sanções aplicáveis aos agentes públicos por ato de improbidade administrativa), o Decreto de 26 de maio de 1999 (Comissão de Ética Pública) e o Código de Conduta da Alta Administração Federal, de 21 de agosto de 2001.

É o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal que dispõe sobre a criação, em todos os órgãos e entidades da Administração Pública de uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre ética profissional do servidor, inclusive sobre o tratamento que deve ser dispensado às pessoas e ao patrimônio público. Nesse sentido, foi criada a Comissão de Ética do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, que tem sua atuação vinculada ao Reitor(a), estando em processo de constituição de nova Comissão.

11.4.4 Ouvidoria

A Ouvidoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco é um canal de comunicação entre os alunos, os servidores e a comunidade em geral, através do qual o cidadão pode manifestar democraticamente a sua opinião sobre os serviços prestados pela Instituição. Por meio da Ouvidoria é possível fazer comentários, denúncias e reclamações, tirar dúvidas, apontar os aspectos positivos e/ou negativos, sugerindo alternativas que possam melhorar o funcionamento da Instituição. A Ouvidoria recebe as manifestações e as encaminha aos setores responsáveis, acompanhando, cobrando soluções e respondendo ao cidadão, dentro de um prazo previamente estabelecido. Não tem poder decisório, mas trabalha em regime de plena autonomia e tem acesso a todas as instâncias da Instituição. Não se trata de um campo de litígio, mas de harmonização; assim, adota uma postura mais pedagógica e propositiva do que contestatória.

11.4.5 Diretórios Acadêmicos e Grêmios Estudantis

Os Diretórios Acadêmicos (DAs) são entidades representativas do corpo discente, formadas a partir da associação de estudantes dos cursos superiores, o que faz com que possam ser classificados, do ponto de vista jurídico, como “associações civis”. O papel do DA é estabelecer uma relação com todas as instâncias da Instituição, permanecendo a entidade estudantil livre de qualquer tipo de interferência institucional.

Além dos DAs, outras entidades representativas dos estudantes podem atuar no sentido de estreitar a relação estudantes-Instituição, entre as quais se destacam o Grêmio Estudantil (Ensino Médio), já consolidado e bastante atuante em alguns *campi*, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e o Centro Acadêmico.

11.4.6 Conselho Escolar

Os Conselhos Escolares a serem constituídos em cada um dos *campi* do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, deverão ter como objetivo geral assegurar a gestão democrática e participativa do ensino público, fortalecendo, assim, a autonomia das instituições e a participação da sociedade em sua gestão. Esses Conselhos representam a comunidade escolar, revestindo-se de natureza deliberativa, consultiva e fiscalizadora sobre a organização e realização do trabalho pedagógico, administrativo e orçamentário da instituição, em conformidade com a Organização Didática, o Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico Institucional em vigor, observando a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no cumprimento da função social da Instituição.

11.5 Relações e Parcerias institucionais e Relações Internacionais

11.5.1 Relações e parcerias com instituições e comunidade

As parcerias com a comunidade são articuladas através das Diretorias ou Divisões de Extensão nos *diversos campi* e ocorrem nos formatos de convênios para oferta de estágios e de acordos de cooperação técnica. Esta Diretoria ou Divisão articula também programas de inclusão social com os conselhos comunitários, prefeituras e entidades representativas da sociedade civil organizada. As diretrizes legais para a celebração de tais parcerias são elaboradas pela Pró-Reitoria de Extensão, de comum acordo com as Diretorias ou Divisões de Extensão de *cada campus* e com assessoria da Procuradoria Jurídica.

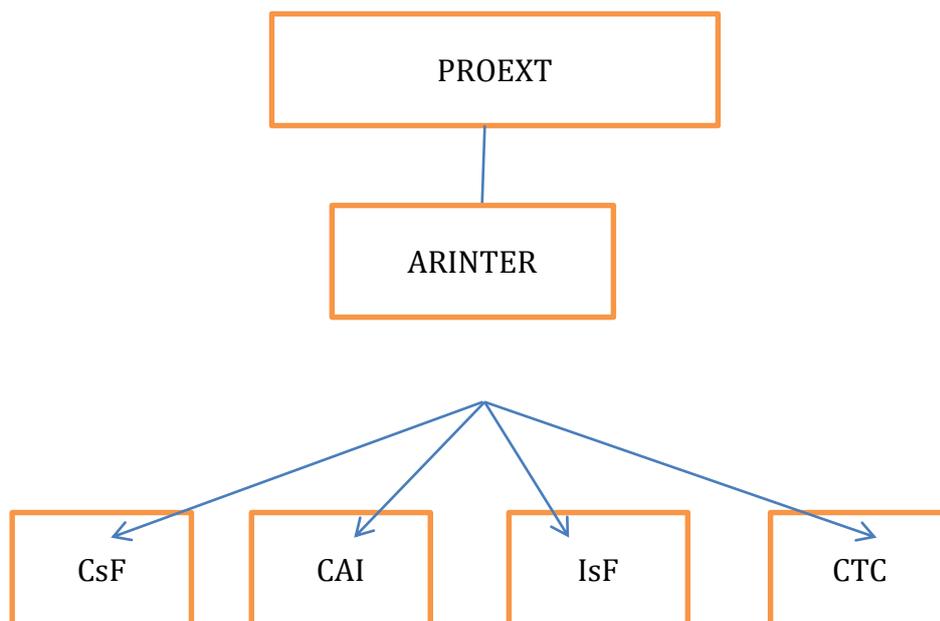
11.5.2 Relações Internacionais

Dentre as atribuições do IFPE, encontram-se a divulgação, promoção e conscientização da importância das atividades de cooperação internacional no âmbito da comunidade acadêmica, tendo como foco a busca de intercâmbios com instituições e agências de cooperação técnica, tecnológica, científica e cultural, no exterior. Em decorrência destas atribuições, presta assistência a participantes que se encontram em atividade na Instituição, promovendo a inserção destes junto aos *Campi*.

Os critérios de busca da promoção de intercâmbios de conhecimento, bem como do estabelecimento de parcerias com outros países, vêm sendo norteados pelas diretrizes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC - / MEC, a partir da criação do FORINTER (Fórum de Relações Internacionais das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica) e da Câmara de Relações Internacionais do CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica), embora ações isoladas já viessem acontecendo em diferentes escolas da Rede Federal.

Com o intuito de atingir as metas projetadas para o período de 2014-2018, o IFPE propõe diretrizes com vistas a uma política institucional na área de cooperação internacional, ensino de idiomas e mobilidade, divulgando suas atividades em outros países, no interesse do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

Para o desenvolvimento de todas essas atividades, o IFPE conta com a **Assessoria de Relações Internacionais – ARINTER** -, a qual possui a seguinte estrutura:



CAI - Coordenação de Acordos Internacionais - Recebe e apoia demandas externas de propostas de cooperação internacional em suas modalidades, emitindo, quando necessário, pareceres nos processos de acordos e convênios internacionais.

IsF - Coordenação do *Idiomas sem Fronteiras* - Divulga os cursos de idiomas *on line* e organiza a aplicação dos testes de proficiência na Língua Inglesa, TOEFL.

CsF - Coordenação do *Ciência sem Fronteiras* - Gerencia as informações referentes ao programa da Rede Federal através da divulgação dos editais no site da Instituição e visitas aos *Campi*, além do monitoramento das inscrições da CAPES e o do CNPq.

CTC - Coordenação de Tecnologia e Comunicação - Mantem atualizada a página de internacionalização e o blog do intercambista.

Levando-se em conta que o processo de internacionalização requer análise e planejamento das ações voltadas ao interesse desta Instituição, o presente documento propõe um conjunto de metas a serem alcançadas, no que se refere à política de Relações Internacionais do IFPE, no período de 2014-2018. Estas são:

11.5.2.1 ATRIBUIÇÕES DA ASSESSORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

- ARINTER:

Compete à Assessoria de Relações Internacionais:

- atuar como unidade de apoio na organização e realização de eventos internacionais e nas atividades de cooperação mútua e de relacionamento entre o IFPE e entidades de outros países, instituições estrangeiras e organizações internacionais, visando ao intercâmbio de informações e experiências;
- assessorar, no que couber, as Comissões e Comitês do IFPE instituídos em função de tratados firmados pelo Brasil ou de acordos de cooperação assinados entre o IFPE e outras instituições estrangeiras congêneres, ou, ainda, que envolvam questões inerentes à área de relações internacionais;
- desenvolver as ações necessárias à eficiente representação do IFPE em congressos, reuniões, simpósios, seminários, cursos e eventos de caráter internacional, bem como providenciar a divulgação dos resultados decorrentes desses eventos;
- organizar as visitas de delegações estrangeiras ao IFPE e acompanhá-las, de forma coordenada com a Assessoria de Cerimonial e de Relações Institucionais;
- providenciar a obtenção de passaportes, vistos, quando em viagens oficiais e adotar outras medidas que se fizerem necessárias;
- desempenhar as funções de articulação entre IFPE e o Ministério das Relações Exteriores, postos diplomáticos, organizações internacionais, instituições estrangeiras e outras entidades, no que concerne à coordenação mútua e ao intercâmbio de informações;
- colaborar com comissões, grupos de trabalho ou unidades do IFPE quando da realização de estudos e/ou pesquisas, no país ou no exterior, que requeiram providências ou conhecimentos específicos inerentes à sua área de atuação;
- auxiliar na elaboração e implementação de acordos de cooperação técnica ou instrumentos congêneres a serem firmados pelo IFPE com organismos internacionais ou entidades estrangeiras, bem como acompanhar sua execução;
- providenciar serviços de intérprete e a tradução de correspondências, relatórios, publicações, textos técnicos e outros documentos submetidos à unidade;
- planejar, organizar, dirigir, controlar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades das unidades subordinadas, bem como provê-las de orientação e dos meios necessários ao bom desempenho;
- acompanhar o cumprimento de metas e avaliar os resultados na sua área de atuação;

- sugerir aprovação de regulamentos e manuais relativos ao funcionamento das atividades e dos processos de trabalho relativos à sua área de competência;
- sugerir a indicação de servidores para exercer as funções relativas à estrutura, ao funcionamento e aos projetos inerentes de sua área;
- negociar as ações de sua competência necessárias ao alcance de metas de outras unidades, assim como as medidas de outras áreas essenciais para o cumprimento de metas das suas unidades subordinadas;
- assessorar a reitora, os pró-reitores e diretores em matéria de sua competência;
- fornecer subsídios para a proposição de programas de intercâmbio de conhecimentos ou de ação conjunta com órgãos e entidades cujas competências se correlacionem com as matérias pertinentes à sua área de atuação;
- observar a legislação, as normas e instruções pertinentes quando da execução de suas atividades;
- providenciar o registro, nos sistemas informatizados ou, conforme o caso, em *homepage* sob responsabilidade do IFPE, das ações executadas sobre documentos ou processos que tramitem na unidade, bem como de dados e informações específicas, de acordo com as disposições regulamentares;
- definir metas para a unidade em consonância com o planejamento estratégico e diretrizes de implementação da gestão pela qualidade total, formular planos e executar, controlar e avaliar os resultados, promovendo os ajustes necessários quando for o caso;
- manter sistemática apropriada para assegurar a coleta, o armazenamento e a atualização das bases de informações gerenciais, em consonância com as orientações da Secretaria de Planejamento e Gestão, de forma a propiciar análises, avaliações e relatórios sobre suas atividades, metas e indicadores de desempenho;
- estabelecer rotinas e procedimentos e propor normas, manuais e ações referentes à sua área de atuação e que visem ao aperfeiçoamento de atividades da unidade;
- desempenhar outras atividades afins que lhe forem cometidas por autoridade competente.

11.5.2.2 Convênios, Acordos e Projetos Internacionais.

11.5.2.3 Cronograma de Oferta de Programas

PROGRAMA	2014	2015	2016	2017	2018
Mobilidade de estudantes e servidores	X	X	X	X	X
Acordos interinstitucionais.	X	X	X	X	X
Pesquisa e Pós-Graduação conjuntas.	X	X	X	X	X
Ensino e aprendizagem de idiomas e culturas estrangeiras.	X	X	X	X	X
Programas de cooperação para o desenvolvimento de Pesquisa, Extensão e de interesses comuns entre as instituições parceiras.	X	X	X	X	X
Envio de representantes institucionais a feiras internacionais de educação e trabalho, a fim de apresentar o IFPE a potenciais parcerias internacionais, bem como (re)conhecer potenciais instituições parceiras e identificar oportunidades de estudo, estágios, pesquisa e extensão para a comunidade acadêmica.	X	X	X	X	X
Divulgação das atividades desenvolvidas pela Assessoria de Relações Internacionais, vinculadas à Pró-Reitoria de Extensão do IFPE.	X	X	X	X	X
Realização de visitas anuais aos <i>Campi</i> para divulgar as oportunidades de internacionalização do IFPE.	X	X	X	X	X
Multiplicação de experiências acadêmico-profissionais no IFPE dos egressos do programa de mobilidade.		X	X	X	X
Atualização da Comissão Multidisciplinar de Mobilidade Internacional (CMMI).		X			
Realização de workshops voltados aos estudantes do Programa de intercâmbio do CsF.		X	X	X	X
Ampliação da participação da ARINTER no CELE (Centro de Línguas Estrangeiras)		X	X	X	X
Interiorização das ações da ARINTER;	X	X	X	X	X
Implantação da página de internacionalização no site do IFPE.		X			

12. POLÍTICA DE EaD

12. POLÍTICA DE EaD

A Educação a Distância do IFPE – EaD, ao longo dos anos, vem desenvolvendo ações que propiciam mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem, utilizando meios e tecnologias de informação e comunicação com estudantes e professores, desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos.

Ancoradas num crescente aprimoramento tecnológico, essas ações são capazes de superar os limiares geográficos de um país continental de grande extensão e de superar os fundamentos de territorialidade e temporalidade, assim como de alicerçar a educação como bem público, democrático e inclusivo, destinada a pessoas que não têm condições de participar do sistema presencial.

Fundamentada em competências Institucionais, a EaD se propõe, portanto, a:

- Oferecer educação em diferentes níveis: educação básica, ensino superior e pós-graduação, utilizando a parceria entre a união-estado-municípios;
- Realizar processos seletivos para bolsistas que atuarão como professores pesquisadores;
- Realizar capacitações com a equipe de professores, tutores e equipe multidisciplinar para atender ao alunado com conhecimentos da plataforma moodle (ambiente virtual de aprendizagem), da organização Acadêmica Institucional, do controle acadêmico e do processo ensino aprendizagem na modalidade a distância;
- Garantir laboratórios para realização das práticas nos polos de apoio presencial;
- Garantir o transporte para os professores e tutores durante a realização dos encontros presenciais;
- Supervisionar, acompanhar e intervir para garantir o bom funcionamento dos polos, para atender com qualidade os estudantes;
- Promover atividades on-line com polos em tempo real (webconferências);
- Favorecer a aquisição e utilização de suportes midiáticos e estimular o desenvolvimento de modelos de tutorias diversas e com logísticas de aulas e estratégias pedagógicas inovadoras;
- Propiciar ferramentas e formas mais adequadas de informação e comunicação para melhoria da interação entre professores, tutores e estudantes;
- Adaptar os conteúdos à linguagem pedagógica exigida pelas mídias;
- Trabalhar em equipe multidisciplinar;

- Desenvolver ações que orientem e estimulem o estudante a usar os recursos da Educação a Distância;
- Promover formas de avaliação mais democráticas;
- Apoiar ações de Ensino, Pesquisa e Extensão desenvolvidas em educação a distância no âmbito do IFPE;
- Buscar mecanismos de otimização dos recursos para garantir a sustentabilidade dos programas.

Neste preâmbulo, o processo de concretude da EaD – IFPE encontra-se sobre dois pilares orçamentários: “**Educação Profissional e Tecnológica a Distância**” e “**Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica**”, tendo como bases de fomento o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE- e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, respectivamente. Essa modalidade se desenvolve no IFPE na integralidade das concepções da Rede e-Tec Brasil e da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A Rede e-Tec Brasil, uma das iniciativas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Médio (PRONATEC), é gerenciado pelo FNDE e apresenta uma política de Educação Técnica a Distância, na modalidade subsequente, visando ao Ensino Técnico como instrumento para a inclusão de jovens no mundo do trabalho, por meio da oferta dos cursos técnicos em: **Manutenção e Suporte em Informática; Manutenção Automotiva e Sistemas de Energia Renovável em 2009 e do curso de Informática para Internet em 2010**; e o desenvolvimento de profissionais em efetivo exercício nas redes públicas de ensino por meio do programa PROFUNCIÓNÁRIO, por meio da oferta dos cursos de Alimentação Escolar e Infraestrutura Escolar em 2013. Dessa forma, a Rede e-Tec Brasil promove a interiorização e democratização do acesso gratuito aos cursos técnicos públicos com ofertas que possibilitam servir às comunidades da região.

No âmbito do sistema UAB, gerenciado pela CAPES, a EaD do IFPE aderiu a programas que visam à qualificação de professores ou profissionais em exercício nas redes públicas de educação básica e do Magistério Superior, como o Programa Nacional de Formação de Professores para a Educação Básica (PARFOR), através da oferta do curso de Licenciatura em Matemática em 2007, nos municípios de Ipojuca e Pesqueira/PE e Santana do Ipanema/AL; e em 2010, com a oferta do curso de Licenciatura em Geografia, nos municípios de Águas Belas, Carpina, Gravatá, Palmares e Sertânia.

Por sua vez, a qualificação de profissionais em atividades inerentes à Administração Pública e o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), a EaD/IFPE oferta, desde 2010, o curso de Especialização em Gestão Pública, que se encontra na sua 4ª edição, abrangendo os municípios da região metropolitana do Recife, Zona da Mata e Agreste Pernambucano.

Em 2007, a EaD/IFPE passou também a ofertar o curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental para atender à crescente demanda por profissionais que desenvolvam e supervisionem projetos voltados às políticas públicas ambientais em ascensão em nível mundial e local, com vistas à melhoria da qualidade de vida.

Em 2015, teve início a primeira turma do curso de especialização em ensino da matemática para o ensino médio, com vistas à qualificação profissional dos professores em exercício nas redes públicas de ensino e consequente melhoria no desempenho dos estudantes na disciplina de matemática.

Para a consecução das atividades referentes a essa modalidade de Ensino, o IFPE conta com uma equipe de docentes, tutores e técnico-administrativos (servidores e colaboradores) e, para fortalecer as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão são consolidadas parcerias com alguns setores da sociedade como SETEC/MEC, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE-, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES-, Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco e Secretarias de Educação Municipal de Águas Belas, Carpina, Caruaru, Dias D'Ávila/BA, Garanhuns, Gravatá, Ipojuca, Itabaiana/PB, Limoeiro, Palmares, Paudalho, Pesqueira, Recife, Serra Talhada, Surubim e Santana do Ipanema.

Com o objetivo de consolidar, integrar e ampliar as ações destinadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão dentro da Educação a Distância do IFPE foram delineadas metas, voltadas à realização de ações de extensão e relações comunitárias; integração do Ensino, Pesquisa, Inovação e Extensão, possibilitando uma melhor articulação institucional e direcionamento entre esses três eixos.

Tal objetivo consolida a modalidade de Ensino a Distância nos diversos níveis desde o Técnico Subsequente, a Graduação e a Pós-Graduação, aprimorando-os e analisando as formas de ingresso aos cursos em EaD, bem como desenvolvendo mecanismos de acompanhamento dos egressos.

Na área de Ensino, muitas ações são empreendidas, no sentido de consolidar as ações de Ensino nessa modalidade, destacando-se, dentre elas, propostas de incentivo à criação de novos cursos, tomando como base pesquisas de empregabilidade. Nessa

dimensão, são realizadas também revisitas aos Planos de Curso e no processo metodológico desenvolvido, sendo essa outra ação de forte impacto nessa área, o que permite estar em sintonia com as demandas de formação profissional de uma parcela significativa da sociedade, rompendo barreiras, principalmente as relacionadas à distância.

Com a utilização desse processo, que tem como premissa a (re)significação do paradigma educacional vigente, desenvolvem-se ações educativas que facilitam o processo de ensino e aprendizagem para um número significativo de estudantes que se encontram em locais os mais diversos.

No âmbito da Pesquisa, dentre os projetos desenvolvidos, destaca-se um cuja finalidade é buscar a inclusão das pessoas com deficiência visual, procurando fornecer autonomia nos ambientes virtuais de aprendizagem.

Para tanto, o setor de Desenvolvimento Tecnológico da DEaD iniciou um projeto para melhorar a acessibilidade desse público no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e o grupo de TI's esteve nos polos de apoio presencial para preparar os computadores, por meio da instalação de programas específicos de leituras textuais, dando autonomia de uso do AVA e acesso aos materiais didáticos, contando, para isso, com o apoio de profissionais especializados, permitindo, assim, a esse público específico, a conclusão com êxito de seu percurso formativo. Essas ações, realizadas em parceria com a SETEC/MEC, buscam atender estudantes com deficiência visual na EaD.

Além disso, a CAPES junto com a Coordenação Geral da UAB, em parceria com a Estado/Municípios/IES's, por meio de visitas aos polos e fazendo uso do termo de compromisso assumido pelas partes, vem promovendo a sensibilização para a adequação física dos polos às pessoas com deficiência, embora vários polos do Estado já estejam adequados ou em fase de implantação de mecanismos de acessibilidade.

Já no âmbito da Extensão, há a crescente preocupação da EaD com o processo de inclusão social e qualidade de vida, desenvolvendo projetos que contemplam a participação de discentes dos diversos polos, proporcionando, com isso, a integração da instituição com a sociedade.

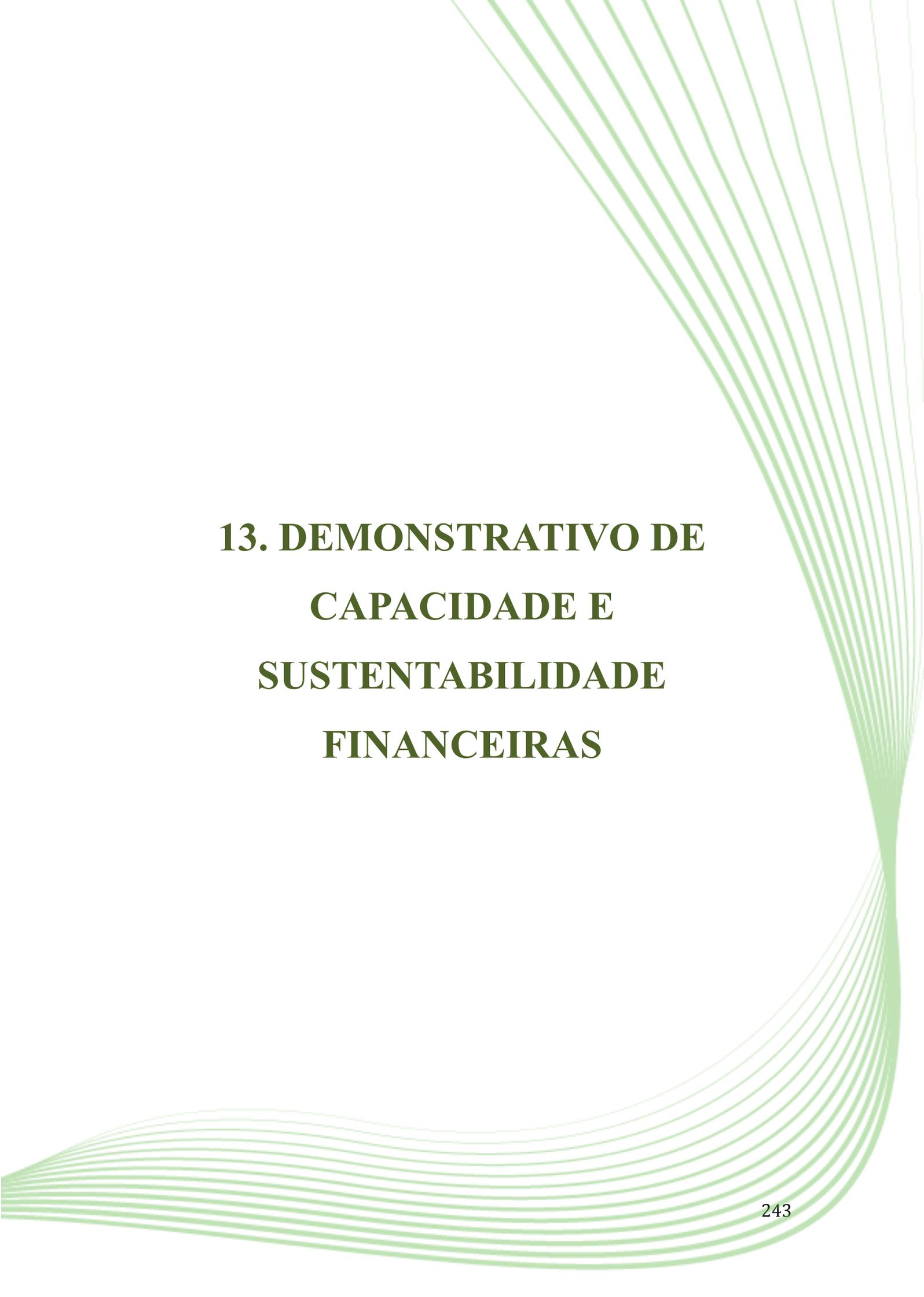
E para proporcionar a execução e divulgação dos projetos de Pesquisa e Extensão, a DEaD desenvolve Programas relacionados a criação de grupos de Pesquisa e de bolsas de Pesquisa e Extensão, apresentando os resultados dos trabalhos nas diversas Mostras, Palestras, Encontro de Pesquisa e Extensão do IFPE- ENPEX, na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, em Seminários e Congressos nessas áreas, rompendo, assim,

paradigmas e propiciando o incentivo e divulgação das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, por meio de transmissões *on line*, contribuindo para a melhoria das ações do IFPE na modalidade de ensino a distância. A participação de professores e estudantes em eventos e com publicação de trabalhos científicos em congressos e revistas representa um forte indicador das ações da DEaD do IFPE nessas áreas.

Para ratificar a qualidade do ensino, ressaltase que os trabalhos realizados pela Diretoria de Educação a Distância - DEaD- estão sendo periodicamente avaliados pelas Comissões de Avaliação do MEC/SINAES, tendo recebido em todas elas o **conceito quatro**. Esse conceito é dado apenas para cursos com um ótimo padrão de qualidade e essa nota credencia o IFPE a se inserir nesse patamar de qualidade.

A política de Educação a Distância do IFPE, portanto, auxilia a autonomia, numa comunicação bidirecional entre professores e estudantes, fazendo uso de recursos tecnológicos atuais, numa proposta metodológica diferenciada, uma vez que o material didático, preparado por especialistas, busca desenvolver junto aos estudantes hábitos e atitudes de estudo, sem a presença física do professor, levando-os a construir a sua autonomia.

A fim de atender a essa demanda, o IFPE dispõe de Tecnologias de Informação e Comunicação e as coloca à disposição dos estudantes e professores envolvidos nessa modalidade de ensino, possibilitando-lhes interação e interatividade seguras, eficientes e mais econômicas.



**13. DEMONSTRATIVO DE
CAPACIDADE E
SUSTENTABILIDADE
FINANCEIRAS**

13. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRAS

13.1 Demonstração da Sustentabilidade Financeira

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, estabelecido juridicamente como uma autarquia federal, é vinculado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação e apresenta sua sustentabilidade financeira apoiada principalmente em recursos advindos da União.

Os recursos orçamentários são estabelecidos anualmente no Orçamento Geral da União através da Lei Orçamentária Anual (LOA), o que evidencia de forma transparente os limites da gestão orçamentária e financeira. O orçamento anual do IFPE compreende as Despesas Correntes (Custeio e Transferências Correntes) e as Despesas de Capital (Investimentos), relativas à Reitoria e aos *Campi*.

A obtenção das receitas orçamentárias necessárias à manutenção e aos investimentos da instituição abrange recursos repassados do Tesouro Nacional, recursos diretamente auferidos pelo IFPE e recursos adquiridos por meio de descentralizações de créditos de outras entidades públicas. Vale destacar que o Tesouro Nacional participa predominantemente do orçamento.

O IFPE arrecada seus recursos próprios através de vários modos de captação, tais como aluguéis, serviços administrativos e taxas de inscrições de vestibular e concursos públicos.

Os recursos orçamentários descentralizados são captados em sua grande maioria pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Dentro das Despesas Correntes/Custeio está o orçamento destinado ao cumprimento das obrigações com pessoal ativo, inativo, encargos sociais e benefícios, esse que vem sendo administrado de forma direta pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) do MEC. O acréscimo do número de servidores depende de autorização para abertura de concursos públicos e de comprovação da disponibilidade orçamentária. O montante de recursos, nesse caso, está atrelado ao número de servidores do quadro e da política salarial do Governo Federal.

O orçamento anual das Despesas Correntes e de Capital (exceto benefícios e emendas) é alocado nos Institutos Federais pela SPO/MEC com base em uma Matriz Orçamentária parametrizada.

A Matriz Orçamentária é a ferramenta que visa à distribuição justa de recursos orçamentários para a Lei Orçamentária Anual - LOA, destinados a atender os orçamentos de custeio e de investimentos das Instituições pertencentes a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Abaixo, descreve-se a metodologia utilizada pela Comissão de Orçamento do Fórum de Pró-Reitores de Administração e Planejamento, ligado ao CONIF, para elaboração da matriz orçamentária.

A matriz é elaborada em três momentos distintos:

- 1º) Definição dos critérios para distribuição dos recursos;
- 2º) Coleta de dados, cujas fontes utilizadas são o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, mediante a exportação de dados especificamente para uso na matriz e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC -, que fornece informações da classificação dos IF's.
- 3º) Elaboração das fórmulas e cálculos dos valores a serem distribuídos, utilizando-se de uma planilha eletrônica.

13.2 Estratégia de gestão econômico-financeira;

Para se alcançar uma gestão econômico-financeira cada vez mais efetiva e voltada para uma melhoria contínua na qualidade dos gastos e atenta à sustentabilidade financeira da Instituição, propõem-se as seguintes ações:

Adoção de medidas para melhoria de interlocução entre a gestão e a comunidade, trazendo mais transparência às ações institucionais;

Alinhamento paulatino dos recursos fixados aos *campi*, com referência na matriz orçamentária utilizada pela SETEC/MEC, buscando demonstrar os reflexos diretos da gestão dessas unidades no orçamento anual;

Aperfeiçoamento das ferramentas do sistema de gestão e controle no SUAP, buscando um maior diálogo com o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) no Planejamento, execução e controle das ações planejadas;

Busca pela equalização de estrutura física e de pessoal nos campi, identificando a infraestrutura e a força de trabalho necessárias para cada atividade;

Manutenção de ações de capacitação de servidores, com foco na gestão pública, para melhoria contínua de suas atividades;

Proposição de ações de melhoria dos gastos fixos com custeio, com definições de padrões e metas, objetivando uma maior flexibilidade na realização de investimentos e outros custeios diretamente aplicados nas atividades fins da Instituição, de ensino, pesquisa e extensão;

Realização de estudos mais aprofundados das previsões de receitas e fixações de despesas nos campi e Reitoria, tendo por base métodos mais apurados e visando fortalecer a sistemática de planejamento institucional e de avaliação de indicadores; e

Utilização dos indicadores do Tribunal de Contas da União (TCU) como ferramentas básicas para o gerenciamento do sistema organizacional, haja vista fornecerem informações importantes para os processos de tomada de decisão.

13.3 Planos de investimentos;

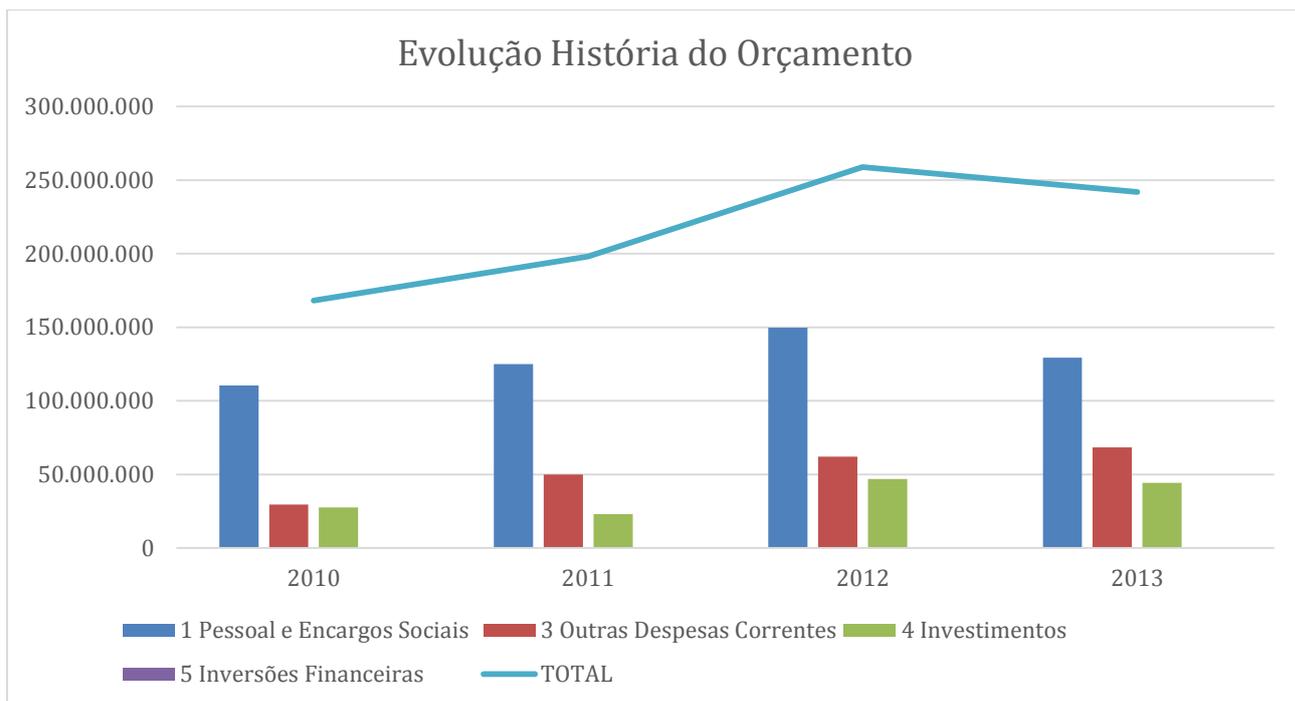
13.4 Previsão orçamentária e cronograma de execução (5 anos).

No quadro abaixo, é possível observar a evolução histórica da previsão orçamentária do IFPE no período entre 2010 e 2013. Em 2009 o orçamento ainda era definido por CEFET-PE, EAF – Barreiros/PE, EAF – Belo Jardim/PE e EAF – Vitória de Santo Antão individualmente.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ORÇAMENTO NA LOA

GRUPO DE DESPESA	2010	2011	2012	2013
1 Pessoal e Encargos Sociais	110.553.193	125.051.027	149.811.227	129.357.637
3 Outras Despesas Correntes	29.560.034	49.995.912	62.067.889	68.421.170
4 Investimentos	27.690.966	23.049.302	46.859.921	44.195.098
5 Inversões Financeiras	330.000	0	0	0
TOTAL	168.134.193	198.096.241	258.739.037	241.973.905

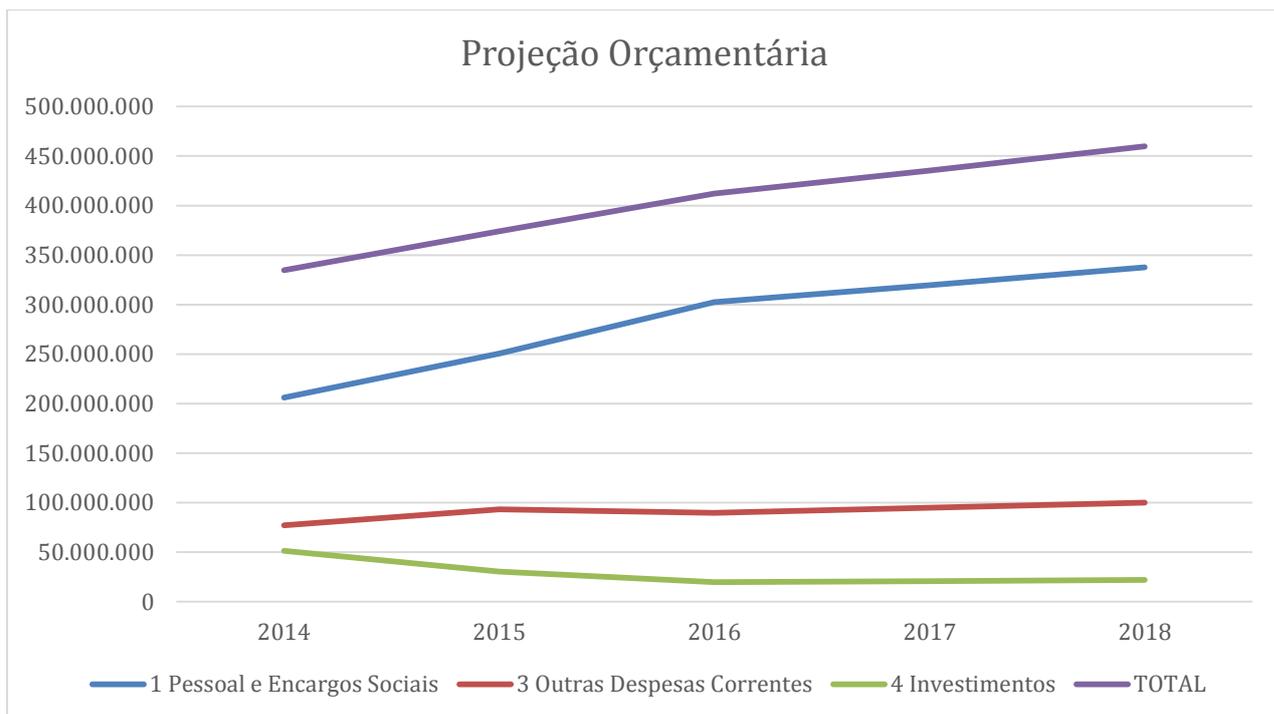
Fonte: Lei Orçamentária Anual – LOA



Para previsão orçamentária dos próximos 5 anos e cronograma de execução para os anos de 2014 a 2018, tem-se os seguintes dados:

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA OS PRÓXIMOS 5 ANOS

GRUPO DE DESPESA	2014	2015	2016	2017	2018
1 Pessoal e Encargos Sociais	206.272.372	250.503.086	302.612.108	319.649.170	337.645.418
3 Outras Despesas Correntes	77.180.731	93.295.376	89.764.182	94.817.905	100.156.154
4 Investimentos	51.253.743	30.336.027	19.744.830	20.856.464	22.030.683
TOTAL	334.706.846	374.134.489	412.121.120	435.323.539	459.832.254



Vale salientar que essa projeção não assegura a disponibilidade orçamentária prevista, tendo em vista que a proposta orçamentária tem periodicidade anual e que outras variáveis determinam o orçamento da Instituição, bem como o processo de ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Pondera-se que os recursos previstos anualmente somados à possibilidade de captação, considerando ainda o histórico de reajustes, a conjuntura econômica, incluindo a crise financeira que assola o país, e os contingenciamentos poderão suportar um PDI com apoio no planejamento das metas e ações para cada exercício financeiro.



**14.AVALIAÇÃO E
ACOMPANHAMENTO DO
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL**

14.AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

14.1 Concepção e Princípios de Avaliação institucional

A avaliação, atualmente, é um dos temas que mais adquiriu destaque no âmbito das políticas educacionais, uma vez que a sociedade em seu conjunto está cada vez mais ciente de sua relevância e de suas repercussões no tocante à necessidade de alcançar melhores perspectivas de qualidade educacional. Esse aspecto indica um cenário de transformação na maneira como a sociedade concebe e aplica a avaliação, apresentando relevantes e numerosas transformações na concepção e prática da avaliação no âmbito do campo das instituições educacionais.

As instituições educacionais caracterizam-se pela pluralidade de interesses, valores, crenças e compromissos. A gestão das instituições educacionais dar-se mediante uma tradição de organização institucional historicamente construída através do consenso e tensões, entraves e possibilidades, entre os diversos setores envolvidos no processo educacional – governos, famílias, mercado, sociedade civil, gestores, professores, técnicos administrativos, alunos.

Nesse contexto, a avaliação institucional apresenta-se como uma prática avaliativa caracterizada por um processo contínuo, através do qual uma instituição gera mecanismos capazes de identificar e construir conhecimentos que lhe permita aperfeiçoar a sua gestão acadêmica e administrativa, bem como sua identidade institucional, conhecendo sua própria realidade; buscando compreender as variáveis e os indicadores relacionados ao seu desempenho e finalidades institucionais. Além disso, promover na Instituição a ampliação do alcance dos processos (valores) de democratização das tomadas de decisões e circunscrevê-los ao limiar dos critérios da transparência e da qualidade demandada pela sociedade.

Com base nesse pressuposto e, fundamentado na Lei do SINAES (Lei nº 10.861/04), cuja finalidade delineada à avaliação institucional é de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios, para a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) propõe, por meio do seu Projeto de Avaliação Institucional, desenvolver novas estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior no Instituto Federal de Educação de Pernambuco (IFPE), para os anos de

referência de 2015, 2016, 2017 e 2018. O Projeto na íntegra encontra-se disponível no Anexo I.

Propõe-se, também, a elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados nos últimos três anos de referência (2012, 2013 e 2014), realizando análise articulada de três componentes principais do SINAES: Avaliação das instituições de Educação Superior (AVALIES), Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e Exame do Desempenho Acadêmico de seus Estudantes (ENADE), para aprimorar e adequar as práticas avaliativas do IFPE, no nível da educação superior, às novas diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) e nas notas técnicas nº 062 e nº 065.

O novo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/14, estabelece em sua meta 13 elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de Mestres e Doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) Doutores. E uma das estratégias para alcançar esta meta refere-se a induzir processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente.

Já a nota técnica nº 062, aprovada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) estabelecem nova estrutura do relato institucional. E a nota técnica nº 065, aprovada por ambas as agências, estabelece o novo roteiro para o relatório de autoavaliação institucional.

A Lei nº 10.861/04, lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), no seu Art. 11 afirma que “Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação – CPA”- e que essa Comissão apresenta “atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição de educação superior”. Além disso, essa Comissão apresenta um caráter relevante em relação à prestação de informações da própria Instituição, quando o Art. 12 assinala que:

“Os responsáveis pela prestação de informações falsas ou pelo preenchimento de formulários e relatórios de avaliação que impliquem omissão ou distorção de dados a

serem fornecidos ao SINAES responderão civil, penal e administrativamente por essas condutas.”

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é fundamental na sistematização de dados e juízos de valor acerca da imagem institucional perante o SINAES, inclusive para atos de fins regulatórios, de supervisão e avaliação como assinala a Lei nº 5.773/06.

Por esta razão, o Projeto da CPA/IFPE justifica-se pela busca em consolidar o desenvolvimento de mecanismos de informação e avaliação, para o acesso às informações institucionais, com o intuito de potencializar os trabalhos da avaliação interna, de base formativa (SCRIVEN, 1967), democrática (MACDONALD, 1995), qualitativa (STAKE, 1967, 1994, 2011), e emancipatória (DIAS SOBRINHO, 2013), no Instituto Federal de Educação de Pernambuco (IFPE), para atender as diretrizes da Lei nº 10.861/04, conforme regulamentado na Portaria do MEC nº 2.051/04 e na Lei 5.773/06, que atribui as atividades da Comissão Própria de Avaliação e a regulação da educação superior.

Revisitando o histórico institucional, por se tratar de uma nova institucionalidade, o Instituto Federal de Educação de Pernambuco (IFPE), atendendo ao que determina a referenciada Legislação do SINAES, constituiu em 2008, por meio da Portaria nº 896/2008-GD, sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), com atribuição de conduzir os processos de avaliação interna da Instituição, no que tange à Educação de nível Superior.

Essa Comissão consolidou-se na Instituição, por meio das ações empreendidas, tais como: formulação, implementação e revisão de seu Projeto de Avaliação Institucional, do seu Regimento, da postagem dos relatórios anuais de avaliação interna, subsidiando a Comissão de Avaliação Externa designada pelo INEP, como instância que acompanha e avalia as dimensões institucionais e a institucionalização de práticas de avaliação, para promover o diálogo entre a Gestão, a comunidade acadêmica e a sociedade civil, no sentido de aprimorar as análises de resultados e as decisões a serem tomadas, para melhoria da qualidade, bem como para orientar a expansão de sua oferta e aumentar a eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social, consolidando a educação superior na Instituição.

É importante destacar o reconhecimento da Instituição de que a avaliação institucional possibilita o diagnóstico dos seus pontos fortes e frágeis, além de fomentar análises e estratégias de gestão acadêmica e administrativa, sendo um importante instrumento para perceber os limites e as perspectivas da ação institucional, constituindo-se como mais um instrumento que propicie ao IFPE a possibilidade de rever concepções, práticas, projetos acadêmicos e formas de gestão, sendo realizada através de um processo

sistemático de observação, acompanhamento e interpretação do desenvolvimento institucional, associado à ampla divulgação dos resultados obtidos e das decisões tomadas.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI -, para cumprir a sua função social, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, além de atuar na formação de jovens, busca refletir sobre o seu papel como Instituição pública, contribuindo diretamente para o processo de transformação e inclusão social, e para o desenvolvimento de uma política de sustentabilidade.

As ações desenvolvidas pelo Instituto Federal de Educação de Pernambuco de Pernambuco, embasadas nos marcos legal e em seus documentos norteadores, como o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no seu Plano de Ação, refletem a responsabilidade institucional de colaborar para a reversão do atual quadro de disparidades sociais, através da oferta da Educação Profissional e Tecnológica em diversos níveis e da Educação Superior, assim como por meio de desenvolvimento de projetos de Pesquisa e Extensão voltados à construção e difusão de novas tecnologias e alternativas em produtos e serviços.

Tudo isso como estratégia para favorecer a geração de trabalho, a melhoria das condições de empregabilidade e o aumento da renda dos trabalhadores rurais e urbanos e de suas famílias, sobretudo, através da realização de atividades de extensão e ações comunitárias, no sentido de colaborar para o desenvolvimento econômico e para a inclusão social.

É mister ressaltar que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco tem avançado no âmbito da educação inclusiva, com a adesão a alguns Programas , destacando-se dentre eles o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e o MULHERES MIL, contribuindo para a integração social e humanística das pessoas por eles beneficiadas, propiciando-lhes, por meio do viés do trabalho, possibilidades de serem artífices da sua própria história de vida, atingindo um contingente de cidadãos cerceados do direito de acesso a uma formação profissional de qualidade, dando-lhes possibilidades de inserção no mundo do trabalho, de manutenção de seus empregos, de desenvolvimento de seu potencial produtivo e de resgate de sua cidadania.

Além desse olhar voltado às questões sociais, relacionado à inclusão, o IFPE, visando ao aperfeiçoamento contínuo das atividades desenvolvidas no âmbito dos cursos superiores, implantou o Projeto de Avaliação Preventiva articulada à Comissão Própria

de Avaliação (CPA), através da Portaria nº 1.235/2012, cujo objetivo é realizar ações formativas e preventivas, à luz da Política Nacional de Avaliação da Educação Superior, a fim de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino dos Cursos Superiores da Instituição. Esse trabalho é desenvolvido junto aos Colegiados dos seus vários cursos superiores, o que vem repercutindo nas avaliações internas e externas realizadas, no que se refere à avaliação de reconhecimento e /ou renovação de reconhecimento de cursos superiores.

14.2 OBJETIVOS E METAS DA CPA DO IFPE

O IFPE entende o papel da CPA, enquanto órgão de representação acadêmica, como sendo uma instância cuja prática é construída coletivamente, orientada para a melhoria institucional, focalizando a produtividade, eficiência, controle e desempenho institucional, frente a um padrão estabelecido democraticamente; propiciando, também, à Instituição, um ponto de inflexão entre a regulação e a avaliação educativa, sendo todo esse processo permeado por um compartilhamento coletivo, que possibilitará, no decorrer do tempo, por ser um processo novo, tornar-se um instrumento de uma cultura de avaliação com a qual a comunidade se identifique.

Objetivo Geral

- Promover um processo de autoavaliação que propicie a melhoria e o desenvolvimento da qualidade acadêmica e social de todas as suas áreas de conhecimento e atuação e, por conseguinte, a ampliação do compromisso social, disposto na sua Missão, enquanto ente público a serviço da sociedade.

Objetivos específicos

- Conduzir e monitorar o processo de autoavaliação, construído coletivamente, subsidiando de modo pleno a gestão institucional em suas dimensões políticas, acadêmicas e administrativas, rumo à potencialização e desenvolvimento do seu desempenho.
- Desencadear um processo de ação institucional nas diferentes instâncias e pessoas que deles participam, através de seções periódicas de discussões, a fim de sensibilizar a comunidade para práticas de avaliação continuada.

- Verificar como se desenvolvem, na Educação Superior, as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão nos *Campi* do Instituto, para repensar objetivos, modos de atuação e resultados alcançados, a partir do desenvolvimento do que foi planejado anteriormente, intensificando as relações entre o IFPE e as comunidades acadêmica e a externa.
- Sugerir ações preventivas, a fim de fortalecer os macroprocessos finalísticos institucionais.
- Prestar conta de suas ações inerentes aos macroprocessos finalísticos e de apoio à comunidade acadêmica e a sociedade, estabelecendo processos sistemáticos de participação e avaliação com ampla divulgação de seus resultados.

É mister ressaltar que o processo de autoavaliação institucional gera na comunidade acadêmica a autoconsciência de sua qualidade, de suas fortalezas, por meio de mecanismos institucionalizados e participativos, tornando-se uma atividade permanente, sendo um instrumento de construção e consolidação, incluindo refinamento de uma prática avaliativa com a qual a comunidade acadêmica se comprometa e nela se perceba, enquanto parte atuante e integrante da Instituição.

De acordo com Augusto e Balzan (2007, p. 608), a CONAES concebe a autoavaliação como um processo contínuo em que a instituição busca se autoconhecer com vistas ao aperfeiçoamento de suas atividades acadêmicas, objetivando melhorar a qualidade educativa e alcançar relevância social. Nesse sentido, a Instituição faz uma análise interna sobre o que deseja ser, o que de fato realiza, como se organiza, administra e age, procurando identificar práticas exitosas, bem como a percepção de omissões e equívocos.

O objetivo da autoavaliação é avaliar a IES de maneira global, no que concerne à Educação de nível Superior, buscando identificar a coerência entre a Missão e as políticas institucionais realizadas, visando à melhoria da qualidade institucional. Objetiva também promover a autoavaliação como prática institucional e a participação da comunidade acadêmica. Observando as “orientações” da CONAES e os documentos do SINAES, as IES estão livres para elaborar a metodologia de trabalho, os procedimentos e os objetivos de seu processo de autoavaliação. Porém, devem seguir as diretrizes e princípios estabelecidos pela CONAES nos documentos.

Segundo o MEC (BRASIL. MEC, 2004b, p. 9), os principais objetivos da autoavaliação são:

- Produzir conhecimentos;
- Pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição;
- Identificar os pontos fortes e fracos, bem como as causas dos problemas e deficiências;
- Aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente;
- Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
- Tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade acadêmica e desta com a sociedade civil;
- Julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.

14.3 Fundamentos e Procedimentos Metodológicos e Instrumentos

No contexto de revisão do projeto de avaliação do Instituto Federal de Educação de Pernambuco (IFPE), identificou-se a abordagem da “avaliação democrática” como a que mais se aproxima das perspectivas propostas pelo objetivo geral e específico delineado no sentido de responder as demandas postas à atividade de avaliação interna. Dessa forma, nesta seção, tratar-se-ão, além dos procedimentos metodológicos da avaliação interna, os fundamentos teóricos dessa abordagem no âmbito do modelo proposto por Barry MacDonald.

A estimação do estudo da natureza política da avaliação reside na perspectiva de se ter mais consciência da prática avaliativa no cenário político que condiciona a atividade de investigação, de sua projeção e função social em uma sociedade democrática. A avaliação de processo e políticas públicas, na opinião de Stake (1967) obriga os avaliadores a considerar sua contribuição à vida social e política. A partir desta contribuição, pode-se julgar e definir uma avaliação, pois o que se distingue um modelo avaliativo de outro, não é somente a metodologia de investigação utilizada, senão a quem se dirige e os valores que esta promove. Esta assunção da consciência da avaliação como atividade de investigação de caráter político é de vital importância, para definir os objetivos da avaliação e as estratégias de investigação a utilizar.

A crescente aceitação do enfoque democrático de Barry MacDonald, no estudo da natureza política de avaliação, ocorreu devido a este modelo expressar o condicionamento político da investigação avaliativa e o reconhecimento dos valores que esta deve proporcionar numa sociedade democrática. Neste cenário, as propostas avaliativas que

surgiram nos fins da década de 1960 e início dos anos de 1970 indicavam uma maior pluralização da avaliação e métodos (SCRIVEN, 1967; STAKE, 1967; PARLETT E HAMILTON, 1972).

Autores como House (1973) e Weiss (1975) realizaram um reconhecimento precoce da natureza política da avaliação, entretanto foi MacDonald o primeiro teórico que caracterizou a natureza política da avaliação, estabelecendo uma classificação política dos estudos de avaliação e definindo as bases epistemológicas de sua proposta avaliativa sob a égide dos princípios democráticos.

Barry MacDonald foi professor emérito na Universidade de *East Anglia* (Norwich, Inglaterra) e professor *Honoris Causa* pela Universidade de *Valladolid*, na Espanha. Desenvolveu a teoria da avaliação democrática e durante vários anos foi diretor do *Center for Applied Research and Education* (CARE), onde trabalhou com um dos mais importantes teóricos ingleses na área de estudo de caso, no campo educacional, Lawrence Stenhouse.

O fundamento da teoria de MacDonald baseia-se no pressuposto de que para se avaliar a realidade e seus significados proeminentes é imprescindível imergir no curso real dos casos e apreciar as distintas interpretações que se faz das mesmas os que as vivem. Conseqüentemente, a fonte dos dados, assim como os destinatários dos informes, será toda quanto compartilham de uma mesma instituição educativa, indicando o modelo de avaliação a ser democrático.

Entre os elementos estruturais de seu modelo democrático, MacDonald sustentava que os agentes avaliados deveriam ter o direito à informação, a garantia do equilíbrio dos interesses educativos e a independência da avaliação. Segundo este teórico, as informações que a avaliação pode fornecer são determinantes para se estabelecer as forças e interesses proeminentes no currículo, por exemplo. Também, considerava que a avaliação é um poderoso instrumento de distribuição de poder na educação e o alcance deste poder depende do acesso à informação relevante e da representação que se faz dos distintos grupos de interesses em torno das questões educacionais.

Na perspectiva apontada por MacDonald, para que a repartição e exercício do poder em um sistema social sejam, em princípio, com base em seus cidadãos é uma condição aceitável a democracia. Logo, esses sistemas admitem a via de uma cidadania informada. Essa premissa sanciona a ideia de House (2000) de que a função de intermediário está relacionada com a teoria de arbitragem de governo, função do Estado em uma Sociedade pluralista.

Por esta razão, em sua teorização, o papel dos avaliadores corresponde à tarefa de localizar modos de fazer a intermediação, não assumindo a neutralidade do estado, mas adotando a retórica como critério de justificação imposto pelos próprios. Por isso, MacDonald interpretava o liberalismo no sentido de maximizar o poder do indivíduo, a democracia no sentido de manter um poder oriundo de resposta informada e coletiva. Essa lógica do modelo democrático representa uma maneira de contrastar com as relações de poder estabelecidas pelos financiadores/patrocinadores das instituições e objetos educacionais, promotores da desigualdade entre aqueles, os executores e os beneficiários.

Em outros termos, estão entre os elementos estruturantes da teorização de Barry MacDonald: o direito à informação, o equilíbrio dos interesses educativos e a independência da avaliação. Nesse cenário, a informação que é fornecida no processo de avaliação constitui-se como elemento proeminente para estabelecer as correlações de forças e interesses predominantes. Pois, neste caso, a avaliação tende potencialmente a afetar a distribuição de poder no campo educacional e a extensão desse poder depende do acesso ao grau de informação relevante e a representação que se tenha dos distintos grupos de interesses em torno dos problemas educacionais.

Por este raciocínio é possível considerar *a priori* que o potencial da avaliação está associado diretamente ao grau de democracia institucional. Neste projeto, apropriando-se de Silva (2015), define democracia institucional no âmbito do grau de acesso a que os indivíduos e grupos têm das informações e as tomadas de decisões. Dessa forma, quanto mais informações e acesso às tomadas de decisões os indivíduos e grupos tiverem, maior será a possibilidade de a avaliação deslocar-se da perspectiva do paradigma racionalista ao paradigma naturalista, democratizando e empoderando o processo de avaliação, distinguindo-o da perspectiva gerencialista e fragmentada e associando-o a uma perspectiva humanista e holística de avaliação.

A teorização da avaliação democrática defendida por Barry MacDonald realiza um ataque à autoridade da ciência apresentando-a como uma estratégia de redução dos desequilíbrios das relações de poder características tradicionais das pesquisas das ciências sociais aplicadas. Desse modo, partindo do pressuposto do modelo de avaliação democrática, o autor ataca a ‘tradição autocrática’ por meio do enfoque de estudo de caso, por considerá-la associada à teoria e dirigida aos destinatários acadêmicos, reservando-lhes o direito de exclusividade de interpretação do mundo social. No quadro a seguir, apresentam-se suas principais críticas nesta questão:

Quadro 1.1 – Quadro Síntese Questões de Avaliação

Temas	Questões
Demandantes	De que são as necessidades e interesses dos que respondem a investigação?
Proprietários	Quem tem a propriedade dos dados (O investigador, o sujeito, o patrocinador?)
Acesso	Quem tem acesso aos dados (a quem se exclui ou se nega?)
Validação	Que categoria tem a interpretação dos fatos que tem o investigador frente às interpretações que tem os outros (quem decide qual é verdadeira?)
Responsabilidade	Que obrigações tem o investigador com respeito aos sujeitos, aos patrocinadores, aos companheiros de profissão e as outras pessoas?
Finalidade	Para quem é a investigação?

Fonte: Silva (2015).

A alternativa proporcionada pela abordagem democrática de Barry MacDonald é essencial para estudar a natureza política da avaliação e responder as problematizações elencadas no quadro acima. A possível resposta a estas perguntas através do estudo da abordagem democrática, são um importante guia para estabelecer como o avaliador deve conduzir a investigação e qual deve ser seu papel de pesquisador social numa sociedade democrática.

Ao realizar tais questionamentos, a intenção do autor não consistia em criar realidades alternativas aos acadêmicos, mas descobrir maneiras de estimulá-los e aproximá-los nas suas visões a realidade presente e a compreensão da realidade dos sujeitos envolvidos, por meio da elaboração de técnicas e procedimentos mais sofisticados. Não casualmente, considerava fundamental a relação com a confidencialidade para que o processo emergisse. Muitas dúvidas pairaram acerca desta premissa, pois muitos teóricos questionaram a possibilidade de desvios neste processo, um deles a corrupção.

Portanto, pensar o modelo democrático significa, também, circunscrevê-lo numa lógica educativa em detrimento de sua estratégia de oposição a posição científica e acadêmica. Então, o objetivo primeiro do avaliador, neste caso, é ponderar acerca das possibilidades educativas, o sentido pedagógico, e compartilhar a avaliação com os

sujeitos. Pois, o modelo democrático caracteriza-se pelo desenvolvimento fundado na comunidade, nas relações de responsabilidades e na diversidade.

Para tal, o avaliador deve considerar que a metodologia da avaliação deve ser elaborada de acordo com os processos de negociação. Seu posicionamento deve ser de orientador e de promotor do diálogo, discussão e análise para que os envolvidos conheçam o funcionamento da Instituição. Deve fomentar a iniciativa para reformular e reconduzir o desenvolvimento da instituição. Deve apresentar-se com uma postura independente em relação à estrutura de poder.

Por esta razão, o papel do avaliador ou comissão de avaliação, nesta perspectiva, consiste em atuar como intermediário entre os distintos grupos de interesse provendo informações para documentar e avaliar a Instituição (informa e forma o julgamento), enquanto conjectura os pontos de vista e interesses dos grupos envolvidos, para que possam ser ponderados pelos tomadores de decisão.

Dessa forma, a Proposta da avaliação de MacDonald demanda uma metodologia de pesquisa fundamentada em princípios democráticos. Este modelo é baseado numa expectativa política evidente e seus limites e metodologia são postos pela disposição ideológica que adota: o liberal-democrata. A sua atividade é política porque se desenvolve em uma área de interesse. Seus interesses democráticos provem do compromisso de ajuizar todos os riscos, sem perda e predileção.

Do mesmo modo, a avaliação tem de ser externalizada, informar publicamente o que está acontecendo, é respeitável que a linguagem e a apresentação da avaliação sejam compreensíveis tanto a especialistas como leigos (HOUSE, 2000). A metodologia utilizada, assim sendo, deve atender todos os interessados no direito em saber o que está acontecendo com a Instituição. A avaliação tem que discorrer o vocabulário das pessoas comuns não especializadas em aspectos técnicos da pesquisa acadêmica.

No caso da informação voltada à tomada de decisão, o objetivo fundamental da avaliação volta-se para proveito no processo de tomada de decisão educacional. A lógica da avaliação centra-se no provimento de informações para a ação. Sua principal justificativa é que esta colabora para a racionalização da tomada de decisão. Destarte, a avaliação constitui-se num mecanismo de comunicação oportuno para as decisões compartilhadas. Tudo isso com a intenção de que a decisão não sirva aos interesses privados e proporcione benefício à pluralidade dos participantes da instituição avaliado. Após sucinta explanação acerca dos fundamentos da “avaliação democrática”, destacam-se os procedimentos metodológicos, para a realização do projeto de avaliação

institucional, em sua modalidade básica de avaliação interna, em cada ano de referência entre 2014 e 2017, a seguir:

**PROCEDIMENTOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO IFPE
(AVALIAÇÃO INTERNA)**

Passos	Atividades	Procedimentos	Agentes
1. Organizar os aspectos gerais da avaliação interna	<p>Elaboração do instrumento de avaliação interna para o ano de referência</p> <p>Planejamento</p> <p>Implementação do Programa de formação dos membros da CPA – IFPE</p> <p>Planejamento do processo de sensibilização da comunidade acadêmica</p>		Núcleo central da CPA (Escolha de representantes de cada setorial, o Presidente e a(o) secretário(a) da CPA
2. Escolha das dimensões a serem avaliadas conforme a Lei nº 10.861/04	Desenvolvimento de indicadores	Formação de grupos de trabalho por dimensões	CPAs setoriais designadas pelo Presidente da CPA com consentimento dos segmentos da CPA
3. Levantamento de dados quantitativos dos cursos de Graduação nos Campi	<p>Coleta de dados quantitativos para levantamento do perfil (sociodemográfico) dos cursos de Graduação no IFPE. Solicitação dos dados via ofício ao IFPE endereçado à PRODEN e</p>	<p>Aplicação de formulário censitário nos departamentos dos cursos de graduação e Pró-Reitorias de</p>	Membros da CPA designados especificamente para recolha dos dados

	às coordenações dos cursos de Graduação (Dados concernentes ao corpo docente, discente e o segmento dos técnicos administrativos)	Ensino, Pesquisa e Extensão	
4. Diagnóstico dos cursos de Graduação nos Campi	Pesquisa documental (Pesquisa nos documentos chave do IFPE e dos cursos de graduação) para caracterizar o perfil acadêmico e a estratégias de ação institucionais do IFPE na educação superior	Coletar e analisar os documentos institucionais no âmbito da Reitoria e dos cursos de graduação, para caracterizar e mapear as linhas de ação desenvolvidas para a Educação superior no IFPE	CPA setorial do <i>Campus</i> avaliado
5. Diagnóstico dos cursos de Graduação nos Campi	“Rodas de conversas” com segmentos da comunidade acadêmica (Docente, Discentes e Técnico-administrativos) para verificar as “reivindicações”, “preocupações” e “questões” no âmbito desta comunidade, para apontar as potencialidades, fragilidades e negociar propostas de ação à	“Através de “rodas de conversa” nos Campi fomentar e diagnosticar as percepções das realidades dos participantes, suas “reivindicações”, “preocupações”, “questões” para circunscrever os pontos fortes e frágeis da	CPA setorial do <i>Campus</i> avaliado em conjunto com outra CPA setorial do IFPE designada pelo Presidente da CPA mediante plano de ação aprovado em reunião deliberativa pelo segmentos representados na CPA

		solução dos problemas detectados	Instituição e apontar, mediante agenda de negociação, propostas para solucionar os problemas	
6.	Diagnóstico dos cursos de Graduação nos Campi	Observação <i>in loco</i>	Fotografar a infraestrutura disponibilizada pelo IFPE aos cursos de graduação Aplicar listas de comprovação (Documentos, estrutura para as atividades de ensino, pesquisa e extensão)	CPA setorial do <i>Campus</i> avaliado em conjunto com outra CPA setorial do IFPE designada pelo Presidente da CPA mediante plano de ação aprovado em reunião deliberativa pelos segmentos representados na CPA
7.	Diagnóstico dos cursos de Graduação nos Campi	Entrevista com gestores dos cursos de Graduação nas áreas de Ensino – Pesquisa – Extensão, bem como suas respectivas Pró-Reitorias	Entrevistar os gestores diretamente responsáveis na solução concernentes às reivindicações, preocupações e questões levantadas nas rodas de conversas junto à	Membros da CPA designados especificamente para recolha dos dados

			comunidade acadêmica	
8.	Elaboração e aplicação do questionário à comunidade acadêmica	Aplicação de questionário para avaliar a dimensão Ensino e outras questões que se julgar relevantes	Aplicar questionário para avaliação da dimensão Ensino e outras questões que julgarem relevantes	Membros da CPA designados especificamente para recolha dos dados + CPA setorial
9.	Tratamento dos dados	Sistematização dos dados para elaboração dos relatórios e formação do banco de dados institucional	Análise e interpretação dos dados coletados	Membros da CPA designados especificamente para recolha dos dados + TI
10	Elaboração dos relatórios para publicação	Elaboração do Relatório de Avaliação Interna para o INEP Elaboração de Relatórios para a gestão Elaboração de Relatório para a comunidade acadêmica Elaboração de relatório para os docentes (Avaliação do ensino)	Formatação de quatro modelos específicos de relatórios para destinatários distintos	Membros da CPA designados especificamente para elaboração dos relatórios + CPA setorial (apoio)
11	Sensibilização da comunidade acadêmica	Instituição de sensibilização da comunidade acadêmica	Painéis de sensibilização dos pressupostos teóricos, metodológicos e regulatórios da avaliação interna	Membros da CPA designados especificamente para a Instituição + CPA setorial (Apoio)

11	Revisão parcial do relatório de avaliação interna	Revisão parcial do relatório de avaliação interna e discussão dos dados com a comunidade acadêmica e gestão do IFPE	Fórum para discussão e aprovação do relatório de avaliação interna a ser postado ao INEP	CPA setorial
13	Postagem do relatório no E-Mec	Postagem do relatório no site do E-Mec (Pesquisador Institucional)	Avaliação final do relatório pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) para postagem do relatório de avaliação interna	Presidente da CPA + PI + TI
14	Meta-avaliação	Avaliação da avaliação interna	Avaliação e revisão da metodologia empregada no ano de referência	CPA IFPE
15	Processo de divulgação e leitura dos dados pelas comunidade acadêmica, sociedade civil e gestão do IFPE	Seminários, Palestras, Fóruns, Reuniões de trabalho com coordenadores dos cursos superiores, Diretorias de Ensino dos <i>Campi</i>, docentes, discentes, técnico-administrativos, entre outros.	Leitura e interpretação dos diagnósticos	CPA IFPE + Comissões de assessoramento

Observação: As etapas não obedecem estritamente a uma sequência rígida, mas se desenvolvem numa perspectiva flexível e dinâmica, mediante uma agenda de negociação intra e extra Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Além dos procedimentos explicitados para cada ano de referência agrupados no ciclo avaliativo proposto pelo INEP às Comissões Próprias de Avaliação (CPA), o Projeto de Avaliação Institucional da CPA do IFPE estima a seguinte estratégia de elaboração da avaliação interna, para os próximos quatro anos de referência– 2014, 2015, 2016, 2017 – no quadro a seguir:

Avaliação Interna do IFPE				
Ciclo avaliativo				
Ano de referência	2014	2015	2016	2017
Período de postagem dos relatórios	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2018
Período	Transição/Adaptação ao novo ciclo avaliativo	1º ano do ciclo avaliativo	2º ano do ciclo avaliativo	3º ano do ciclo avaliativo
Dimensões a serem trabalhadas	Eixo 1: Planejamento e Avaliação institucional Eixo 3: Políticas acadêmicas Eixo 5: Infraestrutura	Eixo 1: Planejamento e avaliação institucional Eixo 3: Políticas acadêmicas Eixo 5: Infraestrutura	Eixo 2: Desenvolvimento institucional Eixo 4: Políticas de gestão	Análise global
Relatórios	Parcial “Novo formato”	1º Relatório parcial	2º Relatório parcial	Relatório integral
Contexto da	Revisão do projeto de avaliação	Formação continuada	Formação continuada	Renovação dos quadros dos

avaliação	institucional e	+	+	membros da
interna	regimento interno	Aprimorament	Aprimorament	CPA
	da CPA	o da	o da	+
	+	metodologia	metodologia	Formação
	Renovação dos			inicial
	quadros dos			+
	membros da CPA			Aprimoramento
	+			da metodologia
	Formação inicial:			+
	Curso de avaliação			Revisão do
	educacional			projeto de
	+			avaliação
	Desenvolvimento			institucional e
	de nova			regimento
	metodologia			interno da CPA

14.4 FINALIDADES E COMPETÊNCIAS DA CPA

A CPA do IFPE sinaliza para se consolidar como uma instância em que a prática cotidiana de acompanhamento avaliativo das dimensões institucionais e a institucionalização de práticas de avaliação colaborarão com a comunidade acadêmica e com a sociedade civil no diálogo com a gestão, no sentido de aprimorar as análises de resultados e as decisões a serem tomadas para promover a melhoria dos Cursos Superiores da Instituição.

Para realização desta atividade, tomam-se como referência os documentos norteadores da Instituição, quais sejam: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) os Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores (PPC), o Relatório Conclusivo da CPA do ano de referência anterior e os resultados encaminhados pelas Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas, referentes às ações empreendidas, com base nas recomendações dispostas no Relatório da CPA dos anos de referência.

Convém acrescentar a importância ímpar dessa Comissão para o IFPE, uma vez que a avaliação institucional possibilita o conhecimento dos pontos fortes e fracos da Instituição, além de fomentar análises e estratégias de gestão acadêmica e administrativa.

Segundo já mencionado na legislação à avaliação institucional é compreendida como a grande impulsionadora de mudanças no processo acadêmico de produção e disseminação de conhecimento, que se concretiza na formação de cidadãos e profissionais e no desenvolvimento de atividades de Ensino, Pesquisa e de Extensão.

Neste sentido, contribui para a formulação de caminhos que levam à transformação da educação superior, evidenciando o compromisso desta com a construção de uma sociedade mais justa e solidária e, portanto, mais democrática e menos excludente. Nessa perspectiva, é uma ferramenta de um imperativo ético irrecusável, não só por razões técnico-administrativas e de adequação às normas legais, mas porque tem como foco a educação enquanto bem público, tendo como núcleo a formulação das estratégias e dos instrumentos para a melhoria da qualidade e da relevância das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Diante desse entendimento, as ações desta CPA se consubstanciarão num Relatório Conclusivo, construído anualmente, envolvendo todas as instâncias da Instituição, integrando e articulando, de forma coerente, concepções, objetivos, metodologias, práticas e agentes da comunidade acadêmica, com foco no resultado das ações desenvolvidas, voltadas aos Cursos de nível superior de cada *Campus* do IFPE, observando os seguintes aspectos:

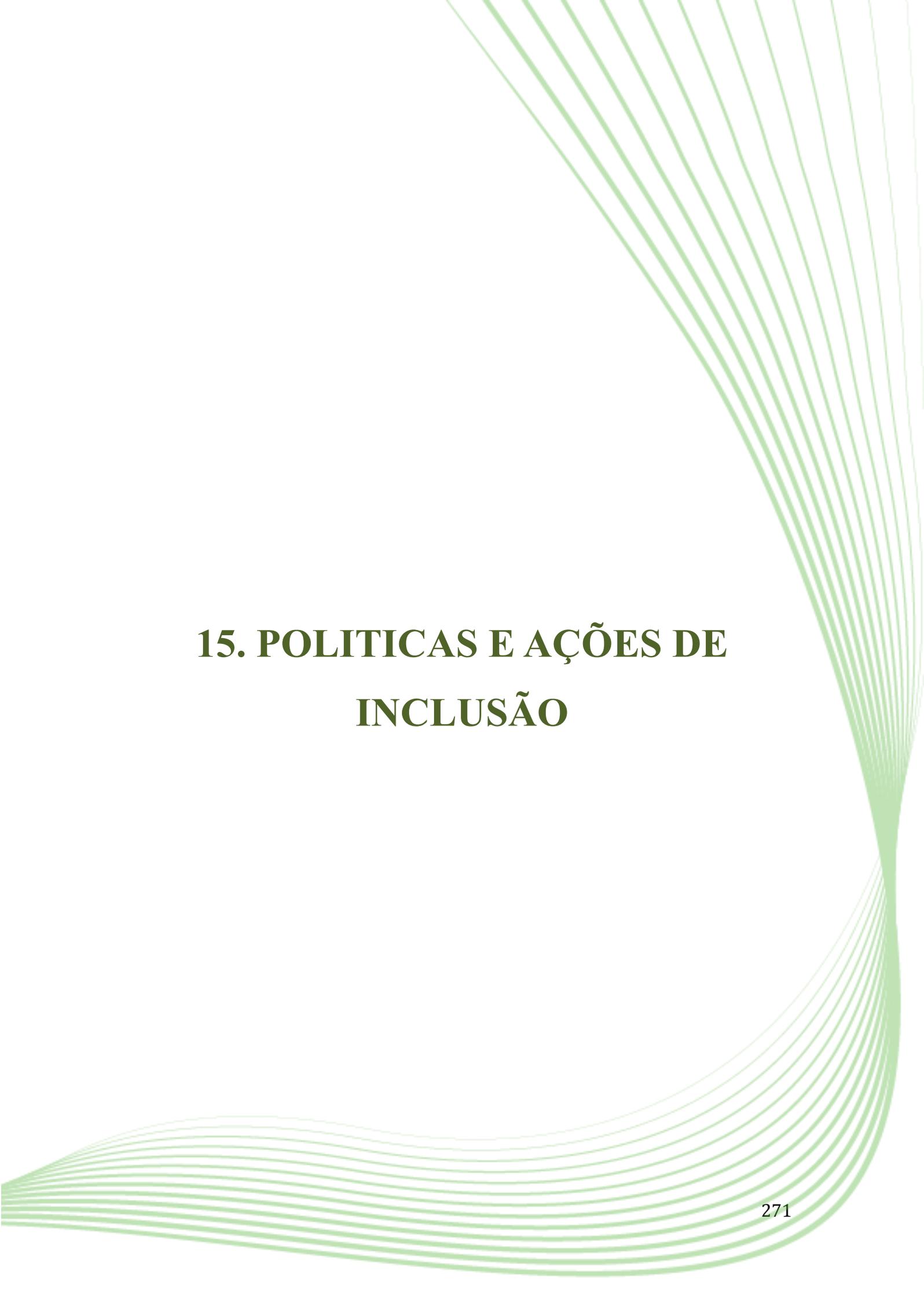
- Consolidação e expansão da avaliação dos cursos superiores, por meio do desenvolvimento e a criação de novos indicadores de avaliação;
- Avaliação do conjunto dos cursos de nível superior, atentando para as orientações da CONAES/INEP e a legislação pertinente do SINAES;
- Avaliação pela comunidade acadêmica da organização didático-pedagógica, infraestrutura e dos aspectos de gestão, organizacionais e das políticas institucionais do IFPE.

14.4.1 Resultados Esperados e Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações

- Desenvolver práticas inovadoras da avaliação institucional, em sua modalidade básica de avaliação interna, no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), com vistas a aprimorar a eficácia, eficiência e efetividade do planejamento da ação institucional.
- Possibilitar a adequação da proposta de avaliação institucional do Instituto Federal de Educação de Pernambuco, à legislação pertinente e as atuais propostas e diretrizes das políticas avaliativas promovidas pelo Ministério da Educação (MEC).
- Criar Banco de Dados que servirá de base para a sistematização de informações para a

comunidade acadêmica, a sociedade civil e a gestão do IFPE, a fim de subsidiar os processos de avaliação institucional.

- Promover na Instituição a ampliação do alcance dos processos (valores) de democratização das tomadas de decisões e circunscrevê-los ao limiar dos critérios da transparência e da qualidade demandada pela sociedade.
- Contribuir na orientação da expansão da oferta da educação superior, no aumento permanente da eficácia institucional e efetividade acadêmica e social.
- Produzir relatos de experiência, para divulgar em eventos científicos e institucionais ao nível local, regional e nacional, reconhecendo e investigando o campo empírico da avaliação institucional.
- Contribuir, em especial, para a formação continuada dos membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA), a comunidade acadêmica e a sociedade civil, com a familiarização dos pressupostos teóricos e metodológicos da avaliação institucional.



15. POLITICAS E AÇÕES DE INCLUSÃO

15. POLITICAS E AÇÕES DE INCLUSÃO

15.1 Políticas de cotas

À luz da Lei [nº 12.711/2012](#), do Decreto nº 7824/2012 e da Portaria Normativa nº 18/2012, o IFPE instituiu o **Sistema de Cotas para ingresso de alunos Oriundos de Escolas da Rede Pública do Território Nacional** em todos os cursos da Educação Profissional e Superior oferecidos.

Para os efeitos dos dispositivos legais supracitados, o IFPE fixa em 50% (cinquenta por cento) a reserva de vagas por curso/turno nas diversas modalidades de ensino deste Instituto, considerando como escola pública, a instituição de ensino criada ou incorporada, mantida e administrada pelo Poder Público, nos termos do inciso I, do art. 19, da Lei nº 9.394/1996.

Ainda tomando como base a legislação em vigor, dentro dos 50% (cinquenta por cento) das vagas encontram-se dispostas, em igualdade de oferta, as sub cotas reservadas aos estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário-mínimo per capita, maior que 1,5 (um e meio) salário-mínimo per capita e dentro destas as proporções destinadas a negros pardos e indígenas.

O IFPE adota ainda como ação afirmativa, dentro do percentual de 50% (cinquenta por cento) das vagas destinadas à ampla concorrência, a inclusão da sub cota de 25% (vinte e cinco por cento) de vagas destinadas a estudantes de Escolas da Rede Pública do Território Nacional oriundos do campo, os quais optem por curso de vocação agrícola.

15.2 Política Institucional de Atendimentos às Pessoas com Deficiência

Fortalecimento das ações de inclusão através dos Núcleos de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPgNE's).

O fortalecimento das ações de inclusão vem sendo fomentado no âmbito das reuniões bimestrais com Coordenadores da área de inclusão dos *Campi*. Além da adesão de todos na realização de um núcleo local, focado em pessoas com necessidades específicas, os *campi* têm realizado anualmente a Semana da Pessoa com Deficiência. A Pró-Reitoria de Extensão, no ano de 2014, realizou o I Fórum de Inclusão, tratando de temáticas relativas a tecnologias assistivas e barreiras atitudinais para a pessoa com deficiência.

O IFPE também passou a incluir nos seus eventos a participação de pessoas com necessidades específicas. Também foram desenvolvidas junto aos *campi* as seguintes palestras, abordando temáticas voltadas a pessoas com necessidades específicas, tais

como: “**Viver Sem Fronteiras; A importância da diversidade e pluralidade dos sujeitos e A importância da convivência numa perspectiva de inclusão**”. Também foi ofertado o curso de Libras para a comunidade acadêmica com emissão de certificados.

O processo seletivo do IFPE também passou a realizar adequações em prol do atendimento da pessoa com deficiência, garantindo, por exemplo, editais em libras, prédio específico para pessoas com deficiência e disponibilizando profissionais preparados para o assessoramento desse público específico, quando da realização dos vestibulares. Diante das demandas relacionadas à inclusão, este Instituto, objetivando atendê-las, tem buscado ampliar o quadro de recursos humanos, em especial por meio da contratação de professores de libras e intérpretes para os seus diversos *Campi*.

15.3 Política Institucional de Educação Ambiental

Em relação à Política de Educação Ambiental, destaca-se, em especial, a Lei nº 9.795/1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281/2002, que dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que estabelecem essa educação como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades de todo processo educativo, escolar ou não.

Desta forma, o IFPE inclui como tema transversal nos componentes dos currículos de todos os seus cursos, valorizando a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais e nacionais.

Dentro dessa dimensão, o IFPE busca promover as condições para que a Instituição se constitua em um espaço onde a intencionalidade é educar para a sustentabilidade socioambiental e para isso trabalha integrando os currículos dos cursos a uma proposta de relação equilibrada com o meio ambiente.

15.4 Política institucional voltada para a igualdade das questões étnico-raciais

A legislação brasileira, no intuito de oferecer uma resposta à demanda das populações afrodescendente e indígena, institui, dentre outras, na área de educação, políticas de ações afirmativas, visando a reparações, reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade, criando, assim, a política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais e antropológicas, oriundas da realidade brasileira, buscando com isso combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros e os índios.

Assim, em relação à política de igualdade nas questões étnico-raciais, o IFPE obedece às políticas do Governo Federal, não só reservando 50% % (cinquenta por cento) das vagas do seu processo seletivo para candidatos, oriundos da Escola pública, negros, pardos e indígenas, mas também incluindo nos currículos de todos os cursos oferecidos a temática *História e Cultura Afro-Brasileira*”.

15.5 Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

As atividades Acadêmico-Científico-Culturais do IFPE observam o que preconiza o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, enquanto política pública fundamentada em ações da sociedade civil organizada, tendo a finalidade de promover uma educação para a mudança e a transformação social, fundamentando-se nos princípios da dignidade humana, da igualdade de direitos, do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, da laicidade do Estado, da democracia na educação e da transversalidade, vivência e globalidade, além da sustentabilidade socioambiental.

Dentro dessa dimensão, portanto, as atividades desta Instituição, especificamente as finalísticas – Ensino, Pesquisa e Extensão –, são desenvolvidas observando também o que está estabelecido no Parecer CNE/CP/08/2012 e na Resolução CNE/CP/01/2012, especificamente no que diz respeito ao desenvolvimento de ações que convergem para o respeito mútuo e pelas diferentes culturas e tradições, uma vez que as ações empreendidas buscam respeitar as diferenças em sua plenitude, possibilitando a oferta de uma educação não restritiva, inclusiva, não discriminatória e democrática, independente de sexo, origem nacional, étnico-racial, de suas condições econômicas, sociais ou culturais, de suas escolhas de credo, orientação sexual, identidade de gênero, faixa etária, pessoas com deficiência, altas habilidades/ superdotação, transtornos globais e do desenvolvimento. Dentro dessa perspectiva, são trabalhadas temáticas transversais nos currículos dos diversos cursos, nas diferentes modalidades, como também são desenvolvidas outras ações dentro desse viés, como a realização de debates, envolvendo os profissionais das Coordenações de Assistência ao Estudante sobre o uso de substâncias psicoativas, para que estes possam se informar sobre essa temática e trabalhar junto à comunidade acadêmica de forma preventiva, realizando também Campanhas de prevenção ao uso de Crack e Outras Drogas, além de itinerâncias sistêmicas, a fim de debater com a comunidade sobre essa temática de forma aberta e científica.

Ainda nessa dimensão, foram criados também os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e firmado convênio com a Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco, para a implantação de Núcleos de Gênero e Enfrentamento de Violência contra a Mulher, em todos os Campi do Instituto, a fim de debater com a comunidade ações sistêmicas sobre essas temáticas de forma aberta e científica.

Acrescente-se que esses Núcleos são Unidades promotoras de atividades de Formação, Pesquisa e Extensão, visando à construção de novas práticas, voltadas à transformação social, a partir da promoção da Igualdade de Gênero nos espaços formais de Ensino.

Embasado também no pressuposto de que “*A saúde é um direito humano indispensável para o exercício dos outros direitos*”, o IFPE desenvolve de forma sistêmica atividades variadas, envolvendo as comunidade interna e externa, por meio das ações de Extensão, da Diretoria de Assistência ao Estudante e da Diretoria de Gestão de Pessoas, principalmente, visando trabalhar as seguintes temáticas: sexualidade (métodos contraceptivos, planejamento familiar, prevenção à gravidez na adolescência, prazer, diversidade sexual (gênero); alimentação saudável (obesidade, transtornos alimentares etc), drogas (prevenção e promoção, redes de atenção, redução de danos, modelos de tratamento, orientação a pais e professores sobre o tema); espiritualidade como fator de proteção e promoção da saúde, intolerância religiosa; - Direitos Humanos e Cidadania; Terceira Idade (gerontologia social); cuidado e atenção ao idoso, direitos dos idosos etc; relacionamento interpessoal (na escola, na família, no mundo do trabalho); trabalho, formação e qualificação profissional, orientação de currículo, de seleção profissional; Rotina de Estudo; Intervenções psicológicas na escola, como também Qualidade de atendimento; Saúde do Trabalhador; entre outros temas voltados para datas ligadas a campanhas, como o Outubro Rosa (Câncer de Mama), por exemplo.

Nesse âmbito, são desenvolvidas, ainda, ações na Coordenação de Políticas Inclusivas que têm por objetivo criar sistemas educacionais inclusivos nos *Campi*, discutindo uma [renovação](#) da cultura, da prática e das políticas vivenciadas, por meio de uma abordagem humana, [democrática](#), que perceba o ser social e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

As ações desenvolvidas pelos NAPNE’S, que são “ Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas”, também observam essa dimensão e promovem, dentre tantas ações, acessibilidade em todos os *campi*, de forma sistêmica, atentando para as leis e diretrizes pertinentes a questões de inclusão, oferecem curso à comunidade acadêmica com emissão de certificação, para incentivar a inclusão, como também

realizam eventos como minicursos, cursos de etiquetas de inclusão, palestras, garantindo a certificação e promovendo o conhecimento a respeito das questões inclusivas.

Além dessas ações, são realizados anualmente eventos como a “Caravana de Extensão”, “Cesta Literária”, “Inclusão em ação”, “Semana da pessoa com deficiência”, “Seminário de Inclusão” e “Prêmio de Gênero”, como também são disponibilizados à comunidade acadêmica materiais para consulta e apoio dentre eles: “Cartilha de Acessibilidade”, “Folder do NAPNE” e “Edital do Vestibular em LIBRAS”. Essas ações têm como público alvo não só a comunidade interna do IFPE, mas também a externa.

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O IFPE, comprometido com o desenvolvimento eficiente e eficaz de suas ações, de forma articulada e participativa, realizou a revisão de um de seus documentos norteadores, ou seja: o **Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI**, para o período de 2015 a 2018, tendo a real dimensão das variáveis que permearão este documento, entendendo a necessidade de trabalhar a relação dessas variáveis com a gestão e a articulação com as políticas afirmativas pretendidas, aliadas ao fortalecimento da identidade institucional.

Convém ressaltar que as propostas delineadas neste novo documento propiciará o aprofundamento das dimensões institucionais a serem trabalhadas, entendendo-se, nesse sentido, o presente e prospectando-se novos direcionamentos, objetivos e metas institucionais, voltados aos indicadores e índices a serem alcançados no período de vigência deste documento, observando nesse processo o caráter híbrido da Instituição, buscando uma unicidade nas ações, trabalhando-se, dessa forma, o uno e o diverso.

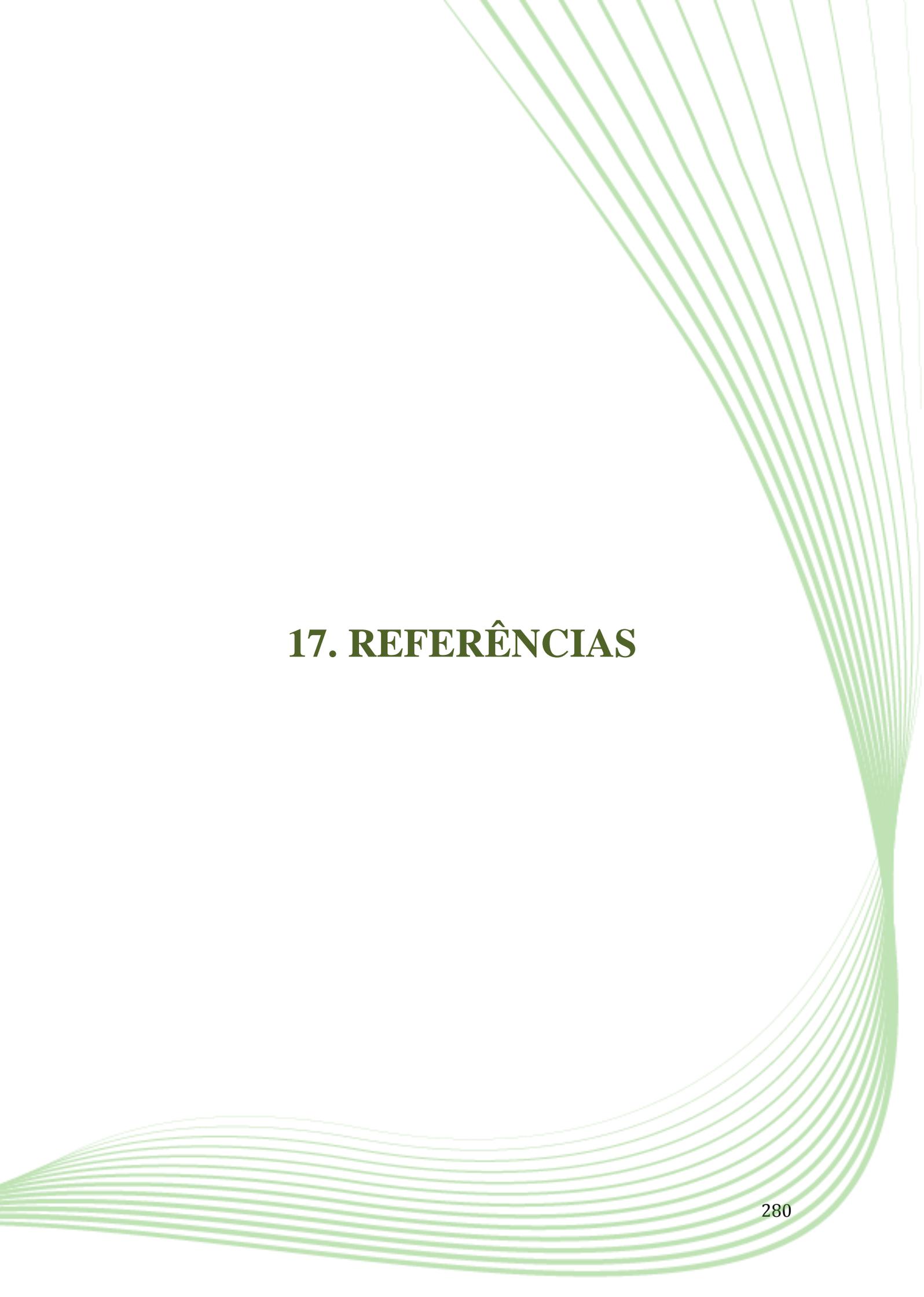
Ressalte-se que esse replanejamento permitirá à Instituição direcionar ações a curto, médio e longo prazos, num período compreendido entre 2015 a 2018 com uma visão mais clara dos indicadores e índices a serem alcançados, sendo mais um instrumento balizador das ações a serem desenvolvidas, amparada na autonomia, transparência e integração entre todos os *campi* e segmentos que o compõem.

É mister ressaltar, porém, que, em função da dinamicidade do mundo produtivo e do fazer pedagógico para se atingir o que foi planejado, este Plano não se constitui como um documento acabado, sendo passível de revisões periódicas, decorrentes de processos de avaliação, objetivando-se atingir as metas neles dispostas ou redirecioná-las, quando necessário, observando-se as demandas da sociedade, especificamente a pernambucana, no que se refere à educação profissional e tecnológica de qualidade, tomando como base o cenário socioeconômico e cultural do país.

Diante disso, a revisita/construção deste novo PDI do IFPE representou um momento ímpar para se repensar, inovar e redesenhar novas perspectivas pedagógicas e de gestão, voltadas à finalidade institucional desta Casa de Educação, pois, como disse Paulo Freire, “...existe uma ligação profunda entre o processo educativo e os demais processos essenciais à vida de uma sociedade, uma vez que a Educação visa à liberdade, à transformação radical da realidade, para melhorá-la, para torná-la mais humana, para

permitir que homens e mulheres sejam reconhecidos como sujeitos de sua própria história, e, como seres de decisão, tornem-se seres de ruptura e, assim, seres éticos.”

Entender esse processo significa perceber que uma Instituição de Ensino não se limita, apenas, a uma estrutura física, a uma associação de professores, técnico-administrativos e estudantes, nem mesmo a um espaço de socialização do conhecimento, ela é, também, uma realidade complexa, perpassada pelas condições sociais e processos históricos de produção e superação dessa realidade.



17. REFERÊNCIAS

17. REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB no 04/99. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível Técnico. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec>. Acesso em: 30.06.2015.

BRASIL, Ministério da Educação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: bases para uma Nova Proposta de Avaliação da Educação Superior. Comissão Especial de Avaliação. Ministério da Educação.

Brasília: MEC, 2004. BRASIL. Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília. Presidência da República, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições. Brasília. MEC – INEP - CONAES, 2004.

BRASIL. Portaria 2051 de 09 de julho de 2004. Regulamento os procedimentos de Avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído na Lei 10861 de 14 de abril de 2004. Brasília. MEC, 2004.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em:30.06.2015.

BRASIL, Ministério da Educação. Concepções e Diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: Ministério da Educação, Junho, 2008. Disponível em: http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20106281024781conc_diret_rev.pdf. Acesso em: 30.06.2015.

BRASIL, Ministério da Educação. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Documento Base. 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec> Acesso: 30.06.2015.

BRASIL, Ministério da Educação. Um novo Modelo de Educação Profissional e Tecnológica - Concepções e Diretrizes. 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec> Acesso: 30.06.2015.

BRASIL, Casa Civil. Constituição Federal Brasileira. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 30.06.2015.

BRASIL. Lei no 10.048 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que se especifica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098. Acesso: 30.06.2015.

BRASIL. Lei no 10.098, de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da possibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098. Acesso: 30.06.2015.

BRASIL. Lei no 10.639, de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9394/96, de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede Federal de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm. Acesso: 30.06.2015.

BRASIL. Decreto no 5296, de dezembro de 2004. Regulamenta as leis no 10.048/2000 e 10.098/2000. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato_2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 30.06.2015.

BRASIL. Decreto no 5622, de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso em 30.06.2015.

BRASIL. Decreto no 5840, de julho de 2006. Institui O PROEJA. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20042006/2006/Decreto/D5840.htm
Acesso em: 30.06.2015.

BRASIL. Lei no 11645, de março de 2008. Altera lei 9394/96, modificada pela lei 10639/2003 que estabelece diretrizes para inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei11645.htm. Acesso em: 30.06.2015.

BRASIL. Lei 11892, de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato_2007-2010/2008/lei11892.htm. Acesso em 30.06.2015.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

CONSUP. Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. RESOLUÇÃO Nº 82/2014 Aprova o Regulamento dos Núcleos de Apoio às pessoas com deficiência. Disponível em <http://portal.ifpe.edu.br/campus/reitoria/index.jsf>

CONSUP. Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. RESOLUÇÃO Nº 80/2014 Aprova o Manual de Procedimentos para as Atividades de Extensão do IFPE. Disponível em <http://portal.ifpe.edu.br/campus/reitoria/index.jsf>

CONSUP. Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. RESOLUÇÃO Nº 79/2014 Aprova o Regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal Docente do IFPE. Disponível em <http://portal.ifpe.edu.br/campus/reitoria/index.jsf>

CONSUP. Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. RESOLUÇÃO Nº 063/2013 Aprova o Documento Regulamentador do Programa de Acesso, Permanência e Êxito do IFPE. Disponível em <http://portal.ifpe.edu.br/campus/reitoria/index.jsf>

CONSUP. Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. RESOLUÇÃO Nº85/2011 Dispõe sobre orientações gerais para procedimentos que estabelecem diretrizes a serem seguidas para as propostas de reformulação curricular dos cursos do IFPE. Disponível em <http://portal.ifpe.edu.br/campus/reitoria/index.jsf>

CONSUP. Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. RESOLUÇÃO Nº 50/2010. Dispõe sobre Regimento do colegiado dos cursos superiores do IFPE. Disponível em <http://portal.ifpe.edu.br/campus/reitoria/index.jsf>

CONSUP. Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. RESOLUÇÃO Nº 080/2012. Regulamenta e estabelece critérios para a avaliação das Atividades Complementares desenvolvidas pelos estudantes dos Cursos Superiores do IFPE. Disponível em <http://portal.ifpe.edu.br/campus/reitoria/index.jsf>

CONSUP. Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. RESOLUÇÃO Nº . Dispõe sobre a Normatização do Trabalho Docente do IFPE. Disponível em <http://portal.ifpe.edu.br/campus/reitoria/index.jsf>

CONSUP. Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. RESOLUÇÃO Nº 17/2015 Atualiza o regulamento do Núcleo Docente Estruturante - NDE dos Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior. São Paulo: Cortez, 2003.

BEAUCHAMP, Janete. PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do(Orgs.). Indagações sobre currículo: Currículo e avaliação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

VEIGA, Ilma Passos A.(org). Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas: Papyrus,1995.